

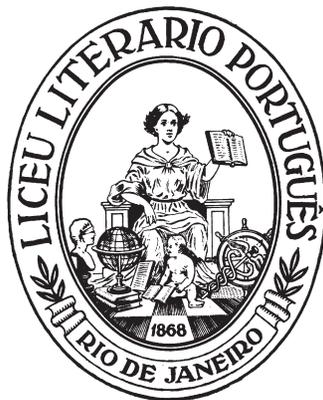
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 31 – 1.º semestre de 2006 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

CORPO DIRETIVO – 2005/2006

DIRETORIA

Presidente: Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente: Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário: Arnaldo de Figueiredo Guimarães
2.º Secretário: Francisco José Magalhães Ferreira
1.º Tesoureiro: Manuel Lopes da Costa
2.º Tesoureiro: Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador: Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador: Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário: Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural: Carlos Alberto Soares dos Reis Martins
Diretor Escolar: Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação: João Manuel Marcos Rodrigues Reino

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Manuel Paulino
1.º Secretário: Maria Lêda de Moraes Chini
2.º Secretário: Bernardino Alves dos Reis

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos: Albano da Rocha Ferreira
Ronaldo Rainho da Silva Carneiro
Antonio da Silva Correia

Suplentes: José Gomes da Silva
Paulo Valente da Silva
Carlos Jorge Airoso Branco

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO
Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA
Prof. Arno Wehling

DIRETOR DA REVISTA *CONFLUÊNCIA*
Prof. Evanildo Bechara

SUPERINTENDENTE
Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
Presidente: Francisco Gomes da Costa

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS
Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETORIA DO I.L.P.
Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva (Diretor Executivo)
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

CONSELHO CONSULTIVO
Adriano da Gama Kury
Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozório Rodrigues
Jayr Calhau
José Pereira de Andrade
Ricardo Cavaliere
Walmírio Macedo

CONFLUÊNCIA
Diretor: Evanildo Bechara
Comissão de Redação:
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosalvo do Valle

Produção Gráfica
Editora Lucerna
Cx. Postal 32054
CEP 21933-970 – Rio de Janeiro – RJ
Internet: www.lucerna.com.br

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:
Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-201 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

	Pág.
Editorial (A. GOMES DA COSTA)	7
Professor Ernesto de Faria Júnior (ROSALVO DO VALLE)	11
O Prof. Ernesto Faria e sua importância para os estudos de latim HORÁCIO ROLIM DE FREITAS	49
<i>Partes Orationis</i> : notas sobre a tradição greco-latina (LUIZ M. M. DE BARROS / TEREZINHA BITTENCOURT)	59
Uma obra preciosa ao romanista: a <i>Lateinische Umgangssprache</i> de Johann Baptist Hofmann (EVANILDO BECHARA)	83
 ARTIGOS	
Sobre o gerúndio e “gerundismo”: uma análise de um assunto emotivo e polêmico (JOHN ROBERT SCHMITZ)	87
Filosofia da linguagem e terminologia ecdótica (BARBARA SPAGGIARI)	111
Gramaticalização das formas estar, ser, andar, ir, vir + Gerúndio. Breve percurso por textos dos séculos XIII a XVI – usos, sentidos e valores (CARLA ABREU VAZ)	127
Afinal, quem é a mulher de verdade? – um estudo lexical, antes do mais (MARIA EMÍLIA BARCELLOS DA SILVA)	167
A saudade na Língua Portuguesa (NELLY CARVALHO)	183
Câmara e Câmera (RICARDO CAVALIERE)	193
Aspectos lexicais do português do Brasil no século XIX (CASTELAR DE CARVALHO)	203

RESENHA CRÍTICA

SILVA, Amós Coêlho da & MONTAGNER, Airto Ceolin.

Dicionário latino-português.

(MARIZA MENCALHA DE SOUZA) 223

COLABORADORES DESTE NÚMERO 227

EDITORIAL**O LIVRO PORTUGUÊS NO BRASIL**

Dr. Antônio Gomes da Costa

Há poucos dias, no Real Gabinete Português de Leitura, estiveram reunidos professores universitários brasileiros e portugueses a discutir o problema do livro nas relações culturais entre os países lusófonos e, de modo especial, entre o Brasil e Portugal.

O tema é complexo e não tem sido fácil encontrar soluções, por maior que seja o empenho de todas as partes envolvidas – autores, casas editoras, livrarias e os próprios governos. Os impasses vêm de longe, desde o tempo das edições “piratas” que já irritavam o Eça de Queiroz e o Ramalho Ortigão, na altura em que publicavam “As Farpas”, até à controvérsia criada em torno das traduções de obras estrangeiras que, em muitos casos, são negociadas, em caráter de exclusividade, ora para o espaço português, ora para o espaço brasileiro.

Apesar das diversas vicissitudes do “senhor mercado”, houve época, lá pelos meados do século XX, em que o livro brasileiro era vendido regularmente em Portugal – as obras de Jorge Amado, de Érico Veríssimo, de Gilberto Freyre, de Manoel Bandeira, de Josué Montello, de João do Rio, de Álvaro Moreira e de muitos outros estavam nas prateleiras não apenas das livrarias da “baixa” lisboeta, mas também nas de qualquer loja da província. Da mesma forma que o livro português chegava ao Brasil com pontualidade, vindo nos navios da Cia. Nacional de Navegação ou da “Mala Real” inglesa, sobretudo ao Rio de Janeiro e a São Paulo, destinado às livrarias especializadas em autores portugueses, como era o caso da “Livros de Portugal”, dirigida por Antonio Pedro Martins Rodrigues, da “Morais” ou da “Acadêmica”, tendo a elas se juntado, numa fase seguinte, a Livraria Camões, extensão da “Casa da Moeda” de Lisboa, que primava pelas edições excelentes de autores clássicos. Esse foi um período em que tivemos de um lado e do outro do Atlântico uma geração de intelectuais e de mestres universitários, de escritores e de jornalistas, de acadêmicos e de Homens de pensamento, que em sintonia com políticos influentes, procurou enriquecer e dar corpo a uma comunidade de raiz lusíada em todos os domínios. E

o livro, nessa arquitetura, era uma lançadeira importante. Nas pautas de importação e exportação, ainda que medíocres no volume e centradas em meia-dúzia de artigos de sobremesa, ou da saúde, o intercâmbio do livro, revistas e jornais ocupava um dos lugares cimeiros, juntamente com os vinhos e os azeites.

Nas últimas décadas do século passado, entretanto, tivemos reflexos muito negativos que afetaram esse comércio, sobretudo a importação do livro português. Primeiro, vieram as razões de natureza econômica: era impossível fixar um preço razoável para a venda do livro importado com as desvalorizações de um câmbio descontroladamente variável e o empate de capital a juros exorbitantes. Depois, as profundas mudanças políticas, culturais, sociais e no ensino ocorridas nos dois países (no Brasil chegou-se a acabar com os cursos de Literatura Portuguesa numa altura em que bons especialistas implicavam com eles) cortaram o fascínio recíproco que existia antes pelos autores de um e de outro país e não se chegaram a conhecer os escritores mais novos salvo raras exceções.

Coincidiram com essa fase os espasmos das crises econômicas, os pequenos investimentos dos governos para criar focos de difusão da cultura nacional no estrangeiro, o desprezo dos currículos na apreciação dos conteúdos gerados no outro país, as perdas no hábito da leitura e assim por diante.

O resultado de tudo isso fez com que nos últimos anos a solução para o problema do livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal passasse a ser uma só: a edição no Brasil de autores portugueses e a edição em Portugal de autores brasileiros. Estão aí os casos bem sucedidos de José Saramago ou de Miguel Sousa Tavares, deste lado do Atlântico, ou de Paulo Coelho e Nélida Piñon do lado de lá.

É claro que esta solução é facilitada quando se trata de autores conhecidos em que o risco das editoras é pequeno, ou nulo. No entanto, quando estão em causa obras de escritores pouco conhecidos, ou mesmo de outros que apesar do prestígio interno, resistem à edição, tudo se paralisa de novo. E nem o apoio que vem sendo dado pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas a algumas editoras brasileiras tem sido suficiente para estimular o lançamento dos novos valores literários. É só ir ao Real Gabinete Português de Leitura e verificar como há autores de sucesso em Portugal que são completamente ignorados no Brasil.

A verdade é que sem o livro, como instrumento difusor, e sem os programas de ensino nas escolas e nas universidades, com grelhas de matérias em que apareça transversalmente a produção de conhecimento do outro país, brasileiros e portugueses cada vez mais terão modos diferentes de entender e apreciar as próprias raízes.

**NÚMERO EM HOMENAGEM A
ERNESTO FARIA**



ERNESTO FARIA
(1906 – 1962)

PROFESSOR ERNESTO DE FARIA JÚNIOR

Rosalvo do Valle
UFF-ABF-LLP

1. Introdução

Na historiografia lingüística brasileira, o nome do Professor Ernesto de Faria Júnior (1906-1962) está indissociavelmente ligado ao movimento de renovação dos estudos clássicos, de modo especial dos estudos latinos. Sempre em dia com a bibliografia lingüístico-filológica do seu tempo, e afinado com idéias pedagógicas renovadoras, deixou nas duas áreas uma contribuição marcante, até hoje de leitura indispensável. Com referência à língua latina, obras sobre o léxico e sobre a gramática, vista na perspectiva histórica ou diacrônica de sua formação. Na área pedagógica, obras autorais ou traduções sobre a atualidade dos estudos clássicos e sobre novas diretrizes para o ensino do latim.

Nos livros didáticos destinados ao ensino médio da época – as décadas de 40 a 60, anos dourados desta nova fase dos estudos clássicos no Brasil –, é notável a preocupação constante com a divulgação da cultura clássica, seja através de leituras específicas, seja através de comentários de textos, transcritos sempre das melhores edições. No ensino superior, além de valiosa produção científica, é preciso considerar seu empenho no aperfeiçoamento do professor. Com esse objetivo, promoveu, num saudável intercâmbio cultural com universidades estrangeiras, a vinda de renomados mestres europeus, entre os quais Jacques Perret, André Piganiol e o sábio e luminoso latinista Jules Marouzeau, de quem se considera discípulo.

O reconhecimento da valiosa contribuição de Ernesto Faria para os estudos clássicos e humanísticos, relacionados com a latinidade, motivaram seus ex-alunos, leitores e estudiosos, como ele, *amantissimi latinitatis*, para as homenagens que vêm sendo prestadas ao ilustre e aguerrido defensor da cultura clássica, sem dúvida o corifeu do movimento de renovação do ensino do latim no Brasil, no sentido de adequá-lo às novas orientações lingüísticas e metodológicas já de algum tempo firmadas em países estrangeiros, sobretudo europeus.

Foi assim no *Colóquio Ernesto Faria Comemorativo do Centenário de Nascimento*, realizado no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, de 24 a 28 de abril de 2006, promovido pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF e pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRJ, com o apoio de inúmeras instituições particulares e oficiais, livrarias e instituições financeiras. O autor destas linhas mereceu a honra de encerrar o Colóquio, com a conferência “Ernesto Faria e a renovação dos estudos clássicos”. Assim foi na Academia Brasileira de Filologia, de que Ernesto Faria era membro efetivo, na sessão especial de 20 de maio, em que este ex-aluno falou sobre sua obra.

O Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, onde lecionam e lecionaram muitos ex-alunos e colegas do ilustre latinista, associa-se, *summo gaudio*, a essas homenagens, e dedica este número de *Confluência* ao mestre que ostentava, com justificadas razões, o orgulho de ter alguns de seus livros adotados também em universidades portuguesas. Aliás, a obra de Ernesto Faria é sempre lembrada nos cursos que o Liceu Literário Português, há alguns anos, vem oferecendo sobre latinidade clássica e medieval, e sobre o humanismo em Portugal e no Brasil.

2. Dados biográficos

Ernesto de Faria Júnior, nasceu no dia 23 de maio de 1906 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na Rua Baltasar Lisboa, nº 62, hoje Bairro da Tijuca, filho único de Ernesto de Faria, funcionário público, e Aurora Barbosa de Faria, professora de ensino primário. Órfão aos três anos e pouco, fez os primeiros estudos na escola em que sua mãe lecionava, e continuou-os no extinto Colégio Ateneu Brasileiro, ambos próximos de sua residência. Em 1918 estudou no internato do Colégio Salesiano de Santa Rosa, Niterói, RJ, transferindo-se em 1919 para o Colégio Anchieta, internato jesuítico de Nova Friburgo, RJ, onde estudou até 1921. Concluiu o curso secundário pelo regime então vigente de exames parcelados.

Esse ano de 1921 é marcante na vida de Ernesto Faria. Aos quinze anos, conheceu o grande mestre de sua carreira – e mestre pela vida fora –, o professor Antenor Nascentes, cujas aulas de português no Curso de Rui Maurício de Lima e Silva, passou a frequentar, “naturalmente cativado pelo fascínio do mestre e vencido pelo irresistível de sua própria vocação para estudos lingüísticos”, como diz a professora Aída Costa, acrescentando que Antenor Nascentes

tes, em pronunciamento na Academia Brasileira de Filologia, em abril de 1962, relembrou “com profunda emoção o menino de quinze anos, “de olhar vivo e sorriso indefinido”, cuja imagem, nítida, lhe ficara na retina” (1).

Pelos anos 22 ou 23, Nascentes passou a dar aulas particulares de francês a D. Aurora, aulas a que o jovem assistia com vivo interesse, e que lhe aproveitaram tanto, que aos dezessete anos o mestre o incentivou a viajar para a Europa a fim de aperfeiçoar-se naquela língua. Por essa época, também, Ernesto Faria iniciava seu magistério, dando aulas particulares. Falou mais alto, porém, o amor filial, e o jovem não se afastou da mãe extremosa, que assumira desde muito cedo todas as responsabilidades na criação do filho, que, agora, podia ajudar na manutenção da casa. Foi também o momento decisivo da carreira do futuro catedrático de Língua e Literatura Latina, marcado, mais uma vez, pela presença providencial de Antenor Nascentes, que o orientou no estudo do latim e lhe pôs nas mãos a obra pioneira de Vicente de Sousa, *Restituição da pronúncia latina*, de 1902, o mesmo tema de que, trinta anos depois, Ernesto Faria tratou na tese de concurso para o Colégio Pedro II – *A pronúncia do latim. Novas diretrizes ao estudo do latim* – expressivamente dedicada a seu mestre: “Ao insigne e sábio mestre Dr. Antenor Nascentes, a quem devo minha iniciação nos estudos filológicos”. Na edição, revista, de 1938, com o título de *Manual de pronúncia do latim*, a obra tem outra expressiva dedicatória, a marcar a posição renovadora que Ernesto Faria assumiu definitivamente: “À memória de Vicente de Sousa – que foi o primeiro no Brasil a pugnar pela restituição da pronúncia clássica do latim estabelecendo, em suas aulas no Colégio Pedro II, o critério filológico”.

A vocação de professor leva-o irresistivelmente ao magistério, abandonando o curso de Direito, que iniciara na Faculdade de Direito de Niterói, contrariando a vontade da mãe que o queria advogado, na época – e durante muito tempo – a profissão de maior prestígio na área de estudos humanísticos, a preferida de certa elite de nossa história cultural. E foi-se firmando como professor a partir de 1925, ano em que se inicia como professor de latim, no Curso Andrews.

Casou-se em 1928 com D. Nair Pereira de Faria, que faleceu em 1948, deixando-lhe quatro filhos: Dulce, Paulo, Roberto e Augusto Celso. Em 1950, em segundas núpcias, casou-se com D. Ruth Junqueira, também professora de latim e tiveram igualmente quatro filhos: Maria Dulce, Maria Helena, Regina Lúcia e Francisco Eduardo. Dos oito, não estão mais entre nós os dois primeiros. D. Ruth Junqueira de Faria, extraordinária como esposa e mãe, infatigável colaboradora, morreu em 28 de agosto de 1993.

Nesses quase quarenta anos de magistério, Ernesto Faria trabalhou no ensino particular e no ensino público de nível médio e de nível superior. A vocação de educador levou-o mesmo a fundar o Colégio Ernesto Faria na Rua Anita Garibaldi, nº 33, Copacabana, que, contudo, só conseguiu manter por dois anos (1930-1932). No ensino superior exerceu também as funções administrativas pertinentes a quem se dedica à vida universitária. E ele viveu-a intensamente, desde a criação da Universidade do Distrito Federal, por volta de 1935, até seu último dia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 14 de março de 1962.

3. Atividades docentes

Vita brevis, já tínhamos aprendido com o velho Horácio. No caso de Ernesto Faria a brevidade da vida (morreu com cinquenta e seis anos incompletos) não o impediu de nos deixar um exemplo de quanto se pode realizar, apesar dos obstáculos que teve de superar. Viveu intensamente sua vida pessoal e sua vida profissional. As perdas, às vezes sem remédio, na família, o insucesso do primeiro concurso no Colégio Pedro II, a morte de amigos queridos, os desencontros profissionais nem sempre fáceis de contornar – a tudo se sobrepôs sua índole combativa. Só não resistiu à derrocada do latim e ao esvaziamento programado da cultura clássica de que foi sempre o aguerrido defensor.

Em 1925, recebeu a primeira nomeação para examinador de latim, português e francês em comissões oficiais de ensino médio. No ano seguinte ingressou no Colégio Pedro II como professor suplementar, e em 1927 já fazia parte de comissões examinadoras. Em 1929, como professor de latim no Lycée Français, recebeu uma honrosa referência especial de um dos maiores historiadores da cultura romana, Jérôme Carcopino, professor da Sorbonne, que, visitando o colégio, assistiu a uma aula de Ernesto Faria e fez elogios à competência e ao desempenho pedagógico do jovem professor. Em 1930, tendo sido classificado em concurso de provas para a seção de português, latim e literatura do ensino técnico-secundário do Distrito Federal, foi designado para a Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, onde foi professor de Antônio Houaiss, que evoca esse encontro no belo texto reproduzido adiante. Com a adoção do sistema federal de ensino nas escolas técnicas municipais, Ernesto Faria foi transferido para latim, “por conveniência do ensino e à vista dos títulos apresentados”. Continuou a ensinar latim na rede oficial, estando em exercício no Instituto de Educação no final de sua carreira.

No ensino superior o nome de Ernesto Faria começa a tornar-se conhecido a partir da implantação da Universidade do Distrito Federal. Em 1936, Jacques Perret, professor titular de língua e literatura latina da Universidade de Montpellier, aqui esteve ministrando cursos e convidou-o para dar morfologia histórica do latim, atribuição de que ele se desincubiu com elogios do grande latinista francês. Uma grata lembrança da estada de Jacques Perret entre nós é a publicação de três conferências, uma na Universidade do Distrito Federal e duas na Associação Brasileira de Educação, publicadas com o título de *A atualidade dos estudos greco-latinos*. Ernesto Faria traduziu a primeira, que dá título à obra, e encarregou-se da publicação. O autor registra no prefácio seu agradecimento ao “*Prof. Ernesto Faria que teve a fineza de acompanhar de perto a impressão de todo o trabalho*”. As duas outras, *A mensagem de Platão* e *A formação de uma cultura nacional*, foram traduzidas respectivamente por Gustavo Lessa e Juraci Silveira (2). No texto de Sousa da Silveira, reproduzido adiante, o eminente filólogo faz referência à atividade docente de Ernesto Faria na Universidade do Distrito Federal, em 1937, também em lingüística.

Em 1938, é nomeado professor adjunto da segunda seção didática, e logo depois, por decisão administrativa, torna-se catedrático de latim da Universidade do Distrito Federal. Extinta a UDF e criada a Universidade do Brasil, é nomeado, em 14 de julho de 1939, professor catedrático de Língua e Literatura Latina da Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1º de dezembro, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em nome do Presidente da República, Getúlio Vargas, apostilando o decreto de nomeação, declara que “o mencionado Professor passaria a exercer, interinamente, aquele cargo” (Diário Oficial de 7/12/1939).

Em 1946 deixa a condição de interinidade e torna-se efetivamente professor catedrático, em decorrência de sua aprovação no concurso de provas e títulos a que se submeteu perante a banca examinadora integrada pelos professores Clóvis Monteiro, Urbano Canuto Soares, Antônio dos Santos Jacinto Guedes, Ismael de Lima Coutinho e Serafim da Silva Neto. Tomou posse no dia 4 de abril de 1946 em solenidade presidida pelo Reitor Inácio de Azevedo Amaral, presente o Diretor Antônio Carneiro Leão. Saudaram o novo catedrático os professores Faria Góis Sobrinho, em nome da Congregação, Sousa da Silveira, como catedrático de Língua Portuguesa; Jorge Henrique Agostinho Padberg Drenkpol, catedrático aposentado de Língua e Literatura Grega, e P^o. José Joaquim Lucas, em nome dos assistentes de Língua e Literatura Latina. Pelo corpo discente falou Baltasar Xavier de Andrade e Silva, do quarto ano de Letras Clássicas.

Publicamos pela primeira vez os discursos dos representantes do corpo docente e do corpo discente por motivos que nos parecem óbvios, e o leitor entenderá sem dificuldades. Esses e outros textos não poderiam ficar inéditos nos manuscritos originais. Os estudiosos de nossa historiografia filológico-lingüística – promissora área de pesquisa – saberão valorizá-los.

O Boletim de Filologia assim registrou essa aprovação:

“Depois de brilhante concurso de títulos e provas, o Prof. Ernesto Faria tomou posse, no dia 18 de junho (sic), no cargo de Professor Catedrático de Língua e Literatura Latina, da Faculdade Nacional de Filosofia”.

A imprensa carioca não ficou indiferente a esse grande momento da vida universitária do Rio de Janeiro. A solenidade de posse do jovem catedrático está registrada no dia 3/4/46, nos jornais *Correio da Manhã*, *A Noite* e *Jornal do Brasil*; e no dia 4 em *Brasil-Portugal* e novamente no *Jornal do Brasil*.

Assim, aos quarenta anos de idade, Ernesto Faria atingia, gloriosamente, o ponto mais alto da carreira universitária. Pena que nesse momento glorioso não tivesse mais a presença de D. Aurora Barbosa de Faria, a mãe extremosa, lembrada afetuosamente na dedicatória da tese:

À memória de minha adorada Mãe, a cuja desvelada dedicação de todos os momentos devi com a minha própria vida, toda a minha formação cultural.

4. Participação na vida universitária

A participação plena na vida universitária leva o professor, muitas vezes com prejuízo de sua produção científica, ao exercício de funções administrativas, e de outras que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. Ernesto Faria foi membro do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade Nacional de Filosofia, Chefe do Departamento de Letras, Vice-Diretor e Diretor.

Integrou várias comissões examinadoras de concurso para cátedra (Língua e Literatura Grega, Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Italiana, Literatura Brasileira), ou para doutorado e livre-docência (Língua Portuguesa, Filologia Românica). E não só no Rio de Janeiro. Também na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (Filologia Românica), Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (Literatura Latina). No ensino médio examinou o concurso para professor de latim da Prefeitura do Distrito Federal (1955) e para a cadeira de latim do Colégio Pedro II

(1961) – em que Sílvio Elia obteve o primeiro lugar –, além de ter integrado outras comissões de concursos de ensino médio oficial.

Participou de congressos nacionais como representante da Faculdade Nacional de Filosofia: Congresso de Dialectologia e Etnografia (Rio Grande do Sul, 1958), Congresso Internacional de Crítica Literária (Recife, 1960), II Congresso de Língua Falada no Teatro (Salvador 1956).

Fora do país, Ernesto Faria também teve o reconhecimento da dimensão universitária de sua obra. Em 1948, a convite do Adido Cultural da França, participou dos trabalhos iniciais do ano letivo da Faculdade de Letras da Universidade de Paris; em 1951 fez na Sorbonne uma conferência sobre Pêrsio; a convite do governo português, na Universidade de Coimbra falou sobre “Lucílio e as origens da sátira latina”, conferência publicada, “com alguns acrescentos e notas” na *Revista Filológica*. Em outubro de 1953 foi autorizado pelo Presidente da República a se afastar do país por seis meses “a fim de realizar, na Europa, estudos relacionados com os programas de assistência técnica prestada por organizações internacionais aos países subdesenvolvidos”; e em 1954 vemo-lo representante oficial do Brasil no II Congresso Internacional de Estudos Clássicos, realizado em Copenhague.

Em 1959 é mais intensa sua atividade na Europa: delegado oficial do Brasil e representante da Associação de Estudos Clássicos no III Congresso de Estudos Clássicos, em Londres; estágio na Faculdade de Letras da Universidade de Paris; visita a várias faculdades portuguesas, como convidado oficial do governo; participação em Congresso de Filologia, na Rumênia, também como convidado oficial; recepção na *Société des Études Latines*, de Paris, sendo saudado por Jules Marouzeau, Jacques Perret e Marcel Durry; participação em sessão especial, a convite do *Groupe Romand de la Société des Études Latines*, para falar sobre os estudos clássicos no Brasil.

5. Outros títulos

Constam ainda do *curriculum vitae* outros títulos muito expressivos de seu renome no Brasil e na Europa: membro da *Société des Études Latines*, de Paris, a convite de Jules Marouzeau (1932); fundador da Sociedade Brasileira de Estudos Latinos, sendo eleito seu administrador perpétuo (1939); presidente do Departamento de Lingüística da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (1943); membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia (1944); membro correspondente da Sociedade de Estudos Filológicos de São Paulo; membro perpétuo da *Société des Études Latines* (1947); membro fundador da

Association Guillaume Budé (1947); conselheiro da Associação de Estudos Clássicos do Brasil (1959), eleito seu presidente em 1960; *Medalha Anchieta* conferida pelo Governo do Estado da Guanabara (1960).

6. Ernesto Faria acadêmico

Com relação à Academia Brasileira de Filologia, cabe uma referência especial por se tratar, a nosso ver, de um título às vezes apenas referido, mas de grande importância para avaliar a intensa participação de Ernesto Faria no contexto cultural de seu tempo, além das atividades docentes.

Ernesto Faria foi eleito em 18 de novembro de 1944, três meses depois da fundação da Academia (26/8/44), em sessão presidida por Sousa da Silveira e secretariada por Modesto de Abreu e Serafim da Silva Neto. Concorreram vinte candidatos para preenchimento das dez vagas restantes de membros efetivos para completar-se o número de quarenta previsto nos Estatutos. Informamos, ainda mais, A. J. Chediak, na preciosa e paciente pesquisa sobre a história da Academia, que votaram vinte e seis acadêmicos:

“Fizeram-se três escrutínios, dos quais resultou ficarem desde logo eleitos, pelo *quorum* de dois terços da Academia, de acordo com as disposições dos Estatutos, cinco dentre os concorrentes. Foram estes os Srs. Professores Afrânio Peixoto, Basílio de Magalhães, Ernesto Faria Júnior, Saul Borges Carneiro e Sílvio Elia”. (3)

Nesse precioso texto, ainda inédito, há registros de sua participação como acadêmico, tais como: a) na sessão de 21 de setembro de 1947, seu pronunciamento com louvor sobre o valor filológico da conferência de Padberg Drenkpol intitulada “A origem da expressão riso sardônico”, mesma manifestação de Mattoso Câmara e de Júlio Nogueira; b) seu comparecimento ao enterro do mesmo Padberg Drenkpol, em Petrópolis, como representante oficial da Academia e da Faculdade Nacional de Filosofia, de que era Diretor eventual. Proferiu a oração de despedida ao sábio acadêmico, também seu colega de magistério naquela Faculdade e por quem fora saudado, em latim, na sua posse como catedrático. Deu notícia dessa missão oficial na sessão de 24 de agosto de 1948; c) integrante da Comissão de Línguas Neolatinas, com Antenor Nascetes e Clóvis Monteiro.

Ernesto Faria foi o primeiro ocupante da cadeira nº 4, cujo patrono é o maranhense Francisco Sotero dos reis, seguro latinista e gramático respeitável, sobre o qual escreveu na *Revista Filológica*, cumprindo a praxe acadêmica de se preservar a memória do patrono.

7. Ernesto Faria no contexto lingüístico-filológico brasileiro

As referências à participação de Ernesto Faria na Academia Brasileira de Filologia, bem como suas publicações na *Revista Filológica*, na *Revista Brasileira de Filologia* e no *Boletim de Filologia*, relacionadas na bibliografia, parecem-me importantes para contextualizar o autor e a obra na historiografia lingüístico-filológica brasileira.

Sílvio Elia fez magistralmente esse estudo crítico nos *Ensaios de Filologia e Lingüística*, em duas páginas repassadas de saber lingüístico e da indispensável sabedoria do coração.

No capítulo intitulado “Os estudos filológicos no Brasil” situa Ernesto Faria, Ismael de Lima Coutinho, Cândido Jucá (filho) e Joaquim Mattoso Câmara Jr., como figuras intermediárias na transição da geração de 1920-1940 para a terceira geração (1940-1960), em que ele próprio se inclui.

Os quatro autores convivem com a geração de Sílvio Elia, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Glástone Chaves de Melo, Jesus Belo Galvão, Carlos Henrique da Rocha Lima, Renato Mendonça, Albino de Bem Veiga.

Entende Sílvio Elia que essa geração:

“Representa a transição do autodidatismo das gerações anteriores para a formação universitária, ainda incipiente e deficiente, da maioria de nossas Faculdades de Filosofia. Lecionam praticamente todos em tais institutos de ensino superior, embora nem sempre tenham cursado uma Faculdade de Letras. Constituem, pois, uma transição, pois... já eram professores registrados quando (1940) a Faculdade Nacional de Filosofia iniciou as suas atividades”. (4)

Esse o momento cultural em que iria atuar o Professor Ernesto Faria. Compreende-se, então, seu extraordinário papel como renovador na área dos estudos clássicos, papel que Sílvio Elia apreende lucidamente:

“A sua luta triunfante, principalmente depois que se criaram no país as cadeiras de Língua Latina nas Faculdades de Filosofia, foi no sentido de retirar o ensino do velho idioma do Lácio da estagnação em que se achava. Retemperar os estudos clássicos com os ensinamentos de um Niedermann, um Ernout, um Marouzeau, ensinamentos que, na Europa, já se encontravam tranqüilamente reduzidos a compêndios, foi-lhe motivo de pregação constante e quiçá tempestuosa. Mas agora são poucos e cada vez menos os recalcitrantes e os inconformados com o progresso da Filologia Clássica”. (4)

Os especialistas me desculpem as longas transcrições, mas nunca me esqueço de que escrevo para graduados em Letras que – não por sua culpa,

reconheçamo-lo – desconhecem quase totalmente fundamentos de latinidade, de romanística, de história da língua, de nossa historiografia lingüístico-filológica. Vivemos, a partir dos anos sessenta, um outro corte epistemológico, em que a orientação lingüística hegemônica privilegia a descrição lingüística de natureza sincrônica, com quase total abandono do latim e de enfoques histórico-dia-crônicos.

A dimensão universitária da obra de Ernesto Faria, que o tornou digno de renome internacional e lhe assegurou referência obrigatória na nossa historiografia lingüística, foi reconhecida por autores brasileiros e estrangeiros em artigos e em resenhas de revistas especializadas. Entre nós, será mais fácil agora reunir bom número dessas recensões, graças à paciente e utilíssima pesquisa de Eduardo Tuffani, recém-publicada, *Repertório Brasileiro de Língua e Literatura Latina* (5). No estrangeiro, ocorre-me de pronto a *Révue des Études Latines*. Aliás, o próprio Ernesto Faria transcreveu em algumas obras trechos desses juízos críticos.

Quero, porém, destacar as referências de Eugênio Coseriu, sempre luminoso lingüista, no estudo *Panorama da lingüística ibero-americana (1940-1965)*, publicado em *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem* (6). Nesse longo capítulo, Ernesto Faria é citado em diferentes tópicos da abordagem coseriana: a) como um dos nomes da “geração vencedora da batalha pela lingüística científica”; b) como um “dos lingüistas de relevo” do Rio de Janeiro, então, “o centro maior da lingüística no Brasil”, cuja contribuição na área de estudos latinos é posta ao lado da de Mattoso Câmara em lingüística geral, de Serafim da Silva Neto em lingüística românica, do mesmo Serafim em história da lingüística, e de Mattoso Câmara em lingüística indígena; c) em didática das línguas, como autor de uma de “duas obras importantes sobre o ensino do latim”: *O latim e a cultura contemporânea* (Coseriu considera a *Introdução à didática do latim* uma 2ª edição, bastante ampliada, da anterior) e *O ensino do latim. Doutrina e métodos*, de Sílvio Elia; d) no tópico línguas clássicas, como autor de duas obras de bom nível científico, a *Fonética histórica do latim* e a *Gramática superior da língua latina*; e) finalmente, ao referir-se ao enorme interesse pela lingüística nas universidades brasileiras e à “notável difusão de certas obras lingüísticas”, Eugênio Coseriu volta a citar a *Fonética histórica do latim*.

O destaque parece-me sublinhar aquele viés da obra fariana que Sílvio Elia também apreciou com a dupla visão de latinista e de lingüista: reorientação do estudo e do ensino do latim com as novas contribuições da lingüística e da pedagogia, como o líder, nos estudos latinos, daquela “geração vencedora da

batalha pela lingüística científica”. Entende-se, pois, a profunda repercussão de suas obras no ensino médio e no superior, vale dizer, na educação brasileira.

8. Ernesto Faria catedrático

Foi assim que este ex-aluno o conheceu, ao iniciar o curso de Letras Clássicas em 1946, na “nossa Faculdade”, com ele dizia afetuosamente: o latinista consagrado, aqui e no exterior, que renovou o ensino do latim, tanto na doutrina quanto na metodologia, divulgando as idéias lingüísticas que se firmam a partir do final do século XIX com as conquistas do método histórico-comparativo, que a filologia clássica incorporou definitivamente.

Como catedrático de Língua e Literatura Latina, Ernesto Faria consolidou essa nova orientação, distribuindo o conteúdo programático do curso de Letras Clássicas, no antigo regime anual (1946-1949), de forma que Língua Latina se estudava em quatro anos: 1º ano – Fonética histórica; 2º ano – Morfologia histórica; 3º ano – Sintaxe; 4º ano – Estilística. Literatura Latina seguia a periodização geralmente apresentada nos bons compêndios, passando-se depois à leitura de alguns autores do período arcaico, do clássico e do pós-clássico.

Para cumprir a programação dos currículos de Letras Clássicas, Línguas Neolatinas e Línguas Anglo-Germânicas, o Professor Faria contava com a assistência do P^e. José Joaquim Lucas, de Maria Amélia Pontes Vieira e de Sieglinde Monteiro Autran. A seu cargo ficou Língua Latina, e foi com sua orientação que lemos a *Phonétique Historique du Latin*, de Niedermann; a *Morphologie Historique du Latin*, de Ernout; a *Syntaxe Latine*, de Riemann; e o *Traité de Stylistique Latine*, de Marouzeau – os compêndios oficiais de cada ano letivo. De Literatura Latina encarregou-se a Prof^a. Maria Amélia Pontes Vieira (hoje Alcofra), a inesquecível Professora Amelinha, admirável motivadora da leitura dos textos, que nos deixou a gratíssima lembrança das aulas de Ilustração Literária, que nos despertaram o gosto de ler os autores latinos. Impossível reler Plauto e Terêncio sem relembrar aquelas aulas magistrais!...

A orientação do mestre estendeu-se, no âmbito da Universidade do Brasil, ao Colégio de Aplicação, onde, com a professora regente de prática de Ensino, Clarice Lourdes das Neves – sua ex-aluna no Colégio Paulo de Frontin e na Faculdade Nacional de Filosofia –, os alunos e ex-alunos continuaram suas diretrizes. Estendeu-se à Faculdade Fluminense de Filosofia, de Niterói, fundada em 1947, onde se adotou durante algum tempo o mesmo currículo de Letras.

O regente da cadeira, Ismael de Lima Coutinho, seu confrade na Academia Brasileira de Filologia, em linhas gerais seguiu as mesmas diretrizes teóricas. Além disso, constituiu o corpo docente da Faculdade Fluminense de Filosofia grande número de formados pela Faculdade Nacional. Um deles, o já referido Baltasar Xavier de Andrade e Silva, regente de Língua e Literatura Grega, durante algum tempo respondeu também pela cadeira de Língua e Literatura Latina, nos impedimentos de Ismael Coutinho, enquanto Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro. A partir de março de 1949, o autor deste texto, que por dois anos fora auxiliar de ensino do Prof. Faria, convidado para assistente de seu querido mestre Ismael Coutinho, também continuou a orientação que recebera.

9. Vida e morte na “nossa faculdade”

Ernesto Faria exerceu a cátedra até seu último momento, naquela tarde trágica de 14 de março de 1962. Construiu sua obra sem se afastar das estimulantes atividades de professor, em contato com os alunos, com os colegas, uma saudável troca de idéias; mas também não se poupou do exercício de funções administrativas, a um tempo traiçoeiramente sedutoras e profundamente desgastantes. Sua correspondência particular registra a preocupação de amigos com problemas de saúde dele, sobrecarregado com a direção da Faculdade. Com todos os tropeços Ernesto Faria não descuidou da obra, e nos legou uma apreciável bibliografia.

Às questões de saúde, porém, somou-se uma outra, por certo bem mais grave: o duro golpe que os estudos clássicos sofreram com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024, de 24/12/61), que, ao revogar a Reforma Capanema é, realmente, um divisor de águas na história da educação brasileira. Ficou-nos, além do mais, esse marco de triste memória: a morte trágica de Ernesto Faria em plena Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia, na sessão de 14 de março de 1962, iniciada às 15 horas, e assim tragicamente interrompida.

Ao discutir a nova legislação, não resistiu ao tratamento que dá ao latim. E o protesto violento, que começara a escrever de manhã, em casa, ficou em pouco mais de uma página. O grande defensor dos estudos clássicos e da formação humanística morreu com o latim. (7)

Ernesto Faria já pressentira com lucidez a acentuada tendência anti-humanística de projetos que desde 1948 viriam a formalizar-se na LDBEN. Na *Introdução à Didática do Latim* (1959), ao examinar a educação brasileira,

faz brilhante defesa da “persistente tendência humanística de nossa tradição pedagógica”, um texto antológico em que se aliam admiravelmente o latinista e o educador. Convido o leitor a reler especialmente o trecho de páginas 90 a 97.

Sobre o assunto, aliás, merece registro o pronunciamento da Academia Brasileira de Filologia, sob a presidência de Sousa da Silveira, na sessão de 30 de outubro de 1948, de que Ernesto Faria participou, sobre o alerta de Sílvio Elia focalizando “o artigo em que é proposta a supressão do estudo do latim do currículo ginásial e sua inclusão nas séries do 2º ciclo, porém em caráter facultativo”. Eis o texto: “*A Academia Brasileira de Filologia, tendo tomado conhecimento pelos jornais da Exposição de Motivos do Exm^o. Sr. Ministro da Educação ao encaminhar o anteprojeto das Bases e Diretrizes da Educação Nacional, louva os propósitos, aí manifestados com a civilização greco-latina, de que provimos, mas, ao mesmo tempo lamenta que tenha sido afastado, com a supressão do ensino obrigatório do latim, o único meio de, na realidade, atingir esses dois objetivos*”. (3)

Esta foi a causa por que Ernesto Faria sempre lutou... até a morte.

Morte que repercutiu profundamente. Na Faculdade, na Academia, nos centros e associações culturais de que participava, aqui e na Europa – todos ainda mal refeitos de outra perda imensa, dois anos antes, em 23 de setembro de 1960: a de Serafim da Silva Neto, este gigante da romanística e da história da língua portuguesa, amigo fraterno de Ernesto Faria.

Entre seus assistentes e alunos a presença do mestre levou, muitas vezes, a evocações repassadas de afetuosa saudade, como a da Prof^a. Amelinha, um lindo texto, datado de 23/5/1962, dia em que se comemorariam os 56 anos do mestre inesquecível – um testemunho de amizade e de reconhecimento que não poderia ficar inédito. Como também não pode ficar perdido nos jornais do tempo o artigo de Tristão de Ataíde – o querido Prof. Alceu Amoroso Lima que este ex-aluno tem sempre presente em suas saudades, breve, porém denso artigo em que o mestre de nossa melhor crítica literária evoca o saudoso amigo e humanista desaparecido tão prematuramente.

No Brasil e no Exterior foram muitas as manifestações de pesar, algumas das quais, cedidas gentilmente por D. Ruth, foram divulgadas pela Prof^a. Aída Costa no texto já referido. Aqui reproduzimos a notícia de Jules Marouzeau, publicada na *Révue des Études Latines*.

10. *VXOR OPTIMA*

Não poderia concluir esta homenagem sem uma referência especial àquela a quem Ernesto Faria dedica a *Fonética Histórica do Latim*, com a carinhosa

epígrafe *VXORI OPTIMAE*, a Prof^a. Ruth Junqueira de Faria, a esposa incansável, a colaboradora competente e solícita. Para nós, a colega admirável, sempre solidária.

Conheci-a em 1949, último ano do curso de Letras Clássicas, quando D. Ruth assistiu às aulas de Estilística Latina que o Prof. Faria nos ministrava, com a leitura indispensável do *Traité de Stylistique Latine*, de Jules Marouzeau. Soubemos que era uma professora de latim do Instituto de Educação, colega do mestre, a futura *uxor optima*.

Voltei a encontrá-la muitos anos depois, já professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde fez o mestrado, concluído com a dissertação *Aspectos lexicais e estilísticos do bucolismo vergiliano* (1974). Acompanhei de longe sua atividade docente e sua constante presença na revista Calíope, da Faculdade de Letras da UFERJ. Nunca se valeu das glórias do ex-catedrático. Fez seu *cursus honorum* honrando-lhe a memória: doutrina segura, participação efetiva na vida universitária, na sala de aula, nas publicações, nos eventos.

Em abril de 1976 fizemos o concurso de provas e títulos para a livre-docência em Língua Latina, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, disciplina de que eu era titular. Ela defendeu a tese *Lívio Andronico: a obra, a língua, a métrica*, que dedicou a Ernesto Faria. (8) Eu, a tese *Considerações sobre a “Peregrinatio Aetherae”*, que dediquei a Ismael de Lima Coutinho. (9)

Foi o momento em que passei a admirar ainda mais a grande figura de mulher e de profissional: seu comportamento em todas as etapas do concurso foi exemplar.

Morreu no dia 28 de agosto de 1993 na Faculdade de Letras da UFRJ, participando de uma banca examinadora de doutorado, Como o marido, morreu no local de trabalho, no exercício do cargo que ela também ocupou com dignidade; até a morte.

11. Bibliografia

Reproduzimos a bibliografia do *Dicionário Escolar Latino-Português*, 6ª edição, revisão de Ruth Junqueira de Faria, com prefácio de Walmírio Macedo e a homenagem (que transcrevemos adiante) de Antônio Houaiss – ex-alunos do autor. Acrescentamos as teses de concurso e as publicações que conseguimos localizar em revistas especializadas.

Nota do original: “Em alguns casos, não foi possível ter em mão as edições subseqüentes, daí a sua não inclusão nesta relação”.

- 1934 – 1) FARIA, Ernesto. *Síntese de gramática latina* (redigida especialmente para servir ao ensino de latim). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1934. 151 p., il.
1.1 _____. *Síntese de gramática latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1940. 150 p., il.
- 1934 – 2) _____. *O latim e a cultura moderna* (conferência realizada na Associação Brasileira de Educação, Departamento do Rio de Janeiro, e publicada no “Jornal do Comércio”). Rio de Janeiro, 1934.
- 1935 – 3) _____. *O latim pelos textos* (trechos escolhidos, anotados e graduados para o estudo do latim). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1935. 400 p., il.
3.1 _____. 3ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1941. 408 p., il.
3.2 _____. 4ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1942, 408 p., il.
3.3 _____. (trechos escolhidos, graduados e anotados segundo os atuais programas). 1ª e 2ª séries ginasiais, 5ª ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1944, 331 p., il.
- 1937 – 4) _____. *Les études latines dans le monde – Au Brésil*. *Révue des Études Latines*, Paris, 1937.
- 1938 – 5) _____. *Manual de pronúncia do latim (exposição teórico-prática da pronúncia clássica do latim)*. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1938
6) _____. *Sulpícia, a poetisa do “Corpus Tibullianum”*. In: MISCELÂNEA (em honra de Manuel Said Ali). Rio de Janeiro, 1938.
- 1940 – 7) _____. *Panorama lingüístico da Itália romana*. In: MISCELÂNEA (em honra de Antenor Nascentes). Rio de Janeiro, 1940.
- 1941 – 8) _____. *O latim e a cultura contemporânea* (I. A questão do latim. II. As modernas diretrizes do ensino do latim). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1941, 258 p.
- 1943 – 9) _____. *Gramática elementar da língua latina* (com textos de aplicação, selecionados dos autores indicados no programa atual, e exercícios). São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1943, 263 p.
9.1 _____. 1ª e 2ª séries, 3ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1944, 275 p.
- 1943 – 10) _____. *Vocabulário latino-português* (significação e história das palavras, agrupadas por famílias, segundo os programas atuais). Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1943, 534 p.
- 1945 – 11) _____. *Curso de Latim*. 3ª e 4ª séries dos cursos ginasiais (gramática, textos e exercícios rigorosamente de acordo com os programas vigentes). São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1945. 467 p.
- 1945 – 12) _____. *A renovação atual dos estudos latinos...* (Aula inaugural proferida na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, para início dos cursos do ano letivo de 1943). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 41 p.
- 1955 – 13) _____. *Fonética histórica do latim*. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica – 1955. 268 p. (Biblioteca Brasileira de Filologia, 9)
13. 1 _____. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1957. 302 p. (Biblioteca Brasileira de Filologia, 9)

- 1955– 14) _____ & FARIA, Ruth. *Novo curso de latim*. 1ª e 2ª séries do curso ginasial. Gramática, textos e exercícios... [por] Ruth Faria e Ernesto Faria. Rio de Janeiro, Ed. da Organização Simões, 1955, 218 p.
- 1955– 15) _____. *Dicionário escolar latino-português*. Org. por Ernesto Faria [com a colaboração de Maria Amélia Pontes Vieira e outros 2ª ed. Rio de Janeiro, MEC, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1955. 1045 p.]
- 15.1 _____. [Colab. de Maria Amélia Pontes Vieira e outros] 4ª ed. Rio de Janeiro, MEC, Campanha Nacional de Material de Ensino, 1967. 1081 p.
- 15.2 _____. [Colab. de Maria Amélia Pontes Vieira e outros] Rev. de Ruth Junqueira de Faria. 5ª ed. Rio de Janeiro, MEC, FENAME, 1975, 1088 p.
- 1958– 16) _____. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica 1958. 524 p. (Biblioteca Brasileira de Filologia, 14).
- 1959– 17) _____. *Introdução à didática do latim*. Rio de Janeiro, Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, 1959. 374 p.

Teses

- FARIA JÚNIOR, Ernesto de. *A pronúncia do latim. Novas diretrizes ao estudo do latim*. (Tese de concurso para o provimento das cadeiras de Latim do Colégio Pedro II). Rio de Janeiro, 1933, 131p.
- FARIA JÚNIOR, Ernesto de. *Pérsio: estudo literário e lexicográfico*. (Tese de concurso para o provimento da cadeira de Língua e Literatura Latina da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil). Rio de Janeiro, 1945, 166 p.

Artigos, Recensões, Notas

Revista Filológica (10)

- FARIA JÚNIOR, Ernesto. ‘*Galeria dos patronos*.’ (*Notícia biográfica de Francisco Sotero dos Reis, patrono da cadeira nº 4 da A.B.F.*) Revista Filológica – Ano I, nº 4, ago. – set. 1955 – Nova fase, p. 73-74
- FARIA, Ernesto. ‘*A pronuncia reconstituída do latim I*.’ (Resposta a Cândido Jucá (filho), reunindo exemplos, argumentos e bibliografia recente em favor daquela pronúncia.) Revista Filológica – Ano III, nº 18. 1942, p. 159-164.
- FARIA, Ernesto. ‘*A pronuncia reconstituída do latim II*.’ (Conclusão da tréplica às objeções de Cândido Jucá (filho), iniciada no nº 19 da *RF*.) Revista Filológica – Ano III, nº 20, jul. 1942, p. 333-338.
- FARIA, Ernesto. ‘*Lucílio e as origens da sátira latina*.’ (Longo ensaio sobre os poetas satíricos latinos – em especial Lucílio – e o legado dos predecessores helênicos.) Revista Filológica – Ano II, nº 5, 1º semestre de 1956. Nova fase, p. 21-42.

FARIA, Ernesto. 'Complemento ao estudo da sintaxe dos casos.' (Explicação didática do assunto com vista aos alunos da antiga 4ª série ginásial.) Revista Filológica – Ano II, nº 6, 2º sem. 1956 – Nova fase – p. 27-35.

Revista Brasileira de Filologia

FARIA, Ernesto. A. ERNOUT et A. MEILLET. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Revista Brasileira de Filologia, vol. I, tomo 2 – Dezembro, 1955, p. 223-226.

_____, _____ A. WALDE, *Lateinisches Etymologisches Wörterbuch*. Dritte neubearbeitete von J.B. Hofmann, Revista Brasileira de Filologia, vol. I, tomo 2, Dezembro, 1955, p. 226-228.

Boletim de Filologia

FARIA, Ernesto. *L. LAURAND* (1873-1941). Boletim de Filologia, Ano I, Setembro 1946 – Fasc. III, p. 153-160

_____, _____ *JEAN COUSIN, Les Études Latines* Boletim de Filologia, Ano II – Março 1947 – Fasc. V, p. 52-54.

_____, _____ J. MAROUZEAU, *Introduction au Latin*. Boletim de Filologia. Ano II – Junho 1947 – Fasc. VI, p. 101-106.

_____, _____ J. MAROUZEAU, *Récréations latines*, Boletim de Filologia, Ano II – Junho 1947 – Fasc. VI, p. 106-108.

_____, _____ J. MAROUZEAU, *La Prononciation du Latin*. Boletim de Filologia, Ano II – Junho 1947 – Fasc. VI, p. 109-110.

_____, _____ *Mémorial des Études Latines*. Boletim de Filologia. Ano II, Setembro 1947 – Fasc. VII, p. 157-168.

Humanitas

FARIA, Ernesto. *A formação da personalidade de Pérsio*. Humanitas, Vol. II, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, Coimbra, 1948 – 1949, p. 55-65.

Boletim de Estudos Clássicos

FARIA, Ernesto. *O Ensino e a crise atual da cultura*. Boletim de Estudos Clássicos, vol. II, 1958, S. Paulo, p. 37-59. Publicação sob os auspícios da Associação de Estudos Clássicos do Brasil.

12. A glória que fica

1. *Solenidade de Posse*

1.1 Saudação ao Prof. Ernesto de Faria

Sr. Prof. Ernesto de Faria:

É, para mim, sumo prazer dirigir a V.Ex.^a. palavras de saudação e apreço no momento em que V.Ex.^a. acaba de tomar posse da sua cadeira de Língua e Literatura Latina na Faculdade Nacional de Filosofia, e receber o grau de Doutor em Letras, cargo e distinção que V.Ex.^a. alcançou pela agudeza da sua inteligência e o esforço do seu trabalho, tudo, está claro, favorecido pela graça de Deus, sem a qual nenhuma diligência humana logra resultado satisfatório.

Comecei a conhecer de mais perto a V.Ex.^a. quando fui designado para ter exercício como professor de português na escola técnica secundária Paulo de Frontin, da Prefeitura do Distrito Federal. Isto foi em 1934; mais tarde, creio que em 1937, voltei a conviver com V.Ex.^a. na Universidade do Distrito Federal, onde V.Ex.^a. tomou a seu cargo um curso de Lingüística, e, pouco tempo depois, a cadeira de Latim, que ia melhor com as preferências intelectuais de V.Ex.^a.

Em 1939, quando começou a funcionar a Faculdade Nacional de Filosofia, de novo nos encontramos como colegas, V.Ex.^a. na cadeira, que hoje lhe pertence, de Língua e Literatura Latina, e eu, na de Língua Portuguesa.

De 1934 até hoje tenho acompanhado, pois, um tanto de perto o seu desenvolvimento e a sua expansão de intelectual e de professor. Fui vendo crescer a sua bibliografia, que já é bastante vasta; fui notando a sua dedicação à especialidade que abraçou.

Sendo V.Ex.^a. uma pessoa afável, de trato delicado e fino, surpreenderam-me os ecos que chegavam até mim, e que, não sendo eu surdo, ouvia perfeitamente, de uma campanha sistemática que se movia contra o ensino de V.Ex.^a. e contra os seus trabalhos escritos. Não levei muito tempo para perceber que se tratava de, a todo o custo, impugnar a nova orientação trazida por V.Ex.^a. aos estudos de Latim. V.Ex.^a. fazia entrar, em dose apreciável, no seu ensino a lingüística do Latim. Nisto estava, sobretudo, a novidade. Não faltou logo quem, exagerando para o lado mau, apregoasse que V.Ex.^a. fazia todo o seu ensino consistir no estudo da reconstituição da pronúncia clássica do Latim. E choveram as críticas em grande abundância. Mas estas, desprovidas de espírito científico e todas, ou quase todas, envenenadas por visível sentimento de hostilidade, não tinham, em geral, valor apreciável.

Enquanto isto se passava, V.Ex.^a. trabalhava e estudava.

Quando se estava esgotando o prazo de cinco anos concedidos pela lei ao Governo para nomear interinamente os professores da Faculdade Nacional de Filosofia, e se começava a cogitar de preencher efetivamente os cargos de catedráticos, lembro-me nitidamente de que V.Ex.^a. não se atemorizava ante a perspectiva do concurso e que, ao contrário, o queria e desejava.

Sou a favor do concurso; não, porém, sem que se realizem modificações na maneira, atualmente adotada, de o executar.

No concurso, feito como costuma ser, pode-se, a meu ver, apurar a ciência do candidato, a sua faculdade de falar e exprimir-se com facilidade, a vivacidade das suas respostas. Mas não se podem verificar devidamente as suas qualidades didáticas, o seu gosto de ensinar, a sua dedicação ao magistério, o seu amor aos alunos.

A vida do verdadeiro professor não é um regalo: é uma vida de sacrifício, é uma vida de apóstolo. Acho que se pode dizer dela, com a indispensável redução de proporções, o que um crítico notou a respeito da vida de S. Paulo: a vida era, para S. Paulo, uma vítima oferecida em benefício de todos. A vida do verdadeiro professor será uma vítima oferecida em benefício do ensino.

Mas os concursos da Faculdade Nacional de Filosofia haviam de realizar-se de acordo com o molde tradicional. E alguns já se realizaram.

O de V.Ex.^a., que eu acompanhei muito interessadamente em todas as provas públicas, veio mostrar-me que, mesmo dentro da rotina da chamada prova de aula, sem estar presente uma turma de estudantes e sem estar a aula realmente ligada, como um elo, no encadeamento de um curso, é possível ao professor habilitado ministrá-la com perfeito equilíbrio didático, como sei que a aula de V.Ex.^a. foi julgada por um dos nossos grandes entendidos em Didática.

A defesa de tese de V.Ex.^a. não foi unicamente brilhante: foi, também, sólida. E todo o concurso de V.Ex.^a. constituiu uma resposta esmagadora aos adversários de V.Ex.^a, e foi ocasião de nobre e elevado prazer para todos aqueles que apreciam ver premiado o merecimento.

Sr. Prof. Ernesto de Faria: V.Ex.^a. já é uma forte realidade em nosso meio intelectual; mas ainda é moço, e tem diante de si a esperança de um largo futuro. O professor, por mais velho e experimentado que seja, tem, sempre, que estudar e aprender. Felicito a V.Ex.^a. pelo que já realizou, e pelo que, se Deus quiser, ainda há-de realizar em benefício da cultura nacional.

Rio, 4/4/1946.
Sousa da Silveira.

1.2. Saudação do Prof. Jorge Henrique Agostinho Padberg Drenkpol

Carissime et Clarissime D^{ne}. Erneste Faria, eximii collegae, dilecti discipuli atque discipulae:

Doctor Latinus Latine videtur salutandus; en, cur aliqua verba Latina dicam, clare lenteque eloquenda, *Farianum* in modum pronuntianda, ut omnes hic praesentes me intellegere possint. Liceat igitur mihi, professori egredienti, ingredientem salvere iubere, atque, ut Persiano versu tibi D^{ne}. Faria, notissimo incipiam, sic exordior:

Hunc, Erneste, diem numera meliore lapillo!

Hic enim est dies, quo sollemniter Doctor Latinus agnosceris, quo in sacrum Magistrorum gremium reciperis, quo augustam hanc Musarum sedem coronatus ingrederis. Sed quid te dico ingredientem? Nonne iam multis ex annis hic te vidimus operantem, erudientem, docentem? Nonne iampridem Magister es egregius? – Sane id quidem; sed Magistri se habent – venia sit comparationi – ut boni Christiani, qui, non tantum baptizati, verum etiam confirmati esse debent. Post baptismum receptum Christianus adhuc indiget confirmatione, sancto christimatis sacramento, ad fidem firmandam atque roborandam.

Ita amicus Faria, ut bonus Christianus, idem iam erat bonus Magister, baptizatus in undis laborum magistralium. At – felicius quam ego numquam talem gratiam adeptus – D^{nus}. Faria nunc rite est confirmatus sollemni concursu, quem vocant, ut Doctor linguae Latinae! Atque, quoniam in confirmatione opus est patrino aliquo, velut chrismatis patrono, nescio an non videatur temerarium vel insolens offerre me tamquam talem patrinum, qui manum benevolam beneficamque nunc tibi imponat dicens: Doctor Faria, esto fortis atque robustus, utpote munitus ac firmatus in magisterio. En, commissa est tibi ista iuventus Brasiliana literarum cupida: erudi eam, doce eam linguam literasque Latinas, hoc sapientiae sacrarium, matrem hanc linguarum Romanicarum omnium nostraeque Lusitanae. Nobilissima est lingua Latina, prima omnium linguarum toto orbe terrarum quandocumque inventarum, lingua est Sanctae Matris Ecclesiae lingua est omnium scientiarum universalis!

Ac vobis, cari discipuli discipulaque, dico: estote dociles assidueque in studiis, applicantes ad Latinum illud Horatii de Graeco dictum: ... *vos (monumenta Latina) / Nocturna versate manu, versate diurna!* Tam insigni Magistro usi

discite legere Latine, Ioqui Latine, scribere Latine! Sane difficile illud quidem est, atque, ut ait idem Horatius:

Qui vult optatam cursu contingere metam,
Multa tulit fecitque puer, sudavit et alsit

Sed en, astat vobis victor laureatus, Doctor Faria: eius aemulamini exemplum, eius utimini auxilio!

Omnia denique ut *versibus* nostro amico dicatis complectar, disticha aliqua a me composita pro fine afferre iuvabit:

Sermonis Latii Doctor nunc rite probatus
Es iure ac merito: grator, amice, tibi!

Gratulor ex animo tibi, care et clare Magister,
Doctor perpetuus nunc stabiliris enim

Suumque Magister sis stabilis, stabilis tibi fiat
Haec tibi corde precor – vita salusque diu,

Augeat et vires tibi maximus ille Magister,
Ipsius in laudem sisque Magister amans!

Sitque tibi curae semper refovere iuventam
Doctrina solida moribus atque bonis

Atque ita per multos servet Deus optimus annos
Te sophiae columen Brasiliaeque decus!

Gratulabundus cecini
Georgius Henricus Augustinus Padberg Drenkpol

1.3 Saudação do Professor Assistente, P^o. José Joaquim Lucas

Prof. Ernesto Faria

Quis a nímia bondade de meus colegas, vossos assistentes e vossos ex-alunos, fosse eu, na solenidade augusta desta hora, o intérprete do júbilo intenso

que lhes exulta a alma, neste momento de verdadeira glorificação de vossos méritos, neste dia de justa consagração de uma vida inteiramente voltada ao estudo e toda dedicada às rudes lides do magistério.

Se há quem possa avaliar com precisão objetiva este vosso merecido triunfo, ninguém o poderá melhor do que aqueles que vêm *pari passu* seguindo a vossa trajetória, partilhando com mão diurna e noturna dos vossos labores, auscultando os vossos anhelos, participando de vossas lutas e vitórias: os vossos assistentes.

Ninguém poderá ajuizar mais de perto dos vossos méritos, do que os vossos ex-alunos, que convivendo tantos anos convosco, receberam vossas luzes e se beneficiaram de vossos conhecimentos.

Todos nós sabemos o que representa esta vitória, que hoje definitivamente se consolida.

Todos nós bem conhecemos a significação dos louros que vos aureolam a frente.

Todos nós compreendemos a justeza do prêmio que hoje vos galardoa a perseverança, pois não desconhecemos as dificuldades que tivestes de enfrentar e acompanhamos com admiração e entusiasmo o dinamismo de vossas atividades e o ideal magnífico, que sempre norteou vossas atitudes de verdadeiro mestre apaixonado pela matéria, que lecionais.

Não ignoramos os ataques de que fostes vítima da parte daqueles que não compreenderam vossos esforços no intuito de valorizar e aprimorar sempre mais os estudos clássicos de nossa mocidade.

Um dia, imitando a modéstia do máximo orador de Roma, gravastes na página de rosto de um trabalho vosso os seguintes dizeres: *quo minus ingenio possum, subsidio mihi diligentiam comparavi* Até há pouco, vossa admirável dedicação ao magistério demonstrou cabalmente que tivestes diligência igual à do orador romano.

Hoje, porém, as provas brilhantes de vosso concurso patentearam além de vossa diligência, o indiscutível valor de vosso engenho, de vossa cultura. A conclusão magnífica de vossas provas universitárias, como as de vossos colegas, vêm desfazer fragorosamente a versão maldosa de que a Faculdade de Filosofia era um recesso, onde se acoitavam valores hipotéticos receosos de uma comprovação pública e oficial de suas reais possibilidades.

Nós que sentimos o orgulho de ter sido alunos desta Faculdade e alguns a honra de ser vossos assistentes, não poderíamos deixar de nos sentir ufanos ao vermos que vós e outros antigos mestres nossos fizeram merecidamente jus à glória de integrar esta Congregação, como expoentes da cultura universitária no Brasil. Hoje podeis com ufanía parafrasear o poeta venusino:

“Sublimi feriam sidera uertice”

Fostes, porém, bem mais feliz do que o célebre cantor da Apúlia.

Aquele, apesar de seu incontestável valor, não teria logrado a glória que conquistou, se não conquistasse as boas graças de Mecenas.

Vós, porém, sem os bafejos de uma proteção palaciana, merecestes esta consagração, que ora se realiza graças exclusivamente ao vosso valor e cultura pessoais.

Por tudo isso, prezado Mestre, rejubilam-se convosco vossos assistentes e vossos ex-alunos e calorosamente vos felicitam nesta hora solene, partilhando assim do alvoreço e do júblio legítimo de toda nossa Faculdade.

P^o. José Joaquim Lucas

1.4 Saudação do representante do corpo discente, Baltasar Xavier.

Prof. Ernesto Faria

Recebi o grato encargo de saudar-vos neste momento, em nome do corpo discente da casa, principalmente os alunos de Letras.

Um jogo de contrastes faz com que, assim, o menos moço dos discípulos se dirija, sem maiores embaraços, ao mais jovem dos catedráticos.

Da minha parte (modesto autodidata insatisfeito que bateu às portas da Faculdade de Filosofia não só por um escrúpulo de adimplemento de formalidades legais – tal o rábula provisionado que atravessasse, um dia, o limiar dos cursos jurídicos – mas também, e sobretudo, por desejar reajustar a sua formação científica e literária no convívio universitário, entre mestres esclarecidos, através de bibliografia fresca e vívida e por meio de pesquisas e discussões oportunas), da minha parte, dizia, já o vosso nome e a vossa obra, mesmo longe, não eram estranhos. Melhor: não eram indiferentes. Mais ainda: despertavam o estudo e as indagações, semelhantes, quiçá, a essas pedrinhas que se jogam à superfície plácida dos lagos e desenvolvem um sem-número de ondas e encrespações...

Soube, desde logo, e com agrado, que éreis apenas professor-professor. E não professor-dentista ou professor-farmacêutico ou professor-qualquer-cousa-mais, classe de que se queixava, nos centros universitários platinos, em escrito

recente, Mestre Amado Alonso e à qual, nos seus empirismos, nas suas dissipações ou nas suas *suffisances* (digamos assim), atribui ele grande parte do malogro das técnicas ou dos melhores empenhos científicos.

Quando, pois, há três anos, transpus o vestíbulo da casa, com todos os ônus que isso me acarretou, naturalmente passei a observar de perto o homem e a obra que já me chamara a curiosidade. Senti – e ainda agora este sentimento me permite estes reparos – senti que não tínheis muito jeito para medalhão-pendurado-na-glória ou mesmo para catedrático-enfaixado-nas-becas-bolorentas. Tanto melhor. Agitava-se ou perpassava, entretanto, nas suas inquietações ou na sua vocação apostolar, um autêntico estudioso e pesquisador, para o qual a sua disciplina, o latim, também não obrigava a espirros e rapés, nem oferecia engrolações retóricas e pomposas, para engano d’almas ingênuas e embeleco das rodinhas de botica, entre o gamão e o tabuleiro de damas. Vi que não possuíeis o Chernowitz nem léis horóscopos para a freguesia.

Foi sempre – e é ainda – a minha observação. E não há decepção nenhuma nisso. Pelo contrário.

Como quer que seja, escusamo-nos os vossos alunos – meros aprendizes que somos – de fazer julgamentos sobre os vossos invulgares méritos culturais e profissionais, pois os vossos livros são do conhecimento dos doutos, vossa carreira funcional manteve constante impulso ascendente e, mais do que tudo, penso eu, vosso recente concurso público documenta suficientemente; esse concurso em virtude do qual vos é agora conferida a dignidade de Catedrático efetivo da Universidade e, em consequência, a de Doutor em Letras Clássicas. Está presente aqui, neste momento, a maioria dos vossos severos e sapientíssimos examinadores, juizes e, agora, testemunhas mais do que fidedignas da vossa vitória inconcussa e galharda.

Por falar nesse concurso: assisti a todos os atos públicos dele e, francamente, vale a pena comprar caro uma cadeira de primeira fila, como fiz eu (como fez, por exemplo, Mestre Sousa da Silveira), para assistir a justas gentis e renhidas como essa de que saístes armado cavaleiro da vossa dama, isto é, da vossa cátedra e da vossa disciplina querida. Soubestes, vós e os vossos temíveis contraditores da banca examinadora – às vezes verdadeiros advogados-do-diabo – evitar o choro e o ranger de dentes desses prélios infernais a que se dá o nome de *concursos públicos de magistério*. Vimos todos, por exemplos, como nem se queimaram hereges em efígie ou, sequer, a reputação de ninguém saiu ferida com uma flor de retórica ao menos, nem mesmo com um mau pensamento ou alusão longínqua. Alunos, trouxemos essa lição de nobreza, que valeu.

Agora, recebi o prêmio da vossa sinceridade de propósitos, da vossa honestidade intelectual, de vossas próprias fadigas físicas e, por ventura, dos vossos dissabores morais, resultantes, vez por outra, de qualquer golpe proibido de outras refregas menos felizes.

O vosso poeta, aquele jovem *poeta da virtude* (como diz Vincenzo Monti), começa a sua primeira sátira com este verso desalentado:

O curas hominum! O quantum est in rebus inane!

“Ó preocupações humanas! Quanto vazio existe em tudo!”

Tal não é, de forma alguma, a vossa situação. Lutas, canseiras, aflições, pragas ou doestos, já não há que valham. Ganhastes a batalha e recebeis agora a vossa panóplia e, mesmo, os vossos troféus.

Não há vazio nenhum hoje. Esta é uma hora plena e este é um dia cheio.

Podeis mesmo, neste esplendente *show* de amigos, discípulos e admiradores, usar da vaidade ingênua do vosso Aulo Pérsio, no verso 28 da mesma primeira sátira:

At pulchrum est digito monstrari, et dicier: hic est!

“Mas como é bonito ser apontado com o dedo e ouvir dizerem de si: ele é este!”

Pois não, meus senhores: *hic est!*

Baltasar Xavier

2. Um Humanista.

Tristão de Athayde

Escreveu Garrett que Camões morreu com a pátria. Teria o nosso Ernesto Faria Júnior morrido com... o latim?

É provável, pelo menos, que a morte do latim, em nosso ensino secundário, poucos dias antes de sua própria morte, tão inesperada e prematura, tenha apressado o seu fim. Pois se pode dizer que viveu para o latim e para o seu ensino. Desde os tempos da Universidade do Distrito Federal – quando Capanema colocara o latim no centro da formação ginásial – dedicara-se Ernesto de Faria de corpo e alma à grande língua, fonte da nossa e veículo de tanta e tão

perene sabedoria. A princípio, de modo hesitante e canhestro. E, por toda a sua devotada carreira de mestre, sem dar ao ensino aquele calor de transmissão que convence os alunos e é capaz de dar vida a uma língua morta.

Pois bem, à custa de um ingente esforço de dedicação e de estudo, conseguiu vencer todos os obstáculos e pouco a pouco se tornar um autêntico mestre no seu ramo científico. Publicou obras didáticas valiosas. Participou de congressos internacionais de filologia, onde deixou uma sólida reputação. Criou todo um grupo de discípulos, assistentes e auxiliares de ensino, aos quais comunicara a sua paixão pelo venerável tronco de nossa linguagem. Contava, com esse incansável trabalho, corrigir o principal obstáculo que encontrara, no campo do ensino, à drástica introdução do latim, como matéria básica de formação humanista: a falta de professores. Não basta fazer de uma matéria, por mais fundamental que seja, a coluna mestra da formação educativa. É mister que haja professores em número e qualidade suficientes, para que a reforma não seja apenas de caráter nominal. Foi o que ocorreu com o latim. Não havendo mestres em número suficiente e tendo a matéria sido introduzida nos programas, em caráter maciço e inesperado, o resultado foi, até certo ponto, contra-producente. Criou-se, tanto nos professores como nos alunos, tanto nas direções dos estabelecimentos como na opinião pública, o sentimento de que realmente era o latim um ensino acadêmico, anacrônico, ornamental, que deveria ser substituído, como acabou sendo, num passe de mágica, por uma dose maciça de ciências. Passou-se, como sempre, de um extremo a outro. Ou o latim no centro do ensino secundário. Ou o latim como simples matéria optativa. E, para substituir o excesso de latim, o pragmatismo utilitarista introduziu o excesso de ciências... E como não há, tampouco, professores de ciências em condições de ensinar como deve ser, vai suceder com as ciências o que ocorreu com o latim: ao cepticismo latinístico o cepticismo científico...

Enquanto isso, o nosso apóstolo dos estudos clássicos desaparece em plena maturidade de espírito, quando estava justamente dando os frutos de sua extrema dedicação ao estudo da nossa língua tronco. Não sou fanático do ensino do latim, no currículo secundário. Maritain o substitui, mesmo, em seu plano pedagógico, pelo da lingüística geral. E considero que o latim mal ensinado, como desde a nossa geração vinha ocorrendo, dá armas aos adversários da cultura humanística e concorre para espalhar o cepticismo pedagógico, que a indigestão de ciência tampouco há de curar.

Seja como for, o nosso grande latinista teve a sua morte precipitada, sem dúvida, pelo grande desgosto com que a passagem do latim para matéria marginal lhe ensombrou os últimos dias de vida. De uma vida de tal amor à causa

do ensino e de tão alta dedicação à nobre matéria a que se dedicou, sem reservas, que seu nome ficará para sempre ligado à história do nosso incipiente e mal-aventurado humanismo. Mas, como a gloriosa língua do Lácio, insuperável instrumento não apenas de ilustração, mas de cultura, sobreviverá a todas as mortes e ressurreições parciais a que as reformas de ensino a tem submetido, o nome do nosso saudoso mestre e amigo também sobreviverá ao seu prematuro e inesperado desaparecimento.

Jornal do Brasil, 6/4/1962.

3. Dois Textos da Professora Amelinha.

23 de maio de 1962

Nosso querido Mestre – Prof. Faria – emudeceu. O coração humano deixou de pulsar, mas persiste a irradiação de sua bondade que nos vai envolvendo pela vida afora, para converter a “ausência” dolorosa em uma “presença” de pensamento, de espírito, de vida verdadeira.

Seus livros, que compõem obra douta e esclarecida, ficaram-nos a jorrar doutrina e autenticidade. Professores ilustres respeitaram-na e louvaram-na, no Brasil e no estrangeiro. Graças a ela, *non omnis morietur*, “ele não morrerá de todo”. Assim conforta-nos o poeta Horácio, quando a saudade convida-nos a rememorar virtudes do Mestre que se despediu, no apogeu de sua carreira, com um entusiasmo e um fervor que eram riqueza de sua personalidade. Bem posso estender à sua vida aquelas reflexões que Coelho Neto dirigia, fraternalmente, ao Dr. Carlos de Laet (também professor):

“Felizes os que chegam à tarde da vida com a mesma alegria, com a mesma saúde espiritual e a mesma fôrça de ânimo com que nela amanhecera. Quantos logram tal ventura? Raros e esses são os privilegiados de Deus”.

Tarde privilegiada de emoção e carinho seja esta em que homenageamos um “privilegiado de Deus”: modelar chefe de família, educador estudioso, apóstolo fiel de sua doutrina, intelectualmente apaixonado pela tradição humanística, homem tenaz nos seus propósitos. Desalentos, incompreensões, às vezes mágoas d’alma, não alcançaram arrefecer o impulso do Ideal que abraçara. Sempre na brandura de sua amizade todos o haviam de encontrar pronto para servir e ajudar – atento, delicado, de uma simplicidade cativante.

Amava esta Faculdade, apegou-se a ela afeiçoadamente. Seus problemas ocupavam-lhe as melhores horas de trabalho; sonhava para ela a projeção mais alta no cenário universitário e, à semelhança de um Pai vigilante, pressentia os anseios adultos ou pueris dos nossos alunos.

Tudo aquilo que atingisse o saber, a inteligência, o conhecimento, era uma festa para o Prof. Faria. Seu legado emoldura-lhe a lembrança – tão amiga! – e há-de florescer: um nome honrado, um exemplo de vida consagrada à causa do ensino. *Super omnia e super omnes* a sua atuação nesta Casa foi brilhante, sem ostentação. Semeou renovação e esperanças:

Tive abençoados anos de convivência com o Prof. Faria, desde que, pela 1ª vez, ainda ginásiana, fui-lhe apresentada por um seu colega e meu antigo professor de inglês – Dr. Carlos Ramos. Recebi, então, lições para ingressar na Universidade do Distrito Federal. De lá até o triste dia de sua morte, nunca empalideceu a amizade e o reconhecimento que lhe devo.

Hesitei em falar, hoje. A perda do amigo generoso repassa-me a alma de saudades, sombras do que se foi... mas, sendo o dia de seu aniversário, e à custa de recordar como, nesta data, o víamos mais alegre do que sempre, sinto-me feliz porque, no silêncio de Deus, eu acredito que êle nos está ouvindo, nessa harmonia misteriosa que une as criaturas ao Criador.

Maria Amélia Pontes Vieira

22 de março de 1963.

Nesta sessão de abertura da 3ª Semana da Grécia, quando deveríamos ouvir o nosso pranteado chefe e amigo – Prof. Ernesto Faria – discorrer sobre “os estudos clássicos no Brasil” – não poderia a cadeira da qual era digno e sábio catedrático deixar de se expressar, comovida e humildemente, homenageando, assim, aquêle que hoje continua e continuará presente e vivo em nossa lembrança. Presente nas salas de aula desta Faculdade que êle tanto estimava, presente pela moderna orientação que imprimia a seus cursos, presente pela bondade com que pacificava difíceis situações.

Sua alegria, bom humor e otimismo davam um colorido característico à sua personalidade. Alegre se sentia se podia ajudar alguém. A alunos abria, generosamente, sua casa, e a acolhida que lhes dava era tôda especial.

No trato diário sua simplicidade a todos cativava. Sabia ser enérgico sem intransigência, divergia sem ferir e era de uma habilidade sem par para fazer amigos.

Dos 37 anos que dedicou ao magistério ininterrupto do latim, 22 êle os consagrou a esta Faculdade. Lutou, sem tréguas, para o engrandecimento desta Casa que honrou e serviu até o fim de sua vida.

O aprimoramento da cultura e uma larga visão da realidade foram sempre o seu norte nos cursos que ministrou.

A obra esclarecida e doutra que immortalizará, sem dúvida, é um testemunho vivo do seu devotamento à causa do ensino.

Evoquemos, para finalizar, uma página do saudoso ausente que bem reflete o respeito que tributava às tradições humanísticas de nossa educação e que êle, na paz de Deus, a recolha como sentida homenagem de seus auxiliares, enlutados com sua tão inesperada partida:

“Assim, tudo nos leva a persistir em dar à nossa educação nacional uma orientação nítida e preponderantemente humanística, no sentido mais amplo do termo, isto é, de forma a dar aos nossos adolescentes uma cultura geral harmônica e equilibrada. Esta cultura evidentemente compreenderá em si a prática da experimentação científica e sua técnica de observação, elementos essenciais da cultura contemporânea. Mas também não deixará de dar os elementos, tão indispensáveis quanto aquêles, para que o nosso adolescente possa por si mesmo compreender que a sua civilização e a sua língua, o que dela faz parte e a integra, tiveram um passado que lhe cumpre conhecer para que o possa amar, que acima das contingências materiais há grandes princípios e nobres ideais que devem nortear a sua vida no sentido da solidariedade humana, da confraternização universal, da justiça, do bem e da paz. É esta superior hierarquia de valores que nossos estudos de humanidades sempre procuraram alcançar, constituindo o melhor de nossas tradições culturais”.

Professora Maria Amélia Pontes Vieira

4. Carta da Associação de Estudos Clássicos do Brasil.

São Paulo, 23 de março de 1962.

Excelentíssima Senhora Dna. Ruth Faria

A Secção de São Paulo da Associação de Estudos Clássicos não pode deixar de comparecer, verdadeiramente enlutada, perante Vossa Excelência, a fim de exprimir-lhe o mais profundo pesar pelo falecimento do seu ilustre esposo,

Senhor ERNESTO FARIA JÚNIOR, possuidor dos mais preciosos dotes de espírito e de caráter. Com êle perdeu Vossa Excelência o companheiro amante e dedicado, e a Associação de Estudos Clássicos o grande Presidente que tanto batalhou pela sua causa e pelo triunfo dos seus ideais.

A Secção de São Paulo, em reunião de 17 do corrente, por proposta do Senhor Desembargador JUAREZ TOLEDO BEZERRA DE MENEZES, unanimemente aprovada, fez consignar em ata a expressão daquele pesar. Usou da palavra o Professor Dr. ARMANDO TONIOLI, que prestou à memória do seu saudosíssimo confrade e Presidente Geral as sentidas homenagens de todos. Por proposta da Professora Dra. AÍDA COSTA ficou decidido celebrar-se uma missa em sufrágio da alma do querido Amigo, no dia 7 de abril, às 9 horas, na Igreja da Consolação, nesta cidade.

Também o Prof. Dr. ROBERT HENRI AUBRETON deu conta da participação que tivera em nome da Associação de Estudos Clássicos do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, do Departamento de Letras e em seu próprio nome, nos funerais realizados, como afetuoso amigo do Professor ERNESTO FARIA JÚNIOR. O Professor AUBRETON acrescentou o testemunho de sua tristeza que era a de todos os presentes.

Queira, Excelentíssima Senhora, aceitar o testemunho da elevada consideração com que, pela Secção de São Paulo da Associação de Estudos Clássicos, tenho a honra de subscrever-me.

De Vossa Excelência respeitoso servidor,
Mauro W.Q. de Almeida
Secretário da A. E.C.B
Secção de São Paulo

5. Texto de Antonio Houaiss

Homenagem

Ernesto de Faria Júnior – autoralmente Ernesto Faria – nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1906 e nela morreu em 1962. São passados, assim, vinte anos de sua ausência – e, no ensejo em que se reedita uma obra sua de referência e permanentemente útil, é justo que um dos seus alunos – que dele fui desde 1930 – aqui diga umas palavras a seu respeito.

Discípulo que fora (e que – repetia-o – continuou toda a vida) de Antenor Nascentes nos bancos escolares secundários, Ernesto Faria ao mestre se ligou por devota amizade, que despertou cedo nele a vocação do magistério – porque, noutros tempos, antes de ser duro meio de vida, o magistério era vocação e duro meio de vida. Mas, se o mestre – rico de helenidades, latinidades, romanicidades, hispanidades, lusitanidades, brasileiridades – preferira enveredar, depois de incursão no ensino do espanhol, pelo senhorio e ensino do português, a ele, Ernesto Faria se impunha responder ao seu chamamento mais íntimo: iria ser professor de latim, iria ser latinista. Na verdade, Antenor Nascentes e Ernesto Faria buscaram a mesma coisa, a cultura languageira, mas cultura languageira que, em lugar de formar potenciais mundanos cosmopolitas hedonísticos ou também e concomitantemente burocratas e empreseirios, formasse sobretudo homens de inteligência e sensibilidade abertas a mudanças e à necessidade de mudanças em que a compreensão profunda das diferenças fosse a condição para uma justa vivência e participação de um mundo só, tragicamente dilacerado embora.

A entrada de Ernesto Faria no magistério oficial se fez por concurso de provas para a seção de português, latim e literatura do ensino técnico-secundário da Prefeitura do Distrito Federal: na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, fazia pouco inaugurada (onde eu entrara logo para o seu curso propedêutico, após o que teria os meus anos de perito-contador, que os tive), nessa escola, em 1930, eu estava na turma a que ele deu sua primeira aula oficial de português, com uma técnica didática aliciante que desenvolvera no seu exercício de professor de escolas particulares. Terminada a aula, tive consciência de que ao meu destino se acenavam horizontes novos: iria eu também dedicar-me à minha língua vida em fora (já que ainda ignorava que, para ele, o objetivo principal era outro, era o latim). A escola – sob a inspiração de Anísio Teixeira – recebia logo uma impressionante galeria de professores notáveis: além de Ernesto Faria, fomos – os do meu tempo – alunos de Joaquim Mattoso Câmara Júnior, Pascoal Leme, Adelino Magalhães, Maria Junqueira Schmidt e tantos mais, cuja importância o tempo veio a confirmar.

Em pouco, comecei a freqüentar vorazmente a biblioteca de Ernesto Faria – que me indicou naquele então tudo que estivesse à altura de minorar minha incultura e deseruição quanto a literatura – brasileira, portuguesa, espanhola, francesa, latina – quanto a filologia, quanto a lingüística. Quando faltasse, na biblioteca de mestre Nascentes se ia, respeitosamente, buscar. E nelas nem me faltaram leituras politizantes.

Vi-o, a Ernesto Faria, após as canseiras das aulas diárias, lutar contra o tempo, no preparo sôfrego de sua tese de concurso para a cátedra de latim do Colégio Pedro II, *A pronúncia do latim, novas diretrizes no ensino do latim*: era o ano de 1933. Escusa dizer que, com 27 anos de idade, era muita petulância sua querer dar diretrizes ao ensino de uma língua que, com raízes numa tradição multissecular, fora também a primeira língua de cultura ensinada no país sob diretrizes mais que sabidas e consabidas. Quem era aquele magro professorzinho para propor “nova” didática, mais que isso, novas diretrizes, novas idéias-forças para o ensino, o aprendizado, o uso moderno do latim? E – a haver uso – que uso?

Qualquer síntese que se tente fazer da luta docente de Ernesto Faria fica sem sentido, se não se buscar resumir seu pensamento sobre o ensino, o estudo e o uso do latim na contemporaneidade – sobretudo porque seu pensamento se tornava maduro a esse respeito exatamente quando a “crise do latim” chegava ao auge no Brasil.

Ernesto Faria estava, já então, convencido de que eram profundamente negativas as seguintes posturas em face do latim: 1) ensiná-lo a reboque da tradição – eu diria mais rigorosamente – a reboque da inércia com que se amolecera dentro da Cúria romana e da docência nos seminários católicos mundo em fora; 2) ensiná-lo como língua viva e, por conseguinte, como coisa que tivesse em si mesma seu fim, já que numa língua viva o que se deve querer é o seu manejo, oral e escrito (se língua viva de cultura) para as situações sociais concretas em que os interlocutores (ou interscribentes) necessitam dela para se comunicarem. Ao invés disso, Ernesto Faria postulava: 1) não se buscará “falar” nem se buscará “escrever” o que já não se fala nem se escreve – e “onde” se fala e se escreve o latim é um reduto que quase nada mais tem do latim, a Igreja e certas universidades que pediam teses em latim: no mínimo, aí havia – ressalvadas as mensagens universalistas papais para povos de *todas* as línguas – um exibicionismo aristocrático e elitista classificatório, sem possível proveito senão para os iniciados, muito reduzidos num mundo em democratização do saber; 2) era a insistência em querer fazer “falar” e “escrever” latim que transformava esse ensino em algo irracional à sensibilidade e inteligência dos estudantes, violentados por essa total gratuidade – já que, como “exercício” mental, dizia-se, o xadrez, a lógica, as matemáticas dariam (e davam) mais; 3) entretanto, o latim era, efetivamente, a chave para uma aquisição constelar da língua portuguesa de cultura e, com ela, das línguas românicas de cultura e, com elas, das línguas de cultura, sem falar da abertura cultural que havia em saber ver as sementes do presente no passado, em abundância no

passado clássico (que explicava também a Antiguidade oriental), sem o qual a Idade Média seria (mas não era) um interregno de sombras, o Renascimento, um capricho, e a modernidade, um acaso.

Creio que – embora sintetizadíssimas, linhas acima – fui fiel à pregação de Ernesto Faria, quanto à conveniência, à oportunidade, à vantagem, à necessidade do estudo do latim no mundo de hoje: o problema era, pois, acima de tudo o de uma nova visão do presente, para melhor querer do passado, do passado potencialmente presente.

De todos os modos, pareceu ao seu tempo algo deslocado que quem postulava o reconhecimento do latim como língua que não devia ser ensinada para ser falada apresentasse como tese de concurso algo sobre a *pronúncia* do que não se destinava a ser falado.

Era, é óbvio, o sofisma. Ernesto Faria, em sua obra, mais de uma vez tratou do trabalho pioneiro, nesse respeito, de Vicente de Sousa – Vicente Ferreira de Sousa (1852-1909) –, que fora professor do Colégio Pedro II e que buscara divulgar entre nós a pronúncia reconstituída ou restaurada – a pronúncia clássica – do latim. A questão não se propunha como bizantinice ou chinesice ou trivialidade da erudição: todos os sistemas fonológicos românicos – e seriam, “nacionais”, muitos; regionais, dezenas; dialetais, centenas ou milhares – só se compreendiam se enlaçados ao românico ou ao (dito) latim vulgar, já de si regionalmente diferenciado, e repropunham ou retropropunham aquela pronúncia do latim. Ora, se o latim passasse a ser estudado sobretudo como “fonte” – histórica, cultural, literária, lingüística, lexicológica, fonológica, sintáctica, semântica – das línguas românicas e das línguas modernas de cultura, era evidente que a questão da sua pronúncia se alçava à categoria de questão necessária – fácil, aliás, de provar e dominar, por quem não estivesse imbuído de preconceitos.

Compreende-se, assim, que Ernesto Faria malograsse no seu intento de conquistar a cátedra de latim do Colégio Pedro II. E – pelo que se viu subsequentemente – perdeu-se, com isso, o único batalhador capaz, através do prestígio então ainda vivo daquele estabelecimento de ensino, de lutar por uma causa que se degradou pela interferência do equívoco quanto aos fins e do desconhecimento quanto aos meios de quantos quiseram entrar na querela do latim ou não-latim no nosso ensino e nosso meio.

Em verdade, uma das grandes motivações para Ernesto Faria como autor – ao lado do sempre professor – foi produzir livros em três frentes da mesma batalha: livros escolares de nível secundário ou superior, que apoiassem o ensino do latim segundo sua visão, nas diretrizes que deviam inspirar o estudo do latim no mundo moderno como esforço do adolescente de fazer-se mais apto

ante o mundo; livros didáticos de alto nível que orientassem os professores no seu trabalho de ensino do latim, e livros de cultura que, abertos a leitores menos especializados ou habilitados, os tornassem capazes de opinar sobre a importância do latim e da cultura clássica no mundo de hoje.

Desse modo, a docência e a autoria foram atividades paralelas e complementares – que poucos conseguem realizar de forma tão harmônica quanto o fez Ernesto Faria.

O lado mais humano de sua vida é aqui omitido, mas não esquecido: lembremos que, órfão de pai muito cedo, teve consigo sempre sua mãe, ela também professora nos seus tempos de trabalho; que, quando do seu primeiro casamento, sofreu a perda trágica de sua primogênita num brutal acidente de trânsito urbano, que o marcou para sempre, pois foi a causa de sua – à maneira de Alceu Amoroso Lima – reconversão ao catolicismo; que cedo enviuvou; que reviveu sua vida conjugal abençoando-se com novos filhos; que cumpriu sua vida estigmatizado pela presciência do que teria, como seu pai, vida curta – o que, em certo sentido, foi assim, pois a morte lhe veio, pela feição não esperada de mal cardíaco fulminante, quando apenas tinha cinqüenta e seis anos de vida e todo um horizonte de projetos de trabalho pela frente. Morte que, sem pieguices, foi uma resposta emocional à degradação que sancionava contra o ensino e estudo do latim.

Seu trânsito para o ensino superior se deu como professor assistente de língua latina na Universidade do Distrito Federal em 1936, universidade que iria, breve, ser ingloriamente absorvida com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, integrada na Universidade do Brasil; em 1939, Ernesto Faria era catedrático de língua latina dessa faculdade; em 1946 era nela chefe do departamento de letras e em 1952 seu vice-diretor: dez anos depois, no seu gabinete de trabalho na faculdade, foi visitado pela Parca.

De 1933 a 1962, em vinte e nove anos de labor sem vagares, Ernesto Faria produziu dezessete títulos, pelo menos (sem contar conferências e artigos cujos textos não foram ainda recolhidos). Quem compulse seus livros, observará a presença quase constante de agradecimentos dirigidos a amigos, em verdade ex-alunos seus ou ainda então alunos seus. É que poucos mestres terão tido, mais que Ernesto Faria, o desejo e o sentimento de fazer escola, de criar, em suma, um grupo de continuadores que no magistério e fora dele, se dessem à causa que abraçara. O utilitarismo de visão estreita, o engurgitamento curricular, a massificação – por oposição à democratização – dos quadros docentes e discentes foram progressivamente reduzindo o latim a tão pouco, que a muitos pareceu melhor extingui-lo.

Não citarei nomes dos que se fizeram seus discípulos, numa linha que vem de Antenor Nascentes – e, antes, de Fausto Barreto – e é por ele continuada. Temo omitir. Mas estou certo de que a muitos deles que lerem esta nota lhes ocorrerão traços inconfundíveis do mestre e amigo que foi Ernesto Faria, tão atento à formação cultural de cada um e ao mesmo tempo tão solidário com a vida material, espiritual e sentimental de cada um.

A bibliografia de Ernesto Faria, aqui estampada, não busca ser exaustiva, tanto é fato que o primeiro título, acima referido, dela não consta – a sua tese de concurso.

Nessa bibliografia ver-se-ão as três vertentes do seu trabalho autoral. O que não se verá, porém, é a adequação de cada texto ao projeto que o animava – fazer do latim e sua cultura um instrumental cultural que situe o estudioso e o homem no universo da cultura contemporânea sempre que esta vise a um tipo de universalidade humanística que não busque uma tecnificação que tangencia a pulverização dos homens em cada homem.

Os livros – os livrinhos, disse o fabulista – têm seu destino. Alguns morrem, mas foram ou não foram fecundos. Há, no acervo autoral de Ernesto Faria, alguns que pulsam de vitalidade e que continuam vivos para quantos queiram não apenas estudar o latim e sua cultura, mas também buscar suas conexões com o português e as línguas de cultura e o mundo moderno. A reedição do seu *Dicionário escolar latino-português*, é assim, relevante e auspiciosa para quantos, muito além e muito aquém do *escolar*, se interessem por aqueles fatos de cultura.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1982.

Antônio Houaiss

(da Academia Brasileira de Letras)

6. *In Memoriam*

Ernesto de Faria (1906-1962)

Avec Ernesto de Faria la latinité perd un de ses répondants les plus sûrs et L'Amérique latine un des représentants les plus éminents de la science mondiale.

Dès sa vingtième année, Ernesto de Faria inaugurerait sa carrière d'enseignement au Collège Pedro II de Rio de Janeiro, et peu après entraît au Lycée Français comme professeur de latin. Ses premiers cours le désignèrent

à l'attention de nos compatriotes Jérôme Carcopino et Jacques Perret, envoyés à Rio em mission, et em 1939 il était investi de la chaire de langue et littérature latine de L'Université du Brésil. Vice-directeur de la Faculté Nationale de Philosophie en 1946, il accédait au directoriat en 1957, pour être réélu em 1960, em même temps qu'appelé à présider l'Association des Études Classiques du Brésil.

Quand je fus appelé em mission à Rio, je trouvai le professeur De Faria investi d'une sorte de mission tacite de promoteur et organisateur des études latines au Brésil: la cohorte de ses élèves, l'essaim de ses assistants et jeunes collègues l'entouraient d'une atmosphère d'affection respectueuse et de quasi-dévotion, qu'ont pu apprécier au cours de missions suscitées par lui nos collègues Piganiol et Durry. Quant aux latinistes de chez nous, ils ont eu l'occasion de lui manifester leur estime et leur sympathie au cours de voyages qu'il accomplit en qualité de délégué du gouvernement brésilien en France et au Portugal ou de congressiste à Londres et Copenhague: notre Société et son Groupe romand l'ont accueilli et acclamé comme le promoteur et le représentant éminent des études latines dans un pays où avant lui la place leur était encore mesurée.

Ses ouvrages sont nombreux, inspirés par la nécessité de procurer les manuels nécessaires à tous les degrés de l'enseignement, et de doter les nouveaux venus au latin des instruments de travail et des ouvrages d'initiation qui leur manquaient encore. Il a été à cet égard un prospecteur et un promoteur.

Mais le mérite essentiel de Faria et le titre de gloire qui restera attaché à son nom, c'est la valeur humaine de son enseignement: accueillant à tous, serviable à ses collègues, ami surtout des jeunes, auxquels l'attachait une familiarité fraternelle, il a su, pendant sa trop courte carrière, conférer aux études classiques un lustre et un rayonnement qui devraient être garants de leur essor dans pays en devenir.

J. Marouzeau
(Société des Études Latines)

13. Agradecimento

Não posso deixar sem registro um agradecimento muito especial a Maria Dulce de Faria, a filha que me franqueou a leitura da preciosa documentação, relicário da família, de que muito me vali.

Notas e Referências

- (1) COSTA, Aída. *A vida e a obra de Ernesto Faria*, in: Boletim de Estudos Clássicos, nº VI – 1967, S.Paulo, . 29-41.
- (2) PERRET, Jacques. *A Atualidade dos Estudos greco-latinos*, F. Briguiet & Cia, Editores, Rio de Janeiro, 1937.
- (3) CHEDIAK, Antônio José. *Síntese Histórica da Academia Brasileira de Filologia (1944-1949). Primeira parte*, inédito, Rio de Janeiro, 1999.
- (4) ELIA, Sílvio. *Ensaio de Filologia e Lingüística*, 2ª edição, refundida e aumentada, Grifo/MEC, Rio de Janeiro, 1975.
- (5) TUFFANI, Eduardo. *Repertório Brasileiro de Língua e Literatura Latina (1830-1996)*. Íbis, Cotia, SP, 2006,
- (6) COSERIU, Eugênio. *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem. Estudos de História da Lingüística*, tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira, Presença/Editora da USP, Rio de Janeiro, 1980.
- (7) VALLE, Rosalvo do. *Os estudos clássicos na Universidade*, Cadernos de Letras da UFF, nº 1, Niterói, RJ, 1990.
- (8) FARIA, Ruth Junqueira de. *Lívio Andronico: a obra, a língua, a métrica*. Tese de Livre-Docência, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1975.
- (9) VALLE, Rosalvo do. *Considerações sobre a “Peregrinatio Aetheriae”*. Tese de Livre-Docência, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1975.
- (10) In: ARAÚJO, Antônio Martins de. *Índices da Revista Filológica*. (Arquivo de Estudos de Filologia, História, Etnografia, Folclore e Língua Literária). ANPOL – GT – Historiografia da Lingüística Brasileira – Indexação das Revistas Filológicas Brasileiras do Fascículo XX.
- (11) Sobre Jorge Henrique Agostinho Padberg Drenkpol (1877-1948) e sua espantosa erudição, ver “Elogio de Padberg – Drenkpol” no discurso de posse de Gládstone Chaves de Melo como seu sucessor na Academia Brasileira de Filologia – In: MELO, Gládstone Chaves de – e SILVA NETO, Serafim da. *Conceito e Método da Filologia*, edição da “Organização Simões”, Rio, 1951, p. 59-85.

Não se veja malícia ou descortesia na saudação *em latim* (e lida na pronúncia reconstituída que Ernesto Faria defendia e propagou: *verba latina... Farianum in modum pronuntianda*) – o que destoa frontalmente da nova orientação de que Ernesto Faria é o líder entre nós. Trata-se, na verdade, de um encontro cordial, por ventura uma despedida, da orientação tradicional, que sai, (do *professor egrediens*) com a nova orientação, que chega (do *professor ingrediens*). Padberg Drenkpol foi fiel à sua sólida formação humanística europeia tradicional, revista pelas novas orientações lingüísticas e metodológicas,

que têm em Marouzeau e em Faria duas figuras emblemáticas. Porém, naquela saudação cândida está patente o apreço do velho mestre, que se aposenta como catedrático de Língua e Literatura Grega, ao jovem catedrático de Língua e Literatura Latina – seu colega na Universidade e seu confrade na Academia Brasileira de Filologia.



Foto da Solenidade de posse quando, de pé, falava o novo catedrático.

Da esquerda para a direita: 1. Dr. Heitor Silva Correia, Secretário da F.N.F., 2. Prof. Faria Goes Sobrinho, Representante da Congregação, 3. Prof. Antonio Carneiro Leão, Diretor, 4. Reitor Inácio de Azevedo Amaral, 5. Prof. Ernesto Faria, 6. Prof. Sousa da Silveira.

No auditório, na 1ª fila, o Prof. Padberg Drenkepol.

O PROF. ERNESTO FARIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS ESTUDOS DE LATIM

Horácio Rolim de Freitas
UERJ – ABF – LLP

O Prof. Ernesto Faria foi um grande divulgador dos estudos latinos, tanto no magistério, como por meio de suas obras, e deixou-nos irrefutáveis argumentos sobre a importância do Latim para o domínio da língua portuguesa e enriquecimento de nossa cultura.

Particularmente, defendemos a tese de que um professor de nosso idioma, sem o conhecimento do Latim, apresentará, em geral, embasamento deficiente, insegurança na descrição dos fatos lingüísticos, principalmente nos campos da morfologia e da sintaxe. É claro que não se trata do domínio exclusivo do Latim literário, formal, erudito ou clássico, mas também do Latim corrente, fundamental para uma visão ampla da estruturação das línguas românicas.

Na bibliografia dos estudos latinos destaca-se o trabalho do Prof. Ernesto Faria por abrir novos horizontes no ensino secundário e no universitário, uma vez que hauriu as idéias da lingüística moderna de renomados mestres, como Meillet, Marouzeau, Bourciez, Meyer-Lübke, Havet, Jespersen, Väänänen, Serafim da Silva Neto, C. Bally para só citar alguns.

Em 1933, publica *A Pronúncia do Latim*, obra refundida e publicada em 1938, sob o título *Manual de Pronúncia do Latim*. Aí, compara a pronúncia no passado e no presente. A pronúncia chamada *tradicional*, adaptada ao sistema fônico das línguas: francês, inglês, italiano, português etc., e a pronúncia com base nos estudos da ciência da linguagem denominada *reconstituída* ou *restaurada*. Mereceu palavras elogiosas do lingüista francês Marouzeau.

Em 1941, dá-nos uma obra de valor pedagógico e didático inestimável: *O Latim e a Cultura Contemporânea*. Além de apresentar aspectos da preparação do professor de Latim, explicita as finalidades do seu ensino por meio dos objetivos pragmático, disciplinar e cultural.

Contudo, a sua grande contribuição aos estudos latinos viria em 1955 com a *Fonética Histórica do Latim*. Nessa obra o Prof. Ernesto Faria demonstra domínio do assunto, segurança na exposição e riqueza bibliográfica. De início,

faz um retrospecto da história da língua latina: parte do indo-europeu, fonte dos ramos lingüísticos, dentre os quais se acha o ítalo-céltico, destacando-se o ítálico, grupo a que pertenceram, principalmente, o latim, o osco e o umbro. Descreve os diversos idiomas e dialetos da Itália romana, ressaltando a civilização etrusca e, particularmente, a brilhante civilização helênica, cuja influência na literatura e língua latinas viria a ser notória. A seguir, passa ao estudo descritivo do alfabeto latino. Explica-lhe a origem e a história, comentando a procedência das letras. Trata da pronúncia com farta fundamentação, quer de gramáticos latinos, quer de especialistas no campo da lingüística românica. Estuda o acento, o vocalismo, as alterações fônicas, como apofonia, síncope, apócope, metátese; o consonantismo e os grupos consonantais. Destaque-se a riqueza das citações textuais comprobatórias dos exemplos apresentados. Pode-se afirmar que, em língua portuguesa, não há trabalho que se ombreie a esta obra do Prof. Ernesto Faria.

Além da homenagem ao incansável defensor dos estudos latinos no magistério fundamental e universitário, é oportuno relembrar as divergências que marcaram época sobre a pronúncia do Latim. Qual a correta a ser usada por alunos e professores: a pronúncia tradicional, com base no sistema fônico de cada língua, ou a pronúncia reconstituída pelos princípios advindos da ciência da linguagem? Não faltaram adeptos de uma e de outra, gerando daí várias polêmicas entre eminentes nomes da nossa cultura lingüística.

Não é nosso propósito opinar sobre qual a mais correta.

Os adeptos da pronúncia restaurada, como o Prof. Ernesto Faria e Serafim da Silva Neto arrolaram argumentos com base no desenvolvimento da ciência da linguagem, no século XIX, com a descoberta do sânscrito, com os estudos da gramática comparada e com o surgimento da fonética instrumental. A aplicação desses modernos estudos à língua latina produziu obras fundamentais, como: *La Prononciation du Latin* (1931), de Marouzeau; *Phonétique Latine* (1929), de Juret; *Manual de Pronúncia do Latim* (1938), de Ernesto Faria.

Foi também de grande importância entre nós, no desenvolvimento dos modernos estudos da linguagem, a presença, na Faculdade de Filosofia e Letras do Distrito Federal, de George Millardet, da Sorbonne, de Jacques Perret e de Jean Bourciez, da Universidade de Montpellier.

Os fundamentos norteadores da pronúncia restaurada podem ser assim sintetizados:

1º. A pronúncia do Latim deve representar a do período clássico de Cícero e de César, conforme a reconstituição feita por meio dos princípios advindos da lingüística moderna.

2°. ¹As vogais eram distinguidas pelo traço pertinente de altura (quantidade)²
 ā, ǣ, ē, ě, ī, ĭ, ō, ǒ, ū, ŭ

O Prof. Ernesto Faria³ cita Quintiliano: “Longa esse duorum temporum, breuem unius etiam pueri sciunt.” (A longa ter a duração de dois tempos e a breve a de um até as crianças o sabem).

3°. Os ditongos eram: /au/ aurum; /ae/ caelum; /oe/ poena; /eu/ Orpheus e, raríssimo /ui/ cui.

4°. Quanto às consoantes, há de observar-se: a letra c representava o fonema /k/ (oclusivo surdo) mesmo diante de /e/ ou /i/; a letra g o fonema oclusivo sonoro mesmo diante de /e/ ou de /i/.

5°. O h não constituía um fonema, era um sinal de aspiração em Roma para representar o espírito forte da língua grega, usado pela elite culta, como, por exemplo, na palavra ‘ωρα, escrita *hora*, com aspiração da vogal inicial.

Era denominado, em latim, ah (com h aspirado). Na baixa latinidade pronunciou-se como um /k/, daí a escrita em certas palavras, como *nichil* por *nihil*. O nome da letra é representado, assim, em várias línguas *ach* (*ak*) e *hacca*: no italiano *acca*, no francês *hache*, no espanhol *hache* e, por imitação da pronúncia aspirada, *agá*, no português.

6°. O /m/ inicial e medial era uma oclusiva labial nasal, sendo, no final da palavra, um fonema tênue, mas consonantal, como demonstra a métrica latina, seguindo-se-lhe uma consoante.

O /n/ era um fonema labiodental articulado, inclusive, no final da palavra.

7°. O /r/ era um fonema pré-palatal cuja vibração levou os romanos a denominarem-no “canina littera”.

8°. O /s/, inicial, medial, intervocálico ou final, representava um fonema linguodental sibilante surdo. Sabe-se que, desde o séc. IV a.C. , o /s/ intervocálico, depois de sonorizar-se, sofreu rotacismo (cf. *amase* > *amare*). Ainda no período clássico esse fonema era representado tanto pela grafia –s- como por –ss-: *caussa*, *causa*; *cassus*, *casus*. Comprova-se esse fonema surdo também pela transcrição de palavras latinas no grego: *Sulpicius* em grego Σουλπίκιος; *Caesar*, grego: Κάϊσαρ.

¹ Niedermann – *Précis de Phonétique Historique du Latin*, Paris, Librairie Klincksieck, 1906, p.7.

² Herman, Joseph – *Le Latin Vulgaire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1970, p. 36.

³ Faria, Ernesto – *Fonética Histórica do Latim*, p. 51.

Obs. Transcrevemos a citação da obra do Prof. Ernesto Faria. Contudo, a lição de Quintiliano é: “*Longa esse duorum temporum, breuem unius etiam pueri sciunt.*”

9º. O fonema /t/ era pronunciado como oclusiva linguodental surda, mesmo no grupo *ti* diante de vogal: *Iustitia*.

10º. O /u/ , grafado V, era “emitido com a boca apertada e os lábios pouco esticados para a frente”⁴

Os gramáticos latinos comparam a sua pronúncia ao ditongo grego –ou– como na transcrição do Latim para essa língua: Epicuros = grego *Επίκουρος*. Representa um fonema consonantal fricativo labiovelar⁵, como em Valerius, grego *Ουαλέριος*.

A cultura helênica introduziu entre os intelectuais a aspiração das consoantes gregas: *χ* , representada por –ch-, *ψ*, representada por –ph-, *θ*, representado por –th-, como nas palavras *sepulchrum*, *sulphur*, *thesaurus*.

Por outro lado, houve os que combateram a chamada pronúncia restaurada, defendendo o uso da pronúncia tradicional. Entre esses opositores destacamos dois eminentes mestres: Néelson Romero e Cândido Jucá Filho.

Cândido Jucá⁶ não considera o traço de intensidade distintivo no Latim, como apregoaram lingüistas, a saber: Lindsay, Laurand, Brugmann, Seelmann. Considera pertinente o acento de altura, lembrando, por exemplo, passagem de carta de Cícero em que esta cita a confusão de pronúncia entre a palavra latina *bini* e a grega *βίνει*, concluindo ser o acento latino-grego melódico, ou de altura.

É evidente a pertinência do traço de altura, diferenciador de palavras, como: *vĕnit* / *vēnit* (presente / perfeito), *mălum* (o mal) / *mālum* (maçã), *rōsa* (nominativo) / *rōsa* (ablativo); *pōpulus* (povo) / *pōpulus* (choupo, tipo de árvore). Essa explicação sobre a pronúncia na época clássica nos dá J. Herman: “La durée était un trait phonologiquement pertinent...”⁷. Mais adiante, nas páginas 44 e 45, Herman afirma: “Não resta dúvida de que o acento latino, depois do período clássico, sofreu modificações, sendo o traço de altura, no curso da evolução, substituído pelo acento de intensidade”.

Sobre o exemplo geralmente apresentado da palavra Cícero, transcrita em grego *Κικέρων*, com capa em lugar de sigma, explica o Prof. Jucá que se trata de transliteração, não de igualdade de pronúncia. Acresce o exemplo de palavras latinas escritas com /f/ e transcritas em grego por (φ), o que não significa que soavam igualmente. Como abonação, cita passagem de Meillet:

⁴ Faria, Ernesto. *Fonética Histórica do Latim*, p. 57.

⁵ Väänänen. *Introducción al Latin Vulgar*, p. 92

⁶ Jucá Filho, Cândido. *A Pronúncia Reconstituída do Latim*

⁷ Herman, Joseph. *Le Latin Vulgaire*, p. 37.

“Les oclusives non aspirées, soit sourdes (pi, tau, capa), soit sonores (beta, delta, gama) du grec ne devaient pas répondre exactement a P, T, C et B, D, G du latin”.⁸

São bem fundamentados os argumentos do mestre Cândido Jucá Filho, grande conhecedor da cultura e língua latinas e gregas.

Aproveito o ensejo para fazer um reparo, a bem da justiça, a uma afirmação feita pelo Prof. Jucá desairosa a Serafim da Silva Neto, na página 46.⁹ Ali critica a Serafim por ter arrolado entre os nomes masculinos em *-us*, a palavra *vinus*, sabendo-se que pertence ao gênero neutro: *vinum*. Realmente, no *Manual de Gramática Histórica Portuguesa*, de 1942, na p. 18, encontramos a seguinte lição: “Esse latim corrente lusitânico caracterizava-se pela simplicidade: nele não havia preocupação literária pois era uma linguagem usual. O vocabulário não contava palavras de cunho literário, mas apenas designativas de objetos e cousas cotidianas.” Aí, entre os vários exemplos, está a palavra *vinus*, forma masculina.

A citação de Serafim é fidelíssima; refere-se ao latim corrente, o *sermo usualis* em que a tendência ao desaparecimento do gênero neutro já se configurava. Os nomes neutros no singular passavam para o masculino, enquanto, no plural, terminados em *-a*, para o feminino. É antiga a lição de Grandgent: “En latín popular y tardio esta tendencia (neutros que pasaron a ser masculinos) era muy marcada”¹⁰; e cita *balneus, caelus, fatus, lactem, vasus, vinus* etc.

Encontramos em Petrônio farta exemplificação do gênero neutro substituído pelo masculino, na obra *Satiricon*.¹¹ Eis alguns: *caelus hic; totus caelus; Vix me balneus calfecit; Vasus fictilis*.

A pronúncia reconstituída não leva em conta os aspectos diatópicos e diastráticos. A aspiração do *h*, a pronúncia das consoantes aspiradas do grego: φ (ph), χ (ch), θ (th), por exemplo, só eram enunciadas na linguagem culta dos homens de letras e, assim mesmo, nos centros de erudição.

Diz-nos Serafim da Silva Neto que “o *h* não soava desde o tempo de Cícero. Escrevia-se mas não se pronunciava”.¹²

Muitas palavras tinham pronúncia e forma diferentes, como nas seguintes situações fônicas:

⁸ Meillet, A. *Esquisse d'une Histoire de la Langue Latine*, Paris, Librairie Hachette, 1928, p. 92.

⁹ Op. cit.

¹⁰ Grandgent. *Introducción al Latín Vulgar*, p. 216.

¹¹ Petrônio. *Satiricon*, p. 90, 96, 130.

¹² Silva Neto, Serafim da. *Fontes do Latim Vulgar*, p. 87

1. vogal longa e consoante simples: būca, pūpa, brūtu, stūpa;
2. vogal breve e consoante dupla: būcca, pūppa, brūttu, stūppa.

Comprova-se a diferença de fonemas, por exemplo, na evolução para o português: bruto não proveio de brūtu, mas de brūttu.¹³

Se a pronúncia do Latim reconstituída representa a língua de Cícero, César, Vergílio, Horácio, como seria a leitura de obras de Plauto, Terêncio, Sêneca, Tácito e outros?

É fato que o conhecimento da pronúncia real da maioria dos fonemas latinos, distanciados em séculos, sem a tecnologia hoje existente, torna-se difícil, ilusória e deficiente.

Daí a conclusão de Néelson Romero: “Ora, pronúncia reconstituída sem quantidade e sem acento não é pronúncia reconstituída.”¹⁴

Que a linguagem das pessoas cultas nos ambientes adequados, como, por exemplo, no Senado, apresentavam certo artificialismo no uso do *sermo eruditus* divergente do *sermo usualis* não há dúvida.

O próprio Cícero no ambiente familiar afastava-se da linguagem culta, o que se comprova pela leitura de suas cartas à esposa Terência. Como exemplo, citamos passagem da carta dirigida ao irmão Quinto, onde usa a forma popular *oricula* por *aurícula*: “*Oricula infima molliorem*”¹⁵ (Mais brando que o lóbulos da orelha). E, em outra ocasião, explica: “*Causas agimus subtilius, ornatius; epistulas vero cotidianis verbis texere solemus*” (Nos discursos aprimoro mais; nas cartas, porém, construo as frases com expressões cotidianas).

É oportuno lembrar que o fonema /u/ , em certa época representado pelo grafema V era pronunciado como fricativo labiovelar.¹⁶ A partir do século I d. C., o fonema passa a fricativo bilabial : Nerva = Nerba, em grego Νέρβα; Vervex = Berbex; Víbio, em grego Βείβιω.

Diz-nos Väänänen que, a partir dessa época, se confundem /v/ e /b/: *valeat* = *baleat*; *verus* = *berus*.

Outro estudioso que teceu inúmeros argumentos contra a pronúncia restaurada foi Néelson Romero.¹⁷ Considera irreconstituível a pronúncia do tempo de Cícero e César, pois se trata da pronúncia de um momento da língua que se

¹³ Silva Neto, Serafim. op. cit., p. 122.

¹⁴ Romero, Néelson. *Pronúncia do Latim*, p. 56.

¹⁵ Silva Neto, Serafim. *História da Língua Portuguesa*, 1ª. ed., p. 197.

¹⁶ Grandgent. op. cit. p. 203.

¹⁷ Romero, Néelson. *A Pronúncia do Latim*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

extinguiu. Não se pode recuar no tempo. Aliás, lembra Romero, já os gramáticos romanos declaravam que seus contemporâneos pronunciavam diversos fonemas de maneira diferente do período da idade áurea.¹⁸ Explica, também, que mais tarde as pessoas cultas usaram o Latim como língua de cultura, sendo Cícero o modelo da linguagem exemplar, mas sem pretenderem reviver a pronúncia daquela época. Defende a pronúncia tradicional por não ser ela criada teoricamente nos gabinetes, mas por representar a pronúncia geral, comum, do Latim que chegou até nós. A rigor, não aceita a expressão *pronúncia clássica*, uma vez que *classicismo* traduz um gênero da palavra artística, literária, não prosódica. Apóia-se, aí, na definição de Jean Bayet: “Le classicisme est un équilibre, de pensée, de sensibilité et de forme, qui assure à l’oeuvre d’art un intérêt humain et une diffusion universelle”.¹⁹

Romero afirma que muitos confundem teoria com realidade. Não se tem noção perfeita da quantidade das vogais e das sílabas na pronúncia daquele período áureo. Aduz as palavras de Rebelo Gonçalves: “Na prática (a ciência) não conseguiu fazer dessa leitura uma chapa integral, porque é certo que não sabemos ler o Latim com rigor absoluto”.

A grande polêmica sobre a pronúncia do Latim, no campo didático, será útil aos discentes, tanto no ensino escolar como no ensino universitário? – pergunta Sílvio Romero.

Para responder a essa pergunta, traz a público lição de A. Meillet: “Dans l’enseignement secondaire, la prononciation traditionnelle a sans doute plus d’avantages que d’inconvénients... En matière de prononciation, il n’y a jamais de tradition continue d’un état ancien, mais, d’une part, évolution dans le parler courant, de l’autre, restauration discontinue dans la langue savante... Un Français ne peut, sans un dressage qui serait long et difficile, prononcer vraiment le latin à l’antique”.²⁰

Constatamos, assim, que a preferência por uma e por outra pronúncia do Latim mereceu a defesa de renomados estudiosos nacionais e estrangeiros. Entre nós, destacamos, a favor da pronúncia restaurada, Serafim da Silva Neto, Ernesto Faria et alii. A favor da pronúncia tradicional firmou-se Néelson Romero e, contra a restaurada, posicionou-se Cândido Jucá Filho. Não nos cabe tomar posição.

¹⁸ Idem, op. cit. p. 68.

¹⁹ Idem, op. cit. p. 77.

²⁰ Idem, ib. p. 29.

Se coubesse um árbitro da questão, sem dúvida, pela cultura humanística e profundo conhecimento dos estudos clássicos, seria merecedor dessa primazia o Pe. Augusto Magne.

Permito-me terminar este artigo com as palavras do sábio mestre, que sempre induzem a reflexão: “... para nós o que interessa no Latim é a sua literatura, sua virtude formadora do espírito. O Latim é uma língua escrita que acabou de ser pronunciada. Desviar o estudo do latim para questiúnculas de pronúncia reconstituída é desvirtuar aquela disciplina e tirar-lhe seu poder formador. É bom não esquecer, aliás, que nossa pronúncia tradicional do latim, desde que se emendem uns tantos senões, tem seus fundamentos numa autêntica pronúncia do latim – a do período imperial, isto é, da época da expressão maior daquele idioma. A preferência dada ao período clássico, mais afastado das origens românicas, é arbitrária e, sobre arbitrária, perturbadora.”²¹

Ao Pe. Magne se pode aplicar o pensamento latino:

Quod eruditus loquitur omnes consilium putant.

Bibliografia

- FARIA, Ernesto. *A Fonética Histórica do Latim*, Rio, Livraria Acadêmica, 1955.
- _____. *Manual de Pronúncia do Latim*, Rio, Briguiet Editores, 1938.
- GRANDGENT, C. H. *Introducción al Latin Vulgar*, 2ª ed., Madrid, Publicaciones de la Revista de Filología Española, 1952.
- HERMAN, Joseph. *Le Latin Vulgaire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1970.
- JUCÁ (filho), Cândido. *A Pronúncia Reconstituída do Latim*, Rio de Janeiro, EPASA, 1943.
- LAURAND, L. *Manuel des Études Grecques et Latines*, Tomo III, Paris, Éditions A. et G. Auguste Picard et Cie, 1953.
- MAGNE, A. In: *Graeca et Latina*, n° 6/7, órgão da União Nacional de Cultura Greco-Latina, 1960.
- MEILLET, A. *Esquisse d'une Histoire de la Langue Latine*, 5ª ed., Librairie Hachette, 1948.
- NIEDERMANN, Max. *Précis de Phonétique Historique du Latin*, Paris, Librairie C. Klincksieck, 1906.

²¹ In: *Graeca et Latina*, n° 6/7, p. 34.

PÉTRONE. *Satiricon*, Paris, Librairie Garnier Frères, 1934.

ROMERO, Nelson. *Pronúncia do Latim*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

SILVA NETO, Serafim da. *Fontes do Latim Vulgar*, 3ª ed., Rio, Livraria Acadêmica, 1956.

VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introducción al Latín Vulgar*, Madrid, Editorial Gredos S.A., 1968.

PARTES ORATIONIS: NOTAS SOBRE A TRADIÇÃO GRECO-LATINA

Luiz M. M. de Barros
Terezinha Bittencourt

A apreensão da linguagem como atividade vocal impregnada de semânticidade (*phone semantike; uox significatiua*)¹ suscitou, entre os antigos gregos e romanos, uma série de questões concernentes, precipuamente, aos seguintes pontos:

- a) as funções ou finalidades da atividade verbal;
- b) a relação entre conhecimento, linguagem e realidade;
- c) a distinção entre *sonus* significativo e não-significativo;
- d) a apreensão das unidades lingüísticas (*mere lexeos e mere logous*).

1. As funções da linguagem: *onomazein, legein e dialegesthai*

É fato notório que Platão aprendeu com Sócrates que não são as sensações do real, sempre múltiplas e multifárias, que se imprimem como significados nos significantes sonoros da linguagem. Também é inegável que ensinou a Aristóteles que as palavras carregam um valor semântico unitário e meramente inteligível. De fato, ambos acreditavam que as formas lingüísticas representam certo conteúdo de consciência que não se identifica com impressões sensíveis nem com imagens (*phantasmata*) delas derivadas. Para eles, a matéria fônica dos nomes é sinal de uma entidade genérica, essencial e imutável, que se abstrai das coisas (Aristóteles) ou que nelas se projeta (Platão). Trata-se, pois, de entidade que em si mesma só se manifesta no mundo das intelecções: é algo meta-físico e *ante rem*, do ponto de vista platônico, ou um *ens rationis cum fundamento in re*, do ponto de vista aristotélico.

No *Crátilo* (387a – 388c) e no *Sofista* (262a – 263e), Platão afirma que as palavras têm por função nomear (*onomazein*) e dizer (*legein*) as coisas. Assim como a lançadeira é instrumento de tecelagem que serve para separar

¹ Por simplificação, não se empregam neste texto os diacríticos costumeiramente utilizados nas transcrições do grego em caracteres latinos.

os fios da teia, as palavras, pelo seu poder de nomear, também podem ser consideradas uma espécie de instrumento (*organon*) que serve para desembaralhar ou destrinçar as substâncias (*diacriticon tes ousias*), impondo certa organização ao mundo supra-sensível das Idéias. Uma vez separados, os seres que se nomeiam podem ser diversamente entrelaçados no espaço do dizer ou enunciar (*legein*), o que permite a construção do raciocínio, a busca da verdade e a instauração do processo interlocutivo com o propósito de instruir ou informar. Pelo ato de dizer, o indivíduo sempre denomina as coisas para si mesmo ou para outrem. Deste modo, instaura-se o processo dialógico entre diferentes sujeitos ou o “diálogo da alma consigo mesma”. Para Platão, o dialogismo é princípio fundador da linguagem e meio fundamental para a ação do filósofo: falar, pensar e filosofar são, por excelência, formas de *dialegesthai*.

Para compreender o ponto de vista de Platão sobre a linguagem, é necessário pinçar e confrontar informações que se encontram dispersas em vários dos seus textos. Também é necessário lembrar que a “segunda navegação”, mais árdua e difícil, proposta por ele no *Fédon*, deve conduzir o sujeito cognoscente ao mundo das formas puras ou Idéias², que existem *per se* (*to auto*) e são realidades anteriores às coisas do universo sensível. Originárias de uma dimensão metafísica, que no *Fedro* (247c-e) corresponde a um “lugar supraceleste” (*huperouranios topos*), as Idéias se apresentam como algo (*ousia*) unitário e indestrutível; algo desprovido de qualquer materialidade; algo que mantém com os objetos do mundo físico apenas uma série de relações que se imbricam ou se complementam: precedência e causalidade; modelo e imitação; presença, participação e comunhão. Assim, a Idéia é vista como princípio e causa das coisas sensíveis, a sua *ratio essendi* ou seu pressuposto de inteligibilidade. O mundo da *empeiria* apenas mimetiza modelos preexistentes, formas arquetípicas. A participação, por sua vez, é pensada como a presença da unidade na variedade: trata-se do reflexo de uma Idéia que impõe determinada ordem ao caos de nossas incessantes experiências; é um ponto comum (limite) por que se identificam diversos seres apreensíveis pelos sentidos em um *continuum* aberto e interminável, que se perde na liberdade do Infinito.

Na *Sétima Carta* (342a-b), Platão apresenta relevante síntese das suas várias e variadas reflexões sobre a relação entre o ser, o saber e a linguagem.

² Como bem se sabe, Platão atribui ao inteligível unitário, “*per se* existente, o nome neutro *Eidos* ou o seu equivalente feminino *Idea* (Forma, Idéia). De modo geral, *eidos* corresponde, em latim, ao termo *species*.”

Segundo ele, no processo de conhecimento de tudo o que existe, é preciso distinguir:

- a) a coisa na sua singular e mutável concretude empírica (v.g., determinado objeto com formato circular que tenho diante dos olhos);
- b) a Forma ou essência das coisas (v.g., a idéia CÍRCULO, considerada como algo de um mundo supra-sensível);
- c) a representação verbal (*onoma* e *logos*) das coisas (v.g., a palavra “círculo” ou uma frase que define ou descreve os objetos circulares, como “círculo é aquilo cujos pontos extremos estão em qualquer parte igualmente distantes do centro”);
- d) a representação não-verbal (*eidolon*) das coisas (v.g., o desenho, a pintura ou outra projeção qualquer da circularidade sobre uma superfície);
- e) o tipo de saber que se tem a respeito das coisas: o saber reflexivo ou científico (*episteme*), o saber intuitivo (*nous*) e a opinião verdadeira (*alethes tes doxa*).

No entendimento de Platão, as *Ideas*, em sua plena nudez, só se manifestam perante um olhar divino. Ao simples mortal, resta apenas o consolo de vên-las fantasmagoricamente projetadas no dorso das coisas sensíveis (como nos sons lingüísticos ou nos pontilhados pictóricos) ou o assombro de vislumbra-las sob o véu, mais fino ou mais espesso, da fantasia epistêmica, doxástica ou noética.

Divergindo de Platão, Aristóteles considera o inteligível (*noeton*) como algo que a racionalidade humana abstrai do que chega pelos sentidos. Este “algo”, elaborado pela razão, é o que há de uno, permanente, necessário e comum em diversos objetos, reais ou virtuais; é o que permite ao sujeito cognoscente identificar, na *res extensa*, uma multiplicidade de indivíduos como membros de um mesmo gênero ou classe; é a “forma” (*morphe*), correspondente à essência ou *quidditas* das entidades existentes e mutáveis do mundo sensível; é certo modo de “ser”, forjado pelo intelecto a partir de coisas experimentadas, ao qual se subsumem e pelo qual se identificam, no ato cognitivo, outros ou novos “entes”. Em resumo, o inteligível é uma simples apreensão e construção do espírito: é “o que é concebido” (*conceptus*) pela inteligência como modo universal e possível de ser. Consoante as lições aristotélicas (v. *Peri Psuches*), não são as sensações nem as imagens da pedra em que tropeço, toco ou vejo que se encontram no reino das minhas intelectões. É simplesmente o *conceptus* PEDRA, que se assinala por determinada voz (*lithos, pedra, pietra, stone, Stein*, etc). Assim, pelo conteúdo que o segmento fonético

[‘pɛdra] representa, são reduzidos à unicidade e apreendidos como sendo o “mesmo” elementos concretamente distintos e infinitamente variáveis na sua singularidade: o objeto áspero e irregular que me fere os pés descalços ou com que me deparo *nel mezzo del cammin*; o fragmento sólido que Davi arremessou na frente de Golias; a lasca pontiaguda e polida usada pelos primitivos como cunha de instrumento de corte; o cristalizado reluzente e multifacetado que se engasta num aro de ouro; frações de dura matéria que por divertimento se atira no lago, quebrando-lhe o silêncio e encrespando círculos concêntricos em sua superfície; etc. Segue-se, pois, que subjacente a múltiplas possibilidades de designação há sempre, em determinado recorte sincrônico, um valor funcional constante e bem determinado (invariante semântica) para toda palavra.

Transportadas para os tempos atuais, as idéias de Aristóteles sobre a significação conflitam com o pensamento de partidários da Semântica prototípica, que atribuem aos conteúdos das unidades lexicais contornos vagos ou difusos. Sucede, porém, que a vaguidade não está nos significados das palavras. A rigor, ela decorre de indecisões que os falantes podem ter na inclusão de determinado objeto da realidade numa classe a que se aplica o signo *A* ou numa classe a que se aplica o signo *B*. (Devo chamar o objeto *x* de *A* ou devo chamá-lo de *B*?). Decorre, ainda, de diferentes possibilidades de fixação ou interpretação de limites entre os próprios objetos na amplitude do real. Assim, o momento entre o dia e a noite, em que a luz solar se esvai na linha do horizonte, espetáculo do mundo cotidianamente oferecido à humana contemplação, pode receber o nome de *entardecer*, se considerado como “ponto de passagem do dia para a tarde” ou de *anoitecer*, se interpretado como “ponto de passagem da tarde para a noite”.

Em *Categorias*, Aristóteles retoma, refaz e refina várias idéias de Platão contidas no *Crátilo* e, sobretudo, no *Sofista*. Considerando que todo nomear implica um dizer, Aristóteles substitui a dicotomia *onomazein/legein* pela distinção entre “o que se diz” (*to legomenon / ta legomena*) “por meio de uma combinação” (*kata sumploken*) e “sem combinação” (*aneu sumplokes*). No primeiro caso, temos enunciados do tipo “Sócrates corre”; no segundo, mera enunciação de palavras isoladas, como “Sócrates”, “homem”, “criança”, etc. Enquanto dizer em que há composição, a linguagem adquire novas feições e funcionalidades: deixa de ser simples *phone semantike* ou *logos semantikos* (*phasia*) e se transforma, em termos gerais, em *logos theoretikos*, *logos pragmatikos* ou *logos poietikos*. Pode, portanto, ocorrer como discurso de ciência, discurso utilitário, discurso lúdico ou discurso técnico. Pode referir-se ao real circundante, desfiando o cosmológico; pode referir-se a um mundo fabuloso ou sobrenatural, entretecendo o mítico, o místico, o mágico.

Em consonância com o pensamento platônico, Aristóteles também descortina, com toda clareza, as dimensões objetiva (referencialidade) e intersubjetiva (alteridade) da linguagem. Conforme ele afirma na *Retórica* (I, 1358b), o discurso pressupõe obrigatoriamente três seres ou “pessoas”: o ser que fala (1ª pessoa), o ser a que se fala (2ª pessoa) e o ser de que se fala (3ª pessoa). Trata-se, pois, de uma tricotomia que tem fundamento justamente no princípio, antes abordado por Platão (*Crátilo*, 388b), de que as palavras essencialmente existem para estabelecer relações entre os sujeitos falantes, e destes com o mundo dos objetos. Em outro texto (*Peri Psuches*, 420b e 435b), Aristóteles igualmente afirma que a capacidade de expressão verbal serve para significar alguma coisa para outrem, acrescentando que o seu exercício tem por finalidade última a procura do Bem, o que significa a busca do aperfeiçoamento do indivíduo, a realização, em sua plenitude, da humana condição nesta transitória existência na Terra.

2. *Semainon, semainomenon e pragma (uox, conceptus e res)*

Das investigações vinculadas aos tópicos (b) e (c), inicialmente indicados, decorreram não só as diferenças estabelecidas entre sinal (signo) natural e convencional, mas também o paulatino desvelamento de três elementos que participam do processo semiológico: significante, significado e referente.

Por volta do séc. V a.C., os filósofos gregos já indagavam se as formas verbais mantinham com o mundo dos objetos um vínculo natural (*phusei*) ou convencional (*nomo, kata suntheken, thesei*)³. Os naturalistas defendiam a idéia da existência de uma relação real e necessária entre as palavras e as coisas designadas. Os convencionalistas alegavam, por sua vez, não haver um liame naturalmente obrigatório entre a estrutura sonora das palavras e aquilo que nomeiam. Para eles, trata-se de um relacionamento imposto ou instituído

³ A polêmica *phusis / thesis*, aqui ligeiramente abordada, assumiu, na evolução do pensamento grego, variadas feições e diferentes graus de complexidade. O debate podia, por exemplo, girar em torno de uma questão ontológica (relação entre os sons das palavras e a essência das coisas), semiológica (função dos signos lingüísticos) ou glotogônica (origem das palavras e da própria linguagem). Acrescente-se que o termo *phusis* foi usado não só para indiciar como “natural” a relação que se instaura entre diferentes pares (palavra / realidade; significante / realidade; significante / significado; significado / referente), mas também para designar a própria “natureza” dos objetos cognoscíveis ou dos sujeitos cognoscentes (falantes). Observe-se, ainda, que no âmbito do medievalismo escolástico o *conceptus* foi freqüentemente interpretado como *signum naturalis* das coisas (*res*).

pela vontade humana. Conforme diz Aristóteles (*Peri Hermeneias*, 16a), os sons emitidos pelos animais, ainda que tenham valor referencial, não podem ser tomados como espécies de palavra (*onoma*), porque não trazem em si características de convencionalidade, isto é, não são resultado de um pacto social historicamente estabelecido.

Heráclito (536 – 470 a.C.), o primeiro grande filósofo da Grécia a formular e discutir o problema da relação entre o ser, o conhecer e a palavra, é tido como partidário da *phusis*. Demócrito, que viveu entre 460 e 375 a.C., foi partidário da *thesis*, apresentando os seguintes argumentos: a) uma palavra pode sofrer mudanças ou se referir a coisas distintas; b) algumas coisas possuem mais de um nome; c) muitos objetos carecem ou careciam de denominação⁴. É no *Crátilo*, porém, o já mencionado diálogo de Platão, que a antinomia *phusis / thesis* ganha relevo e pormenorizado desdobramento, embora o debate a propósito do referido tema, já analisado e comentado *ad nauseam*, sirva apenas de pano de fundo para uma reflexão sobre outra questão, de interesse epistemológico, que se prolonga e melhor se resolve no *Sofista*: o dizer justo (verdadeiro) ou injusto (falso). Conforme afirma Platão, sempre falamos de alguma coisa; por conseguinte, falar com justeza (de modo verdadeiro) consiste pura e simplesmente em dizer as coisas tais como elas são: *ta onta hos estin legein*⁵.

A controvérsia *phusis – thesis* teve larga duração e desempenhou importante papel na evolução da doutrina gramatical, visto que chamou a atenção para a forma, estrutura e função das palavras. Tal controvérsia não só deu origem a estudos etimológicos, mas também provocou debates sobre regularidades e irregularidades idiomáticas (disputa entre analogistas e anomalistas), suscitando variadas observações de cunho morfossemântico. É relevante notar que Protágoras, famoso sofista que nasceu em 480 e morreu em 411 a.C., teceu alguns comentários sobre a categoria gramatical de gênero, fato a que Aristóteles, cerca de 100 anos depois, faz explícita referência em duas de suas obras: a *Retórica*, livro III, cap. 5, e os *Elencos Sofísticos*, cap. 14.

Até o séc. IV a.C., era comum entre os gregos, particularmente entre os sofistas, a visão da linguagem sob o prisma de certo dualismo semiótico: o conteúdo semântico das palavras era identificado com o mero conhecimento sensível ou confundido com o próprio objeto designado. Assim, a forma sonora

⁴ Consoante a argumentação de Demócrito, se as palavras fossem uma cópia do real, não deveria haver diferentes nomes para o mesmo objeto, nem a designação de diferentes seres pelo mesmo nome.

⁵ Cf. *Crátilo*, 387 b; *Sofista*, 263 b.

dos nomes era com frequência considerada uma espécie de sinete que se aplicava diretamente aos corpos singulares e sempre cambiáveis das coisas apreendidas pelos sentidos⁶. Tal relação dicotômica atribuída ao processo linguístico, que supõe uma espécie de “realismo direto”, foi veementemente criticada por Platão e por Aristóteles, pois desqualificava a linguagem como meio de encontrar e manifestar a verdade. Conforme acima explicado, para os dois filósofos as vozes das palavras representam de imediato algo unitário ou invariável, que, por sua vez, remete aos variados e infinitamente variáveis estados de coisas da realidade. Surgem, desse modo, os lineamentos de uma teoria semiológica de base triangular, cuja síntese se pode expressar pelo princípio medieval de que *uoces significant res mediantibus conceptibus*⁷.

3. *Phone semantike: lexis e logos*

No desenvolvimento das idéias gramaticais, que vai de Platão e Aristóteles até os estóicos e a escola de Alexandria, os termos *lexis* e *logos*, sem se despirem da sua densa polissemia, foram assumindo funções bastante diferentes. Em Platão e em Aristóteles (séc. IV a.C.), há claros indícios de que *lexis* tem um sentido que se pode traduzir por “emissão vocal”, “enunciação”, “ação de dizer”, “elocução” ou “expressão”. Trata-se, portanto, de termo que se aplica à face sensível (fônica) da atividade verbal, ao discurso na condição de “significante sonoro” ou, ainda, à linguagem considerada a partir de sua materialidade morfológica e fonética. À forma vocal timbrada de impressões psíquicas (*phone semantike; uox significatiua*), vale dizer, a qualquer manifestação de linguagem, em que inconsutilmente se combinam conteúdo e expressão ou *ratio* e *oratio*, é que se atribuem os termos *logos* (oração, frase, discurso) e *meros logou* (palavra simples ou composta enquanto parte da oração). Respaldam esta diferença terminológica o que Platão assinala na *República* (III, 392) e o que Aristóteles afirma na *Retórica* (III, 1403b) e também na *Poética*

⁶ Reminiscências da ingênua suposição de aderência da forma sonora da palavra a certo objeto do mundo real sobrevivem no emprego encantatório da linguagem, na crença de que a simples emissão do vocábulo faz as coisas acontecerem. Conforme o dito popular, “é só falar no diabo que ele aparece”.

⁷ Comentando as *Categorias* de Aristóteles, Simplício, filósofo neoplatônico do séc. VI, já afirma que o objetivo da referida obra é justamente discorrer sobre “vozes simples que significam coisas simples, por intermédio de conceitos simples”: *peri haplon phonon semainouson hapla pragmata dia meson haplon noematon*. (*In Cat.*, p.12, 9)

(1450b e 1456b), onde ele precisamente arrola oito “partes da expressão” (*mere lexeos*), entre as quais aparecem os *stoicheia* (fonema / letra) e a sílaba.

É interessante observar que em *Commentarium in librum aristotelis perihermeneias*, Boécio (fins do séc. V), traduz o termo *lexis* por *locutio*, a que confere a definição de *uox articulata*, entendendo por *uox* uma espécie de *sonus* que é peculiar aos seres animados e suscetível de carrear alguma significação. Interpretando com acerto o texto aristotélico, Boécio reconhece que algumas *partes locutionis* (*mere lexeos*) não são portadoras de valor semântico: “Locutio namque non in solis significatiuis uocibus constat sed supergrediens significationes uocum ad articulatos sonos usque consistit”.

Com os pensadores estóicos que viveram entre os séculos III a.C. e I a.C., os termos *lexis* e *logos* ganharam novos empregos na descrição da linguagem. Segundo informações colhidas em Sexto Empírico (séc. II d.C.) e em Diógenes Laércio (séc. III d.C.), os estóicos empregavam *logos* para indicar uma “voz significativa” (*phone semantike*), ao passo que *lexis* indicava apenas uma “voz articulada” (*phone enarthros*)⁸, que podia ser significativa, como *hemera* [dia] ou “não-significativa” (*asemantos*), como *blitri* (espécie de onomatopéia). Ao valor semântico associado à *lexis*, os estóicos costumavam dar o nome de *lekton*. Nesta linha de entendimento, *logos* sempre corresponde, como sucede com o signo saussuriano, a uma entidade de duas faces, uma sensível (*lexis*) e outra inteligível (*lekton*)⁹. Enquanto componentes do *logos*, a face sensível ou corpórea é um significante (*semainon*); a face inteligível ou incorpórea é um significado (*semainomenon*). Em conjunto, representam alguma coisa do mundo extralingüístico (*tuchanon, pragma*). Em resumo, temos:

phone não-articulada
phone articulada (*lexis*)
lexis sem *lekton*
lexis com *lekton*..... (*logos*)

É interessante comparar a classificação acima com outra anterior, que se pode inferir do pensamento aristotélico. Na opinião de Aristóteles (*Peri Psuches*, II, 420b; *Peri Hermeneias*, II, 16a), alguns dos sons produzidos pelos seres animados, (*psophos empsuchou*) podem ser usados com valor de sinal

⁸ A “voz articulada” era sempre vista como *phone engrammatos*, quer dizer, como emissão sonora suscetível de ser reproduzida ou representada por letras.

⁹ Os termos *logos*, *lexis* e *lekton* ressurgem nos textos de Santo Agostinho (séc. IV d.C.) sob as formas de *uerbum*, *dictio* e *dicibile*, respectivamente. A distinção agostiniana entre *uerbum mentis* (*cordis*) e *uox uerbis* também parece ter as suas raízes na oposição estóica entre *logos endiathetos* e *logos prophorikos*.

(*semeion*)¹⁰. Há, todavia, que se distinguir sons inarticulados (*psophoi agrammatoi*) que naturalmente manifestam alguma coisa, como sucede com gritos de animais, e a voz propriamente humana (*phone*), emissão sonora articulada que se emprega como sinal convencional (*sumbolon*) das “impressões psíquicas” (*pathemata tes psuches*). Estas, por sua vez, são similitudes noéticas dos seres e aconteceres da realidade (*pragmata*). Em síntese, pode-se traçar o seguinte quadro:

I. Sons dos seres animados em geral

- a) sons que significam e sons que não significam
- b) sons articulados e sons não-articulados

II. Sons que significam

- a) não-articulados..... sinal natural
- b) articulados.....sinal convencional (símbolo)¹¹

As observações aristotélicas sobre a *uox significatiua* sugerem, conforme já dissemos, a existência de uma relação semiológica triádica, que se pode reduzir ao seguinte esquema:

significado (*pathemata tes psuches, semainomenon*)¹²



¹⁰ Para Aristóteles, o sinal (*semeion*) é algo que mantém com aquilo que é sinalizado (*semeioton*) uma relação implicativa. Conforme se infere do que ele diz nos *Primeiros Analíticos* (II, 27, 70a), a coisa que faz supor a existência de outra, seja anterior ou posterior, é, desta outra, um sinal. Por conseguinte, o sinal é sempre uma coisa que leva ao conhecimento de alguma outra. Como preferiam dizer os estóicos, o *semeion* serve para revelar o *semeioton*. Assim, a fumaça funciona como sinal de fogo; uma cicatriz, como sinal de um antigo ferimento. É fato conhecido que a doutrina estóica a respeito dos sinais (inclusive exemplos) reaparece na obra de Santo Agostinho.

¹¹ Vale lembrar que a definição aristotélica de *sumbolon*, embora distante da interpretação saussuriana, encontrou plena guarida nos trabalhos semióticos de Charles S. Peirce.

¹² Em Aristóteles, o termo *semainomenon* aparece, por exemplo, na seguinte passagem da *Retórica* (III, 1405b): *kallos de onomatos to men, hosper Likumnios legei, en tois psophois e toi semainomenoi...* [como diz Licínio, a beleza de uma palavra pode estar nos seus sons ou no seu significado...]. Também nos textos aristotélicos é comum o emprego de *semainon* para indicar “o que significa” (significante).

As classificações estóica e aristotélica, acima esquematizadas, de certo modo se fundem e se complementam na que se encontra nas *Summulae Logicales* de Petrus Hispanus (séc. XIII) e que se repete nas *Summulae de Dialectica*, de Joannes Buridanus, (séc. XIV). Neste último, pode-se ler o seguinte:

Vocum alia significatiua, alia non significatiua. Vox significatiua est illa quae aliquid auditui repraesentat, ut ‘homo’ ‘hominem’, uel gemitus infirmorum dolorem aut latratus canum iram uel gaudium. Vox non significatiua est illa quae auditui nihil repraesentat, ut ‘bu’, ‘ba’.

Vocum significatiuarum alia significatiua naturaliter, alia ad placitum. Naturaliter significat illa uox quae apud omnes idem repraesentat, ut gemitus infirmorum, latratus canum. Vox significatiua ad placitum est illa quae ad uoluntatem instituentis aliquid repraesentat, ut ‘homo’, ‘hominem’.

Vocum significatiuarum ad placitum alia complexa, alia incomplexa; complexa ut oratio, incomplexa ut nomen uel uerbum.

No âmbito da escola de Alexandria (fundada no séc. III a.C.), o termo *logos*, apesar de conservar a sua polivalência, foi corriqueiramente usado pelos gramáticos para designar o que hoje chamamos de frase ou oração, definida como combinação de palavras que exprime um pensamento completo. Já o termo *lexis*, alternando-se com *meros logou*, passou a designar, sobretudo, o que denominamos palavra. Na *Techne* atribuída a Dionísio Trácio, define-se *lexis* justamente como a menor parte da frase.

4. *Meros lexeos e meros logou: dos gregos aos gramáticos latinos*

Entre os gregos antigos, os sons elementares da fala (*stoicheia*), a sílaba, a palavra e a oração foram tomados como unidades fundamentais da análise lingüística. Referências a estas unidades se encontram em diversos diálogos de Platão, (*Crátilo*, *Teeteto*, *Sofista*, *Político*), o que indicia já serem, no séc. IV a.C., costumeiras e bem assentadas distinções metalingüísticas.

Considerada como “parte da oração” (*meros logou*) semanticamente indivisível, conforme se afirma no *Crátilo* (385c), a palavra sempre ocupou lugar central nas discussões sobre a linguagem. Foi objeto de pesquisas etimológicas, examinada quanto aos seus acidentes gramaticais e submetida a variados crité-

rios de classificação. Apesar da riqueza morfológica dos idiomas clássicos, a palavra, e não o morfema, é que sempre foi tratada como forma primária e unitária de significação¹³. Como diz o alexandrino Apolônio Díscolo (séc. II d.C.), em sua admirável *Peri Suntaxeos* (I, 37), o termo *anthropoi* [homens] não perde a sua unicidade, embora carregue, conjuntamente com o seu valor básico, a idéia de plural. Na verdade, em toda a Antigüidade ocidental não se chegou a configurar uma teoria dos morfemas como signos mínimos de uma língua.

4.1 Platão, Aristóteles, estóicos e alexandrinos

Comentários de Platão sobre a frase e seus constituintes podem ser encontrados, principalmente, nos diálogos *Crátilo*, *Sofista* e *Teeteto*. De acordo com o pensamento platônico, a frase (*logos*) compreende dois componentes fundamentais: *onoma* e *rhema*. A distinção de tais componentes tornou-se ponto obrigatório de referência, servindo de base à análise sintática e à classificação de palavras das descrições lingüísticas que se fizeram posteriormente.

Numa passagem do *Sofista* (262a), o estrangeiro de Eléia e Teeteto dialogam sobre *onoma* e *rhema* nos seguintes termos:

- Estrangeiro: – Possuímos, na verdade, para exprimir vocalmente o ser dois gêneros de sinais.
 Teeteto: – Quais?
 Estrangeiro: – Os nomes e os verbos, como os chamamos.
 Teeteto: – Explica tua distinção.
 Estrangeiro: – O que exprime as ações, nós chamamos verbo.
 Teeteto: – Sim.
 Estrangeiro: – Quanto aos sujeitos que executam essas ações, o sinal vocal que a eles se aplica é um nome.

Como Platão admite que toda frase resulta da combinação de *onoma* e *rhema*, pode-se inferir que o primeiro vocábulo designa o que atualmente se chama **nome e sujeito da oração**; o segundo subsume as noções de **verbo** e de **predicado**. A princípio, portanto, *onoma* e *rhema* designavam funções sintáticas comumente exercidas por determinadas espécies de unidades lexicais.

¹³ Entre os primeiros gramáticos latinos, a definição da palavra (*uerbum*), como a menor unidade significativa, aparece com todas as letras em Varrão: *Verbum dico orationis uocalis partem, quae sit indiuisa et minima.* (*De lingua Latina*, X)

As idéias de Platão foram aproveitadas e reelaboradas por Aristóteles. As reflexões do sábio Estagirita sobre a linguagem, em geral, e sobre as partes do discurso, em particular, espalham-se por diversas das suas obras, dentre elas a *Retórica*, a *Poética* e o conjunto de textos reunidos sob o título genérico de *Organon* (*logikon*). Compõem este último, como bem se sabe, trabalhos sobre Lógica que foram editados no séc. I a.C. por Andrônico de Rodes na seguinte ordem: 1) *Categorias*; 2) *Da Interpretação*¹⁴; 3) *Analíticos Primeiros*; 4) *Analíticos Posteriores*; 5) *Tópicos*; 6) *Elencos Sofísticos*.

Ao discorrer sobre os termos da proposição no segundo livro do *Organon*, Aristóteles retoma e redefine a dicotomia *onoma / rhema* previamente discutida por Platão. Na *Retórica* (III, 1407a), reconhece a existência de uma terceira classe de componentes sintáticos, denominada *sundesmos*, que compreendia palavras diferentes de *onoma* e *rhema* (preposições, conjunções, etc.). No capítulo 20 da *Poética*, Aristóteles arrola os seguintes constituintes da enunciação ou expressão:

1. Som elementar da fala ou fonema (*stoicheion*);
2. Sílabas (*syllabe*);
3. Conectivo (*sundesmos*);
4. Artigo (*arthron*);
5. Nome (*onoma*);
6. Verbo (*rhema*);
7. Caso (*ptosis*);
8. Oração, frase, texto (*logos*).

Advirta-se, porém, que diversos exegetas afirmam que o citado capítulo da *Poética* sofreu sérias mutilações. Muitos chegam até a colocar em dúvida a sua autenticidade. Talvez por este motivo alguns lingüistas não atribuam a Aristóteles a distinção entre *sundesmos* (conectivo) e *arthron* (artigo)¹⁵. Advirta-se, ainda, que na *Poética* o termo *arthron*, que literalmente significa “articula-

¹⁴ A tradicional tradução de *Peri Hermeneias* por *Da Interpretação* (lat. *De Interpretatione*; ing. *On Interpretation*) tem recebido algumas críticas. Muitos hoje preferem traduzir o referido título por *Da Expressão*, o que não só corresponde a um dos sentidos do termo grego, mas também parece estar em mais fina sintonia com os propósitos da obra aristotélica.

¹⁵ Relewa notar que Quintiliano, autor de séc. I d.C., atribui a Aristóteles apenas a distinção entre *onoma*, *rhema* e *sundesmos* (*Inst. Orat.*, I, 4). O mesmo já antes fizera Dionísio de Halicarnasso (séc. I a.C.), que categoricamente afirma, em seu tratado sobre a combinação das formas verbais, que Aristóteles e alguns seus contemporâneos, como Teodeto, só distinguiram as três referidas classes de palavras.

ção” ou “juntura”, designa certos vocábulos relacionais ou anafóricos do grego, e não propriamente o que se conhece na atualidade pelo nome de artigo.

Após assinalar as oitos **partes da expressão** (*mere tes lexeos*), Aristóteles define cada uma delas, estabelecendo de certa forma uma distinção básica entre unidades fônicas (fonema e sílaba) e unidades significativas.

Das unidades pertencentes ao plano fônico da língua (plano da 2ª articulação, conforme costumam dizer os lingüistas), o fonema (*stoicheion*) é definido como segmento sonoro indivisível, de que se distinguem três espécies, correspondentes, *grosso modo*, ao que hoje se denomina **vogal**, **consoante contínua** e **consoante oclusiva**. A sílaba, por sua vez, é definida como um segmento sonoro constituído por *stoicheia* e desprovido de significação.

No que concerne às unidades significativas, cumpre de início acentuar que Aristóteles atribui ao termo *onoma* um sentido amplo e outro restrito. Em sentido amplo, *onoma* equivale a **palavra**¹⁶, definida como parte da oração (*meros logou*) que tem significado próprio e que não pode ser dividida em outras unidades significativas. Em sentido restrito, *onoma* designa toda palavra de natureza nominal, identificada nos seguintes termos:

O nome é um segmento sonoro convencionalmente significativo, que não indica tempo e cujas partes nada significam quando tomadas isoladamente. (*Peri Hermeneias*, 2, 16a)

Em oposição a *onoma*, Aristóteles definiu *rhema* como uma unidade significativa com marca temporal e como constituinte nuclear do predicado. Esta segunda parte da definição permitiu-lhe colocar na classe dos *rhemata*, conforme já fizera Platão, certos adjetivos que em grego assumem freqüentemente a função de predicado, como *leukos*, “branco”, e *dikaios*, “justo” (cf. *leukos ho hippos*, “o cavalo é branco”). Considerando que neste caso o verbo *ser* na terceira pessoa do presente está subentendido e é sempre suscetível de inserção, pode-se dizer que tais adjetivos também são portadores de referência temporal.

Aristóteles emprega o termo *ptosis* para indicar variações gramaticais a partir de certas formas da palavra tomadas como básicas ou primitivas. Na

¹⁶ O duplo sentido de *onoma*, entre os gregos, também se encontra em *uerbum*, entre os gramáticos latinos. Conforme explica Quintiliano (*Inst. Orat.*, I, 5), toma-se *uerbum* ora em sentido genérico, ora em sentido específico. Genericamente, designa qualquer palavra, equivalendo a *uox*, *locutio* ou *dictio*; especificamente, aplica-se a determinada “parte da oração”, como *lego* ou *scribo*.

prática aristotélica, são consideradas como formas básicas o nome no caso nominativo e o verbo no tempo presente. Por conseguinte, são *ptoseis* os casos oblíquos e as flexões verbais que exprimem tempo passado ou futuro. Também são tratadas como *ptoseis* as variações do adjetivo para expressar as noções de grau comparativo e superlativo.

A escola estóica, fundada em Atenas por volta do ano 300 a.C., atribuiu particular atenção ao estudo da linguagem e elaborou uma teoria da significação em que sobressai a agudeza das observações acerca da relação entre o signo lingüístico e a realidade. Sabe-se que os primeiros estóicos (Zenão, Cleantes, Crisipo, Diógenes de Babilônia) escreveram numerosos livros sobre temas lingüísticos, os quais, todavia, não chegaram até os nossos dias. Na verdade, quase tudo do que hoje se conhece a respeito desses filósofos foi colhido de segunda mão, em referências e comentários feitos por autores que viveram em épocas posteriores.

Submetendo o discurso a novo tipo de análise, os estóicos aperfeiçoaram a terminologia lingüística e melhor delimitaram as categorias gramaticais que se exprimem através dos nomes e dos verbos. Para estabelecer e descrever as classes de palavras, valeram-se basicamente de dois critérios: a) a presença ou ausência de variação gramatical; b) presença ou ausência da flexão de caso. Com isto configuraram um quadro classificatório que se pode apresentar do seguinte modo:

A) Palavras variáveis, com flexão de caso:

<i>Onoma</i>	= nome (substantivo e adjetivo)
<i>Arhtron</i>	= pronome e artigo

B) Palavras variáveis, sem flexão de caso:

<i>Rhema</i>	= verbo
--------------	---------

C) Palavras invariáveis:

<i>Sundesmos</i>	= preposição e conjunção
------------------	--------------------------

A classe dos nomes foi subdividida em nome próprio (*onoma prosegorikon* ou *prosegoria*), como “Sócrates”, e nome comum (*onoma kurion* ou simplesmente *onoma*), como “homem”. Com isto, chega-se a um total de cinco diferentes partes do discurso. De acordo, porém, com Diógenes Laércio (*Vitae Philosophorum*, VII), Antipater de Tarso, sucessor de Diógenes de Babilônia à frente da escola estóica (circa 150 a.C.), teria isolado uma outra classe de palavras, denominada *mesotes*, que mais tarde se chamará *epirrhema mesotetos*

(correspondente ao que hoje se denomina advérbio de modo derivado de um adjetivo, como *sophōs* “sabidamente”). Tomado em sentido literal, o termo *mesotes* significa “o que está no meio” ou “situado entre dois extremos”. A sua escolha parece ter sido motivada pelo fato de as palavras a que se aplica estarem ligadas aos nomes adjetivos, do ponto de vista morfológico, e aos verbos, do ponto de vista sintático.

As idéias dos estóicos foram largamente exploradas pelos sábios e eruditos de Alexandria, cidade do Egito que a partir de séc. III a.C se tornou, dentro da área de domínio helênico, importante centro de pesquisas lingüísticas e filológicas. É justamente ao alexandrino Dionísio Trácio (séc. II a.C.), discípulo de Aristarco, que se atribui a elaboração de uma *Techne grammatike* considerada a mais antiga descrição sistemática do grego até hoje conhecida e matriz das pesquisas propriamente gramaticais realizadas no âmbito do mundo ocidental. Todavia, vários estudiosos têm levantado dúvidas sobre a autoria e cronologia da referida obra. Para Di Benedetto (1959: 118), a *Techne* que sobreviveu aos tempos não passa de um modesto manual composto, provavelmente, no séc. IV da nossa era. Para outros pesquisadores, trata-se de compêndio posterior ao séc. II d.C., que apenas reproduz, de modo parcial, o texto originalmente escrito por Dionísio, a que, no séc. II d.C., Sexto Empírico (*Adv. gramm.*, I, 57) faz explícita referência, atribuindo-lhe o nome de *parangelmata* (“prescrições”, “orientações”, “preceitos”).

Não obstante as controvérsias, a *Techne* apresenta uma divisão de palavras em oito classes, que constituem a base de uma longa tradição nos domínios da morfologia e lexicologia. As partes do discurso apresentadas, com as suas respectivas propriedades, são as seguintes:

1. *Onoma*¹⁷ (nome): parte do discurso que possui flexão de caso e que designa coisas corpóreas ou estados de coisas.
2. *Rhema* (verbo): palavra sem flexão de caso, mas flexionada em tempo, pessoa e número, que significa processo executado ou experimentado.
3. *Metochē* (particípio): palavra que compartilha das características do verbo e do nome, exceto as noções de pessoa e modo.
4. *Arthron* (artigo): parte do discurso que possui flexão de caso e que vem antes ou depois dos nomes.

¹⁷ Na *Techne*, o adjetivo (*epitheton*) é visto como uma espécie de nome (*onoma*) que se junta a outro nome. Tal interpretação, que implica a adoção de uma perspectiva sintática, está ligada à distinção medieval entre *nomen substantivum* (que significa *per modum per se stantis*) e *nomen adiectivum* (que significa *per modum adiacentis*).

5. *Antonumia* (pronome): palavra que se emprega em lugar do nome e que indica determinada pessoa.
6. *Prothesis* (preposição): palavra que se coloca diante de outras palavras, no domínio da composição ou da sintaxe.
7. *Epirrhema* (advérbio): parte do discurso que não possui flexão e que modifica ou acompanha o verbo.
8. *Sundesmos* (conjunção): palavra que interliga as idéias, ordenando-as, e que deixa manifestos vínculos implícitos em uma expressão.

4.2 Os gramáticos latinos: Varrão, Donato e Prisciano

Considerado um dos primeiros e mais importantes gramáticos latinos, Varrão (116 – 27 a.C.) foi um polígrafo e homem de vasto saber. A ele são atribuídas mais de 70 obras¹⁸ sobre variados assuntos, quase todas perdidas nos desvãos do tempo. Do que escreveu sobre a linguagem, apenas temos uma cópia do séc. XI de uma parte de seu trabalho intitulado *De Lingua Latina*, originariamente constituído de 25 livros, dos quais chegaram quase na íntegra até os nossos dias os de nº V, VI, VII, VIII, IX e X; de alguns outros, existem apenas fragmentos.

Partindo do geral para o particular, Varrão submeteu os vocábulos a diferentes e sucessivas classificações, adotando, para cada uma delas determinado critério. A rigor, são delineados no texto varroniano dois distintos esquemas classificatórios, que inevitavelmente se entrecruzam em diversos pontos. Em um dos esquemas prevalece a perspectiva morfológica (morfo-gramatical); no outro, a perspectiva semântica.

Influenciado pelo pensamento estóico, Varrão estabeleceu inicialmente para o latim dois *genera uerborum*: palavras indeclináveis (estéreis, invariáveis) e palavras declináveis (fecundas, variáveis). Em seguida distinguiu a *declinatio uoluntaria* (processo de derivação), da *declinatio naturalis* (processo de flexão). Considerando este último processo, propôs, com *fundamentum* nas categorias gramaticais de caso e de tempo, a seguinte esquematização:

- | | |
|--|--------------------|
| a) palavras com flexão de caso e sem flexão de tempo | ex: <i>docilis</i> |
| b) palavras com flexão de tempo e sem flexão de caso | ex: <i>doceo</i> |

¹⁸ Sobre Varrão, diz Santo Agostinho (*De Ciuitate Dei*, VI, 2), reiterando opinião de Terenciano Mauro (séc. II d.C.): “leu tanto, que não se sabe como teve tempo para escrever; escreveu tanto, que é difícil acreditar que alguém possa ler toda a sua obra”. Conforme já evidenciado por várias pesquisas, Santo Agostinho não se limitou a reconhecer e admirar o talento de Varrão; também tirou largo proveito das suas idéias.

Appellandi partes sunt quattuor, e quis dicta a quibusdam prouocabula quae sunt ut quis, quae; uocabula ut scutum, gladium; nomina ut Romulus, Remus; pronomina ut hic, haec. Duo media dicuntur nominatus; prima et extrema articuli. Primum genus est infinitum, secundum ut infinitum, tertium ut finitum, quartum finitum.

(*De lingua Latina*, 8. 23)

Afastando-se do paradigma estóico de classificação de palavras adotado por Varrão, Donato (séc. IV d.C.) e Prisciano (séc. V e VI d.C.), prestigiados autores de gramáticas latinas, preferiram seguir de perto as pegadas de Dionísio Trácio e de outros alexandrinos. Os textos de Donato e de Prisciano alcançaram larga aceitação e exerceram forte influência sobre os trabalhos de ensino e descrição do latim durante a Idade Média. Evidenciam a popularidade de Prisciano os mais de mil manuscritos que já foram encontrados das suas *Institutiones grammaticae*. Quanto ao prestígio de Donato, basta dizer que os seus trabalhos, *Ars grammatica (Ars maior)* e *Ars minor*, elaborados com um propósito claramente pedagógico, ainda são fonte de consulta e referência cerca de onze séculos após o seu aparecimento. É o que testemunha o texto didático escrito por Mathias Ringmann em 1509 com o sugestivo título de *Grammatica figurata – octo partes orationis secundum Donati*.

Na trilha de Dionísio Trácio, Donato e Prisciano também distinguem oito classes fundamentais de palavras. Introduzem, todavia, no processo classificatório de Dionísio algumas modificações, dentre elas a substituição da classe denominada *arthron* pela interjeição, tendo em vista não existir no latim clássico o artigo definido. Deste modo, a *interiectio* passou à condição de classe autônoma, deixando de ser considerada, conforme ocorria entre os gramáticos gregos, como simples subdivisão dos advérbios.

Para melhor aquilatar a influência do pensamento alexandrino sobre os gramáticos latinos, comparem-se as classes e definições estabelecidas por Dionísio (*supra*) com as que se encontram em Donato (*De partibus orationis ars minor*):

Nomen:	Pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans.
Pronomen:	Pars orationis, quae pro nomine posita tantundem paene significat personamque interdum recipit.
Verbum:	Pars orationis cum tempore et persona sine casu aut agere aliquid aut pati aut neutrum significans.

- Aduerbum: Pars orationis, quae adiecta uerbo significationem eius explanat atque inplet.
- Participium: Pars orationis partem capiens nominis, partem uerbi; nominis genera et casus, uerbi tempora et significationes, utriusque numerum et figuram.
- Coniunctio: Pars orationis adnectens ordinansque sententiam.
- Praepositio: Pars orationis quae praeposita aliis partibus orationis significationem earum aut complet aut mutat aut minuit.
- Interiectio: Pars orationis significans mentis affectum uoce incondita.

5. Consequências e conclusão

Observados da situação privilegiada do presente, não é difícil apontar equívocos e lacunas nos trabalhos sobre a linguagem realizados pelos antigos gregos e romanos. Desde os fins do séc. XIX, muitos foram os que assumiram uma atitude questionadora em relação ao quadro tradicional de classificação de palavras. Como lembra Colombat (1988:5), o resultado dessa atitude, “depuis longtemps critique, a été de considérer l’approche du langage em termes de parties du discours comme dépassé, car celui que s’y engage paraît s’enfermer dans une problématique définitivement obsolète”. Todavia, gerativistas, estruturalistas ou funcionalistas, de diferentes orientações, continuam a falar em nome, verbo, conjunção, etc., o que evidencia que a doutrina e a terminologia gramaticais paulatinamente forjadas pelos antigos continuam a alimentar as modernas teorizações e as atuais descrições das línguas espalhadas pelo mundo. Ademais, não se deve ignorar que as palavras são objetos classificáveis. Trata-se de uma possibilidade teórica que não se pode desprezar pela simples constatação de deficiências ou insuficiências dos critérios classificatórios usados no passado: há que se buscar novos critérios ou melhor avaliar e aproveitar os previamente adotados.

Resgatando, por exemplo, a tricotomia *onoma*, *rhema* e *sundesmos*, estabelecida por Aristóteles, e retomando sugestões que se encontram em *Minerva*, obra do séc. XVI, escrita por Sanctius (Sánchez de las Brozas), pode-se moldar um sistema em que as palavras são classificadas não apenas enquanto signos, entidades com significante e significado, mas também como objetos contáveis. No primeiro caso toma-se como critério de classificação esta ou aquela *qualitas* da palavra (determinada propriedade semântica, morfológica ou morfossemântica); no segundo, leva-se justamente em conta a noção de *quantitas*.

Para ser adequada, toda classificação deve atender a três requisitos lógicos: a) apoiar-se em critério homogêneo e relevante; b) ser exaustiva; c) observar o princípio da irreduzibilidade. Enquanto *modi significandi*, as palavras carregam em si um conteúdo genérico e irreduzível (valor categórico) associado a outros traços semânticos particulares (valor específico). Pelo modo genérico de significar, as palavras põem em relevo a essência, a existência ou as relações dos seres pertencentes ao espaço infinito do real e do imaginário, que elas reticulam e representam. Assim, com amparo no seu valor categórico, é possível distribuir primariamente as palavras em três classes:

1. Apelativo (Palavra que apenas desvela a essência dos seres, isto é, *o quê* permanente e imutável das coisas.)
2. Verbo (Palavra que indicia certo modo de existência dos seres, que os concebe como evento, como algo suscetível de ocorrência e mudança na linha do tempo.)
3. Conectivo (Palavra que exprime relação entre os seres.)

Associando-se à classificação acima o critério da quantificação, pode-se dicotomicamente agrupar as palavras em um inventário aberto (palavras “lexicais”) e em um inventário fechado (palavras “gramaticais”). Ao primeiro grupo pertencem os verbos; ao segundo, os conectivos. Os apelativos entram nos dois grupos, repartindo-se em *nomes* (unidades “lexicais”) e *pronomes* (unidades “gramaticais”). Cabe ressaltar que o nome e o pronome, a par da diferença quantitativa, obviamente diferem entre si no que diz respeito ao modo específico de significar: a estes, ao contrário do que sucede com aqueles, normalmente se atrelam a noção de pessoa do discurso, a função vicária e o valor dêitico/anafórico.

À vista do exposto, é possível configurar o seguinte quadro:

INVENTÁRIO ABERTO	INVENTÁRIO FECHADO
Nome Verbo	Pronome Conectivo

Confrontando a divisão de palavras acima sugerida, a que por mera convenção se dará o nome de “classificação básica”, com a divisão proposta pela NGB – amplamente empregada nas descrições tradicionais do Português – pode-se estabelecer entre ambas (excluindo, por ora, a interjeição) as seguintes correlações:

Classificação Básica	Classificação da NGB
Nome	Substantivo Adjetivo Numeral
Pronome	Pronome Artigo Advérbio
Verbo	Verbo
Conectivo	Preposição Conjunção

É de notar que alguns componentes da coluna direita do quadro, que não aparecem na coluna esquerda, podem ser aproveitados para rotular subdivisões resultantes da aplicação de outros procedimentos classificatórios. Mattoso Camara (1964:149-60), por exemplo, admite que os nomes e pronomes são suscetíveis de funcionar como substantivo, adjetivo ou advérbio, tendo em vista a distinção entre termo determinado e termo determinante de primeiro e segundo grau. Todavia, qualquer subdivisão que se faça não pode perder de vista o preceito medieval de que *entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*.

No que diz respeito à classe das interjeições, cumpre de início salientar que no seu domínio é costume colocar duas coisas bem diferentes: a) unidades do tipo “Ah!”, “Oh!”, “Psit!”, etc; b) unidades do tipo “Viva!”, “Salve!”, etc. O primeiro subconjunto é constituído de elementos paralingüísticos: formas de expressão que podem ocorrer no processo enunciativo, mas que não pertencem ao sistema da língua. Por conseguinte, não se trata propriamente de *palavras*. No segundo subconjunto, as expressões arroladas não se apresentam nem funcionam apenas como palavras: são, a rigor, frases exclamativas (o que se evidencia na escrita pela pontuação), equiparáveis a outras que igualmente têm um só vocábulo, como “Fogo!”, “Socorro!”, etc.

À guisa de conclusão, vale lembrar que os filósofos pré-socráticos, Platão e Aristóteles construíram os alicerces de uma teoria lingüística que se desenvolveu com os estóicos, consolidou-se com os alexandrinos, passou ao Império Romano, dominou na Idade Média, manteve-se influente após o Renascimento e ainda permanece como fonte de indispensáveis subsídios para as pesquisas lingüísticas realizadas na atualidade. Ao longo de mais de dois mil anos, sucessivas gerações de estudiosos assimilaram, repetiram, criticaram, debateram e

aplicaram à descrição de diversos idiomas o pensamento gramatical que os antigos gregos gradativamente sedimentaram. Tal estado de coisas constitui inequívoco testemunho da relevância e fecundidade desse milenar legado para o equacionamento e resolução de múltiplas questões sobre a linguagem, continuamente suscitadas por força e virtude da insaciável curiosidade humana.

Referências Bibliográficas

- APOLÔNIO DÍSCOLO. *De la construction (syntaxe)*. Introduction, texte et traduction par Jean Lallot. Paris: J. Vrin, 1997, 2v.
- ARISTÓTELES. *Categories. On interpretation. Prior analytics*. Cambridge, Mass: Havard University Press, 1938. (The Loeb Classical Library)
- _____. *The "art" of rhetoric*. Cambridge, Mass: Havard University Press, 1994. (The Loeb Classical Library)
- _____. *Poétique*. Paris: Les Belles Lettres, 1932.
- _____. *De l'ame*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- COLOMBAT, B. Présentation: éléments de réflexion pour une histoire des parties du discours. *Langages*. Paris, n° 92, p. 5-10, 1988.
- DI BENEDETTO, Vincenzo. Dionisio Trace e la techne a lui attribuita. *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa*. Pisa, serie 2, v. XXVIII, p. 87-118, 1959.
- DIÓGENES LAÉRCIO. *Vitarum philosophorum libri*. Stuttgart / Leipzig: Teubner, 1998, v. I, libri I-X.
- DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *On literary composition*. Edited with an introduction, translation, notes, glossary, and appendixes by W. Rhys Roberts. London: Macmillan, 1910.
- DIONÍSIO TRÁCIO. *TEXNH GRAMMATIKH*. Testo critico e commento a cura di Giovan Battista Pecorella. Bologne: Cappelli, 1962.
- KEIL, Heinrich (ed.) *Grammatici latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1870, 8v.
- NEVES, M.H. de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1987.
- PLATÃO. *Cratyle*. Paris: Les Belles Lettres, 1950.
- _____. *Théétete*. Paris: Les Belles Lettres, 1965.
- _____. *Le sophiste*. Paris: Les Belles Lettres, 1994.
- _____. *Le opere (testo greco a fronte)*. Roma: Newton & Compton, 2005, 5v.

- QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. Translated by H. E. Butler. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1920-1922, 4v. (The Loeb Classical Library)
- ROBINS, R.H. *Ancient and mediaeval grammatical theory in Europe*. London: G. Bell, 1951.
- _____. *A short story of linguistics*. London: Longman, 1969.
- SANCTIUS, F. (Francisco Sánchez de las Brozas). *Minerva: seu de causis linguae Latinae*. Salamanca: J. e A. Renaut, 1587.
- SEXTO EMPÍRICO. *Against the professors*. Translated by R. G. Bury. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1971, v. IV. (The Loeb Classical Library)
- SIMPLÍCIO. *In Aristotelis Categorias commentaria*. Kalbfleisch, C. (ed.). Berlin: G. Reimer, 1907. [Commentaria in Aristotelem Graeca 8.]
- VARRÃO. *On the Latin language: books VIII – X*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1989. (The Loeb Classical Library)

UMA OBRA PRECIOSA AO ROMANISTA: A *LATEINISCHE
UMGANGSSPRACHE* DE JOHANN BAPTIST HOFMANN

Evanildo Bechara

Entre os modernos representantes da Filologia Clássica e da Lingüística Indo-européia que interessam ao âmbito da Romanística sem favor ocupa lugar de relevo especial Johann Baptist Hofmann. Pondo de lado importantíssimos artigos, das obras de Hofmann que mais de perto manuseia o romanista, merecem atenção a sua extraordinária participação nos seguintes trabalhos:

No *Thesaurus Linguae Latinae* (começado em 1900, mas que teve como repositório preparativo os artigos inseridos nos 15 volumes do substancial *Archiv für lateinische Lexikographie und Grammatik*, 1884-1908); na revisão e enriquecimento da parte de *Sintaxe* da 5ª edição da conhecida *Lateinische Grammatik* (1928), de Stolz-Schmalz, que figura na monumental coleção de Iwan von Müller *Handbuch der klassischen Wörterbuch Altertumswissenschaft*, iniciada em 1885; na fecunda colaboração da 3ª ed. do *Lateinisches etymologisches Wörterbuch*, de Alois Walde e na elaboração de um livro de rara fortuna, que aprofunda raízes na língua de uso dos romanos, a *Lateinische Umganssprache* (1ª ed. de 1926), que Joan Corominas, em sua tradução para o espanhol (Madrid, 1958), intitulou *El latín familiar*, e que Lycinia Ricottilli, na tradução italiana, com excelente introdução e fartamente anotada (Bologna, 1980), denominou *La lingua d'uso latina. Lingua d'uso*, entre especialistas italianos, equivale a *língua de conversação*, de colorido familiar, como assinala o familiar, no título da tradução de Corominas.

Uma boa exposição deste conceito entre os lingüistas italianos se pode ver em Migliorini no livro *Lingua e Cultura* (“lingua litteraria e lingua dell’uso”, págs. 47-60).

Hofmann nasceu em Neukenroth, na Alta Francônia, aos 11 de fevereiro de 1886 e morreu na sua querida e esfuziante Munique, aos 27 de julho de 1954. Em 1904 encontramos-lo inscrito na Universidade de Munique, no curso de Filologia Clássica ministrado por Fr. Vollmer e no de Lingüística Comparada, a cargo de W. Streitberg. Depois de oito semestres de estudos, em 1909, a dissertação *De verbis quae in prisca latinitate extant deponentibus*, elabo-

rada sob a orientação de Vollmer, superando brilhantemente o *Staatsexamen* e o *Doktorexamen*. Seu orientador de estudos, que foi também um de seus mestres diletos, em janeiro de 1909 convida-o para integrar a equipe de redação do *Thesaurus Linguae Latinae*, já que, como tudo indicaria, lhe seria difícil, a Hofmann, fazer a carreira do magistério secundário e superior, depois do agravamento de uma doença de ouvido, manifestada ainda nos anos de universidade e que viria, com o tempo, privá-lo quase completamente da audição.

Na equipe de *Thesaurus* aprendeu com mais profundidade a técnica da pesquisa dos fatos de língua, lexicais e gramaticais, técnica detidamente explicitada por outro notável conhecedor da língua latina, Eduard Wölfflin, no prefácio programático do volume primeiro do citado *Archiv*, voltado, como dissemos, a reunir material com vista à redução do *Thesaurus*, este iniciado em 1900 e até hoje em plena vitalidade de elaboração.

Neste convívio, Hofmann revelou-se com tal competência e aptidão, que logo se tornou um dos mais conspícuos alicerces da gigantesca obra de lexicografia latina, em que trabalhou de 1909 até os últimos anos de sua vida. Só um exemplo patenteia a sua intimidade com os meandros e sutilezas do latim na confecção de verbetes: o lema dedicado à conjunção *et* arrola cem mil citações!

Dono de sólida informação de lingüística teórica posta a serviço da redação do *Thesaurus*, beneficiou-se Hofmann desta circunstância para a consecução de seus preciosos estudos sobre latim e línguas itálicas, refletidos na remodelação e melhoramentos introduzidos na 3ª edição do *Lateinische etymologisches Wörterbuch* de Alois Walde, publicado entre 1938 e 1954, confirmando-o como o melhor instrumento de trabalho da lingüística latina, pela comparação do léxico do latim com as outras línguas indo-européias e pela riquíssima informação bibliográfica.

Não foi menor o remanejamento feito na 5ª edição (1928) da parte de Sintaxe inicialmente devida a Schmalz da extensa *Lateinische Grammatik* de Friedrich Stolz e Joseph Hermann Schmalz, renovação não apenas na parte relativa ao latim, mas ainda nas constantes aproximações do idioma do Lácio às línguas germânicas, mormente, como seria natural, ao alemão, e às línguas românicas, tornando, assim, a obra um precioso instrumento de informação ao romanista. Ainda na preparação da sexta edição desta citada obra, sob a supervisão de Anton Szantyr e saída em 1965, beneficiou-se o novo editor de várias notas e observações que Hofmann apusera ao seu *Handexemplar*, confirma Szantyr no prefácio (p. vi).

O seu extraordinário conhecimento do latim levou-o a escrever uma obra de importância fundamental a que já antes fizemos referência: a *Lateinische*

Umgangssprache. Trata-se de uma obra estimulante, de difícil confecção, já se vê, no rastreamento daqueles fatos que, registrados em obras escritas, denunciam traços da língua de uso, da língua de conversação. Seu objetivo é distinto do que motivou a obra de um compatriota seu, Fr. Oskar Weise saída em 1ª edição em 1891, sob o título *Charakteristik der lateinischen Sprache*, que alcançou, segundo parece três reedições (1905). Trabalho que reúne observações finais, ao lado de outras impressionistas, entre fatos de língua e reflexo da mentalidade do povo, obra que teve larga divulgação no mundo dos especialistas.

Todavia não foram os livros como o de Weise que serviram de inspiração à obra de Hofmann; explicitamente nosso autor aponta como inspiradores os trabalhos de Hermann Wunderlich (*Unsere Umgangssprache, Nossa língua coloquial*, Weimar e Berlim, 1894), em que estuda a língua da conversação em alemão, de Leo Spitzer (*Italienische Umgangssprache, Língua coloquial italiana*, Bonn, 1922), sobre o italiano coloquial, e de Charles Bally (*Traité de stylistique française*, Heidelberg, 1909), além, naturalmente, dos trabalhos predecessores relativos à língua coloquial latina, como, entre outros, o de O. Rebling (*Versuch einer Charakteristik des römischen Umgangssprache, Ensaio de uma característica da língua coloquial dos romanos*, Kiel, 1873).

Para Hofmann, essa *Umgangssprache* se caracteriza, em primeiro plano, como língua afetiva; e é nessa linha que procura rastrear, nos documentos escritos, essa variedade diafásica, estilística.

Bem mais difícil do que a tarefa de Wunderlich e Spitzer, que pesquisavam a língua viva, possível de ser quase fotografada, Hofmann lidou com textos escritos de épocas distintas, o que representa *corpora* variados no tempo, nos gêneros e nos estilos de época. Daí certos cuidados de resenhadores da obra em aceitar alguns dos resultados a que chegou o nosso latinista, embora todos reconheçam os méritos do trabalho como um todo. Como diz Pasquali, a consideração histórico-lingüística não se separa impunemente da história-literária (*Pagine stravaganti*, 2, 333).

Hofmann teve de enfrentar problemas de ordem teórica: citem-se o conceito de *Umgangssprache*, a relação entre línguas escrita e língua falada e, não menos complexo, os pontos de contato e de distância entre o latim da conversação e o chamado *latim vulgar*. Neste último caso, Hofmann nega, com muita razão, que esse *latim vulgar* possa estar inserido num conceito único, quer no tempo, quer no espaço.

Apesar das dificuldades inerentes a uma obra dessa natureza, o profundo conhecimento do latim, especialmente de sintaxe, tão profundo que parece

instintivo – como assinala Heinz Haffer, em conferência lembrada por Lúcia Ricottilli, faz da *Lateinische Umgangssprache* um livro precioso.

Infelizmente, em língua portuguesa, especialmente entre brasileiros, o excelente livro de Hoffman passou quase despercebido, embora suas lúcidas observações possam ainda trazer subsídios à análise e à interpretação dos que fazem hoje estudos sobre o português falado. Faz exceção o Prof. Said Ali que, já em época próxima à saída da 1ª ed. da obra (1926), a utilizara em artigo sobre interjeições, depois inserido nos *Meios de Expressão e Alterações Semânticas* (Rio de Janeiro, 1930).

SOBRE O GERÚNDIO E “GERUNDISMO”: UMA ANÁLISE
DE UM ASSUNTO EMOTIVO E POLÊMICO¹

John Robert Schmitz
UNICAMP

“Precisava desenferrujar gerúndios, gerundivos, e sobretudo, meus verbos irregulares”, Issais Pissoti, *Aqueles cães malditos de Arquelau*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

É surpreendente o clima emocional e hostil em torno da presença no português brasileiro falado e escrito de estruturas que contêm *ir+ estar+ V___NDO* como nas frases: “Vou estar transferindo R \$ 3.000,00 de sua conta bancária” e “Ele vai estar dormindo”. O uso do gerúndio nas referidas frases é chamado de “gerundismo”. Os formadores de opinião rotulam tais construções de “terrível praga”, “vício”, “maldito gerúndio”, “modismo”, “gerúndio bastardo”, “gerúndio desproposital”, “patinho feio do estilo”, “samba do gerúndio doido” e “o gerúndio assassino”. Com respeito a este último, cabe a pergunta: o que exatamente o gerúndio estaria assassinando?

O discurso antigerundista² constrói um quadro no qual a própria saúde do idioma nacional é questionada. O emprego das metáforas sugere um idioma “doente” e usuários “infectados”, que lembra uma verdadeira “epidemia”, fora

¹ Quero agradecer a leitura crítica dos seguintes colegas: Gladis Massini-Cagliari, Marli Quadros Leite, Renato Miguel Basso e Sumiko N. Ikeda. As falhas são da minha responsabilidade.

² A polêmica em torno do gerúndio trouxe vários neologismos para o português: gerundismo, gerundizar e antigerundista. É bom lembrar que existe o termo gerundivo que se refere ao “particípio do futuro passivo latino” (Aurélio de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 685. Alguns exemplos em português são: doutorando, graduando, formando. Existem em português os adjetivos “fervente” e “corrente”, antigos particípios latinos, relacionados com o gerúndio V___NDO. O adjetivo “gerundial” está arraigado no idioma. O enunciado “chovendo, não sairei” é, segundo a análise de Bechara (2000: 155) uma oração subordinada adverbial condicional reduzida de *gerúndio* ou reduzida *gerundial*.

de controle que assola a nação e “contamina” o idioma nacional. Essa seria, então, mais uma crise construída para acompanhar as outras crises de ordem política, econômica e social, bem mais sérias que realmente comprometem a “saúde” da nação!

Surge no discurso uma metáfora militar, pois os antigerundistas falam da necessidade de “combater” a estrutura, defender e proteger a língua portuguesa do Brasil da “invasão” do gerúndio infeliz. As armas utilizadas para extirpar a referida forma indesejada são os portais existentes na rede de computadores que têm por nome: “Manifesto antigerundista”, “Odeio o gerúndio” e “Campanha contra o gerúndio”. Existe também devidamente marcado no calendário – “O dia contra o gerúndio”. Um dos resultados negativos de tais movimentos é que eles tendem a semear certa insegurança lingüística entre os falantes de português.³

Um grande desserviço ao público é a regra gramatical sugerida pelo “Manifesto Antigerundista” que adverte categoricamente: “O gerúndio NUNCA vem depois de um verbo no infinitivo.” Basta observar que alguns exemplos perfeitamente de acordo com a norma da língua portuguesa desmentem a regra proposta: “Enquanto você arruma a cozinha, vou estar passando o aspirador.”/ “Enquanto você resolve seus assuntos, eu vou ficar esperando aqui”.⁴ O gerúndio *passando* vem depois do verbo auxiliar (*estar*) no infinitivo.

Com o objetivo de apresentar alguns argumentos com a finalidade de proporcionar uma outra reflexão a respeito do gerúndio em português, divido o trabalho em oito partes. Na primeira, argumento que o gerúndio é parte integral do sistema verbal da língua portuguesa. Na segunda parte, refiro-me ao gerundismo e pergunto se o fenômeno é lingüístico ou extralingüístico. Na terceira parte do artigo, pergunto se a construção V + *estar* + V ____ NDO é um fenômeno novo. Na quarta parte, comento as noções de duração e pontualidade (finalidade) com respeito ao gerúndio. Na quinta parte do trabalho comento as considerações de Possenti (2005) e Ribeiro (2000) sobre o gerúndio. Na

³ Certa insegurança se observa também no texto do articulista, ensaísta e autor de telenovelas, Walcy Carrasco. Cf. Walcy Carrasco, “Certo ou errado”, *Veja*, São Paulo, 16 de fevereiro de 2005. Carrasco escreve nestes termos: “A Língua Portuguesa está mudando. Se é um processo bom ou ruim, tenho minhas dúvidas” (p. 138).

⁴ É plenamente possível em português empregar o presente do indicativo: “Enquanto você arruma a cozinha, vou passar o aspirador”/ “Enquanto você resolve seus assuntos, vou esperar/ vou ficar aqui”. O problema é que alguns gramáticos dizem que a forma com o gerúndio é prolixa e, portanto, desnecessária. Eles recomendam o uso da forma “simples” argumentando que é mais “enxuta”.

sexta seção, especulo se o uso gerúndio deve ser considerado um erro e pergunto o que é um erro realmente. Na sétima, teço comentários sobre a crença por parte de muitos usuários de que a ocorrência do gerúndio se deve à influência da língua inglesa em contato com o português. Na última parte do trabalho, apresento algumas conclusões que decorrem da análise.

1. O gerúndio é parte integral do sistema gramatical do português: “o gênio da nossa língua” (Bechara, 2000:232).

Os gramáticos tradicionais preferem em geral prestigiar, nas suas descrições tradicionais, bastante detalhadas, os tempos simples e os compostos, todos acompanhados de diferentes quadros com as respectivas conjugações nos modos indicativo, subjuntivo e imperativo Cunha (1970:182-187). Muito menos atenção, todavia, é dada à ocorrência dos verbos auxiliares *estar*, *ir*, *vir* e *andar*. O gramático mostra exemplos desses auxiliares, que precedem verbos principais em –NDO, mas limita sua apresentação à ocorrência dos mesmos no presente do indicativo e no pretérito imperfeito, sem informar a possibilidade de ocorrência em outros tempos. Alguns exemplos retirados de Cunha (1970:182-183):

“Venho tratando desse assunto.”

“Estou estudando.”

“O navio ia encostando no cais (pouco a pouco).”

“Vinha rompendo a madrugada”

“Andava procurando um livro”

Cunha explica, com toda propriedade, que as estruturas com os referidos auxiliares seguidos de verbos principais em –NDO indicam “ação durativa”, “ação que se desenvolve gradualmente” e “ação que se realiza progressivamente”.⁵

Quem apresenta uma descrição bem mais completa do gerúndio e o fenômeno da perífrase verbal é Mattoso Câmara (1972:146-147) que observa que em português o auxiliar ocorre numa variedade de tempos e modos:

⁵ Cunha (1970:183) observa que “na língua moderna de Portugal predomina a construção de sentido idêntico, formada de *estar* (ou *andar*+ preposição *a* + infinitivo). A afirmação está correta, mas pode levar usuários incautos a pensar que o gerúndio com V+ *estar*+ ___NDO não ocorre no português de Portugal. Não é verdade. Seria interessante examinar porque Saramago usa, em certos momentos, *estar*+ *a* e em outros, construções “plenas” com V+ *estar*+ ___NDO. “Sara ouve o que lhe está dizendo a doutora Maria Sara”, José Saramago, *História do Cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 167.

“Estou espalhando”, “Estava espalhando”, “Estive espalhando”, “Estivera espalhando”, “Estarei espalhando”, “Estaria espalhando”, “esteja espalhando”, “estivesse espalhando”, “estiver espalhando”, “estando espalhado”,⁶ “estar espalhando”.

Castilho (1961;113) resume sucintamente o papel o quadro de aspecto verbal em língua portuguesa nestes termos:

... observemos ainda que no setor das perífrases a noção que apresenta maior riqueza de possibilidades de expressão é a de duração, e que de todas a mais versátil é a perífrase com estar (a) + infinitivo/gerúndio/particípio passado, indicando ação ineptiva cursiva propriamente dita e cursiva progressiva, resultativa e cessativa.

A reflexão acima apresentada mostra que o português é rico em gerúndios.⁷

Nem sempre os dados de Mattoso são aproveitados pelos gramáticos. Um resultado sério dessa omissão é o fato de que alguns falantes de português acreditam que o sistema verbal do português se restringe aos tempos presente (louvo), pretérito imperfeito (louvava), pretérito perfeito (louvei) e limitadamente no futuro simples (louvarei).

Com base nos trabalhos de Coseriu⁸ e de Jakobson, Bechara (2000:212 se refere a “certas espécies de ação e arrola diferentes visões ou fases” de verbos em português:

(i) “o verbo ir+ gerúndio: venho fazendo é uma ação progressiva e apresenta uma visão retrospectiva.”

(ii) “o verbo continuar+ gerúndio: continuo (sigo) fazendo combina a visão retrospectiva e a prospectiva.”

Bechara observa com muita lucidez a própria especificidade da língua, o que diz por meio da expressão “o gênio de nossa língua” ao escrever:

⁶ Entre os exemplos arrolados por Mattoso Câmara, “Estando espalhado” é verdade que o verbo principal não está no gerúndio. Mesmo assim, o gerúndio em si em português é muito produtivo em comparação com o francês, holandês ou alemão. Devo a observação a Renato Miguel Basso.

⁷ Existem gerúndios perifrásticos no português contemporâneo como: *Maria está/esteve/estará/estaria trabalhando* e o não perifrástico que têm a forma composta: *Não tendo conseguido dormir, fui esquentar um chá na cozinha e dei de cara com a Rosa e a Idalina*. (Otto Lara Resende) e a forma simples: “Cai a chuva estrepitando.” (F. Varela). Para mais dados, ver Celso Cunha, *Gramática Moderna*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Alves, 1970, pgs. 182-183.

⁸ Um dos livros citados por Bechara de autoria de Coseriu é *El Sistema Verbal Románico*. México: Siglo Veituno, 1996.

Está mais de acordo com o gênio da língua portuguesa (ênfase minha) o uso do gerúndio com auxiliar *estar* ou infinitivo com *a* para traduzir atos que se realizam paulatinamente, em vez do uso de forma simples do verbo, como faz o francês (*Jeanne nous regarde / Joana está-nos olhando* ou *a nos olhar* (p. 232)).

Cabe observar que o gerúndio é de longa data usado no português e muito freqüente nas *Cantigas de Santa Maria* de Alfonso X (Mettmann: 1986). Um exemplo:

“Chorando de coração
foi-sse correndo
a casa, e viu enton
estar fazendo
os bischocos e obrar
na touca a perfia,
e começou a chorar
con mui grand’alegria.”
(Cantigas de Santa Maria, 18)

(a) O gerúndio em português e em outras línguas.

O português se diferencia de outros idiomas do mundo devido à falta de gerúndios perifrásticos como em línguas tais como o alemão, o holandês, o francês e o russo.⁹

Os referidos idiomas, em vez de utilizar verbos auxiliares e um afixo nos moldes de –NDO ao verbo principal, recorrem ao presente do indicativo e dependem muito mais da presença de adjuntos adverbiais de tempo (neste momento) e advérbios (agora, freqüentemente) do que o português para expressar duração e continuidade.

O sistema verbal do português apresenta várias formas de expressar futuramente: (i) encaminharei o relatório amanhã”, (ii) “vou encaminhar o relatório amanhã”, (iii) estarei encaminhando o relatório amanhã”, (iv) vou estar encaminhando o relatório amanhã”. Cabe observar que em outros idiomas – o francês e o alemão são bons exemplos – não existe uma construção perifrástica *estar+ndo* que tem a finalidade de exprimir continuidade ou “progressividade”.

⁹ O francês tem o “gerondif”: *Ils vont chantant e En attendant le plaisir de vous rencontrer...*, mas não uma forma perifrástica como *être (estar)+ gerúndio*.

O francês tem equivalentes para as sentenças (i) e (ii) acima, mas não para (iii) e (iv). O italiano, por sua vez, apresenta “traduções” para (i) e (ii) respectivamente “*invierò la relazione domani*” e “*invio la relazione domani*”; no sistema verbal italiano não existem equivalentes para (iii) e (iv).

À guisa de exemplo, o falante do português pode dizer “*Maria canta*” e também “*Maria está cantando*”. Existe em francês uma única possibilidade “*Marie chante*”, oração essa que comunica o que Marie sabe fazer e também o que ela está fazendo num determinado momento da fala. Para transmitir continuidade, a língua francesa depende exclusivamente de advérbios ou expressões adverbiais: “*maintenant*”, “*dans ce moment*” ou “*être en train de+infinitivo*”. Obviamente, uma oração isolada (fora de contexto) é ambígua.

Quanto ao português brasileiro, cabe observar que o próprio verbo *estar* (com ou sem *ser+NDO*) precede adjetivos dinâmicos tais como: “Ele está (sendo) curioso, barulhento, intransigente, exibido, oferecido, fingido” Esses mesmos adjetivos também seguem o verbo de ligação *ser*: “Ele é curioso, barulhento, intransigente, exibido, oferecido, fingido etc.” Daí se pode concluir que o português de acordo com a figura abaixo possui um quadro verbal “diferenciado” em contraste com o inglês ou com o francês.

	está	sendo	
Mário	está		curioso.
	é		

Mario is (being) curious.

Mario est curieux.

Ao comparar os três idiomas, usei o adjetivo “diferenciado” para caracterizar o português com respeito a *estar* (sendo) e *ser*. O português brasileiro, neste caso, é diferente. Afirmar que ele é “mais expressivo” ou “rico” do que o inglês e o francês é um argumento tão subjetivo como alegar que a construção (*ir*)+*estar*+V____NDO não seja plenamente vernácula.” A língua portuguesa se distingue dos outros idiomas do mundo e eis aqui a sua originalidade, pois ela é um dos poucos idiomas do mundo que admite o uso do gerúndio como imperativo.¹⁰

¹⁰ O português é diferente de outras línguas do mundo em utilizar o gerúndio em enunciados como: *Só rindo, Só vendo, só perguntando, Foi sem querer, querendo*.

Cunha (1970: 282) observa que no português popular “... o gerúndio substitui por vezes a forma imperativa”. Eis alguns exemplos retirados do livro de Cunha:

“Andando! = vá andando! Ande!”

Apresento dos meus registos outras estruturas em –NDO que funcionam como ordens ou mandatos:

Gente, vão se acomodando!

Tudo mundo votando!

Vai entrando, Zeca!

Vá falando, rapaz!

Pode ir esquecendo! Não haverá aumento!

“Vai saindo, vai saindo, ordenei fazendo com que voltasse pelo mesmo caminho.”

Lygia Fagundes Telles, “Suicídio na Granja”, *Invenção e Memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 18.

Os idiomas sem formas perifrásticas semelhantes ao auxiliar + V____NDO (frequente em português) não atestam construções desse tipo na voz passiva:

“Ele (= projeto de lei do deputado Aldo Rebelo) teria que estar sendo mais discutido.” [Luis Fernando Veríssimo, Agência O Globo, Gazeta do Povo (Curitiba), 25 de janeiro de 2001.

“Toda vez que eu ligo a TV ou ele está sendo preso ou está sendo solto!” (José Simão, Folha de S. Paulo, 20 de abril de 2004, p. E 7)

“Os carnês estão sendo enviados.”

“Os impostos estão sendo cobrados.”

Do mesmo modo, idiomas desprovidos de formas perifrásticas com verbo auxiliar seguido de participio não apresentam a referida forma no modo subjuntivo (quando esses idiomas tiverem subjuntivo): “Duvido que ele esteja dizendo a verdade o tempo todo neste inquérito.”, “Duvido que ele vá estar dizendo a verdade no decorrer do inquérito.”

(b) Uma hipótese a respeito do gerúndio e o sistema verbal do português:

A respeito do gerúndio no sistema verbal, apresento a seguinte hipótese. Se o quadro verbal do português brasileiro não tivesse a variedade de formas perifrásticas (com a presença do gerúndio) que tem, os usuários não teriam

condições de chegar a produzir construções tais como *ir + estar + V__ndo*, *dever + estar + V__ndo* e *poder + estar + V__ndo*. Observem-se as diferentes perífrases existentes no idioma que possibilitam o desenvolvimento de ainda outras perífrases no sistema.

- está
anda
vive
Ele fica pesquisando a vida dos dinossauros.
vai
vem
segue
continua
vai
deve
pode
espera
tem vontade de estar pesquisando a vida dos dinossauros.
Ele admite
pretende
reconhece
pensa
planeja
julga

2. O gerundismo: um problema lingüístico ou extralingüístico?

Cabe observar que o próprio termo “gerundismo” não está registrado no momento presente no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) ou o *Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa* (1999). Sem dúvida, a referida palavra virá a ser dicionarizado no futuro próximo. Como seria definida pelos lexicógrafos? Afianço que possíveis acepções seriam: (i) “o uso exagerado de gerúndios” ou (ii) “o emprego do gerúndio em orações iniciadas com o verbo *ir* seguido do auxiliar *estar + V__NDO* como em *vou estar enviando, vou estar transferindo, vou estar entrando*”.¹¹

¹¹ Enunciados como “Ele deve estar chegando na parte da tarde” ou “Boa coisa não há de estar fazendo” (Cf. *A Cilada* de autoria de Otto Lara Resende, (In: Ênio Silveira, org. *Os Sete Pecados Capitais*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964) nem sempre são alvos de crítica, vistos como “pragas” ou “vícios” como no caso de enunciados que começam com o verbo *ir + estar + V__NDO*).

Não me parecem procedentes as definições propostas. Em primeiro lugar, a noção de exagero na linguagem é um assunto pessoal e depende do estilo oral (e escrito) dos usuários. Exagerar ou não é um direito e da responsabilidade do usuário. Alguns falantes “exageram” no uso de gíria, outros no emprego de palavrões e ainda outros no “excesso” de marcadores conversacionais como “tá?”, “né?”, “viu?”, “sabe?” e “entende?”. Ainda outros exageram no uso de vocábulos de origem estrangeira que têm equivalentes em português. Os que condenam o uso de estruturas V+ *estar* + V__NDO recorrem igualmente ao exagero como uma estratégia para censurar o emprego da referida construção. Eis um exemplo de texto confeccionado para ridicularizar o uso excessivo do gerúndio.

Este artigo foi feito especialmente para que você possa estar recortando, estar imprimindo e estar fazendo diversas cópias, para estar deixando discretamente sobre a mesa de alguém que não consiga estar falando sem estar espalhando essa praga terrível que parece estar se disseminando na comunicação moderna, o gerundismo. (Manifesto antigerundista).

Para combater o exagero cometido por parte de um número reduzido de falantes, os “adversários” montam propositalmente textos artificiais que não ocorrem naturalmente na linguagem, com a finalidade de persuadir os usuários a evitar a referida estrutura. A mesma estratégia tem sido usada também para ridicularizar o uso de gíria, o emprego de estrangeirismos e, até, o dialeto caipira, é triste dizer.

Nem mesmo os indivíduos que trabalham no telemarketing, que recebem críticas por “abusar” do gerúndio, usam tantas formas no gerúndio nas suas interações com o público. É fácil para autores construir textos para desqualificar uma determinada prática linguística, mas eles não apresentam um argumento realmente acadêmico para rejeitar determinadas ocorrências do gerúndio.

É verdade que alguns falantes podem chegar a empregar frequentemente a forma em tela nas suas interações. Os que trabalham na área de *telemarketing* têm sido alvo de crítica, pois alguns receptores das mensagens telefônicas interpretam estruturas como *vou estar transferindo*, *vamos estar enviando* como falta de boa vontade, insinceridade ou mera protelação. Uma falante confessa a sua impaciência com *estar transferindo*: “Confesso que de saco cheio de ouvir “vou estar passando sua ligação para o outro setor.” Mas, a mesma falante defende o uso de “vou estar enviando o meu trabalho na próxima semana” por uma determinada usuária porque “... é possível que ela não

saiba exatamente quando, no decorrer da próxima semana, que ela vai poder enviar.”¹² O referido enunciado não ocorreu num ambiente de *telemarketing* mas num ambiente universitário. Daí se vê que “*vou estar+V_____NDO*” pode ser recebido diferentemente por dois ou mais usuários. Generalizar com base em uma opinião é sempre perigoso. A linguagem é plural e não é propriedade de um indivíduo só.

Vou estar pode ser recebido por parte de um determinado ouvinte como exemplo de má-vontade em realizar a ação logo. A causa da irritação pode ser muito mais a própria situação em que a linguagem é usada. Teclar no telefone número 1 para “alhos” e 2 para “bugalhos” e assim número 8 !! para finalmente ouvir uma gravação que diz: “Obrigado, você vai estar recebendo um telefonema de um de nossos representantes”, contribuiria, sem dúvida, para a perda de paciência por parte de uma pessoa até bem equilibrada. O problema é nem sempre lingüístico. Em uma situação em que o lapso de tempo necessário para que uma ação de *enviar* ou *transferir* algo, um documento por fax, por exemplo, depende da própria eficiência do serviço prestado: as linhas telefônicas são lentas? A rede vive fora do ar ou está lenta? É provável que alguns usuários que trabalhem diretamente com a Internet e aparelhos de fax estejam acostumados às demoras nas tentativas de “enviar” e “transferir” devido ao tamanho dos arquivos, mas outros ficam irritados e impacientes com a demora.. Os que dependem de serviços de entrega em domicílio estão cientes da morosidade do tráfego nas ruas e avenidas congestionadas: o enviar e o transmitir se tornam (para eles) ações de duração e não atividades pontuais. Ainda, outras situações: o funcionário ou a funcionária está dando conta do grande número de chamadas? A fila não anda? Os funcionários estão revoltados devido a problemas trabalhistas ou de ordem pessoal? A língua e a linguagem são fenômenos sociais e os acontecimentos no dia-a-dia dos seres humanos afetam a linguagem que eles utilizam. Cabe lembrar que mesmo sem usar nenhum gerúndio, um(a) telefonista pode ocasionar irritação quando deixar um indivíduo esperando muito tempo para ser atendido. O problema pode ficar em certas instâncias fora da própria linguagem, pois filas intermináveis em repartições ou em bancos também irritam mesmo quando não ocorrerem gerúndios na interação entre indivíduos.

É importante também não adotar uma postura preconceituosa contra grupos de pessoas que trabalham no campo de *telemarketing* que atribuam à

¹² Os meus agradecimentos a todos os colegas e também aos informantes “leigos” que debateram comigo a respeito do gerúndio. Não menciono nomes específicos, pois a consulta por minha parte foi realizada informalmente por correio eletrônico. Julgo que não seria ético indicar nomes, pois muitos dos consultados disseram que gostariam de refletir mais sobre o assunto.

estrutura perifrástica *ir + estar + V___NDO* uma forma de mostrar interesse e preocupação para com o público.¹³

3. V+ estar+V___NDO: um fenômeno novo?

Certos falantes acreditam que a estrutura em tela é de origem recente.¹⁴ Alguns gramáticos e alguns jornalistas tentam legitimar essa visão. Uma consulta a fontes escritas, mesmo parciais, desmente a crença. Os exemplos retirados do romance *Os Ratos* de Dyonélio Machado, publicado pela primeira vez em 1935 e republicado em 2004 mostra que a referida estrutura não é recente:

- (i) “Agora mesmo, toda essa manhã perdida em busca de uma e outra pessoa, quando podia estar agenciando, cavando... (p. 44)
- (ii) “O datilógrafo há de estar lendo o livro metido na gaveta” (p. 46)
- (iii) “Todo o bangalô parece estar vibrando – enorme caixa de música.” (p. 58)

A estrutura também pode ser encontrada em autores mais recentes. Na coletânea de contos *Invenção e Memória* de autoria de Lygia Fagundes Telles há as seguintes ocorrências:

¹³ Numa das páginas na Internet que ataca o uso do gerúndio, os autores do *site* consideram o grupo de indivíduos que trabalham no campo de *telemarketing* como sendo um “gueto”. Lamentável é o uso da referida palavras que lembra a exclusão social de milhares de judeus na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

Considerando que um bom número de pessoas que trabalham na área de *telemarketing* são mulheres, pergunto se não poderia haver certa dose de discriminação contra elas. Recentemente, na programação de uma novela televisiva, uma alta executiva de uma empresa humilhou uma secretária por ela ter usado *ir+estar+V___NDO*. Mais um exemplo do uso da língua (e a linguagem) como instrumento de poder e autoridade. Existe uma dose de “terrorismo” em certas atitudes sobre a linguagem,

¹⁴ Infelizmente, afirmei em trabalho anterior (Schmitz, 2004) que a construção *ir* (poder, dever, ficar) é recente no idioma. Com base nos exemplos encontrados nas obras de D. Machado, Telles e Resende, retiro a afirmação. Os enunciados retirados de D. Machado mostram que a construção em tela data de 1935, mais de 70 anos atrás. Cabe observar que não encontrei enunciados com *ir+estar+V___NDO* nos referidos textos. É possível que essa forma seja realmente mais recente e restrita a textos orais informais. Seria interessante saber exatamente quando ingressaram no idioma pela primeira vez construções como *poder+estar+V___NDO*, *dever+estar+V___NDO*, e *haver de+estar+V___NDO*. Não encontrei exemplos de *ir* (*poder, dever, haver de+ V___NDO*) no corpus das obras de Maria Helena de Moura Neves, *Gramáticos de Usos do Português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000 e também de Odette Gonçalves Luiza Altmann de Souza Campos. *O Gerúndio em Português*. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

- (iv) “Quis dizer-lhe como esse encontro me deixou desanuviado, mas ele devia estar sabendo, eu não precisava mais falar” (p. 93) Lygia Fagundes Telles, *Invenção e Memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

No conto “A Cilada” de autoria de Otto Lara Resende (In: Ênio Silveira, org. *Os Sete Pecados Capitais*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964) há dois exemplos:

- (v) “Boa coisa não há de estar fazendo”, (p. 71)
 (vi) “O negro deve estar dormindo”, (p. 77)

Observa-se que todos os enunciados respectivamente retirados dos textos de Machado, Telles e Resende têm o auxiliar *estar* posicionado entre o verbo inicial (à esquerda) *poder* (i), *haver de* (ii), (v), *parecer* (iii) , *dever* (iv), (vi) e (à direita) os respectivos verbos principais em –NDO: *agenciando*, *cavando* (i), *lendo* (ii), *vibrando* (iii), *sabendo* (iv), *fazendo* (v) e *dormindo* (vi).

Possenti (2005: 21), em vez de considerar orações “vou estar morando em S. Paulo” exemplos de gerundismo, prefere rotular as mesmas como casos de “estarismo”. Exemplos retirados dos três autores acima citados (i) a (vi) também seriam exemplos. O sistema verbal do português é muito rico e bastante complexo. No corpus consultado há exemplos de outros auxiliares que ocorrem entre o verbo inicial e o verbo principal com o sufixo em –NDO:

- (vii) “Pode ir tirando o cavalo da chuva”. (p. 53), “A Cilada”, Otto Lara Resende. (In: Ênio Silveira, org. *Os Sete Pecados Capitais*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964)
 (viii) “Enfim, até quando eu teria que ficar justificando o que escrevi”, (p.77), Lygia Fagundes Telles. “Que número faz favor?” *Invenção e Memória*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 73.

Existem também exemplos de “estarismo” fora da área de literatura. Eis alguns exemplos de textos jornalísticos:

“Mas deve estar sendo comemorado pelos responsáveis...” Editorial, *Folha de S. Paulo*, “Objetivo Duvidoso”, 27 de outubro de 2004, p. A2.

“...uma vez a sempre preferível estratégia de auto-regulamento parece estar falhando”, Editorial, *Folha de S. Paulo*, 06 de junho de 2005, p. 2.

“Muitos devem estar pensando que esse é uma questão de Estado e de política pública”, Milú Villela, “O Tsunami Nosso de Cada Dia”, *Folha de S. Paulo*, 03 de fevereiro de 2005, “Tendências e Debates”, p. A 3.

4. Duração (Continuidade), Pontualidade (Finalidade): Incompatibilidade: Próprio dos Verbos ou do Mundo Real?

O problema maior com respeito à análise de *ir+estar +V___NDO* é o fato de que os exemplos apresentados na literatura especializada e também nos textos publicados na imprensa carecerem de contextualização, pois os enunciados não estão inseridos em discursos reais. Com respeito aos enunciados “vou estar enviando”, “vou estar providenciando”, “vou estar enviando” e “vou estar transferindo \$ R 3.000, 00 de sua conta” realmente não existem pistas para um julgamento lingüístico mais cuidadoso por parte de diferentes usuários com vistas à aceitação ou não dos mesmos.

O último exemplo “vou estar transferindo \$ 200,00 ...” não fornece contexto suficiente para processamento por parte de usuários do idioma. Talvez por este motivo, alguns usuários rejeitem o enunciado. Todavia, se o referido enunciado for “melhorado” com a presença de mais informação para possível processamento, parece-me que os mesmos falantes seriam levados a aceitar a nova versão: “vou estar transferindo mensalmente da minha conta quantias de \$ R 3.000.00 para a minha poupança”. Trata-se da transferência de várias parcelas mensalmente ao longo de um espaço tempo prolongado que indica ação durativa que vai além do momento atual. Um dado que me leva a argumentar que o julgamento gramatical de determinados enunciados é bastante complexo advém do fato de que Garcia (2002), mesmo rejeitando “Vou estar transferindo de sua conta \$ R 3.000,00...” está plenamente consciente de que existe outra leitura para o enunciado por ele rejeitado. As palavras do comentarista são reveladoras:

Se você ficar transferindo 3 mil reais da minha conta corrente durante o dia 23. Vai zerar a conta. Só transfira uma vez, não fique transferindo.

Possenti (2005: 11) afirma que o verbo *enviar* não é durativo e portanto incompatível com o verbo auxiliar *estar* que tem sentido durativo. Com base nesta consideração, o autor afirma que o enunciado “vou estar enviando o seu cartão” é “estranho” ao passo que o enunciado “vou estar morando em S. Paulo” está bem formado devido ao fato de *estar* e o verbo principal em -NDO serem durativos. Posso contra-argumentar que a noção de duração não é um traço inerente dos verbos. Somente quando eles são empregados em eventuais tempos verbais seria possível cientificar se um determinado verbo for durativo ou não.

Pormenorizando, o verbo *enviar*, por um lado, aporta o sentido não durativo, pontual, não-contínuo quando utilizado no tempo pretérito perfeito como se observa em: “Enviei o telegrama ontem.” Por outro lado, o mesmo verbo usado no tempo pretérito imperfeito como no exemplo: “Sempre enviávamos ao longo dos anos fotografias dos netos a nossos avós” indica que a ação de enviar acarreta continuidade e atividade habitual ou repetida por um determinado espaço de tempo. O enviar das fotografias tem certa duração.

Do mesmo modo, o sentido de continuidade é também transmitido quando o referido verbo *enviar* ocorrer no tempo presente na forma perifrástica: “Caros avós: estamos enviando, por correio registrado, as fotografias dos netos. Avise-nos quando chegarem”.

Com base nesses dados, afirmo que a presença da noção de duração e de não duração somente pode ser verificada quando os verbos ocorrerem em determinados textos verbais conforme acima apresentados.

A noção de duração é bastante relativa, pois um intervalo de cinco minutos pode ser uma eternidade para alguns; para outros, cinco horas dedicadas à revisão de um artigo pode passar num instante. Para evitar conflitos sobre o que é duração, é preciso fornecer dados lingüísticos suficientes sobre os referidos enunciados para que seja possível aos eventuais usuários refletir sobre o assunto e, assim, possam aceitar ou rejeitar o uso do gerúndio em certos contextos. Quando se contrapõem duas ações simultâneas, os enunciados resultantes tendem a se tornar processáveis para os informantes. Um exemplo deste tipo de enunciado é: “Vou estar providenciando a documentação na repartição lá no vigésimo nono andar enquanto você fica na fila aqui embaixo.” Da mesma forma, quando os enunciados com o gerúndio tiverem informação que permita determinar a existência de um espaço de tempo para a realização da ação, os mesmos se tornam interpretáveis para os usuários consultados: “Ele vai estar resolvendo o problema dele nas próximas semanas” e “Ele vai estar enviando os relatórios logo que tiveram os dados em mãos”.

Há, todavia, certas restrições ligadas mais ao funcionamento do mundo real do que a restrições lingüísticas. Cipro Neto (1998a) tem razão ao questionar a aceitabilidade de *comparecer* no enunciado: “Não pude estar comparecendo”. A atividade de *comparecer* é, de fato, difícil de repetir ou de ser repetido. Os verbos *sumir* e *desaparecer* são outros exemplos. Todavia, o usuário pode pensar nas várias ocasiões em que participa de diversos eventos e considera o verbo *comparecer* um sinônimo de *participar*. Diria que ninguém reclamaria dos enunciados em que *comparecer* e *desaparecer* acarretam a noção de duração ou continuidade. Dois exemplos: “Os artistas estão comparecendo

regularmente às festas de aniversário e de casamento sem mencionar as frequentes baladas que têm por aí.”; “Os sabiás já estão desaparecendo das nossas florestas”.

5. Umhas reflexões interessantes sobre o gerundismo: falta de comprometimento? Atenuação de assertividade? Determinação histórica? Concisão?

a) Escala de comprometimento?

Possenti (2005:21) afirma que entre os enunciados que os falantes de português podem escolher para comunicar as suas intenções existe uma escala de compromissos que vai de um comprometimento máximo até um comprometimento mínimo. Para o autor, “vou estar resolvendo” implica um compromisso mínimo, “vou resolver seu problema” implica um comprometimento relativo, “resolverei seu problema”, “compromisso forte, mas não tanto” e “hei de resolver o seu problema” um compromisso máximo. A tese é interessante mas é difícil afirmar que há graus de compromisso inerentemente alojados nas referidas orações. Um problema com a proposta é que nem todos os falantes usam o futuro “resolverei seu problema”, preferindo “vou resolver o seu problema”. O exemplo de grau máximo de compromisso “Hei de resolver o seu problema” é restrito a usuários mais letrados e nem sempre ocorre na língua falada informal. Ausente da escala de comprometimento de Possenti (2005) é o enunciado “estamos resolvendo o seu problema”. Onde ficaria na referida escala? Os quatro enunciados citados podem ser utilizados por uma miríade de usuários. Quem poderia adivinhar o que todos esses usuários pensam no momento de falar? Quais são as intenções de todos eles? Se um determinado falante optar por dizer, “vou pagar” ou “pagarei”, nada garante que o indivíduo cumpra com a palavra. Daí se vê que mesmo não fazendo uso do gerúndio, o falante pode falhar e não pagar. Não se pode afirmar que quem diz “vou estar resolvendo”, é necessariamente um caso de compromisso mínimo. Pode ser que o falante precise de certo tempo para cumprir. Não se sabem as verdadeiras intenções de todos os falantes que poderiam lançar mão da referida frase. Existe, em muitos casos, uma grande diferença entre o que é dito por um determinado usuário e o que ele faz na realidade. Com respeito aos indivíduos que dizem “hei de resolver o seu problema”, o exemplo mais alto de comprometimento na escala proposta por Possenti, realmente não temos nenhuma garantia a respei-

to da sinceridade dos eventuais enunciadore. Um determinado falante pode escolher, em diferentes instâncias, os quatro enunciados da escala na suas interações com quatro diferentes ouvintes e mentir para todos sem ter nenhuma intenção de resolver nada. Para Searle e Vanderveker (1998:22-23), todos os atos de fala que envolvem “... uma mentira ou uma promessa insincera” são atos ilocucionários defeituosos.

A tese de que o uso do gerúndio “vou estar resolvendo” espelha uma falta de compromisso reinante na sociedade brasileira é questionável quando se levar em consideração que outros idiomas também têm um sistema de aspectos verbais repleto de gerúndios (como o inglês e o espanhol, por exemplo), mas ninguém concluiria que nas várias sociedades onde o inglês e o espanhol são respectivamente falados que, existe uma “crise” de comprometimento. Pode existir, sim, falta de comprometimento e de ética nas diferentes sociedades, mas a “culpa” desse estado de coisas não é do gerúndio.

b) Atenuação de assertividade?

Alguns usuários consideram que a presença do verbo “estar” em *vou estar recebendo* torna o enunciado prolixo e o certo seria “vou receber”. Além disso, o verbo “estar”, de acordo com este ponto de vista, contribui para desfi-gurar a assertividade do mesmo. Mas, tanto “vou estar recebendo” como “vou receber” são asserções; é impossível afirmar qual enunciado teria um grau maior de assertividade. No meu entender, toda oração realmente assevera: “Prometo cuidar de você”, “Vou cuidar de você”, “Vou estar cuidando de você” e “cuidarei de você”. Um usuário consultado opina nestes termos: “Eu, pessoalmente, não acho uma construção errada no português do Brasil. Penso ainda que é uma construção que carrega um certo valor de atenuação, isto é, parece-me que os falantes preferem essa construção como uma forma de polidez. Dizer “vou estar enviando” parece ser mais “polido” do que “enviarei” que soa mais direto. Isso são elucubrações, mas me parece que isso acontece.” Não há nada inerente no enunciado “vou estar atendendo” em contraste com “vou atender” que determine que o primeiro é mais polido do que o segundo. Cada usuário recebe o idioma de forma diferente; alguns atribuem um grau de polidez a uma oração e outros usuários não.

Há, todavia, outras opiniões. Costa (2005) afirma que o gerúndio “... si-mula a formalidade e evita compromissos com a palavra e joga luz sobre o artificialismo nas relações sociais. O jornalista é categórico ao dizer que a refe-rida construção é um vício. Seria um vício, pergunto, se uma pessoa empregar

um único gerúndio (do tipo que mais inquieta os críticos, *ir+estar+V___NDO*) numa palestra de duas horas de duração? As relações sociais podem, na verdade, ser artificiais, pois a naturalidade ou a artificialidade no relacionamento humano nada tem a ver com a sintaxe ou a semântica de um determinado idioma. A artificialidade nas relações humanas pode ocorrer em qualquer grupo, comunidade, sociedade ou país.

c) Determinação histórica

Fora da área dos estudos da linguagem e especificamente na de história existe outra análise do gerúndio que julgo pertinente para comentário nesta reflexão. O filósofo Renato Janine Ribeiro (2000) apresenta uma tese engenhosa a respeito do surgimento do que ele chama o “gerúndio despropositado”. Ele argumenta que os brasileiros nunca ajustaram “... contas com o escravidão, com a colônia, com a iniquidade” (p. 97) e descartam “o passado inteiro”. Segundo o filósofo, o brasileiro vive a ilusão de eterno recomeço. Por este motivo, eles precisam “... do presente contínuo a torto e a direito: porque faltam passado e futuro” (p. 98). Afirmar que o sistema verbal do português brasileiro espelha os diferentes acontecimentos históricos e que o uso lingüístico dos falantes reflete o passado histórico é uma postura determinista sem apoio na disciplina de lingüística. Como disse acima, o inglês e também o espanhol têm nos respectivos sistemas verbais uma pletora de construções perifrásticas com o gerúndio, mas as suas respectivas histórias são completamente diferentes. Os acontecimentos políticos-históricos-sociais de determinados países nada têm a ver com a presença ou ausência de fenômenos lingüísticos como a voz passiva, presença ou ausência do subjuntivo ou dois verbos de ligação: *ser* e *estar*.

d) Concisão

Não somente a construção com gerúndio *ir+estar+ V___NDO* “Amanhã, vou estar conversando com ele” mas também a construção “Amanhã, estarei conversando com ele” são considerados “pouco econômicas à expressão do sentido pretendido” por parte de Camargo (2000). A autora recomenda “Amanhã conversarei (vou conversar) com ele”. Qual será o “sentido pretendido” a que se refere a autora? O perigo com a recomendação é que eventuais vestibulandos podem inferir que o futuro perifrástico “Estarei conversando” não é exemplo de português correto. Pior ainda é condenar “conversarei” na crença de que o futuro não é usado em português do Brasil como afirma Cipro

Neto (1998b): “Não temos o hábito de dizer “faremos”, dizemos mesmo “Vamos fazer”. Uma usuária questionada a respeito do gerúndio reclama nestes termos: “Ficamos cansados de ouvir tantas construções com o gerúndio que, em verdade, pouco acrescentam àquilo que efetivamente as pessoas querem dizer”. Os comentários por parte da usuária mostram certa irritação com o exagero e a repetição. Mas, em se tratando de tantos falantes e tantos intercâmbios entre diversas pessoas, pergunto se em todas as instâncias pensadas pela usuária ocorreram malentendidos como se fosse caso de duas línguas estrangeiras diferentes.

O desejo de buscar concisão pode, em certos casos, ter resultados trágicos. Por exemplo, num folheto de orientação de trânsito, a Secretaria de Transportes da Cidade de São Paulo informa: “Cuidado: mesmo que os automóveis estejam parados, os ônibus, motos e táxis podem estar andando na faixa exclusiva. Se o “estar andando” for substituído por “podem andar”, o significado seria outro e diferente da intenção da Secretaria de Transportes.¹⁵

6. O uso do gerúndio é um erro?

As línguas mudam ao longo do tempo e cada geração deixa a sua marca mesmo pequena no idioma. O português escrito e falado da época de José de Alencar ou Aluísio de Azevedo é diferente da língua produzida pelos usuários hoje em dia. Estigmatizar determinadas construções e expressões não presta um bom serviço ao idioma. Não incluiria (ir)+estar+ V____NDO entre várias “impropriedades” cometidas por alguns usuários tais como (i) grafar “tampouco” quando a intenção é dizer “tão pouco”, (ii) escrever “a par” quando o contexto pede outra forma como no caso: “As ações do Petrobrás estão ao par” (e não “a par”), (iii) escrever “ir de encontro a” quando a situação pede “ir ao encontro de”. Essas produções de fato são problemáticas, pois desviam a atenção do ouvinte/ leitor e dificultam a comunicação. O que falta na análise gramatical, a meu ver, é uma discussão sobre a gravidade dos erros. Seria importante pensar numa hierarquia de “erros” começando com os que interferem na compreensão e indo até as “infrações” que não dificultam a recepção da mensagem, mas esse assunto seria tema para outro trabalho. Devido à polêmi-

¹⁵ Os que argumentam que o gerúndio é prolixo nem sempre sabem que, em certos casos, o presente indicativo e a forma perifrástica *estar+NDO* funcionam como variantes estilísticos, pois os usuários de português podem escolher: “Envio neste momento um e-mail com dois anexos”/ “Estou enviando neste momento um e-mail com dois anexos”.

ca com respeito ao gerúndio, muitos indivíduos se confundem. Existe perigo de corrigir uma construção onde não há nenhum problema. O cronista Millôr Fernandes (2006) ironiza a corrente dos antigerundistas com seu característico bom humor: “Devem continuar procurando (a procurar corrijo), aceitando o atual lingüisticamente correto, que odeia o gerúndio”.

Dizer categoricamente que a forma *ir+ estar+ V__NDO* é um erro reflete uma postura simplista com respeito ao idioma, pois critérios diferentes são arrolados e misturados para identificar o que supostamente está errado. Para Sanhotene (2006) a frase “Vou estar transmitindo sua queixa ao gerente” deve ser substituída por “Vou transmitir sua queixa ao gerente” devido ao fato de que a primeira expressa “possível submissão, respeito à hierarquia” ao passo que segunda é por ele considerada “forma aceitável, mesmo quando o interlocutor não tem poder de decisão.” Estar em posição de superioridade numa hierarquia decisória nada tem a ver com a escolha de “vou estar transmitindo” ou “vou transmitir”. É também subjetivo considerar uma forma ou outra mais polida. Para medir o grau de polidez, é preciso conhecer o contexto inteiro, identificar o papel dos interlocutores e o tom de voz de cada um dos participantes.

Um “erro” como no caso da forma verbal “se eu depor” em vez do certo “se eu depuser” (Cipro Neto, 2000) é um caso muito diferente do que ocorre com o gerúndio “*ir+estar+V__NDO*”. O primeiro exemplo no uso do verbo *depor* indica falta de leitura e estudo. O segundo exemplo reflete o pleno funcionamento do idioma. Um problema com respeito a noção de erro é a existência de uma postura de discriminação contra indivíduos que não tiveram a oportunidade de estudar. Humilhar pessoas e considerá-las “ignorantes” por não conhecerem determinadas formas de português pode esconder outros preconceitos de ordem de classe social, raça e etnia. No entanto, cumpre perguntar onde pára o preconceito lingüístico com respeito a indivíduos que nunca tiveram ensino formal e começa uma verdadeira impaciência com um certo descaço com o idioma. Não se trata de preconceito lingüístico¹⁶ por parte de Lima Barreto autor da crônica “Quase Doutor” (1915), ao relatar o caso de um estudante, que mesmo em vias de concluir os seus estudos, continua falando uma variedade de português popular. Barreto comenta: “Caí das nuvens. Este homem já tinha passado tantos exames e falava daquela forma e tinha tão firmes conhecimentos!” (p. 141).

¹⁶ Um estudo pormenorizado, muito sério e comovente sobre o preconceito lingüístico é o livro de autoria de Maria Marta Pereira Schere, *Doa-se lindos filhotes de poodle*. São Paulo, Parábola, 2005.

7. O gerúndio: influência do inglês?

Alguns críticos alegam que a referida construção verbal seria resultado do contato ou da interferência com a língua inglesa por parte dos falantes brasileiros. Não estou convencido de que orações como “Vamos estar aplicando ainda outra vacina amanhã” [atribuída ao Sr. José Serra, Ex-Ministro da Saúde], “Vou estar pensando o tempo todo na minha namorada durante a minha viagem à França”, “O plantonista vai estar atendendo amanhã na parte da tarde” e “Você vai estar chegando de viagem quando a gente começa a abrir inscrições” sejam frutos da interferência por parte de aprendizes brasileiros de língua inglesa. Acredito que nem todos os falantes que produziram essas orações falam a referida língua. É bem provável também que alguns desses falantes nunca tenham estudado a língua inglesa. É mero acidente ou coincidência que o inglês e o português recorram à mesma construção: *V+estar+V_____NDO/ V+be+V_____ING*. É verdade que o português compartilha com o inglês, em certos casos, orações como “Vou estar enviando um fax esta manhã/ Estarei enviando um fax esta manhã” e “I am going to be sending you a fax this morning/ I will be sending you a fax this morning”. A existência das referidas construções respectivamente nas duas línguas se deve a um desenvolvimento diacrônico independente.

Quem conhece a literatura especializada sobre a aquisição de inglês por parte de brasileiros sabe que os desvios ou “erros” realmente produzidos pelos aprendizes são outros. A direção da interferência não é do inglês para português, mas do próprio português para o inglês. Os que lidam com o ensino de inglês a brasileiros sabem que o aprendiz brasileiro precisa ser alertado que o uso de *estar+V_____ndo* é, em certos casos, mais “livre” do que em inglês. Em português, “Maria está sabendo as respostas” e “Mário está gostando das aulas de morfologia” são bem formadas, ao passo que as orações equivalentes em inglês nem sempre satisfazem: **“Mary is knowing the answers”* e **“Mario is liking morphology”*, pois, para certos falantes de inglês, a presença de locuções adverbiais de frequência e de tempo contribui para a plena gramaticalidade: *“Mary is knowing more and more the answers to the questions as the semester goes by”* e *“Mario is liking morphology more and more every day thanks to his inspired teacher”*. Existe a possibilidade de o aluno brasileiro generalizar demais ao tentar se expressar em inglês e o resultado seriam enunciados nem sempre muito felizes: **“I am not liking this food”* e **“It is wanting to rain”*.

Há também casos em que o português emprega um gerúndio e o inglês não. Os equivalentes de “Não estou entendendo, delegado”, “Não estou vendo

a sua bengala” e “Ficarão sabendo em julho” em inglês são respectivamente: “I don’t understand, inspector”, “I don’t see your cane” e “You will find out in July”.¹⁷

8. Concluindo

a) Neste trabalho tentei mostrar que o português é uma das línguas do mundo que apresenta uma variedade de construções perifrásticas com a presença do verbo auxiliar *estar* (e vários outros): “Ele está, vem, vai, anda, vive estudando”. Bechara (2001:219-220) resume com propriedade a complexidade do sistema verbal do português: “É o que ocorre com *estive fazendo*, que expressa, além do nível do tempo e da perspectiva primária, também a visão. *Tenho estado fazendo* expressa nível temporal, perspectiva primária, perspectiva secundária e visão. Já *tenho estado vindo fazendo, tinha-se estado pondo a fazer* embora teoricamente possíveis, não são correntes.”

b) Comentei no decorrer do artigo que os próprios usuários do idioma empregam a referida construção perifrástica com criatividade nos textos escritos e também orais. Alguns exemplos:

“Deu o que deu. Ou está dando no que está dando”, Eliane Cantanhêde, “Dor no coração”, *Folha de S. Paulo*, 29 de fevereiro de 2004, p. A2.

“Falando de futebol estava, falando de futebol continuava”, Eliane Cantanhêde, “Hermanos”, *Folha de S. Paulo*. 05 de maio de 2005, p. A 2.

c) Argumentei nesta apresentação que dada a produtividade da construção *estar+ V__NDO*, é possível os usuários expressarem sutis diferenças de tempo e de aspecto. Por exemplo, a construção com *estar+V__NDO* pode se referir à ação costumeira: “Ele sempre está andando na praia” ou no momento exato de falar: “Ele está andando na praia neste instante”, ou a ação que acontece no futuro: “Ele está viajando para França no próximo sábado” .

d) Com base nesses comentários e, em particular, levando a proposta de Castilho (1967) que “a perífrase com *estar* é a mais versátil”, argumento que

¹⁷ A polêmica sobre o gerúndio infelizmente traz críticas à figura do tradutor. Alguns anti-gerundistas culpam ao tradutor brasileiro de língua inglesa pela presença do gerúndio em português. É injusto generalizar e afirmar que todos os tradutores são incompetentes e que não respeitam a sua própria língua. Existe muita seriedade e profissionalismo por parte dos tradutores e intérpretes brasileiros.

as construções com gerúndio precedido de *ir + estar* são reflexão de um desenvolvimento natural no idioma. Se a língua portuguesa não possuísse o gerúndio perifrástico, em primeiro lugar, os falantes não poderiam, em segundo lugar, chegar a produzir a gama de construções que ocorrem no idioma e bastante arraigados de longa data no português (cf., D. Machado, 1935 (2005)). Na realidade a presença de gerúndio perifrástica serve como “ponte” para a ocorrência de novas formas (*ir+estar+V___NDO*) e novos usos no sistema de aspecto verbal da língua. Não deve ser uma surpresa atestar as referidas formas em português devido à presença das formas perifrásticas numa variedade de tempos. Comentei no item (c) desta oitava parte que o gerúndio incorpora, em certos casos, o papel de futuro: cf. “Ele está viajando para França no próximo sábado”. O português se destaca de outros idiomas do mundo, como argumentei acima (seção 1 (a), em apresentar várias formas de expressar o futuro: (i) “encaminhei o relatório amanhã”, (iii) “vou encaminhar o relatório amanhã”, (iii) “estarei encaminhando o relatório amanhã”. Baseando-me nas observações de Castilho (1967) a respeito da versatilidade da perífrase com *estar* e também nas de Possenti (2005) a respeito de “estatismo” no português, aventuro-me a propor que as construções em *ir+estar + V___NDO* funcionam, em certos casos, como um (novo) futuro no português do Brasil: (iv) “vou estar encaminhado o relatório amanhã”. Outra evidência que me leva a propor que a construção *ir+ estar+ V___NDO* expressa futuridade é a sua compatibilidade com locuções adverbiais de tempo (voltadas ao futuro). Comparem, por exemplo, os enunciados no tempo presente com os que, de acordo com a minha argumentação, focalizam o futuro

Carlos está morando em São José do Rio Preto desde 1985.

Carlos vai estar morando em São José do Rio Preto nas próximas semanas.

Eles já estão resolvendo aos trancos e barrancos os problemas deles.

Eles vão estar resolvendo os problemas deles ao longo do próximo semestre.

Os enunciados com as construções “estar morando” e “estar morando” onde se têm “estatismo” (Possenti, 2005) e *V___NDO* funcionam como recurso para descrever continuidade no futuro que ainda não foi iniciada.

A “expansão” *ir +V___ NDO* ’*ir+ estar+V___NDO* no português brasileiro contemporâneo também poderia ser considerada uma marca deixada pelos falantes mais novos, pois cada geração contribui para a mudança do idioma.

e) Tentei argumentar que é preciso repensar a noção de erro em português porque as construções com gerúndio são, na verdade, sintática e semanticamente bem formadas. A polêmica em torno do gerúndio e “gerundismo” mostra que faltam entre nós, debates respeitosos e tranquilos entre gramáticos, lingüísticas, professores de português, jornalistas, publicitários e advogados com o público em geral com respeito a uma atualização ou “aggiornamento” da norma padrão. Tal debate é necessário para eliminar a defasagem entre o que é apregoadado com base na “Tradição” e o que é realmente usado no dia-a-dia pelos diferentes usuários do idioma, independentemente de sua classe social e grau de instrução.

f) Argumentei também que a presença do gerúndio em português não é resultado da interferência de aprendizes brasileiros de língua inglesa e a presença de gerúndio na língua portuguesa nada tem a ver com problemas de tradução.¹⁸

Ciente de que o tema escolhido para a minha reflexão é polêmico, agradeço a atenção dos meus leitores e aguardo comentários, sugestões e críticas.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Lima. “Quase doutor”, Crônicas Escolhidas. São Paulo, Editora Ática e Folha de S.Paulo, 1985.
- BECHARA, Evanildo. Lições de Português pela Análise Sintática. Rio de Janeiro, Editora Lucena, 16ª Edição, 2000.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 37ª ed., 1999.
- BERGO, Vittorio. *Pequeno Dicionário Brasileiro de Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, S.A.
- BELLARD, Hugo. Guia Prático de Conjugação de Verbos. São Paulo, Cultrix, 11ª ed., 2004.
- CÂMARA, Jr., Mattoso J. Dicionário de Filologia e Gramática: Referente à Língua Portuguesa. 5ª edição. Rio de Janeiro, J. Ozon Editor, 1973.
- CÂMARA, Jr. Mattoso J. The Portuguese Language. Chicago, The University of Chicago Press, 1972.

¹⁸ Cabe observar que em inglês “reading” em “John is reading” (João está lendo) é um “participle” (particípio). Um “gerund” é “reading” em “Reading develops the mind” (A leitura desenvolve a mente).

- CAMARGO, Thaís Nicolette de. “Sobre tempo e aspecto nos verbos”, Fuvest, Resumo/Português, Folha de S. Paulo, 19 de dezembro de 2000.
- CASTILHO, Ataliba, Jr. Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras, Marília, S.P., 1968.
- CIPRO NETO, Pasquale. “Não pude estar comparecendo”, Inculca e Bela, Folha de S. Paulo, 19 de fevereiro de 1998a
- CIPRO NETO, Pasquale. “O Senhor pode estar enviando um fax”, Cult,(11), outubro 1998b.
- CIPRO NETO, Pasquale. “Os ex-jogadores depreciam” Cotidiano. Folha de S.Paulo. 28 de dezembro de 2000.
- COSTA Pereira, Jr. Luiz “O gerúndio é só pretexto”, Língua Portuguesa. Ano 1, No. 1:20-23, 2005.
- CUNHA, Celso. Gramática Moderna. 2ª edição. Belo Horizonte, Editora Bernardo Alves, 1970.
- FERNANDES, Millor. “Esmiuçando”, Veja, edição 1942, ano 39, nº.5, 8 de fevereiro de 2006, p.24.
- GARCIA, Alexandre. “A Língua Volátil”, Classe Revista de Bordo Tam/ Tam Inflight Magazine. Ano/Year XVIII, no 95:20, 2002.
- GOMES, Roberto. “O samba do gerúndio doido” Gazeta do Povo. Caderno G, p.8 (Domingo), 30 de abril de 2006.
- METTMANN, E (org.) Cantigas de Santa Maria (cantigas 1 a 100) Alfonso X, el Sábio. Madri, Catalia, 1986.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de Usos do Português. São Paulo, Editora Unesp. 2000.
- POSSENTI, Sírio. “Escala de compromissos” In: Luis Costa PEREIRA. “O gerúndio é só pretexto”, Língua Portuguesa, Ano 1, No. 1:20-23, 2005.
- POSSENTI, Sírio. “Defendendo o gerúndio” Discutindo Língua Portuguesa. Ano 1, No. 1: 8-11, 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. A Sociedade Contra: O Alto Custo da Vida Pública no Brasil. São Paulo, Companhia de Letras, 2000.
- SANCHOTENE, Marco. “Estarei falando sem gerundismo”, Gazeta do Povo, Classificados, p. 2, (domingo),02 de abril 2006.
- SCHERE, Maria Marta Pereira. Doa-se lindos filhotes de poodle. São Paulo, Parábola, 2005.
- SCHMITZ, John Robert. “Vamos transferir” ou “Vamos estar transferindo” Eis a questão! www. atrás das letras.com.br (polêmicas), 2004.
- SEARLE, John e VANDERVEKEN, Daniel. Foundations of Illocutionary Logic. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM E TERMINOLOGIA ECDÓTICA

Barbara Spaggiari

Na tradição filológica brasileira, a inovação terminológica, introduzida por Emmanuel Pereira Filho, relativamente às chamadas variantes ‘internas’ e ‘externas’, não deixa de estranhar todo especialista formado em outras escolas filológicas, européias ou norte-americanas, pela sua falta aparente de motivação.

Durante a preparação do manual de ecdótica, recém-publicado pela Editora Lucerna,¹ essa peculiaridade terminológica acabou por ressaltar de forma ainda mais gritante, em comparação com as propostas formuladas, para indicar o mesmo fenômeno, pelos filólogos europeus ou norte-americanos, e isso a partir do último quartel do séc.XIX, como se pode apreender pela tábula a seguir:

‘fond’	vs. ‘forme’	(Gaston Paris e escola francesa)
substância	forma	(escola italiana e ibérica)
‘substantive’	‘accident(al)s’	(escola anglo-saxônica)
variante interna	variante externa	(escola brasileira)

De fato, as demais tradições ecdóticas, como aparece pela lista acima fornecida, têm escolhido definições de molde claramente filosófico, nomeadamente aristotélico (*forma*, *substância*, *acidente*). Qual será, então, a origem do par adjetival *interna/externa*, escolhido por Emmanuel Pereira Filho?

Começamos por lembrar os termos da questão, antes de aprofundar o problema terminológico.

Como é sabido, uma das marcas que diversificam a filologia aplicada aos textos vernáculos, com respeito à filologia clássica (grega e latina), reside na existência de uma diferente tipologia de variantes. Nos textos clássicos, de fato, tudo o que toca à (orto)grafia se encontra estabelecido por normas já seculares, bem arraizadas e, em princípio, rigorosamente respeitadas pelos copistas. Noutros termos, uma palavra latina não suporta qualquer alteração for-

¹ Cf. Barbara SPAGGIARI-Maurizio PERUGI, *Fundamentos da Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004.

mal, e pode ser grafada duma só maneira, sob pena de não ser entendida pelo leitor, ou então, de introduzir um erro patente no texto.

Nas línguas clássicas existia, portanto, um sistema não apenas gramatical, mas também (orto)gráfico, que não admitia oscilações, ou mudanças, graças à estandardização suportada, tanto pela língua grega como pela latina, em sua expressão literária, ou culta.

A situação muda radicalmente com o advento das línguas vernáculas, que, em seu secular processo de afastamento da matriz comum latina, atravessam várias etapas evolutivas, chegando só em época assaz recente a uma norma estandardizada, oficial, ‘ne varietur’ (o que, nem sempre, mas freqüentemente, coincide com a afirmação de uma estrutura estadual, ou de qualquer modo centralizada, capaz de impor uma norma lingüística unitária).

A distinção entre ‘crítica das lições’ e ‘crítica das formas’, introduzida por Gaston Paris na sua edição da *Vie de Saint Alexis* (1872),² constitui, portanto, uma pedra angular na história da ecdótica moderna. Com isso, o fundador da filologia românica toma em conta o fato de que a mesma palavra pode ser grafada, numa língua neolatina antiga, com diferenças formais, que não incidem sobre a substância, isto é, sobre a identidade e o significado da palavra. Na sua introdução metodológica à *Vie de Saint Alexis*, Gaston Paris retoma várias vezes o mesmo conceito, articulando sempre a oposição entre o que ele chama ‘fond’ (“altérations apportées au fond”, “refonte du fond”, p.10) e o que ele define como ‘forme’ (“altérations apportées à la forme”, “refonte de la forme”, ibid.), até ele chegar à definição da tarefa do editor crítico, como sendo constituída por duas operações distintas, mesmo que complementares: se ao editor cabe, por um lado, “la constitution du texte en ce qui concerne les leçons”, ele deve também, por outro lado, “déterminer les formes du langage et d’écriture qu’il faut adopter” (p.27).

Dentro da ‘varia lectio’ será preciso, então, distinguir entre lições divergentes quanto à ‘substância’, que terão que ser levadas em conta aos fins estemáticos, e lições que apenas divergem quanto à ‘forma’, isto é, do ponto de vista gráfico ou fonético. Sendo definida a oposição entre ‘fond’ e ‘forme’, como acabamos de ver, por Gaston Paris, ficou essa terminologia própria dos filólogos franceses, ou francófonos, que falam, portanto, de ‘variantes de fond’ e de ‘variantes de forme’.

² Cf. *La Vie de Saint Alexis. Poème du XIe siècle (...)*, publ. par Gaston PARIS et Léopold PANNIER, Paris, Franck, 1872.

No entanto, em outros países europeus de língua neolatina, preferiu-se a definição de ‘variante substancial’ (ou ‘substantiva’) vs. ‘variante formal’, e isso tanto na edição de obras vernáculas, como na de textos medio-latinos, que apresentam uma fenomenologia de transmissão largamente análoga.

A meados do século passado, quase oitenta anos depois da formulação de Gaston Paris, e ignorando aparentemente a obra do filólogo francês, W.W.Greg (1950-51) formulou por sua vez a distinção “entre as variantes substantivas e os ‘accidentals’ relativos aos fatos de grafia, pontuação, divisão de palavras, emprego das maiúsculas” (*Fundamentos da Crítica Textual*, o.c., p.60). A partir desta data, que se considera como o começo da chamada ‘Bibliography’ anglo-saxônica, na área anglófona e, sobretudo, na filologia elisabetana, a ‘split-authority’ entre os dois tipos de variantes recebeu definições algo divergentes, dando, porém, lugar a uma terminologia bastante unívoca: *substantives* contra *accidents* ou *accidentals*. Em 1975, vinte cinco anos depois de Greg, outro filólogo americano, Fredson Bowers, introduz a distinção deste modo: “*Substantives* are the words of a text as meaningful units. The *accidents* of a text – or its *accidental* – are the spelling, capitalizations, punctuation, word-division, contractions, and emphases in which these substantives are clothed”.

A terminologia anglo-saxônica foi retomada, recentemente, pelos filólogos portugueses (Rodrigues 1982, Castro 1990),³ enquanto no Brasil, por meados do século passado, e, aí também, independentemente dos predecessores franceses, ingleses ou norte-americanos, a distinção entre ‘substância’ e ‘forma’ foi redescoberta por Emmanuel Pereira Filho.

‘Variantes internas’ e ‘variantes externas’ em Emmanuel Pereira Filho (1924-1968)

Na sua tese de docência livre,⁴ que não chegou a defender pelo seu prematuro falecimento, Emmanuel Pereira Filho edita o poema camoniano *Tão suave, tão fresca & tão fermosa* (RH, f.45), demonstrando, além do mais, que se trata de uma Canção, e não de uma Ode, como pretendem a tradição manuscrita e a impressa.

³ Cf. Graça Almeida RODRIGUES, “Edições críticas, textologia, normas para a transcrição de textos do século XVI”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, 17 (1982), p.637-660; Ivo CASTRO, *Editar Pessoa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

⁴ Cf. Emmanuel PEREIRA FILHO, *Uma Forma Provençalesca na Lírica de Camões*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1974.

Antes, porém, de começar a edição crítica propriamente dita, Emmanuel Pereira Filho enfrenta o problema metodológico das variantes, introduzindo uma nova terminologia:

Para sistematizar a análise que devemos fazer (...) e mesmo para maior comodidade na explanação dos problemas, vamos desde logo classificar todas estas variantes em dois grupos genéricos, segundo um critério que não tem pretensões maiores que a sua finalidade estritamente prática.

Para isso, partimos da conhecida dicotomia saussureana entre *significante* e *significado*. Chamamos então *variantes externas* àquelas que não ultrapassam de muito o âmbito da estrutura significante, atingindo no máximo certos aspectos conotativos do signo, falado ou escrito ; e reservamos a designação de *variantes internas* para aquelas em que haja, ou em que pelo menos seja lícito presumir, qualquer divergência de significado. (...) Cada variante, seja ela do tipo que for, no momento em que tivermos de considerar o seu valor ecdótico, terá de ser sempre apreciada em si e independentemente de quaisquer classificações. Além do que, o que se revela na prática corrente é que as variantes que chamamos *externas* são, na maioria dos casos, de importância secundária para a formulação de conclusões estemáticas, o que fica reservado quase sempre às que chamamos *internas*, evidenciando-se, portanto, como de grande comodidade o separá-las para efeito de estudo. Por outro lado, no entanto, o certo é que a sua visão de conjunto (...) quase sempre proporciona uma série de conclusões que consolidam ou pelo menos aclaram as hipóteses que as *internas* levam a formular. E só isso seria o bastante para justificar a utilidade da classificação (*Uma Forma Provençalesca*, o.c., p.35-36).

É muito significativo o fato de que só à altura de 1968, ano de seu falecimento, Emmanuel Pereira Filho chega a essa sistematização teórica e propõe a correspondente definição terminológica. Antes, ele emprega termos diferentes, por vezes algo aproximativos (p.ex., “características individualizadoras”). Em 1961, fala de ‘variantes relevantes’ (“Só aludimos àquelas cujo teor reflete a vontade deliberada de mudar. De divergências ortográficas, erros de leitura, saltos etc., não cogitamos, porque quase sempre se devem à ação exclusiva de copistas ou tipógrafos”).⁵ Uma vez apenas, aparece a definição de ‘variantes substanciais’ num artigo de 1963, consagrado à *Ode ao Conde do Redondo* (“A Ode está agora marcada por mais de 30 variantes substanciais...”).⁶

⁵ Cf. Emmanuel PEREIRA FILHO, *Estudos de Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1972, que reúne os dispersos de 1954 a 1967: a citação na nota 36, p.215.

⁶ Veja-se “No quarto centenário da primeira publicação de Camões”, in *Estudos*, o.c., p.32-36 (ap.34).

É ainda mais significativa a referência à dicotomia saussuriana entre ‘significante’ e ‘significado’, para explicar a diferença entre os dois tipos de variantes, isto é, o recurso à dimensão lingüística junto com a aceitação dos fundamentos teóricos do estruturalismo como premissa da prática ecdótica. Nisso Emmanuel Pereira Filho distingue-se dos predecessores europeus e norte-americanos, entre os quais ninguém operou com igual clareza com base na dicotomia do signo lingüístico. De fato, a teoria saussuriana do signo lingüístico, historicamente posterior à formulação de Gaston Paris, mas largamente disponível para os representantes da Nova Filologia italiana, bem como para os da ‘Bibliography’ anglo-saxónica, era a única capaz de racionalizar, em termos científicos, a engenhosa intuição de Gaston Paris. Ora bem, só Emmanuel Pereira Filho chegou a impostar a questão das variantes substantivas e formais apoiando-se nas teorias lingüísticas próprias do chamado estruturalismo.

Nem saussuriana, nem estruturalista, é, porém, a terminologia por ele empregada no momento em que apronta a sua tese de docência livre, em 1968: o par adjetival *interna/externa*, não apenas é totalmente inédito na terminologia ecdótica, para definir a distinção entre as variantes dos textos vernáculos, mas é também desconhecido às teorias lingüísticas de Saussure e de seus discípulos.

Merece, talvez, abrir um parêntese sobre o emprego do par adjetival ‘externo’ e ‘interno’ dentro do manual preparatório aos estudos históricos, publicado no final do séc. XIX por Ch.V. Langlois.⁷

Sendo a filologia (*Sprachkunde*) por ele colocada dentro das ciências auxiliares, conforme este manual, a metodologia histórica propriamente dita é constituída por duas séries de operações, respectivamente analíticas e sintéticas. A análise articula-se em ‘crítica externa’⁸ e ‘crítica interna’,⁹ constituindo a premissa das

⁷ Cf. Ch.V. LANGLOIS et de Ch. SEIGNOBOS, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette, 1898.

⁸ A *critique externe*, ou *critique d’érudition*, abrange, na verdade, várias etapas e, diríamos hoje, várias metodologias, a saber : 1. a *critique de restitution*, ou *critique des textes*, que é, nada mais nada menos, o estabelecimento do texto segundo critérios científicos, isto é, a edição crítica do documento a analisar ; 2. a *critique de provenance*, ou *critique des sources*, que prevê a investigação sobre o lugar de proveniência do documento, a sua datação e a identificação do nome do autor, bem como a recolha e a classificação das fontes que nos transmitiram o documento.

⁹ Quanto à *critique interne*, que é logicamente e cronologicamente posterior à precedente, essa prevê, por seu lado, a *critique d’interprétation*, ou *herméneutique*, e outras categorias, algo ultrapassadas, como a “ critique interne négative de sincérité et d’exactitude ”.

operações ‘superiores’, chamadas sintéticas, a que o especialista de história pode, enfim, passar para a elaboração dos dados, que aquele documento, antes analisado, lhe fornece.

Como se pode facilmente comprovar por este breve resumo, o emprego de ‘externo’ e ‘interno’ nesse campo da metodologia histórica nada há que ver com as variantes dos textos vulgares, nem com a ecdótica em geral.

Ora bem, temos finalmente encontrado a origem desta peculiar terminologia empregada por Emmanuel Pereira Filho e, na sua esteira, pelos filólogos brasileiros. Aqui também o molde revela-se, em fim das contas, filosófico; mas, em lugar das doutrinas aristotélicas, que estão no pano de fundo dos tecnicismos franceses ou anglo-saxônicos, no caso de Pereira Filho o ‘background’ é, antes, constituído pela filosofia da linguagem e o referente próximo é, sem qualquer dúvida, o grande linguista alemão Wilhelm von Humboldt.

A teoria lingüística de Wilhelm von Humboldt (1767-1899)

Em seus escritos lingüísticos, Humboldt atribui ao som uma função organizativa primária, porque é, principalmente, graças ao som, que a língua se torna “o órgão construtivo do pensamento” [G.S. VII:53]. Segundo a opinião de Humboldt, de fato, a língua é composta de duas entidades distintas, a saber, o som (*Laut*) e o pensamento (*Denken*), que correspondem, respectivamente, às duas categorias de ‘forma externa’ e ‘forma interna’ da língua: a ‘forma lingüística’ (*Sprachform*) resulta, precisamente, da síntese da ‘forma externa’ com a ‘forma interna’¹⁰.

A ‘forma externa’ (*äussere Form*), ou ‘forma fônica’ (*Lautform*), coincide com a articulação fônica, que se realiza de maneira diferente nas diferentes línguas. A ‘forma interna’ (*innere Form*) não é, por sua vez, senão a organização gramatical e semântica, que também se realiza de maneira diferente de uma língua para outra.

A matéria fônica vem a ser, portanto, organizada (“gestaltet”), ou modelada (“geformt”), através da língua, tornando-se assim a ‘forma externa’; mas,

¹⁰ Como se pode ver, Humboldt confere, deste modo, à língua uma função intermediária entre o espiritual e o sensível, numa espécie de equilíbrio, em que a língua nem coincide com um, nem com outro, precisamente porque ela brota da síntese dialógica (e não dialética, no sentido hegeliano do termo) dum com outro. Não se trata, contudo, de uma separação ontológica, mas sim de uma distinção meramente conceitual.

ao mesmo tempo, ela constitui também a matéria da língua, porque o som é “der wirkliche Stoff der Sprache”.

É, propriamente, neste aspecto que Humboldt determina o caráter peculiar da síntese lingüística. O ato de síntese humboldtiano é, portanto, um procedimento analítico, baseado na possibilidade de distinguir entre o sensível e o espiritual: neste procedimento, o som desempenha o papel mais importante, sendo até a própria condição do ato.

Será, talvez, preciso melhor explicarmos esta passagem fundamental da teoria humboldtiana. No ato da síntese, o som, enquanto elemento sensível, resulta especialmente adequado à atividade criativa da língua. A este propósito, fazendo referência ao som, Humboldt fala explicitamente da sua “conformidade com o pensamento”. Com isso, ele entende não apenas a “cortante incisividade do som lingüístico”, mediante a qual, a partir da pluralidade das impressões, é possível extrair as porções de pensamento (“Portionen”). Humboldt tem em mente, também, o efeito icônico que, além do resultado final do pensamento, o som vai exercer sobre o próprio ato de pensar, dando-lhe, deste jeito, a garantia duma continuidade indispensável. Isto é, construir o pensamento, significa articular o pensamento através do som.

A distinção entre ‘forma interna’ e ‘forma externa’ da língua, bem como a sua complementaridade (ou melhor, síntese, conforme a terminologia humboldtiana), constituem sem dúvida uma das inovações maiores no pensamento filosófico e lingüístico do século XIX.

Num ensaio primoroso, recém-publicado, uma discípula de Tullio de Mauro, Donatella Di Cesare, enfoca a questão da síntese entre ‘forma interna’ e ‘forma externa’ da língua, aprofundando quer a doutrina original de Humboldt, quer a revisão que dela fez Steinthal, assim influenciando sobre a recepção do pensamento humboldtiano.¹¹

Humboldt através da interpretação de Heymann Steinthal (1823-1899)

Segundo as conclusões de Donatella Di Cesare, cujo ensaio mereceria ser conhecido na sua integralidade, Heymann Steinthal, enquanto discípulo e editor de Humboldt, deu-se a árdua missão de interpretar os escritos humboldtianos, notoriamente obscuros e herméticos, lendo, comentando e in-

¹¹ Cf. Donatella Di Cesare, “‘Innere Form der Sprache’: Humboldts Grenzbegriff Steinthals Begriffsgrenze”, in *Historiographia Linguistica*, 1996, p.321-346.

terrogando os textos dele, durante cerca de quatorze anos. A atividade hermenêutica de Steinthal começa, de fato, com a dissertação em latim *De pronomine relativo* (1847), até acabar com a monumental edição dos escritos humboldtianos sobre a filosofia da linguagem (Wilhelm von Humboldt, *Sprachphilosophische Werke*, 1884).

É através desta incansável atividade de interpretação, que a teoria lingüística de Humboldt conseguiu sobreviver, apesar da revisão crítica do séc.XIX, dominado pelas correntes da lingüística histórica e comparatista. De fato, a Steinthal cabe o mérito de ter divulgado as doutrinas humboldtianas, num meio cultural alheio, senão propriamente hostil, desenvolvendo ao mesmo tempo a própria peculiar visão da língua que, afinal, não coincide com a de Humboldt. Não admira, portanto, que essas divergências do discípulo ao encontro do mestre, possam ter causado algum desvio na divulgação do verdadeiro pensamento de Humboldt, nomeadamente no que diz respeito à filosofia da linguagem.

Mais detidamente, Steinthal censura a incapacidade, em Humboldt, de conciliar a invenção especulativa (“Erfindung”) com a descoberta empírica (“Entdeckung”). A síntese dialética de Hegel constitui, aos olhos de Steinthal, a síntese por antonomásia; por conseguinte, a unidade entre filosofia e ciência deságua numa doutrina científica que, através de procedimentos dialéticos, obtém os seus objetos a partir do empirismo. Steinthal pretende, por isso, explicar as teorias lingüísticas de Humboldt, baseando-se nestes processos de deduções empíricas e operações dialéticas¹².

A partir destas bases teóricas, Steinthal distingue, na língua, entre ‘Physiologie’ e ‘Psychologie’, com isso aludindo, respetivamente, à esfera do som e à do significado. À diferença de Humboldt, porém, Steinthal privilegia o segundo, isto é, o significado, como elemento fundamental da língua. A atividade ‘interna’ do Espírito, que ele identifica diretamente com a atividade lingüística, resulta de maior importância com respeito aos ‘instrumentos de expressão’ orgânicos e fônicos, isto é, à atividade ‘externa’.

Enquanto, na teoria humboldtiana, a língua é órgão do Espírito, ou seja, o meio dele se exprimir, numa efetiva identidade de língua e Espírito, na interpretação de Steinthal existe na língua um dualismo entre forma ‘externa’ e ‘interna’, entre o espiritual e o sensível. Devido a esse dualismo, as duas entidades, em Steinthal, aparecem como ontologicamente separadas, e, nesta separação, o que predomina é o espiritual, a forma interna.

¹² Trata-se, na realidade, de um tipo de psicologismo dialético, em que muito se percebe a influência da psicologia de Herbart, matizada, porém, mediante o conceito hegeliano de superindividual (“Überindividuelles”).

Invertendo, deste jeito, a relação entre as duas entidades, tal como era concebida por Humboldt, Steinthal afirma a primazia da forma interna, enquanto princípio que modela a língua. Isto acaba por significar que o som é algo de exterior (“ein Äusseres”), mesmo que derive do interior (“aus dem Innern stammt”), assim representando apenas o sinal (“Zeichen”) dum conteúdo já preexistente na consciência (“Gedanken-Element”).

Colocando, desta maneira, em bases meramente psicológicas, quer a filosofia da linguagem, quer a pesquisa lingüística empírica, o afastamento de Steinthal com respeito às teorias de Humboldt torna-se numa distância irrecuperável.

O núcleo desta distância, que separa irremediavelmente Steinthal de Humboldt, é o próprio conceito de ‘forma lingüística interna’. O objeto específico da lingüística, na opinião de Steinthal, é a forma interna concebida como causa lingüisticamente independente da própria língua, à medida que o som se reduz apenas a um puro sinal exterior. Em lugar de, como escreve Humboldt, brotar de um ato de síntese do sensível com o espiritual, da esfera interna com a externa, na doutrina de Steinthal a língua dissolve-se no Espírito, ficando o som lingüístico apenas como instrumento externo.

A língua, ou melhor, as diferentes línguas, deixam de ser um ‘órgão criativo’ no sentido humboldtiano, para se reduzir a simples meio da ‘forma interna’, que tende para a expressão.

Esse exame pormenorizado das diferenças teóricas entre o mestre e o discípulo pertence, porém, aos estudos mais recentes e aprofundados no âmbito da filosofia da linguagem. Na primeira metade do século passado, a situação era bem diferente. Divulgada e, de certo modo, simplificada pela obra editorial de Steinthal, a teoria humboldtiana lançou raízes e se consolidou não apenas no estruturalismo europeu, como premissa e corolário da arbitrariedade do signo saussuriano,¹³ mas também, entre 1920 e 1940, na escola americana e, nomeadamente, na antropologia lingüística de Edward Sapir (1884-1939) e Benjamin Whorf (1897-1941).

A chamada ‘hipótese Sapir-Wolf’ e, com ela, o relativismo lingüístico, baseiam-se, como é sabido, na observação empírica de que a língua não reflete

¹³ “Philosophes et linguistes se sont toujours accordés à reconnaître que, sans le secours des signes, nous serions incapables de distinguer deux idées d’une façon claire et constante. Prise en elle-même, la pensée est comme une nébulose où rien n’est nécessairement délimité. Il n’y a pas d’idées préétablies, et rien n’est distinct avant l’apparition de la langue” (cf. Ferdinand de Saussure, *Cours de Linguistique Générale*, publié par Charles Bally et Albert Sechehaye. Éd. critique par Tullio De Mauro, Payot, Paris, 1972, p. 155).

mecanicamente uma realidade preexistente, nem descreve essa realidade de forma objetiva ; bem pelo contrário, cada língua, de maneira diferente das outras, analisa e reinventa a realidade, segmentando e canalizando os dados do fluxo sensorial dentro de categorias que lhe são próprias.

O princípio da relatividade linguística, assim elaborado pela escola americana, acaba então por retomar o conceito humboldtiano da função criativa da língua, enquanto ‘visão do mundo’ (*Weltansicht*),¹⁴ em que a forma *externa* determina e condiciona a forma *interna*.

O papel intermediário de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970)

Durante a sua formação no estrangeiro, e nomeadamente nos Estados Unidos (1943-44), Mattoso Câmara apreendeu tudo o que pôde apreender sobre a moderna lingüística, não apenas freqüentando cursos nas Universidades de Colúmbia e Yale, mas desenvolvendo também um rígido plano de estudo, e um pormenorizado programa de leituras.

Esta bagagem de noções e conhecimentos, tão sólida e rigorosa, permitiu-lhe, regressando ao Brasil, dar início ao ensino regular da Lingüística em nível universitário. Da sua pioneira atividade de ensino, mesmo que não obtivesse o reconhecimento oficial do meio acadêmico, puderam aproveitar, a partir de 1948, várias gerações de discípulos, que nele reconheceram uma das figuras marcantes da sua época. Nas palavras de um deles, lembra-se a capacidade, que Mattoso Câmara tinha, de “motivar suas aulas, mesmo as de assuntos mais áridos”, bem como a sua fluência de expressão e, sobretudo, a clareza com que conseguia transmitir até os conceitos mais sutis.¹⁵ Desta última qualidade, temos uma prova indiscutível nas poucas, mas importantíssimas, páginas que ele escreveu sobre a teoria lingüística de Wilhelm von Humboldt.

Com efeito, um dos principais centros de interesse, que se destaca na riquíssima atividade de Mattoso Câmara, é a sua preocupação assídua pela teoria lingüística. Não admira, portanto, que ele tenha enfrentado um aspecto tão fundamental, como o da definição da linguagem humana, “na sua essência imanente”, ou melhor, a questão da própria “origem da linguagem”. O assunto é por ele focado num breve ensaio, *A linguagem da ciência, a ciência da*

¹⁴ Não confundi-la com *Weltanschauung*.

¹⁵ Cf. Joaquim Mattoso Câmara Jr, *Dispensos*. Nova edição revista e ampliada. Organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004, p.19.

linguagem, que foi apresentado como Aula Inaugural na Universidade Católica de Petrópolis, a 6 de março de 1965. Mattoso Câmara tinha, naquela altura, mais de 60 anos, e uma longa vida de estudos e reflexões por trás dele.

Mattoso começa por notar que não é possível “conceber o homem sem linguagem” (‘homo sapiens’ – diz ele – pressupõe ‘homo loquens’). Igualmente impossível é “pensar sem linguagem”, na opinião concorde de todos aqueles que se têm preocupado com o problema da conexão entre a linguagem e o pensamento. As experiências dos psicólogos e psicolinguístas têm demonstrado que a aprendizagem da língua materna é o primeiro instrumento cognitivo do homem, e, nas palavras de Leo Weisgerber, o próprio ponto de partida para “a construção da nossa cultura” (cf. *Dispersos*, o.c., p.76).

Essa formulação de Weisgerber inspira-se, claramente, nas idéias de Humboldt, que se contrapunham às correntes lingüísticas predominantes do séc.XIX. Com efeito, foi a lingüística histórica e comparativa, inaugurada por Franz Bopp, que acabou por prevalecer, numa época em que se buscavam as raízes comuns da cultura europeia, bem como uma origem única para o sistema das falas (com respeito às relações genealógicas da grande família indo-europeia).

Não será inútil lembrarmos que o impulso a ocupar-se da linguagem veio, para Humboldt, no momento em que ele descobriu a existência do basco, isto é, duma língua pré-indo-europeia irreduzível aos modelos gramaticais normalmente utilizados. Este encontro casual com o basco abriu-lhe um universo lingüístico totalmente desconhecido, o universo das línguas não-europeias, ou extra-europeias, às quais Humboldt dedicou o resto da sua vida, chegando a estudar dezenas de idiomas ameríndios, oceânicos e asiáticos (e, em medida menor, africanos). Daí, a primeira intuição humboldtiana sobre a ‘diversidade’ (*Verschiedenheit*) das línguas: uma diversidade tipológica, que enriquece o homem, precisamente porque cada língua organiza o mundo, e o pensamento, duma maneira específica e particular, sendo cada uma capaz de exprimir-se com meios diferentes, conforme a sua própria ‘visão do mundo’, como acima já acenamos.¹⁶

¹⁶ Ainda recentemente, foi descrita mais uma língua até hoje desconhecida, a duma tribo amazônica, os Piraha, que não possuem palavras para exprimir números, quantidades ou côres. Essa variedade lingüística emprega apenas sete consoantes e três vogais, não conhece forma alguma de escritura, nem qualquer sistema de signos. Os antropólogos americanos da Columbia University, que descobriram a sua existência, tentaram, sem sucesso, ensinar a contar aos adultos dessa tribo, mas eles são incapazes de distinguir os números, depois de meses de tentativas (cf. Holden, “ How Language Shapes Math ”, in *Science*, 2004: 1, 19 August 2004). Na ‘visão do mundo’ dos Piraha, cuja memória coletiva não ultrapassa as duas gerações, não se precisa, evidentemente, contar, nem catalogar as cores, ou avaliar as quantidades das cousas.

A segunda intuição concerne ao conceito de ‘estrutura’ da língua (*Bau*, em alemão; mas, também, ‘structure’ e ‘charpente’ nos escritos em francês). Abandonando a simples comparação lexical, Humboldt privilegia o estudo comparado (*Vergleichung*) da(s) estrutura(s) da(s) língua(s) a partir da morfologia e da sintaxe, pois é a sintaxe que determina a colocação e disposição do sentido próprio de cada língua [G.S. IV, 28-29]. Este princípio de estruturalismo comparativo abrange, na prática humboldtiana, quer a dimensão diacrônica, quer a sincrônica. A possibilidade de classificar as línguas do ponto de vista tipológico, isto é, com base nos processos de coordenação (aglutinação, flexão, incorporação, isolamento), deriva precisamente da comparação das ‘estruturas orgânicas’ das línguas.

Associada ao conceito de estrutura, aparece pela primeira vez a afirmação de que não pode existir nada isolado numa língua, pois cada um dos elementos que a constituem é apenas a parte de um todo [G.S. IV 14-15]. Igualmente muito próxima das futuras teorias do estruturalismo, que Humboldt antecipa e justifica no plano filosófico, é a primazia acordada à ‘articulação’ da linguagem, que consente uma segmentação fácil e certa do contínuo da fala, pressupondo, ao mesmo tempo, a existência de elementos simples e não ulteriormente divisíveis [G.S. IV 17-18]. Finalmente, Humboldt chega até a afirmar que a língua é, simultaneamente, ‘imagem’ e ‘signo’ (*Abbild und Zeichen*) [G.S. IV 29].

Desta complexa e não unívoca teoria humboldtiana, na ocasião da Aula Inaugural de que falamos, Mattoso Câmara destaca apenas um aspecto, o que ele considera como o mais representativo do contributo do humanista alemão à questão da língua:

“Ao comparatismo, ou gramática comparativa, (...) a que por muito tempo se restringiu a Lingüística, opunha Humboldt o conceito de “forma interna” das línguas, por meio do qual se ordena e estrutura o conhecimento e o pensamento do homem, de uma sociedade para outra. (...) Em que consiste, porém, essa “**forma interna**”, que Humboldt contrapõe à forma sensorialmente percebida, à mera “**forma externa**” dos sons vocais e suas concatenações? É, nada mais, nada menos, que todo o mundo ideativo ali imanente” (*Dispersos*, o.c., p.77).

Como claramente se pode perceber, com respeito ao que antes foi dito sobre as idéias de Humboldt e a interpretação de Steinthal, o resumo que Mattoso Câmara aqui oferece, relativamente à definição de “forma interna” e “forma externa”, sofre, por um lado, de simplificação excessiva, enquanto, por outro

lado, disponibiliza uma identificação imediata com a definição de signo lingüístico em Ferdinand de Saussure. De fato, Mattoso Câmara introduz, logo a seguir, o nome do lingüista suíço:

“Daí, uma integração entre o som e o sentido, tão completa e essencial, que na língua – como estabeleceu outro grande teorista, **Ferdinand de Saussure** – o som vocal é sempre ‘**o significante**’ e a idéia sempre ‘**o significado**’” (ibid.).

A co-presença, dentro de poucas linhas, do par humboldtiano ‘forma interna’ / ‘forma externa’, logo antes do par saussuriano ‘significante’ / ‘significado’, constitui um estímulo, não apenas visivo, mas também conceitual, que procurou, como vimos, consequências inesperadas noutro teórico, brasileiro, de crítica textual: Emmanuel Pereira Filho.

Diante desses dados, parece não apenas provável, mas provado, que a escolha feita por Emmanuel Pereira Filho da terminologia de *variante interna* e *variante externa*, por volta de 1968, resulta, em linha direta, da teoria lingüística humboldtiana, isto é, da definição, acima relatada, de *forma interna* e *forma externa*, enquanto elementos inscindíveis do signo lingüístico.

Essa breve reflexão acaba por nos confirmar dois aspectos fundamentais da cultura brasileira do séc.XX. Primeiro, o papel primordial desempenhado por Mattoso Câmara Jr. na (alta) divulgação das teorias lingüísticas modernas, e, nomeadamente, das de Wilhelm von Humboldt, nos anos 1965-67, a partir da resenha sobre a edição dos *Schriften zur Sprachphilosophie*,¹⁷ até à comunicação *Wilhelm von Humboldt e Edward Sapir*, apresentada num congresso internacional em Bucurest. A reflexão sobre as idéias de Humboldt, apesar de ser, em Mattoso Câmara, bastante tardia, encontra, como vimos, seu lugar nas discussões contemporâneas sobre o ‘relativismo lingüístico’ de Sapir e Whorf.

O segundo aspecto, que ressalta da nossa pesquisa, é a incontornável vertente lingüística que, desde as origens, sempre caracterizou a filologia brasileira, constituindo assim um marco no panorama internacional da crítica textual. De fato, nos fins do séc.XX, a ecdótica européia, se, por um lado, empreendeu a revisão do chamado método lachmanniano, por outro, acabou por progressivamente se afastar da lingüística e de seus métodos. No Brasil, pelo contrário, as discussões teóricas elaboradas em torno do eixo Bédier-Lachmann quase não encontraram eco, enquanto a ecdótica propriamente dita “nunca

¹⁷ *Linguistics*, 33, 1967, p.101-103.

interrompeu as suas ligações com uma robusta tradição lingüística, o que foi sobretudo possível em virtude da relação, desde logo estabelecida, entre a identidade lingüística do país, e o conflito de mais a mais evidente com a norma lingüística portuguesa. No tocante à crítica textual, esta tensão teve, aliás, conseqüências sumamente benéficas” (*Fundamentos da Crítica Textual*, o.c., p.55).

Referências bibliográficas

- Donatella DI CESARE, “‘Innere Form der Sprache’: Humboldts Grenzbegriff Steinthals Begriffsgrenze”, in *Historiographia Linguistica*, 1996, pp.321-346.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Die sprachphilosophischen Werke Wilhelm's von Humboldt*, hsg. und erklärt von Dr. Heymann STEINTHAL, Berlin, Ferdinand Dummler, 1884.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Gesammelte Schriften*, hsg. von Albert Leitzmann für die Preussische Akademie der Wissenschaftlichen, Berlin, Behr, 1903-1936 [G.S.].
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Schriften zur Sprachphilosophie*, Stuttgart, J.G.Cotta, 1963: cf. resenha de J.Mattoso Câmara Jr., in *Linguistics. An International Review*, Mouton, The Hague/Paris, 33 (1967), p. 101-103.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Schriften zur Sprache*, hrsg. von Michael Böhler, Stuttgart, P.Reclam, 1980.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Werke in fünf Bänden*, hrsg. von Andreas Flitner uns Klaus Giel, J.G.Cotta, Stuttgart, 1960-1981.
- Wilhelm von HUMBOLDT, *Sur le caractère national des langues et autres écrits sur le langage*. Présenté, traduit et commenté par Denis Thouard, Paris, Seuil, 2000.
- Joaquim MATTOSO CÂMARA JR, “A linguagem da ciência, a ciência da linguagem” [1965], in *Dispensos*, p.75-83.
- Joaquim MATTOSO CÂMARA JR, “Wilhelm von Humboldt e Edward Sapir” [1967], in *Dispensos*, p.206-211.
- Joaquim MATTOSO CÂMARA JR, *Dispensos*. Nova edição revista e ampliada. Organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004 (Série Dispensos).
- Emmanuel PEREIRA FILHO, *Estudos de Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1972.

- Emmanuel PEREIRA FILHO, *Uma Forma Provençalesca na Lírica de Camões*, Rio de Janeiro, Gernasa, 1974.
- Edward SAPIR, *Language, an Introduction to the Study of Speech*, New York, Harcourt Brace and Co., 1921. Tradução brasileira de Mattoso Câmara. INL, Rio de Janeiro, 1954.
- Ferdinand de SAUSSURE, *Cours de Linguistique Générale*, publié par Charles Bally et Albert Sechehaye [1922]. Éd. critique par Tullio De Mauro, Payot, Paris, 1972.
- Barbara SPAGGIARI-Maurizio PERUGI, *Fundamentos da Crítica Textual*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 2004.
- Johann Leo WEISBERGER, *Die Muttersprache im Aufbau unserer Kultur*, 2. erweit. Aufl., Düsseldorf, Pädagogischer Verl. Schwann, 1957.
- Benjamin Lee WHORF, *Language, Thought, and Reality*. Ed. John B. Carroll, Cambridge Mass., Press of MIT, 1956.

GRAMATICALIZAÇÃO DAS FORMAS *ESTAR*, *SER*, *ANDAR*,
IR, *VIR* + *GERÚNDIO*. BREVE PERCURSO POR TEXTOS DOS
SÉCULOS XIII A XVI – USOS, SENTIDOS E VALORES

Carla Abreu Vaz

Pretendemos, no presente estudo, compreender de que modo as formas *estar*, *ser*, *andar*, *ir*, *vir* seguidas de *gerúndio* sofreram um processo de gramaticalização¹ que as terá feito evoluir de um sentido primevo para um outro distinto já desse sentido primordial. Deste modo, o objectivo primaz da nossa análise será o de averiguar, com base em textos medievais², a ocorrência ou não da gramaticalização de formas que, por ora, para simplificarmos, denominaremos *V [x] + Ger.* (uma forma verbal frequentemente com determinação de pessoa/tempo/... seguida de uma forma verbal em *-ndo*, o chamado *gerúndio*)³.

Intentaremos apurar quando e em que contextos um verbo com sentido pleno, como é, por exemplo, o caso de *andar* (“eu ando”: dou passos, caminho, movo-me, percorro, etc.), terá perdido a sua significação própria (a de caminhar) e, pela proximidade com outras formas como “lendo” em “ando lendo” (*V [andar] + Ger.*), deixa de ter o sentido que referimos mais o sentido que é

¹ Sobre este tema, consultem-se as seguintes referências: Paul J. HOPPER, Elizabeth Closs TRAUOGOTT, *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993; Ekkehard KÖNIG, Elizabeth Closs TRAUOGOTT, “The Semantics-Pragmatics of Grammaticalization Revisited”, em Elizabeth Closs TRAUOGOTT, Bernd HEINE (eds.), *Approaches to Grammaticalization*, Amsterdam, John Benjamins, 1991, vol. I, p. 189-218; Elizabeth Closs TRAUOGOTT, “From Propositional to Textual and Expressive Meanings: Some Semantic-Pragmatic Aspects of Grammaticalization”, em Winfred P. LEHMANN, Yakov MALKIEL (eds.), *Perspectives on Historical Linguistics*, Amsterdam, John Benjamins, 1982, p. 245-271; Elizabeth Closs TRAUOGOTT, “Subjectification in Grammaticalisation”, em Dieter STEIN, Susan WRIGHT (eds.), *Subjectivity and Subjectivisation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p. 37-54.

² Reunimos uma selecção de textos, em registo escrito, dos séculos XIII a XVI, passando pelo século XX.

³ Mais adiante, aprofundaremos a análise particular destas formas e tentaremos a adopção de uma terminologia acurada e apropriada aos nossos propósitos e ao nosso pensar.

acrescentado pelo verbo *ler* e adquire um sentido de conjunto que não é parafraseável por “leio enquanto ando” ou por “ando enquanto leio”. O que ocorre é que o verbo *andar* serve, agora, de auxiliador⁴ do verbo *ler* para aportar um sentido de actualidade e reforçar o sentido de continuidade que a forma de *gerúndio*, em “lendo”, acarreta *de per si*.

Existindo já estudos consideráveis acerca do *gerúndio*, seus usos e sentidos, e acerca das perífrases verbais com *gerúndio* (*V [x] + Ger.*) – que surgem, frequentemente a par e em contraposição com as perífrases verbais com infinitivo (*V [x] + prep.*, mais usualmente *a + Inf.*) –, parece-nos haver ainda poucos trabalhos, perspectivados diacronicamente, que visem a análise específica e a averiguação da ocorrência de processos de gramaticalização no português, tomando como objecto de estudo as chamadas perífrases verbais com *gerúndio*⁵, no sentido de averiguar quais as formas que mais facilmente teriam sofrido a gramaticalização; quais as formas mais resistentes; quais aquelas que sofreram a gramaticalização plena; quais os cambiantes de sentido; o que se ganha em informação ou não com o uso da perífrase em oposição ao uso da forma simples, etc. Estas são questões que consideramos importantes e que tentaremos equacionar ao longo da análise que nos propomos realizar.

Para a materialização do presente estudo, construiremos um *corpus* de análise, tendo como base o “Corpus Informatizado do Português Medieval”⁶,

⁴ Abordaremos a temática da *auxiliaridade* mais à frente neste estudo.

⁵ Surgem alguns trabalhos no âmbito do estudo do *gerúndio*, dos seus sentidos e valores, do seu lugar no sistema verbal do português ou de outras línguas românicas, nomeadamente, no castelhano, embora não de forma sistematizada e aprofundada, mas como exemplo de mais um possível uso do *gerúndio*. Arrolamos, assim, alguns trabalhos que consideramos dignos de nota, mas que, quer por tratarem de aspectos não directamente relacionados com o nosso tema quer por não terem como objecto de estudo, exclusivamente, a língua portuguesa, não incidem directa e particularmente sobre o propósito do nosso estudo: Henrique BARROSO, *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo – visão funcional/sincrónica*, Porto, Porto Editora, 1994; José Luís MUÑOZ VALVERDE, *El gerundio en el español medieval (S. XII-XIV)*, Málaga, Ágora, 1995; Mário SQUARTINI, *Verbal Periphrases in Romance, Aspect, Actionality, and Grammaticalization*, Berlim, New York, Mouton de Gruyter, 1998; Alicia YLLERA, *Sintaxis histórica del verbo español: las perífrasis medievales*, Zaragoza, Departamento Filología Francesa, Universidad de Zaragoza, 1980.

⁶ Doravante CIPM. Este será, maioritariamente, o nosso *corpus* de eleição e o suporte para o presente estudo pelo facto de ser diversificado e de se encontrar em versão electrónica, permitindo, deste modo, uma procura mais rápida, mais eficaz e mais produtiva. O CIPM está disponível em <http://cipm.fcsh.unl.pt/corpus/>. O CIPM é um *corpus* que, não obstante se encontrar em construção, possui já um número considerável de textos disponíveis *on-line* para consulta dos estudiosos. Tem como base textos editados, publicados até à data, de vários tipos

obtendo, deste modo, um rol de textos localizados cronologicamente entre os séculos XIII e XVI. Os procedimentos levados a cabo para a consecução das finalidades a que nos propusemos foram, em linhas gerais, os que explanaremos seguidamente. Pesquisámos na base de dados do CIPM de modo a encontrar todas as formas terminadas em *-ndo* presentes em cada texto. Depois desta pesquisa, fizemos uma triagem, preferencialmente, das formas que ocorrem *grosso modo* em vizinhança com outras formas verbais (ex.: “Andam ant’el chorando mil vegadas”⁷ / “como se queixou nom se queixar’ andando pela rua”⁸ / “E se se p(er)der no~ a leuando nen a carregando mays do q(ue) posera”⁹ / “E depois foron desaviindo(s) ambos”¹⁰). De entre as formas seleccionadas surgiram formas duvidosas (“E depois foron desaviindos ambos”¹¹) que foram analisadas com precaução e, posteriormente, excluídas do *corpus* de estudo, de modo a não interferirem numa análise isenta e o mais fidedigna possível. Após todo este processo, obtivemos um *corpus* que incluirá formas de *gerúndio* que surgem independentes de outras formas verbais (“vencendo muytas lides e combatendo muytas villas e castellos”¹²) e formas de *gerúndio* que surgem em vizinhança ou em contiguidade com outras formas verbais (“An-

e géneros até ao século XVI. Esses textos encontram-se tratados informaticamente, datados, anotados, normalizados de acordo com critérios estabelecidos e bem especificados. Para um conhecimento mais alargado dos estudos em Linguística de *Corpora* e, em particular, deste *corpus*, leiam-se os seguintes artigos que esclarecem possíveis dúvidas quanto aos seus conteúdos e quanto à sua utilização, propriedades e potencialidades, e consulte-se a bibliografia neles recomendada: M. Francisca XAVIER, M. Lourdes CRISPIM, M. Graça VICENTE, “Português Antigo. Construção e Disponibilização de Recursos em Suporte Informático”, em *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2003, p. 859-867; Maria Francisca XAVIER, “*Corpora* e Estudos Linguísticos”, *ibidem*, p. 869-883; Maria Fernanda Bacelar do NASCIMENTO, “O lugar do *corpus* na investigação linguística”, *ibidem*, p.601-605; Maria Francisca XAVIER, Maria de Lourdes CRISPIM, “Das edições impressas às versões digitalizadas de textos medievais: o caso do CIPM”, em Ivo de CASTRO, Inês DUARTE, (Org.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 437-448.

⁷ Vide, em <http://cipm.fch.unl.pt/corpus/>, Cantigas de Escárnio e Maldizer, D. Dinis/ B 1533 (doc. CEM416).

⁸ Vide, em <http://cipm.fch.unl.pt/corpus/>, Cantigas de Escárnio e Maldizer, D. Dinis/ B 1537 (doc. CEM420).

⁹ Vide, em <http://cipm.fch.unl.pt/corpus/>, *Foro Real*, livro 3/título 17/fólio 123r.

¹⁰ Vide, em <http://cipm.fch.unl.pt/corpus/>, *Crónica Geral de Espanha*, capítulo 12/fólio 10a.

¹¹ Note-se que esta não é uma forma de gerúndio, mas uma forma participial.

¹² Vide, em <http://cipm.fch.unl.pt/corpus/>, *Crónica Geral de Espanha*, capítulo 51/fólio 19c.

dam ant’el chorando mil vegadas” / “foronssse chegando ataa que se viron as hostes”¹³).

É este o *corpus* que servirá de alicerce ao estudo no qual tentaremos perceber a gramaticalização das formas já mencionadas; será a partir deste que tentaremos perscrutar quais os graus, pois pensamos ser possível estabelecer diferentes níveis, de gramaticalização dessas formas e a sua progressiva evolução. Numa fase final, pensamos poder estabelecer algumas conexões com o português moderno, embora este estudo se centre, preferencialmente, no período compreendido entre os séculos XIII e XVI, como já referenciámos.

Direccionando o escopo concretamente para o nosso *corpus*, vejamos algumas questões, de ordem prática, que nos parece ser necessário esclarecer. Elaborámos, já o dissemos, tendo como base o CIPM, o nosso próprio *corpus* de estudo. Recorreremos aos excertos que considerarmos pertinentes para corroboração das propostas de análise e para o descortinar dos possíveis sentidos das perífrases verbais em observação. Cada excerto seleccionado está devidamente identificado, de forma a facilitar o seu reconhecimento¹⁴.

As considerações que ora serão protagonistas da nossa reflexão e preocupação linguísticas prender-se-ão, antes de mais, com questões terminológicas de pendor formal e teórico. Deste modo, vejamos quais os conceitos que será necessário explanar no contexto do nosso estudo. Ao falarmos de formas verbais do tipo *V [x] + Ger.*, estamos a afirmar que estas são formas compostas e não formas simples. Estas são conhecidas, vulgarmente, por perífrases verbais ou por locuções verbais. A ideia subjacente a tal rotulagem parece-nos advir da forma que tais estruturas apresentam e do valor que veiculam. Este tipo de construção apresenta uma estrutura complexa, composta, geralmente, por dois ou mais elementos que, quer do ponto de vista formal quer do ponto de vista semântico, funcionam como uma construção una e indivisível, veiculando, assim, um sentido de conjunto que não é igual à soma das várias partes, mas é, em si, uma unidade coesa com uma significação e sentidos próprios. Esta ideia

¹³ Vide, em <http://cipm.fch.unl.pt/corpus/>, *Crónica Geral de Espanha*, capítulo 61/fólio 23a.

¹⁴ Elaborámos um pequeno índice de abreviaturas que acompanhará o *corpus* (transcrevemo-lo por ordem de ocorrência): FR: *Foro Real*; v: verso; r: rosto; CEM: Cantigas de Escárnio e de Maldizer; VS: Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense; CGE: *Crónica Geral de Espanha*; OE: *Orto do Esposo*; MC: *Memorial do Convento* [As referências da 1ª edição desta obra são: José SARAMAGO, *Memorial do Convento*, Lisboa, Caminho, 1982. Este texto foi digitalizado e, posteriormente, tratado por nós; as referências que indicamos dizem respeito à edição, em suporte de papel, que usámos: José SARAMAGO, *Memorial do Convento*, Lisboa, RBA (Editores Reunidos Lda), 1994]; p.: página(s).

leva-nos à explicitação de duas outras noções, a de gramaticalização e a de sintema, que consideramos importantes e que se relacionarão com a noção de perífrase verbal. A primeira é, segundo o pensamento de Elizabeth Traugott, na esteira de Lehmann entre outros estudiosos, o conjunto de mudanças linguísticas, pelas quais um item lexical, usado em contextos discursivos específicos, se gramaticaliza ou pelas quais um item gramatical se torna mais gramatical; o fenómeno da gramaticalização é gerado, precisamente, através do uso de itens lexicais, de construções ou de morfemas, em contextos discursivos específicos, altamente localizados¹⁵. A segunda, tomando as palavras de Jorge Morais Barbosa, diz respeito a um complexo constituído por dois ou mais monemas cujo comportamento sintáctico se identifica com o de um monema único, isto é, tem as mesmas compatibilidades deste, pelo que, uma vez constituído o sintema, nenhum dos monemas que o compõem pode ser individualmente determinado¹⁶. Tomamos, desta sorte, uma definição que cremos esclarecedora daquilo que pode entender-se por perífrase verbal:

“[...] uma construção que reúne, quase sempre, duas formas verbais: uma flexionada (morfemas de tempo, modo, voz, pessoa e número) e outra não flexionada (infinitivo, gerúndio ou particípio), constituindo um verdadeiro sintagma verbal, semântica, paradigmática e sintagmaticamente delimitado, e uma unidade constante aos níveis da “norma” e do “sistema” e que tem por função expressar uma modalidade, ou seja, um valor sistemático de natureza ou modal ou temporal, ou aspectual ou diatética”¹⁷.

A arquitectura das perífrases verbais é, usualmente, definida da seguinte forma: *V (aux.) + V (principal)*. Deste modo, os sintagmas verbais que nos ocuparão neste estudo são, de acordo com alguns autores¹⁸, compostos por um

¹⁵ Veja-se Elizabeth TRAUGOTT, “Grammaticalization and Lexicalization”, em R. E. ASHER (Editor-in-chief), J. M. Y. SIMPSON (Coordinating Editor), *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, Oxford et alii, Pergamon Press, 1994, vol. III, p. 1483.

¹⁶ Cf. Jorge Morais BARBOSA, “Sintemas Verbais Portugueses: *Ir* + ‘Infinitivo’ e *Haver de* + ‘Infinitivo’”, em *Revista Portuguesa de Filologia*, Vol. XXI, Coimbra, Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996-1997, p. 229-239.

¹⁷ Vide Henrique BARROSO, *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo – visão funcional/sincrónica*, Porto, Porto Editora, 1994, p. 71.

¹⁸ Entre outros, distinguimos Henrique BARROSO, ob. cit.; Maria Helena Mira MATEUS et alii, *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2003; Anabela GONÇALVES, “Aspectos da sintaxe dos verbos auxiliares do português europeu”, em Matilde MIGUEL, Telmo MÓIA, *Quatro estudos em sintaxe do português*, Lisboa, Edições Colibri, 1995, p. 7-50.

verbo auxiliar conjugado, veiculando as ideias de tempo, modo, pessoa e número, e um verbo principal numa das suas formas nominais (*particípio, gerúndio, infinitivo*). Desta sorte, enquanto o primeiro grupo constituirá um conjunto finito, o segundo será um conjunto, conjecturalmente, infinito¹⁹.

Para a investigação, concretamente, interessam as estruturas verbais complexas compostas, designadamente, por *V [estar, ser, andar, ir, vir] + Ger. [-ndo]*. Estes verbos são comumente designados de auxiliares. Contudo, não parece haver unanimidade relativamente à análise deste tipo de construção, mormente no que concerne à definição e resultante identificação dos chamados verbos auxiliares²⁰. Dado que os ditos verbos auxiliares são elementos fundamentais na configuração das estruturas que tencionamos estudar, será pertinente considerarmos alguns dos critérios, variáveis segundo os autores e as perspectivas teóricas, para a definição de *verbo auxiliar*. Por conseguinte, será necessário ter em conta o maior ou menor grau de gramaticalização sofrido pelo verbo auxiliar, pois este perde alguns dos traços sémióticos que o distinguem enquanto verbo de “significação plena”²¹; será, também, relevante, como já referimos, a noção de que o complexo *V (auxiliar) + V (principal)* apresentará uma significação de conjunto, sendo mais do que a simples fusão do significado do *V (auxiliar) + o significado do V (principal)*²²; não é de descurar, ainda, no tipo de construção que nos ocupa, a existência de um sujeito único, pois,

¹⁹ Cf. Henrique BARROSO, ob. cit., p. 65. Esta ideia é já defendida por Bernard POTTIER no estudo sobre a *auxiliaridade* no castelhano. Veja-se, deste autor, *Linguística moderna y filología hispánica*, Madrid, Editorial Gredos, 1976, em especial o capítulo XVIII, “Sobre el concepto de verbo auxiliar”, p. 194-202. Cf., ainda, Rosa Virgínia Mattos e SILVA, *Estruturas trecentistas, elementos para uma gramática do português arcaico*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 437-471, onde a autora, relativamente ao mesmo assunto, faz referência a um inventário restrito e a um inventário aberto de verbos que ocuparão determinado lugar nas estruturas em causa.

²⁰ Não é objectivo máximo desta análise discutir em profundidade teórica o conceito de verbo auxiliar; no entanto, julgamos pertinente lançar algumas linhas de reflexão sobre esta temática na medida em que as estruturas que pretendemos analisar são constituídas, inevitavelmente, por verbos que serão considerados auxiliares por determinados autores e por outros verbos que, certamente, não serão contemplados nesse rol.

²¹ Ex.: – *Gosto muito de Woody Allen. Tenho visto todos os seus filmes. / – Gosto muito de Woody Allen. Tenho todos os seus filmes.* Veja-se como um sema que caracteriza indubitavelmente o verbo *ter* (o traço semântico [+ posse]) se perde, no primeiro exemplo, com perífrase verbal, em que o verbo *ter* funciona como auxiliar do verbo *ver*.

²² Ex.: – *Estou a ver televisão. / – Estou vendo televisão. / – Descanso vendo televisão.* Não é possível parafrasear os dois primeiros exemplos por “estou e vejo”, no entanto, é, perfeitamente, lícito, em relação ao terceiro exemplo, dizer “eu descanso e vejo”.

embora surjam duas formas verbais, o sujeito a que estas reportam é um só²³. Para terminar, e porque já afirmámos não ser nosso intuito arrolar de forma exaustiva todos os critérios que permitam a identificação do verbo auxiliar, apontamos mais um critério que nos parece bastante significativo e que é a frequência de ocorrência destes elementos, na medida em que existem verbos que ocorrem de forma muito pontual como auxiliares em contraste com outros que surgem constantemente em contextos em que adquirem estatuto de verbo auxiliar.

Como vemos, é possível recorrer a variadas formas de testar, das quais só alistámos um pequeno número, a título de exemplo, para aferir o grau de *auxiliaridade* de determinados verbos. Contudo, apesar da complementaridade destes exercícios, tem sido muito custoso assentar uma lista de verbos auxiliares. Todavia, como frisámos anteriormente, não nos parece necessariamente relevante possuímos uma lista estabelecida de verbos auxiliares atestada e aprovada pelos diversos estudiosos. Para o actual estudo não é essa a questão essencial, dado que, independentemente de determinado verbo ser considerado tendencialmente mais ou menos auxiliar, importa notar o comportamento de ambos os verbos que formam o conjunto, ou seja, a perífrase verbal, e só depois interessará perceber se o verbo chamado auxiliar é, efectivamente, auxiliador do verbo principal, e por isso momentaneamente despojado de alguns semas, ou se, pelo contrário, continua revestido de todos os seus traços semânticos que fazem dele um verbo com sentido pleno. Antes, contudo, de nos abalancharmos na análise específica das chamadas perífrases verbais com *gerúndio*, teceremos algumas considerações sumárias acerca do *gerúndio*, dos seus usos e valores no panorama do sistema verbal português²⁴.

²³ Ex.: – *Estive a ver televisão. / – Ando a ver os filmes do Woody Allen.* Apesar de surgirem duas formas (*estive + ver / ando + ver*), estas remetem para um mesmo sujeito. Na verdade, o núcleo da significação é transmitido pela forma de *infinitivo* e é através desta que entendemos qual a acção praticada pelo sujeito. Ao contrário daquilo que, erroneamente, se poderia crer, a forma verbal que precede a de *infinitivo* não aponta para outra acção desse mesmo sujeito ou de outro sujeito, mas vem revestir de diferente tonalidade a acção veiculada pela forma de *infinitivo*.

²⁴ A exposição que pretendemos, nesta fase, não será exaustiva, na medida em que, apesar de ser importante conhecer os usos, sentidos e valores do gerúndio na língua portuguesa, esse não é o ponto fulcral deste estudo. Não descuramos, obviamente, que para o exame das perífrases verbais com gerúndio há que conhecer, precisamente, os seus usos, sentidos e valores. No entanto, não devemos esquecer que o objecto final da análise serão as perífrases verbais, isto é, um complexo verbal cujo sentido, temos vindo a reforçá-lo, não é já a soma dos sentidos de cada parte, mas um sentido uno e indivisível, um sentido de conjunto e não um sentido construído dos retalhos dos sentidos de cada forma *de per si*.

Na gramática de Celso Cunha e de Lindley Cintra, apresentam-se algumas propostas de entendimento dos usos e sentidos do *gerúndio*, observando que o *gerúndio* tem uma forma simples e outra composta e apresentando exemplos das possíveis ocorrências do *gerúndio* em contexto sintáctico²⁵. Said Ali, na sua gramática histórica²⁶, expõe também os contextos sintácticos em que o *gerúndio* pode surgir e os sentidos daí advindos. Na gramática de Evanildo Bechara²⁷, não existe uma secção que se debruce concretamente sobre o uso do *gerúndio*, mas as considerações acerca deste vão sendo feitas ao longo da secção que diz respeito, precisamente, ao estudo do *verbo*.

Expomos, de seguida, sumariamente, um pensamento que entendemos ser de ressaltar relativamente ao *gerúndio*, seus usos, sentidos e valores²⁸. Epifânio da Silva Dias diz o seguinte relativamente à origem da forma de *gerúndio* e à sua evolução para o português:

“A forma verbal em *-ndo* representa etymologicamente o ablativo do gerundio latino; herdou, porém, em parte, os empregos syntacticos não só do ablat. do gerundio, senão também, e principalmente, do participio presente latino.

²⁵ Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 13ª edição, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1997, p. 487-491. Não obstante o facto de estas considerações nos parecerem insuficientes, do ponto de vista teórico, recorreremos, mais adiante, neste estudo, aos exemplos apresentados por estes autores para ilustrarem os sentidos passíveis de serem expressos pelo gerúndio.

²⁶ Manuel Said ALI, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Edições Melhoramento, 6ª ed., 1966, p. 355-361.

²⁷ Evanildo BECHARA, *Moderna Gramática Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 37ª edição, 1999.

²⁸ Reforçamos que não vamos tocar em profundidade as possíveis questões teóricas que possam desenvolver-se à roda do estudo do *gerúndio*, na sua inclusão numa classe sintáctica, no seu comportamento sintáctico, nas suas compatibilidades ou incompatibilidades, etc. Notamos, uma vez mais, que nos importa, sobretudo, a compreensão dos seus sentidos para deste ponto partirmos para o estudo dos sentidos e valores das perífrases verbais com *gerúndio*. Assim, e para não repetirmos o que se encontra exposto em várias gramáticas, remetemos para as seguintes obras de reflexão metalinguística, de modo a dilucidar quaisquer questões: A. GRIVET, *Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1881; Manuel Said ALI, *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Edições Melhoramento, 1966; Epiphânio da Silva DIAS, *Syntaxe Historica Portuguesa*, 5ª edição, Lisboa, Classica Editora, Imp. 1970; Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 13ª edição, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1997; Evanildo BECHARA, *Moderna Gramática Portuguesa*, 37ª edição, revista e ampliada, Rio de Janeiro, Editora Lucerna, 1999.

Além de entrar na conjugação periphrastica, o partic. em *-ndo*, ou se liga, como apposto, já ao sujeito, já a outra palavra substantiva da or., ou se junta a sujeito próprio, correspondendo com elle ao abl. absoluto latino”²⁹.

Temos, do ponto de vista formal, uma explicação bastante completa acerca do *gerúndio*. Enfatizamos a referência à herança dos usos sintáticos do particípio presente latino³⁰ e, particularmente, a sua participação na conjugação perifrástica. Registamos, sem comentar, porque achamos curiosa, a observação de Grivet respeitante à relação do *gerúndio* com o infinitivo e à sua inclusão num grupo específico:

“Desta exposição theorica, o que resalta, é que, por tudo quanto é essencial, os gerundios são verdadeiras fórmãs do infinitivo [...] os gerundios se portão frequentemente como adjectivos, ou, para fallar de conformidade com a nomenclatura desta grammatica, como *aposições* junto a um substantivo ou pronome: desta observação, e de sua origem verbal proveiu provavelmente o desacerto de sua classificação entre os participios”³¹.

Notemos que o uso das perífrases verbais com *gerúndio* é muito mais assinalado no português do Brasil do que no português europeu contemporâneo

²⁹ Epiphânio da Silva DIAS, *Syntaxe Historica Portuguesa*, 5ª edição, Lisboa, Classica Editora, Imp. 1970, p. 240.

³⁰ Vejam-se alguns exemplos que podemos encontrar no português actual como herança, precisamente, do particípio presente latino: *lente*<LEGENTE- (“aquele que lê”), part. pres. de LEGRE; *servente*<SERVIENTE- (“aquele que serve”), part. pres. de SERVIRE; *parturiente*<PARTURIENTE- (“aquela que dá à luz”), part. pres. de PARTURIRE; *paciente*<PATIENTE- (“aquele que padece”), part. pres. de PATI; *utente*<UTENTE- (“aquele que usa”), part. pres. de UTI; *intendente*<INTENDENTE- (“aquele que entende”), part. pres. de INTENDRE, *nubente*<NUBENTE- (“aquele que casa”), part. pres. de NUBRE, entre muitos outros (*docente, discente, falante, orante, edificante, cantante, presidente, pretendente...*) e confrontem-se com os seguintes: *baptizando, crismando, mestrando, alimentando, educando, confessando, graduando, magistrando, ordinando, vincendo*, etc. A estas formas sincrónicas subjaz a herança da sintaxe latina, como afirma Epifânio; em ambas as formas poderá vislumbrar-se, através da paráfrase que se faz de cada uma delas, as funções sintáticas em causa, veiculando a ideia de acção, de movimento, de processo, de duração... Diz Manuel Said Ali, referindo-se ao gerúndio, “[...] Tem aplicação muito mais ampla que em latim, fazendo as vezes do particípio do presente, o qual perdeu a função verbal, passando a servir de adjetivo e substantivo”. *Vide Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Edições Melhoramento, 1966, 6ª ed., p. 146.

³¹ A. GRIVET, *Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, 1881, p. 343.

que privilegia as formas com preposição seguida de infinitivo³². Relevamos, também, a identificação semântica do *gerúndio* com os participípios, na medida em que é possível, como já vimos atrás com o participípio presente, estabelecer uma relação de sentido com o participípio passado³³. No entanto, apesar destas observações que consideramos válidas, parece-nos mais substancial a observação concreta e direccionada dos sentidos transmitidos através do uso do *gerúndio*, para compreendermos os seus sentidos nos textos que tencionamos examinar³⁴.

Tomemos algumas observações insertas em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*³⁵, onde se diz que o *gerúndio* anteposto à oração principal, colocado no início do período, exprime “uma acção realizada imediatamente antes da indicada na oração principal” ou “uma acção que teve começo antes ou no momento da indicada na oração principal e ainda continua”³⁶. Aposto

³² Considerem-se os exemplos: no português europeu – *Ando a ler Pessoa. / Estava a dormir quando o telefone tocou.*; no português do Brasil – *Ando lendo Pessoa. / Estava dormindo quando o telefone tocou.*

³³ Atente-se nas seguintes frases: “**Proferindo** estas palavras, o gardingo atravessou rapidamente a caverna e desapareceu” / “**Ganhando** a praça, o engenheiro suspirou livre”. O *gerúndio* expressa uma acção realizada imediatamente antes daquela que é indicada na oração principal. Assim, vejamos como o uso do participípio com o *gerúndio* (a forma composta de *gerúndio*) é, de todo, possível, conseguindo-se o mesmo sentido: **Tendo proferido** estas palavras, o gardingo atravessou rapidamente a caverna e desapareceu. / **Tendo ganhado** a praça, o engenheiro suspirou livre. Encontramos estes exemplos em Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, ob. cit., p. 488 e seguintes.

³⁴ Temos vindo a falar dos usos, sentidos e valores do *gerúndio* e das perífrases verbais com *gerúndio* de uma perspectiva sincrónica, sem, contudo, esquecermos que é nosso objectivo o estudo das perífrases verbais com *gerúndio* no português medieval e o apuramento do seu grau de gramaticalização. Acreditamos, no entanto, que a partir de um determinado momento recuado no tempo os sentidos principais dessas perífrases se cristalizaram e continuaram até aos nossos dias, apenas com possíveis cambiantes, sem que isso transtorne, consideravelmente, os seus sentidos.

³⁵ Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, ob. cit., p. 487-491. Escolhemos esta gramática para representar a chamada gramática tradicional, sem que com isso queiramos fazer qualquer tipo de juízo positivo ou negativo a uma obra que consideramos de valor e que terá que ser vista e analisada à luz do seu tempo e dos seus objectivos. A gramática tradicional, em abstracto, nem sempre responde às necessidades teóricas que determinadas matérias suscitam. Contudo, relativamente a este assunto, parece-nos útil a informação que se recolhe na referida obra.

³⁶ Vejam-se os exemplos “**Proferindo** estas palavras, o gardingo atravessou rapidamente a caverna e desapareceu”; “**Estalando** de dor de cabeça, insone, tenho o coração vazio e amargo”, respectivamente. Cf. Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, ob. cit., p. 488.

ao verbo principal, o *gerúndio* corresponderá a um adjunto adverbial de modo³⁷ e, posposto à oração principal, indicará uma acção posterior, equivalendo, em muitos casos, a uma oração coordenada iniciada pela conjunção *e*³⁸; se antecedido da preposição *em*, o *gerúndio* marca a anterioridade imediata da acção com reportação à acção do verbo principal³⁹. O *gerúndio* pode, também, expressar a ideia de progressão indeterminada, principalmente com recorrência à sua repetição⁴⁰. Pode, ainda, o *gerúndio*, segundo a gramática que referenciámos, “combinar-se com os auxiliares *estar*, *andar*, *ir* e *vir*, para marcar diferentes aspectos da execução do processo verbal”⁴¹. É este carácter, concretamente, que importa para a presente análise e é este aspecto que nos ocupará doravante. Por conseguinte, delineadas, em traços gerais, algumas questões que influirão na nossa investigação, será conveniente demorar algum tempo na observação dos verbos que acompanham as formas de *gerúndio* e que como já evidenciámos serão, especialmente, *estar*, *ser*, *andar*, *ir* e *vir*⁴². Detemo-nos, por ora, com maior pormenor, nas formas *estar* e *ser* e é delas que trataremos na secção seguinte deste estudo.

ESTAR e SER

Os verbos *estar* e *ser*⁴³ podem adquirir três estatutos diferentes. Esta parece-nos, no campo dos estudos linguísticos e gramaticais, uma questão con-

³⁷ Exemplo: “Chorou **soluçando** sobre a cabeça do cão”. Cf. Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, ob. cit, p. 488.

³⁸ Exemplo: “No quintal as folhas fugiam com o vento, **dançando** no ar em reviravoltas de brinquedo” <=> *No quintal as folhas fugiam com o vento e dançavam no ar em reviravoltas de brinquedo*. Cf. Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, ob. cit, p. 489.

³⁹ Exemplo: “**Em** se lhe **dando** corda, ressurgia nele o tagarela da cidade”. Cf. Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, ob. cit, p. 489.

⁴⁰ Exemplo: “**Viajando**, **vijando**, esquecia-se o mal e o bem”. Cf. Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, ob. cit, p. 489.

⁴¹ Vide Celso CUNHA, Luís F. Lindley CINTRA, ob. cit. p. 490.

⁴² Não relevaremos, neste ponto, o facto de estes verbos poderem ser considerados ou não verdadeiros auxiliares pelos estudiosos. Como já o dissemos, essa não é para nós e para o estudo que pretendemos levar a cabo a questão mais preponderante.

⁴³ Parece-nos clara a importância da diferença de matizes existente entre o uso de *estar* e o de *ser*, no português ou no castelhano, em contraponto, por exemplo, com a existência de *être*, no francês, ou de *to be*, no inglês. Notemos que no francês e no inglês temos uma só forma para significar aquilo que no português ou no castelhano se expressa com duas estruturas distintas.

sensual. *Estar* e *ser* podem adquirir quer uma função atributiva, quer uma função predicativa⁴⁴, quer uma função auxiliar⁴⁵. Será, concretamente, no âmbito da *auxiliaridade* que estes verbos mais nos importarão para este estudo⁴⁶.

Deste modo, interessará conhecer o sentido de *estar* e de *ser*, ou melhor diríamos, os sentidos que *estar* e *ser* foram adquirindo desde o latim até ao momento em que esses sentidos se cristalizaram e se prolongaram até ao presente. *Estar* procede do verbo latino STÂRE que significava “estar de pé”⁴⁷; *ser*

Por isso, não é irrelevante no português e no castelhano o uso de uma ou de outra e o jogo de tonalidades que se consegue nem sempre será fácil de entender para os falantes de línguas que não possuem estas duas formas.

⁴⁴ Relativamente às funções atributiva e predicativa destes verbos não nos deteremos espaçadamente; reforçamos, somente, os diferentes contextos e as restrições de ocorrência de um e de outro, por nos parecer que a explanação destas questões não é fundamental para o nosso estudo, na medida em que *estar* e *ser* serão apenas dois dos verbos que estudaremos, em conjunto com *andar*, *ir*, *vir*, para além de que o nosso exercício se concentra na ocorrência destas formas com formas de *gerúndio*, isto é, no surgimento destas formas em estrutura complexa (perífrase verbal) e não em ocorrência única e isolada, mas como verbos auxiliares denotadores de um maior ou menor grau de gramaticalização ou de deslexicalização, dependendo do ponto de vista adoptado. Para um estudo mais aprofundado dos verbos *ser* e *estar*, das suas funções (auxiliar, atributiva predicativa), dos seus usos e da sua semântica, aconselhamos a leitura dos seguintes trabalhos: Elisabete RANCHHOD, “On the Support Verbs *Ser* and *Estar* in Portuguese”, em *Linguísticae Investigationes*, Amsterdam, John Benjamins B.V., Tomo VII, 2, 1983, p. 317-353; Ricardo NAVAS RUIZ, *Ser y estar: Estudio sobre el sistema atributivo del español*, Salamanca, Universidad de Salamanca, Filosofía y Letras, 1963; José Maria SAUSSOL, *Ser y estar: Orígenes de sus funciones en el “cantar de mio Cid”*, s. l., Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1977; Antonio VAÑÓ-CERDÁ, *Ser y estar + Adjectivos. Un estudio sincrónico y diacrónico*, Gunter Narr Verlag, Tübingen, 1982.

⁴⁵ Se para alguns verbos como *andar*, *ir*, *vir*, entre outros, nem sempre é consensual a atribuição da função de “verbo auxiliar”, para os verbos *ser* e *estar* esta concessão parece-nos ser aceite pelos diversos estudiosos. Note-se que as listas de verbos auxiliares variam de autor para autor e ainda não foi possível, e certamente será muito difícil que se consiga, estabelecer uma lista de verbos auxiliares aceite por todos. Ressalvamos, ainda que, apesar das diferenças existentes, fruto dos vários critérios adoptados, a classe dos verbos auxiliares fará parte de um inventário restrito (lista limitada, fechada), em contraponto com a classe maior que esta integra, a classe dos verbos, a qual, poderá, conjecturalmente, fazer parte de um inventário alargado (lista ilimitada, aberta).

⁴⁶ Lembramos que é objectivo deste trabalho o estudo das perífrases verbais com gerúndio, o que implicará a consideração do maior ou menor grau de *auxiliaridade* dos verbos que co-ocorrem com estas formas, com vista ao apuramento de um maior ou menor grau de gramaticalização do complexo verbal.

⁴⁷ Andrés BELLO aponta a particularidade de *ser* se aplicar às qualidades essenciais e permanentes e de *estar* se identificar com as qualidades transitórias e acidentais; *apud* Ricardo NAVAS RUIZ, *Ser y estar. Estudio sobre el sistema atributivo del español*, Salamanca, Universidad de

provém da fusão dos verbos latinos ESSE e SDÇRE, significando, este último, “estar sentado”. Segundo Andrés Bello, “no hay verbos de más frecuente uso que los dos por cuyo medio se significa la existencia directamente: ser y estar”⁴⁸. *Estar* e *ser* são destacados de entre todos os outros verbos como aqueles a que mais se recorre por veicularem o sentido da existência⁴⁹, a base de todos os outros possíveis sentidos. Por este motivo, decidimos analisá-los a par neste estudo e perceber mais pormenorizadamente o seu comportamento, confrontando um e outro; os seus sentidos primordiais e os seus sentidos adquiridos após a união a uma forma de *gerúndio*; a frequência de ocorrência de uma e outra forma; o prevalecimento da escolha de uma forma sobre a outra.

Segundo diversos dicionários etimológicos⁵⁰, podemos verificar que o sentido que se encontrava, primordialmente, associado às formas *estar* e *ser* desde o latim até à evolução para as línguas românicas sofrerá uma evolução. Sincronicamente, serão muito raros os casos em que *estar* e *ser* manterão os seus sentidos primevos de “estar de pé” e “estar sentado”, respectivamente. No que respeita à co-ocorrência destas formas com formas de *gerúndio*, em perífrase verbal, as primeiras acabarão, ainda que possa existir um ou outro caso pontual, por se gramaticalizar e perder totalmente esse sentido matricial.

Salamanca, Filosofía y Letras, 1963, p. 117. Cremos ser indispensável a consciência da diferença de coloração semântica dos verbos em análise que poderá, desde logo, ser corroborada com o sentido que os verbos possuíam no latim; um significando “estar sentado” (relevando um estado permanente e assumpto) e o outro “estar de pé” (marcando um estado passageiro e casual).

⁴⁸ IDEM, *apud* Ricardo NAVAS RUIZ, ob. cit, p. 117.

⁴⁹ Neste contexto, não devem ser olvidadas as reflexões de alguns gramáticos portugueses, e outros, acerca do *verbo substantivo*, que entendiam o verbo *ser* como a base de todos os outros verbos, fazendo com que tudo o que se dissesse carregasse intrinsecamente o sentido de *ser*, isto é: *viver*, como diz Grivet, parodiando esta teoria, “nada mais é senão o equivalente de *ser vivente*”; cf. A. GRIVET, *Nova Grammatica Analytica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881, p. 227. Esta ideia encontra-se já presente na Gramática de Port-Royal; cf. a seguinte edição crítica: Antoine ARNAULD, Claude LANCELOT, *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal [avec une introduction historique par M. A. BALLY]*, Genève, Slatkine Reprints, 1993.

⁵⁰ Entre outros, destacamos o *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico* de Joan COROMINAS e José A. PASCUAL, Madrid, Gredos, 1981; o *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*, de Antônio Geraldo da CUNHA, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2ª ed., 1986; o *Dictionnaire Illustré Latin-Français*, de Félix GAFFIOT, Paris, Hachette, 1934.

Passemos, deste modo, mais concretamente à análise das formas *estar* e *ser* com *gerúndio* e ao estudo dos seus diversos usos, sentidos e valores no português dos séculos XIII a XVI⁵¹.

ESTAR e SER + Gerúndio – usos, sentidos e valores

Para estudarmos os usos e os sentidos das perífrases com *estar* e *ser* + *gerúndio* será necessário recorrermos a um *corpus* que nos permita uma análise concreta e contextualizada. Por conseguinte, a prática que a seguir delineamos será aquela que adoptaremos até ao final deste exercício e basear-se-á na análise de pequenos excertos, no propósito de determinar os usos, sentidos e valores das formas em causa, à luz de critérios diversificados, comentando e argumentando sempre que pertinente e necessário.

Atentemos no seguinte extracto e vejamos como é clara a diferença entre *estar* e *ser* e como o sentido que podemos com clareza divisar está completamente enraizado no sentido primordial de cada forma.

i) Deffendemos que nenhuu uozeyro non seya ousado d(e) auirsse est aquel d(e) que a´ de teer uoz [...] no~ tenha mays ya uoz por outro, pero mandamos que possa au(er) ualya da uintena da d(e)manda, assy como manda a lee. E todo ome q(ue) for uozeyro razoe o preyto **stando en pee leuantado e no~ seendo**. E sse o assy no~ fez(er) no seya ouuydo do alcayd(e), foras se u mandar seer, seya. Ou se p(er)uentura algu~a enfermidade auen que no~ possa star en pee, seya. Poys q(ue) for dado p(or) uozeyro razoe apostame~te a ben e no~ deoste ne~ diga mal ao alcayd(e) nen a nenguu, seno~ aq(ue)llo p(er) q(ue) pod(e) mellorar en seu p(re)yto.

FR livro 1/título 9/fólio 80v (Séc. XIII, 1280?)

A frase destacada “stando en pee leuantado e no~ seendo”, por si só, explicita esse mesmo sentido ao reforçar quase pleonasticamente a ideia intrínseca no latim ao verbo STĀRE (“estar de pé”) e esclarece, contrapondo, “en pee leuantado e no~ seendo”, isto é, em pé levantado e não sentado, sema inerente ao verbo latino SDÇRE.

Notemos como os verbos *estar* e *ser* são usados com o seu sentido matricial. Não devemos, contudo, deixar de observar que no exemplo em ques-

⁵¹ Como já notámos, não existem muitos trabalhos que se concentrem, sobremaneira, neste tema, especialmente no âmbito da língua portuguesa. Por isto, seguimos de perto alguns estudos, que também já referimos, na esfera do castelhano. Cf. notas 4 e 41.

tão não estamos perante uma perífrase com *gerúndio*, mas diante de uma forma simples de *gerúndio*. Serve, no entanto, o exemplo, para frisarmos essa ligação dos sentidos dos verbos *estar* e *ser*, no português do século XIII, aos seus sentidos primevos na língua latina. Por este motivo, parece-nos clara a ausência de gramaticalização das formas *estar* e *ser*. Os verbos em causa surgem com o seu valor pleno, sem qualquer grau de deslexicalização e conseqüente gramaticalização.

Observemos outro trecho e tentemos entrever o sentido das formas *V [estar] + Ger.* e o seu maior ou menor grau de gramaticalização.

ii) E entom viro~ vi~ir out(ra) alma pella ponte. e **estava (L) chorando** carregada de hu~u feixe de t(ri)go. e q(ua)ndo vyo (L) que avia de passar. p(re)guntou ao angeo de q(ua)es almas (L) he esta pena. e [o] angeo disse. Esta pena he daq(ue)lles que (L) furta~ pouco ou muito. e agora conve~-te que passes p(er) (L) ella co~ hu~a vaca que furtaste. Diz ella. se a furtey entreguey-a (L). E o angio disse. Entregaste-a porque ha no~ (L) podeste encobrir. p(er)o no~ padeçera ´s tanta pena como (L) se a no~ entregaras. E ento~ apareceo aly a vaca muy (L) brava e~ guisa que non q(ue)rya p(er) ne~hu~a entrar (L) pella ponte. Enp(er)o ouve-a de tomar ao pescoço. e e~ntrou (L) co~ ella pella ponte. e indo co~ ella e~ meo da ponte. (L) topou co~ aq(ue)lla alma que tragya o feixe do t(ri)go. E ento~ (L) rrogou-lhe que o leixasse passar co~ sua vaca. e o outro (L) disse. mas leixa-me tu passar co~ meu t(ri)go. E enq(ua)nto asy **estava~ ap(er)fiando**. avya~ gram medo de cair (L) em fundo. e acusava-sse hu~u (con)t(ra) o outro do mal que (L) fezero~. por que aquella pena sofryam. e pollo gram temor (L) que avia~ de cayr. na~ ousava~ de hir ne~ de tornar. (L) E estando e~ este medo. q(ua)ndo oolhou acho//lull/sse da out(ra) parte. e apareceo-lhe o angeo e disse-lhe. Bem sejas (L) vi~ido no~ cures jamais de va//call/ que ja della fezeste (L) penite~cia. E entom a alma mostrou-lhe os pees chagados (L) dos clavos e dizia que non podia andar. E o angio (L) disse. Lenbra-te como os avias fortes p(er)a andar em (L) vaydades. Pensa de andar que hu~u atorme~tador (L) muy negro e muy cruel n(os) **esta esp(er)ando** e no~ podemos (L) fogir ao seu ofi~cio e~na sua pousada. E indo adiante (L) p(er) lugares escuros e muy maaos. apareceo hu~a casa rredonda como forno. chea de fogo aceso. (L) e q(ue)ymava q(ua)ntas almas achava. E q(ua)ndo a ´a ´lma (L) vyo esta pena. disse ao angio. Ay mizq(ui)nha. ja chegam(os) (L) aa porta da morte.

VS5 fólio 127r (Séc. XIII/XIV)

Reparemos como logo na primeira frase deste fragmento percebemos a existência de um sentido diferente do sentido primitivo de *estar*. Esse sentido diverso poderá ser entendido através do contexto, na frase “E entom viro~ vi~ir out(ra) alma pella ponte. e estava (L) chorando carregada de hu~u feixe de

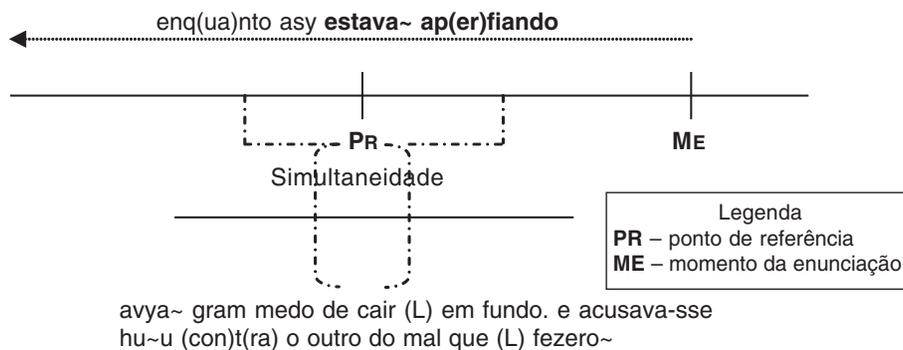
t(ri)go”; facilmente apreendemos que o sentido de *estar* não é já o de “ficar de pé”, mas um outro sentido mais dinâmico, de cariz progressivo. Esta interpretação é corroborada pela oração anterior, através do complexo verbal “viram vir”, indicando, deste modo, uma acção em progressão⁵². Assim, atentando no contexto global, vejamos como aquilo que se descreve não é uma atitude estática, por parte do sujeito da frase (a alma), mas, pelo contrário, um movimento corroborado pelo verbo *vir* na frase anterior, implicando que o conjunto “estava (L) chorando” não veicule um sentido de imobilidade, mas um sentido de actividade. Quase poderíamos comutar o verbo *estar* pelo verbo *vir*, sem essa substituição acarretar, efectivamente, uma alteração considerável do sentido anteriormente difundido: *E entom viro~ vi-ir out(ra) alma pella ponte. e [vinha] (L) chorando carregada de hu~u feixe de t(ri)go*. Contudo, existe um outro sentido susceptível de ser entendido através da dinâmica com o verbo *chorar*, precisamente o segundo membro da perífrase verbal. A ligação de *estar* a *chorar* poderá acarretar um sentido de permanência num determinado estado, neste caso o do choro. Se assim for, temos, num mesmo conjunto, duas possíveis leituras dos usos de *estar* + *gerúndio*⁵³. No entanto, e devido à pro-

⁵² Atente-se, também, no uso da conjunção coordenativa copulativa “e” que ajuda, ainda mais, ao sentido de progressão. É importante notar o facto de no excerto que se apresenta surgir representado, graficamente, um ponto final entre uma oração e outra. Este facto deve ser considerado à luz da transmissão textual e do posterior tratamento dos textos. É sumamente conhecido que no período temporal em que estes textos se inserem (séculos XIII a XVI) não existia uma norma fixada quer quanto à ortografia quer quanto à pontuação, por isso nem sempre serão relevantes todos os sinais que surgem em alguns textos, nem a sua colocação; para além de que para a feitura de um *corpus* como o do CIPM foi necessário consultar várias edições críticas e estabelecer um critério uniforme e coerente. Por conseguinte, não vamos discutir em pormenor esta questão, muito embora não hesitarmos em questionar um ou outro sinal, cuja colocação ou ausência se mostre realmente pertinente e útil para o desbravar de determinado sentido. Vide, por exemplo, Michael METZELTIN, “Segmentation Sémantique d’un acte de vente médiéval”, em Jean ROUDIL, *Phrases, textes et ponctuation dans les manuscrits espagnols du Moyen Age et dans les éditions de texte* (Actes de le Colloque organisé par le Séminaire d’Études Médiévales Hispaniques (Paris, 20-21 novembre 1981), Paris, Librairie Klincksieck, s.d., p. 141-155.

⁵³ Não podemos esquecer que muitas vezes a tentativa de apuramento dos usos, sentidos e valores de cada perífrase verbal não pode descurar os elementos que constituem a perífrase. Isto é, apesar de considerarmos o valor do conjunto, pois é esse o objectivo do nosso exercício, não podemos descuidar o valor que cada unidade tem em si mesma. Poderá parecer um paradoxo, mas, efectivamente, não o é; o que acontece é que, muitas vezes, para o apuramento do sentido de uma determinada perífrase verbal, se tomam em conta aspectos que podem tornar as conclusões duvidosas. Considere-se o seguinte trecho, apenas a título exemplificativo, que é usado num estudo para corroborar um possível valor durativo da perífrase *ir* + *gerúndio*: *Os portogueses asi forõ durãdo e sofre~do sa batalha e~ tal presa e coita, como ouuides*. Facilmente verificamos a falibilidade da sustentação deste exemplo, pelo facto de que o verbo

blemática da pontuação de que já falámos, também poderíamos considerar a seguinte leitura: *E entom viro~ vi~ir, chorando, out(ra) alma pella ponte. e estava (L) carregada de hu~u feixe de t(ri)go*. Neste caso não teríamos já uma perífrase verbal com *gerúndio*. Não obstante esta possibilidade, o nosso entendimento acolhe com maior convicção a primeira leitura aventada.

Observemos como no mesmo fragmento, mais à frente, encontramos um uso da perífrase verbal com um sentido já distinto do primeiro: “E enq(ua)nto asy estava~ ap(er)fiando. avya~ gram medo de cair (L) em fundo. e acusava-sse hu~u (con)t(ra) o outro do mal que (L) fezero~”. Neste caso, a proximidade com a conjunção *enquanto* e com o advérbio *assim* fornece-nos uma possibilidade de leitura diferente da anterior, na medida em que não é já um sentido de movimentação que sobressai, mas um sentido de simultaneidade. A conjunção e o advérbio coadjuvam a construção de um paralelismo de acções; isto é, ao mesmo tempo que “estava~ ap(er)fiando” outro acontecimento se desenrolava paralelamente. Observemos o seguinte esquema de modo a melhor concretizar as nossas ideias. Neste trecho, que traduzimos de forma gráfica, verificamos a coexistência de duas acções, que se desenrolam paralelamente, ou de uma acção em curso que intercepta, num determinado momento, uma outra acção mais pontual.



ir é usado, precisamente, com o verbo *durar*, o que implica que o carácter durativo poderá encontrar-se, desde logo, no próprio verbo que veste a forma de *gerúndio*, pois esse é um valor que lhe é intrínseco. No entanto, não queremos com esta observação afirmar que devemos tomar em absoluto cada perífrase, pois essa seria uma opção impensável neste estudo. Ainda porque o contexto envolvente é de todo necessário para o bom entendimento do sentido de determinado complexo verbal. O que pretendemos enfatizar é a necessidade de algum cuidado na determinação dos sentidos e valores de cada perífrase e a importância, precisamente, que os elementos envolventes ganham numa análise deste teor. O exemplo que apresentámos foi retirado de Odete A. de Souza CAMPOS, *O gerúndio no português*, Rio de Janeiro, Presença/INL-MEC, 1980, p. 34.

Vejamos, ainda dentro do fragmento em causa, mais uma ocorrência de *estar* + *gerúndio*: “Pensa de andar que hu~u atorme~tador (L) muy negro e muy cruel n(os) esta esp(er)ando e no~ podemos (L) fogir ao seu ofi´cio e~na sua pousada”. Neste caso, *estar* surge associado ao verbo *esperar*, o que poderá, desde logo, indiciar uma situação de prolongamento temporal. Não podemos esquecer que essa leitura é feita, primeiramente, pelo significado do verbo em causa e não pela perífrase no seu conjunto. Vejamos, porém, que o uso do complexo verbal, neste contexto, permite a leitura de um valor de permanência, sem, no entanto, implicar, obrigatoriamente, uma leitura etimológica do sentido de *estar*, apesar de considerarmos que a leitura próxima da etimologia será lícita e é reforçada pela semântica do verbo *esperar*⁵⁴. O mesmo poderá suceder com o seguinte extracto, onde o sentido que transparece do uso da perífrase em contexto é o de permanência.

iii) Qua~do esto disse (L) ho abbade. logo Zozimas e~clinou outra vez (L) a ssua fface e~ terra e honrrarom todos Nosso (L) Ssenhor e feyta ha horaçom disserom ame~. (L) **Horando** ho santo home~ Zozimas e~ aq(ue)l (L) moesteiro. vyo ally os santos padres splandeçer (L) p(er) virtudes e p(er) obras **servindo** (L) a Nosso Senhor ssem q(ue)dar **E estavam p(er) toda (L) a noyte obrando p(er) ssuas maao~s e canta~do** (L) psalmos e louvores a Deos.

VS7 fólio 52r (Séc. XIII/XIV)

Reforçamos, uma vez mais, que o facto de “estar toda a noite obrando e cantando” não transporta, irrevogavelmente, a ideia de o fazer de pé⁵⁵. Mesmo que estivessem de pé quando cantavam os salmos, que era, efectivamente, a posição litúrgica recomendada, não estariam a noite inteira nessa posição, mas, com certeza, apenas parte da noite. A ideia que se pretende reforçar não será a de que “estavam toda a noite cantando salmos e louvores a Deus, de pé”, mas a ideia de que esse foi um processo contínuo que se prolongou durante um espaço de tempo considerável; cremos ser este o ponto mais importante⁵⁶.

⁵⁴ Reforçamos, apenas, que o facto de *estar esperando*, no contexto em causa, envolver permanência, não tem necessariamente de acarretar a ideia próxima da forma latina, isto é, não tem de ser, inevitavelmente, uma espera feita de pé. Poderá, cremos, vislumbrar-se, neste exemplo, um pequeno grau de gramaticalização da forma *estar*, na medida em que, pelo menos um dos seus semas (“de pé”), não tem obrigatoriamente de estar activado.

⁵⁵ Não ignoramos, contudo, que a posição de orante é, na tradição do Cristianismo Antigo, a posição de pé. Lembremos, por exemplo, que o celebrado hino bizantino de louvor à Virgem, cujo nome é *Ákáthistos* querendo dizer “não sentado”, é cantado, precisamente, de pé.

⁵⁶ Apesar de já o termos referido, acreditamos ser importante reforçar, uma vez mais, a seguinte preocupação: para uma análise dos usos, dos sentidos e dos valores das unidades da língua não

Consideremos o fragmento que apresentamos de seguida:

iv) Assy que o santo tenplo (L) rreçeyba todos os outros ssem embargo nehoo~ (L) mais a mi~ssoo cativa. nom q(ue)ria rreçeber e~ ne~hu~a (L) guisa. mais assy como aaz de cavaleyros estava (L) (con)tra mi~. que me nom leixava e~trar. mais inpuxava-me (L) cada vez ata as portas do adro depois (L) que me esto aconteçeo muitas vezes fiquey (L) muy fraqua e mui cansada em guisa que nom (L) podia **estar sobre meus pees e asentey-me e~ (L) huu~ canto do adro apartada cuidando e~ mim (L)** donde me viinria esto que nom podia entrar em (L) o tenplo E **estando assy pensando** emtendy (L) donde me aconteçia tal cousa Ca p(o)lla çugidade das minhas maas obras nom podia eu adorar (L) o lenho da Santa Vera Cruz Entom começey (L) eu mizq(ui)nha de chorar e firir os peitos co~ (L) minhas maaos e dar grandes sospiros de coraçõ~ (L) e esparger muitas lagrimas e tive me~tes (L) do lugar hu estava e vy hu~a imagem da (L) Virgem Maria que estava hedificada. a dep(ar)te (L) em huu~ logar [...]

VS7 fólio 59r, 59v (Séc. XIII/XIV)

Observemos como o sentido da forma *estar* aparece completado pela expressão “sobre os meus pees e asentey-me”, dissipando as possíveis dúvidas quanto ao sentido do verbo. Notemos, ainda, que *estar* ocorre com uma forma de *gerúndio* (*cuidando*); sem, no entanto, descurarmos a análise profunda e concluirmos que esta não é, verdadeiramente, uma perífrase verbal, senão a simples ocorrência das duas formas na mesma frase. O que verificamos no excerto em questão é que as duas formas são autónomas. Este facto poderá ser corroborado se recordarmos que a perífrase verbal transmite um sentido de conjunto, o que neste exemplo não acontece. Apesar, como já referimos, das vicissitudes da pontuação neste tipo de documento, facilmente verificamos que *estar* se liga a uma oração anterior (“muitas vezes fiquey (L) muy fraqua e mui cansada em guisa que nom (L) podia estar sobre meus pees e asentey-me”), enquanto que *cuidar* pertence já a outra oração (“asentey-me e~ (L) huu~ canto do adro apartada cuidando e~ mim (L) donde me viinria esto”). O que

podemos esquecer a informação que é, exclusivamente, linguística e aquela que faz parte do mundo extralinguístico. Dependendo daquilo que se pretende estudar, devemos ter em consideração uma e/ou outra. No caso do presente exercício e porque o objectivo é o estudo dos usos, sentidos e valores das perífrases verbais com gerúndio, não podemos descurar nenhum dos dois tipos de informação, pois, para além da importância do contexto, é de inestimável interesse o conhecimento extralinguístico, seja ele histórico-factual, vivencial ou outro. Notamos, ainda, que a norma actual não permite o conjunto *estar* (IMP) + *por* + intervalo de tempo limitado, por o aspecto imperfeito da forma verbal não ser compatível com limites temporais precisos.

sucede é que o exemplo poderá ser parafraseado por *não podia estar sobre os meus pés, por isso sentei-me, cuidando em mim*; o que mostra que estamos, efectivamente, perante duas acções diferentes e independentes. Na frase que se segue, inclusa no mesmo troço de texto, podemos notar, uma vez mais, um valor de permanência, reforçado, ainda mais, pelo facto de *estar* se encontrar no *gerúndio* juntamente com *pensar* (“E estando assy pensando emtendy (L) donde me acontijia tal cousa Ca p(o)lla çugidade das minhas maas obras nom podia eu adorar (L) o lenho da Santa Vera Cruz”)⁵⁷. Repare-se que esta frase vem na sequência daquela que analisámos anteriormente, o que poderá implicar uma continuação reforçada do sentido de permanência ou prolongamento da acção ou de um estado nessa mesma acção. O mesmo acontece com o troço seguinte, com uma ligeira diferença:

v) E disse lhe Sam Paulo: Este he aquelle que eu preego, que decendeo dos ceos e tomou carne~ e padeceo morte e resurgio ao terceyro dia. **Estando assy departindo**, pasou perante elles hu~u~ cego. E dise lhe Dinis per ma~dado de Sam Paulo que recebesse vista em nome de Jhesu Christo, e logo vio, e logo Dinis con sua molher e co~ toda sua familia recebeo a fe de Christo e bautizou se. E, depois que foy e~sinado per Sam Paulo per tres a~nos, feze o bispo de Athe~nas, e elle per sua preegaçom tornou aa fe de Jhesu Christo a cidade de Athe~nas e grande parte daquella terra e depois foy glorioso martir e~na cidade de Paris.

OE livro 3/capítulo 11/fólio 30v (Séc. XV)

O trecho acima transcrito parece-nos marcar, ainda mais, aquilo que acabámos de expor, na medida em que, para além de um sentido de prolongamento, este uso da perífrase gera um outro sentido, o de progressão na acção, coadjuvado não apenas pela presença do *gerúndio* nas duas formas verbais, mas, também, pela própria semântica do verbo *departir*, bem como pela presença do advérbio “assy”.

⁵⁷ Neste exemplo, algumas dúvidas poderão surgir quanto à verdadeira classificação deste complexo verbal. Notemos que ambas as formas se encontram no *gerúndio*. No entanto, não nos parece que sejam duas formas independentes. Na literatura especializada, as definições de perífrase verbal que encontramos vão, genericamente, ao encontro daquela que adoptámos, partindo da obra de Henrique BARROSO. E nesta não existe nenhuma referência à possibilidade de o verbo auxiliar poder ocorrer no *gerúndio*, o que nos poderá levar a entender o composto verbal em causa como não sendo uma perífrase verbal. Porém, parece-nos que, apesar dos argumentos contra esta conjectura, neste contexto, o complexo em causa poderá ser considerado uma perífrase verbal, cujo verbo auxiliar se apresenta na forma de *gerúndio* com um propósito enfático e reforçador do sentido de prolongamento da acção.

Vejamos, de seguida, as duas únicas ocorrências que, no conjunto do nosso *corpus*, conseguimos reunir, com *ser* + *gerúndio*:

vi) E em os (L) rramos desta arvore estava~ muitos lirios e muitas (L) rrosas. e hervas de muitas naturas que dava~ de sy (L) muy bo´o´ odor. E so aq(ue)lla arvore estava~ muitas (L) co~panhas ase´e´ntadas e~ cadeiras d´ouro. e de marfil (L) em que **siam louva~do** ao senhor Deos pollos muit(os) be~es que lhes dava. E eram vistidos de muy fremosas (L) vistiduras. e tiinham coroas muy //lrll// sprandece~tes (L) em suas cabeças. E ento~ disse a alma. Senhor (L) di-me que sinifica esta arvor. ou que conpanhas som (L) estas. E o ango disse. Esta arvor sinifica a s(an)c(t)a (L) ig(re)ja. e estes que estam so ella som aq(ue)lles que a bem guardarom. (L) e bem acrece~taro~ p(er) seus bo´o´ s m(er)ecime~tos (L) e porque leixarom o mal e obraro~ bem.

VS5 fólio 129v (Séc. XIII/XIV)

vii) Tanto que Sancto Agustinho esto leeo, logo foy espargida e~no seu coraçom hu~a luz de segurança, que tirou delle todalas treeuas da duuida da ffe de Jhesu Christo que ante auia. E foy depois muy sancto e muy glorioso doutor e declarou muyto estes marauilhosos e~xertos da Sancta Trindade. Onde aueeo que hu~u~ dia, **se~e~do elle estudando**, ueeo a elle hu~a molher pera lhe demandar conselho. E ella feze lhe grande reuerença e recontou lhe seu negocio, mais o sancto home~tam solamente nom tornou a cousa que lhe ella dissesse nem a oolhou, e a molher partiu se dally con grande tristeza.

OE livro 2/capítulo 2/fólio 7r (Séc. XV)

Em ambos os fragmentos, o verbo *ser* conserva o seu valor matricial (“estar sentado”)⁵⁸. É, efectivamente, o sema “estar sentado” que predomina, o que pode corroborar-se, por exemplo, em vi), pelo contexto: “E so aq(ue)lla arvore estava~ muitas (L) co~panhas ase´e´ntadas e~ cadeiras d´ouro. e de

⁵⁸ Não rejeitamos, contudo, uma outra leitura que também será aceitável e que é a de permanência num determinado estado, num sentido que se aproxima daquele veiculado pela perífrase de *estar* + *gerúndio*. Podemos experimentar a permuta de uma forma por outra sem que isso afecte, significativamente, o sentido das frases: *co~panhas ase´e´ntadas e~ cadeiras d´ouro. e de marfil (L) em que estavam louva~do ao senhor Deos/ Onde aueeo que hu~u~ dia, estando elle estudando*. Ainda porque, no primeiro caso, o argumento que serve para fazermos a leitura no sentido etimológico de *ser* (*co~panhas ase´e´ntadas e~ cadeiras d´ouro. e de marfil*) poderá servir também para reforçar a possibilidade de *estar* aparecer em lugar de *ser* sem se perder informação relevante, porque essa informação surge precisamente na frase *co~panhas ase´e´ntadas e~ cadeiras d´ouro. e de marfil*. Admitimos, no entanto, que a nossa opção de leitura, por nos parecer mais natural, se aproxima mais do sentido etimológico de *ser*. Não podemos, porém, ignorar todas as possibilidades que possam surgir como válidas.

marfil”. Não nos foi possível, em todo o *corpus* que reunimos, encontrar outras ocorrências de *ser* + *gerúndio* e, tão pouco, de *ser* + *gerúndio* onde *ser* manifeste um sentido que não aquele ligado à sua etimologia latina⁵⁹.

Analisados os usos, os sentidos e os valores de *estar* e *ser* + *gerúndio*, vejamos as ideias que dessa análise conseguimos recolher. Pela amostra que congregámos, percebemos que *estar* e *ser* + *gerúndio* poderão ocorrer nos mesmos contextos, sem com isso acarretar uma significativa alteração de sentido. Deste modo, cremos poder afirmar que o uso da perífrase com *estar* prevalece sobre o uso da perífrase com *ser*, dado que no nosso *corpus* de análise, como já referenciámos, encontrámos apenas dois exemplos com *ser* + *gerúndio*⁶⁰. Podemos afirmar, também, que a perífrase *estar* + *gerúndio* não terá sofrido um considerável grau de gramaticalização, na medida em que, considerando a perífrase moderna, o valor principal que nela distinguimos é o de permanência num espaço, num tempo, num determinado estado, etc. Esse valor advém-lhe do sentido matricial de “ficar de pé”, por isso não se desprende totalmente da sua etimologia⁶¹.

Deixamos algumas conclusões, que cremos mais relevantes, para o termo desta análise, para assim passarmos ao estudo das formas *andar*, *ir* e *vir* e podermos, no final, estabelecer as ligações necessárias ao bom esclarecimento dos pontos fundamentais desta investigação.

ANDAR, IR e VIR

O verbo *andar* deriva do latim *AMB-TÂRE frequentativo de AMBÎRE (“dar voltas, rodar”), o verbo *ir* provém do verbo latino ÎRE (“deslocar-se de um local para o outro”) e *vir* procede do latim VNÎRE (“movimentar-se em direcção ao sujeito do enunciado”⁶²). Estes são considerados verbos de movi-

⁵⁹ Este facto, por si só, dar-nos-á já indícios do comportamento desta perífrase verbal. Mais adiante, em lugar que considerarmos próprio, volveremos a este assunto.

⁶⁰ Para completar a nossa ideia, usamos as palavras de Alicia YLLERA quando diz: “Seer + gerundio, documentado ya en el *Cid* aunque en minoría frente a *estar*, alcanza un desarrollo relativo en el siglo XIII, apareciendo en las mismas construcciones que *estar* y con idéntico valor. Pero su empleo cae en desuso a finales del siglo XIII o principios del XIV; en este siglo sólo aparecen raros ejemplos en verso, la prosa lo ha abandonado definitivamente”, em ob. cit., p. 50.

⁶¹ Mais adiante, em comparação com as formas *andar* e *ir*, por exemplo, será mais fácil percebermos a distinção.

⁶² Cf. nota 65.

mento e em associação com o *gerúndio* levam a que a perífrase verbal ganhe um sentido durativo. Este conjunto de verbos parece-nos ser mais rico e fecundo para o objectivo do actual estudo, pelo facto de vermos, de antemão, que sofrerão maior grau de gramaticalização do que *estar* e *ser*. Este é, contudo, um aspecto que tem, ainda, de ser analisado, ponderado e demonstrado para depois ser discutido convenientemente.

Das três perífrases verbais com verbos de movimento, as mais comuns são, no português arcaico, aquelas que se formam com os verbos *andar, ir* e *vir*. Dessas três, diz Odette Campos, “[...] as de *ir* ocorrem com mais frequência do que as com *andar* e *vir*, sendo também as mais comuns de todas as construções perifrásticas de *gerúndio* no português arcaico [...]”⁶³.

Agora que vimos as estruturas e os sentidos dos verbos *andar, ir* e *vir*, partamos para uma análise mais pormenorizada das perífrases verbais com cada uma destas formas.

ANDAR + Gerúndio – usos, sentidos e valores

Fixemo-nos no seguinte extracto e analisemos de que modo se comporta a perífrase verbal *andar* + *gerúndio*.

viii) Ja ouvistes em como Taço foy vençudo de Hercolles e como o persseguyo ataa Mo~cayo. Mas, despois [que Hercolles] ally foy, **andou buscando a terra e avysandoa** e semelhoulhe muy boa. E porem pobrou hu~a cidade ao pee do monte Cayo e pobrouha de hu~as gentes que com elle veheram de Grecia; e hu~u~s delles era~ de Tiran e os outros de Anssona e pore~ pos nome aa cidade Tirassona e oje em dia lhe chama~ Taraçona.

CGE capítulo 9/fólio 7c,7d (Séc. XIV)

Vemos como em viii) o complexo verbal se reporta a uma acção na qual se apercebe a ideia de [+ movimento], um dos semas do verbo *andar*. Neste caso, apoiando-nos no contexto anterior ao da frase em apreço, verificamos que, na perífrase “*andar buscando*”, *andar* mantém ainda o seu sentido primário; em associação com *buscar*, permite reforçar, ainda mais, esse mesmo sentido, facultando a imagem mental daquele que, em desespero para encontrar o que busca, se movimenta, dando voltas, de um lado para o outro. Neste caso, *andar* não se apresenta, de todo, gramaticalizado.

⁶³ Vide Odette A. de Souza CAMPOS, ob. cit., p. 33.

ix) Ou é Meliom Garcia queixoso ou nom faz come home de parage encontra duas meninas que trage, contra que[m] nom cata bem nem fremoso: (V5) ca lhas vej'eu trager, bem dêz antano ambas vestidas de mui mao pano, nunca mais feo vi nem mais lixoso. **Andam ant'el chorando** mil vegadas, por muito mal que ham com el levado; (V10) [e] el, come home desmesurado contra elas, que andam mui coitadas, nom cata rem do que catar devia; e poi'las [el] tem sigo noit'e dia, seu mal é tragê-las mal lazeradas.

CEM416/D. Dinis/B 1533 (Séc. XIII/XIV)

Em ix), acima transcrito, podemos entrever já uma outra leitura, pelo facto de, em conformidade com o contexto, não se descreverem duas acções diferentes (“o andar” e “o chorar”), mas sim uma só acção: “andar chorando”. Podemos experimentar a troca de *andar* por *estar*, sem com isso afectar o sentido da frase: *estão ant'el chorando mil vegadas, por muito mal que ham com el levado*; ainda porque a própria preposição *ante* pede, ainda mais, o uso de *estar* do que de *andar*. Este exercício reforça a hipótese da gramaticalização em detrimento do sentido matricial de *andar*. O efeito que se consegue com ambas as perífrases (*andar* e *estar* + *gerúndio*) é o de persistência num determinado estado, no sentido de reforçar o que é substancial, *o choro*.

No fragmento que se segue, ambos os complexos verbais são passíveis de serem entendidos à luz da análise que elaborámos para ix). Temos, por isso, uma vez mais, o verbo *andar* desprovido do seu sema de movimento, não implicando que as estruturas “anda juntando” e “and'el trabalhando” veiculem a ideia, ligada a *andar*, de deslocamento físico, espacial.

x) Pois teu preit'**anda juntando** aquel que é do teu bando, di-me, doutor, como ou quando lhe cuidas fazer enmenda (V5) por quant'**and'el trabalhando** com'aposta ta fazenda. Pois com muitos há baralha por te juntar prol sem falha, di, doutor, si Deus ti valha, (V10) se lhe cuidas dar merenda por quant'el por ti trabalha como apostat'a fazenda.

CEM435/Estêvão da Guarda/B 1308, V913 (Séc. XIII/XIV)

Nos fragmentos xi), xii) e xiii), abaixo reproduzidos, podemos ver como o verbo *andar* atingiu o grau máximo de gramaticalização, dado que nenhum dos seus semas se encontra em actividade nestes trechos.

xi) E todos estes fogos asu~ados se aju~tam asu~adame~te e~no mu~do. Depois que os angios dissero~ esto a aquele sancto home~, teue elle me~tes e vio os demo~es que **andaua~ uoa~do e~ aquellos fogos e fazendo** batalhas contra os sanctos home~e~s.

OE livro 4/capítulo 1/fólio 38v (Séc. XV)

xii) Ca a molher he tal como o pintor, que, asy como o pintor faz muytas pinturas e muytas linhas de collores, bem assy a molher com seus afaagos pinta as ymage~e~s das maas cuydaço~es e~no coração do home~. E jssso meesmo faz o diaboo. Onde Salamo~: Com os afaagos dos seus beiços tira per elle. E, assy como a berbeleta tanto **anda voando** acerca da candea ataa que sse queyma e~ ella, bem assy fazem aquelles que ameude husam a co~panha das molheres.

OE livro 4/capítulo 57/fólio 135r (Séc. XV)

xiii) Depois desto, pescadores que **andauo~ pescando** e~no ryo, acharo~ o seu corpo e trouxero~ no aa egreya de Sam Pedro, e, seendo aly, viro~ todos claram~te hu~as ymage~e~s de sancto[s] que hi estauo~, que lhe faziam reuere~ça e o saudauo~ ho~rradame~te.

OE livro 4/capítulo 36/fólio 99v (Séc. XV)

Se *andar* não tivesse sofrido gramaticalização, estaríamos perante uma situação de incompatibilidade semântica (“andaua~ uoa~do”, “anda voando”, “andauo~ pescando”), de *impossibilia*, pois não é concebível, a não ser no mundo do fantástico, *andar e voar* ao mesmo tempo ou *andar e pescar* ao mesmo tempo. Uma vez mais, no lugar de *andar*, poderia surgir *estar*: *e vio os demo~es que [estavão] uoa~do, E, assy como a berbeleta tanto [está] voando acerca da candea, pescadores que [estavão] pescando e~no ryo*, porque o sentido principal das expressões em questão é aquele que também é passível de ser veiculado por *estar*, o propósito de enfatizar um processo, uma acção no seu desenvolvimento, neste caso, o de “voar” e o de “pescar”, que também já está presente na própria forma de *gerúndio*. Neste caso, o auxiliador serve apenas para reforçar essa ideia, o que, uma vez mais, comprova, a existência de total gramaticalização.

Nos dois últimos excertos que apresentamos para ilustrar a perífrase verbal *andar + gerúndio*, verificamos que *andar* se encontra num elevado grau de gramaticalização, tendo perdido a sua identidade enquanto verbo independente, de sentido pleno.

xiv) E pore~ diz o Ecclesiastico que ao seruo de maa uo~tade co~pre de lhe dare~torme~to e adouas. Ca a carne~ deue seer atorme~tada e pressa, que no~ caya e~ peccado ne~ **ande uaguejando** per maaos desejos e per deleytaço~o~es cuyas, e pore~ diz Sam Paulo: Eu castigo a minha carne~ e torno a e~ seruidom.

OE livro 4/capítulo 11/fólio 54v (Séc. XV)

xv) Quanta sandice he procurar home~ as cousas pera seu herdeyro e negar sy meesmo todallas cousas, porque a grande erança faz e~migo do amigo, ca mais se

alegraria con a tua morte aquelle que mais [ha] dauer. Onde conta Valerio que hu~u~ home~ rrico auya huum filho que continuadamente **andaua cuydando** como mataria seu padre por herdar sua rriqueza e pensaua como o mataria, con ferro ou co~ peçonha ou per outra maneyra.

OE livro 4/capítulo 54/fólio 130v (Séc. XV)

Vejamos, de perto, os exemplos em observação. Em xiv), diz-se que a “carne” não deve andar vagueando por maus desejos; ora, poderíamos fazer uma leitura literal de *andar*, na medida, até, em que ocorre com um outro verbo, *vaguear*, do qual, pelo menos, um sema, coincidirá com o de *andar*: o sema de [+ movimento]. No entanto, a linguagem usada tem um sentido figurado e não se pretende dizer que a “carne” ande, efectivamente, com os seus pés vagueando atrás de maus desejos, mas que há, como nos casos anteriores, um decurso; um prolongar da acção que se pretende reforçar. O mesmo acontece em xv), onde não se espera que, para pensar, o sujeito em causa tenha de andar; tenha de fazer, verdadeiramente, o movimento físico de “dar passos”. No caso em apreço não é o que ocorre; é claramente visível que *andar* terá sofrido completa gramaticalização e que, uma vez mais, serve apenas para reforçar o processo em causa, fortalecendo a ideia de que se trata de uma acção, de facto, muito pensada, que se prolonga durante um determinado período de tempo.

Analizadas as perífrases com *andar* + *gerúndio*, através dos exemplos acima transcritos, e aventadas as hipóteses de leitura e de ocorrência ou não ocorrência de gramaticalização, avançamos para o exame das perífrases com *ir* e *vir* + *gerúndio*.

IR e VIR + Gerúndio – usos, sentidos e valores

Fixemo-nos nos extractos que se seguem e tentemos perceber de que forma procede a perífrase *ir* + *gerúndio*, aquela, como já vimos, cujo uso parece ser o mais recorrente no português arcaico.

xvi) E quanto mais p(er) elle descendia~ q(ua)nto mais pouco (L) via~ p(er) hu avia~ de tornar. E ento~ disse a alma. Senhor (L) que carrei~ra he esta que asy he atorme~tada E o ango disse (L) E esta he a carreira da morte. e **forom descendendo**. e viro~ hu~u valle e~ que estavo~ muitas forjas de ferreyros e (L) ouviro~ muitas vozes e muitos choros.

VS5 fólio 129v (Séc. XIII/XIV)

xvii) Q(ua)ndo esto ouvio Agapito e~tendeo (L) e ssoube cousa tam maravilhosa. ficou mui espantado e **foy correndo** ao abbade e contou-lhe (L) todo como acontecera de Panunção e (L) de sua filha e veo o abbade e deitou-sse em t(e)rra fazendo sseu p(ra)nto e dizia: – ay Eufrosina esposa (L) de Jhesu Cristo e filha dos Santos nenbra-te dos (L) servos de Deos con que serviste a Nosso Ssenhor (L) e nenbra-te deste moesteiro e hora por nos a Nosso (L) Ssenhor Jhesu Cristo que nos faça chegar ao (L) porto de ssaude e aver q(ui)nhom com os sseus (L) santos e mandou o abbade que sse juntassem todos (L) os frayres e ffezessem ssupultura honrradamente (L) aaquel santo corpo assy como co~vi´i´nha (L).

VS6 fólio 49v (Séc. XIII/XIV)

xviii) E, depois que esto ouve feyto, tomou co~sselho com suas gentes e foyssse con suas naves pello mar ataa que chegou ao ryo Bethis, ao que agora chama~ Guadalquivyr, e foy per elle acima ataa que chegou ao logar a que agora chama~ Sevylla. E senpre **hia buscando** a ribeira onde acharia bo~o~ logar pera pobrar em elle hu~a grande cidade e nom achou outro tam bo~o~ como aquelle em que agora Sevylla he pobrada.

CGE capítulo 6/fólio 5a, 5b (Séc. XIV)

xix) E porem pobrou hu~a cidade ao pee do monte Cayo e pobrouha de hu~as gentes que com elle veheram de Grecia; e hu~u~s delles era~ de Tiran e os outros de Anssona e pore~ pos nome aa cidade Tirassona e oje em dia lhe chama~ Taraçona. E, depois que esto e outras muytas cousas ouve feyto, começou de **hyr conquerendo** toda essa terra ataa que chegou a hu~u~ logar que lhe pareceo que era bo~o~ pera pobrar e fez hi hu~a fortelleza e poselhe nome [Ur]gel, que quer dizer em latym apremame~to, por que mais guaanhou elle aquella terra per prema que per amor.

CGE capítulo 9/fólio 7c, 7d (Séc. XIV)

Em xvi), xvii), xviii) e xix), verificamos que *ir* não estará gramaticalizado, na medida em que é perfeitamente visível como o sema que implica “deslocação de um lugar para o outro” está em pleno funcionamento nos exemplos referidos. Nas perifrases verbais em causa, a ideia fundamental é a de “movimento em direcção a”, transmitida pelo verbo auxiliar *ir*; assim, o verbo que, em cada caso, possui a forma de *gerúndio* específica de que modo se faz essa deslocação: “forom descendendo”; “foy correndo”; “hia buscando”, “hyr conquerendo”.

Em xx), xxi), xxii) e xxiii), por sua vez, deparamos com uma situação bem distinta.

xx) E elle leixoulha por lhe criar aquelle moço. E esto com tal condiçom que, quando elle fosse grande, que fezesse delle aquello que lhe ella mandasse. E, depois

que este amor foy posto e o moço **foy crecendo e fazendosse** mancebo, foy muy ligeiro e valente mais que outro homem que se no mundo soubesse.

CGE capítulo 5/fólio 4b (Séc. XIV)

xxi) E esto faziam por duas cousas: a primeira, por que ella era muy boa e muy fremosa e muy filha dalgo; e a segunda, por que era herdeyra do reyno. E ella no~ queria outorgar de casar con ne~ hu~u~ e esteve assy hu~u~ tempo. O padre **hya envelhecendo** e os home~e~s bo~o~s da terra temyansse da sua morte. Pedironlhe que casasse sua filha por tal que, se elle morresse, que no~ ficassem elles sem senhor.

CGE capítulo 11/fólio 8b (Séc. XIV)

xxii) Qual he mayor sandice que a me~te do home~ no~ seer trigosa pera perfeiço~, quando o corpo se uay ya tostemente pera perdiçom, co~ue~ a saber e~na uilhice, e~ que os olhos **ua~a~o perdendo** a uista e as orelhas o ouuido e os cabellos caaem e os dentes mi~gua~ e o coyro se e~uerruga e seca sse e o baffo cheyra mel e o peyto offega e a tosse no~ queda e os geolhos treme~ e os pees e as pernas incha~?

OE livro 4/capítulo 9/fólio 52r (Séc. XV)

xxiii) Os d' Aragom, que soem donear, e [os] Catalães com eles a perfia, leixados som por donas a lidar, **vam-s'acordando** que era folia; (V5) e de bu[r]llas, cuid'eu, ri[i]r-s'end'ia quem lhe dissess'aqueste meu cantar: a dona gaia do bom semelhar, ó amor quicá nõn'os preçaria.

CEM414/Caldeiom/B 1623, V 1157 (Séc. XIII/XIV)

Nestes trechos, o verbo *ir* não apresenta já o sentido de “movimentar-se de um local para outro” que veicula como verbo pleno, mas imprime um carácter, cremos poder afirmá-lo, incoativo às acções expressas em cada exemplo, através dos verbos *crescer* e *fazer*, *envelhecer*, *perder* e *acordar* (*lembrar*), respectivamente. Note-se como a ideia essencial é a de “dar início a uma acção” que se vai desenrolando; através do uso do *gerúndio*, nos verbos que arrolámos, reforça-se, ainda mais, esse sentido de progressão e de evolução. Nestes casos, o verbo *ir*, em nosso entender, encontra-se já totalmente gramaticalizado.

Olhemos, deste modo, mais de perto para as amostras abaixo apresentadas e vejamos que sentidos se mostram e que conclusões poderemos retirar acerca do grau de gramaticalização destas formas.

xxiv) O angio de Deus falou a Sam Philippe apostolo e dise lhe: Leuanta te e uay te contra o meodia aa carreyra que uay de Jherusalem pera Gaza. E el leua~tou se e foy sse a aquella carreyra. E aque hu~u~ castrado, home~ poderoso, que auya de

ueer todallas ryquezas da raynha de Ethiopia, hya per aquelle caminho, ca elle ueera orar a Jherusale~ e tornaua-se pera sua terra em seu carro e **hya leendo** per o liuro da propheta Ysai[a]s. E disse o Spiritu Sancto a Filippe: Achega te e ajunta te ao carro.

OE livro 3/capítulo 4/fólio 19v (Séc. XV)

xxv) E outrossy, porque Plato, perfeyto da cidade de Constantinopla, e Marino, per ma~dado do enperador, emaderom a hu~u~ hymno da Triindade palauras contra a ffe e ho **yam cantando** con seu maa emadime~to pella praça da cidade, ueo subitamente sobre elles nuve~e~s que lançaua~ sobre as cabeças delles cijnza em logo de chu~u~a, e toda a cidade e a prouí~cia foy cuberta.

OE livro 2/capítulo 13/fólio 15r (Séc. XV)

xxvi) Quando o padre esto vio, ma~dou que este terceyro filho que ouuesse o regno pella sua grande prigiça. E este rey he o diaboo que regua sobre todollos filhos da soberua. E o seu primeiro filho he aquelle que esta e~ peccado e~ companhia de maaos, per que se **uay hindo** de mal e~ pior. E, como quer que elle esto uee, mais escolhe de sse queymar co~ fogo de peccado que se partir de maa companhia.

OE livro 4/capítulo 69/fólio 154r (Séc. XV)

Em xxiv), comprovamos que existe uma justaposição de acções, pois, efectivamente, os sujeitos das frases em análise praticam duas acções em simultâneo; este facto poderá ser atestado pelo contexto: “e tornaua-se pera sua terra em seu carro e hya leendo per o liuro da propheta Ysai[a]s”. A acção descrita envolve movimento de um local para outro (“tornaua-se pera sua terra em seu carro”); no entanto, se concebermos que é o carro que se desloca e não o sujeito em si mesmo, ser-nos-á legítimo aventarmos a hipótese de que *ir* já se encontra gramaticalizado; isto é, no seu carro, o sujeito lê o livro do profeta Isaías enquanto viaja. Seria possível, por conseguinte, a permuta da perífrase verbal por uma forma simples sem que isso pese no sentido fundamental da frase: *e tornaua-se pera sua terra em seu carro, leendo per o liuro da propheta Ysai[a]s* ou *e tornaua-se pera sua terra em seu carro e lia per o liuro da propheta Ysai[a]s*. Relativamente a xxv), será lícito apontar que *ir* funciona, ainda, como verbo de sentido pleno, na medida em que pelo contexto da frase em questão podemos, com efeito, perceber um sentido de “deslocamento em direcção a”, através do uso da preposição *por*: “yam cantando con seu maa emadime~to pella praça da cidade”⁶⁴. Examinamos, por fim, o frag-

⁶⁴ Cf. o excerto xxix) com *vir* + *gerúndio*.

mento xxvi) e comprovamos que este é um exemplo bem visível de como *ir* se encontra já inteiramente gramaticalizado. Neste caso, o verbo auxiliar e o verbo principal são exactamente o mesmo (“uay hindo”), por isso o primeiro *ir* não poderá, nesta estrutura, veicular o sentido de “deslocamento físico de um lugar para outro”, ainda porque, se prestarmos atenção, o complexo em análise situa-se dentro de uma contextura mais alargada que é “uay hindo de mal e~ pior”, uma espécie de estrutura cristalizada⁶⁵ que tem em si mesma um sentido próprio que não é o de “movimentação num espaço concreto e palpável”, mas o de um processo que se desenrola, como vimos nalguns exemplos anteriores, progredindo, num crescendo⁶⁶.

Atentemos, de seguida, na perífrase com *vir* + *gerúndio*. Pelo próprio número de excertos seleccionados, facilmente se comprova que se recorre a este tipo de perífrase com menos frequência do que às perífrases com *andar* e com *ir*. Nos primeiros trechos que seleccionámos e que abaixo reproduzimos, podemos verificar que a perífrase *vir* + *gerúndio* será das que sofreu menos gramaticalização. Observemos os exemplos em questão e vejamos a causa desta afirmação.

xxvii) Mas a alma consente a[a] carne e uaa[n] se pello caminho cha~a~o e perigo-
so, e~ que os demo~es, que som ladro~ees, esbulham o home~ de todollos be~e~s
e o lançom e~ morte perdurauel. Assy como aconceceo a hu~u~ homem rico,
husureyro, que, estando e~na ora da morte, **ueeo a elhe o sacerdote amo[e]stando**
o da saude de sua aalma e disse lhe que tres cousas lhe eram necessarias pera sua
saluaço~, s. que se confessasse co~pridame~te e se doesse dos peccados e
pagasse todo o alheo segu~do seu poder.

OE livro 4/capítulo 31/fólio 91r (Séc. XV)

xxviii) E depois passaram a Spanha e primeirame~te arribarom a Bayona de
Gasconha. E ali souberom do spelho que Spam ma~dara poer na torre de Faro em
que viiam as naves que viinham per mar e pensaro~ en como o podessem
quebra~tar e deshy que entraryam aa terra mais sem sospeita. E juntarom sua frota
em Bayona e veherom junto con hu~a rybeira ataa o cabo e aly ficaro~ emcubertos.
E tomaro~ duas naves e cobriro~nas de rama e **veeronssse chegando**.

CGE capítulo 49 /fólio 18d (Séc. XIV)

⁶⁵ Vide observação sobre sintema *supra*.

⁶⁶ Esta expressão encontra-se cristalizada ainda na actualidade. Veja-se, por exemplo, Guilherme Augusto SIMÕES, *Dicionário de Expressões Populares*, Lisboa, Dom Quixote, 1993, p. 375.

xxix) E, estando elle aa mea nocte chorando ante o loguar de Sam Pedro em oraçom, veo hu~a luz do ceo que toda a egreya alomeou, e~ guisa que as candeas e as lampadas no~ luziam nehu~a cousa, e com aquella claridade conpanha de sanctos, que **uiinham cantando** muy doceme~te, e elle ficou muy espantado.

OE livro 2/capítulo 11/fólio 13v (Séc. XV)

xxx) Qve~ quer q(ue) aia deffenso~ subre algu~a demanda que lli faz seu (con)tendor, se a defensyo~ remata o preyto todo como se fosse p(re)yto que auya co~ seu (con)tendor q(ue) nu~nq(ua) lhy demandasse rre~ aaquel q(ue) o dema~da ou de paga q(ue) aya feyta daquel au(er) q(ue) lhy **ue~ dema~da~do** en iuyzo ou d(e) tempo q(ue) a` gaada a cousa q(ue) lhy demande~ ou out(ra) cousa semellauil, atal deffe~so~ possa parar ante sy p(er) q(ue) se deffenda an(te) q(ue) o juyzo seya fijdo.

FR livro 2/título 10/fólio 97r (Séc. XIII, 1280?)

Nestes três casos, *vir* mantém o seu sentido matricial de “deslocar-se de lá para cá”. Em xxvii), o “sacerdote” deslocou-se de onde estava em direcção a “ele”, admoestando-o⁶⁷; em xxviii), pelo próprio contexto, onde anteriormente surge já o verbo *vir* (“e veherom junto con hu~a rybeira ataa o cabo e aly ficaro~ emcubertos. E tomaro~ duas naves e cobriro~nas de rama e veeronsse chegando”), confirma-se, novamente, o sentido pleno de *vir*, estando activado o sema de “aproximação”; em xxix), sucede, precisamente, o mesmo que acabámos de descrever em relação a xxviii), ainda mais corroborado pelo contexto (“conpanha de sanctos”), fazendo lembrar uma marcha processional. Cremos, todavia, que no último fragmento, xxx), *vir* + *gerúndio* apresenta algum grau de gramaticalização, pelo facto de, naquele contexto, não implicar o movimento físico de “aproximação a” na orientação “de lá para cá”, mas simplesmente de marcar uma continuidade na acção, uma atitude de reforço dessa acção, no intuito de assinalar o arrastamento dessa mesma acção num qualquer período temporal.

Arroladas e analisadas as perífrases verbais com *estar, ser, andar, ir* e *vir* + *gerúndio* em textos antigos, vejamos, seguidamente, de que forma se comportam estas mesmas estruturas num texto do século XX.

⁶⁷ Entendemos este exemplo como sendo uma perífrase verbal com *vir* + *gerúndio*. Temos, no entanto, que referir que também ponderámos tratar-se apenas de dois verbos independentes para duas acções distintas; vejamos: *o sacerdote veio a ele e admoestou-o*; esta hipótese seria possível sem se perder o sentido.

Algumas perífrases verbais com gerúndio numa obra do século XX – usos, sentidos e valores

No intuito de averiguar de que modo se comportam, no português moderno, as perífrases verbais com *gerúndio* de que temos vindo a ocupar-nos, decidimos incluir no nosso estudo alguns fragmentos de um texto do século XX⁶⁸. Vamos, de forma breve, observar e analisar as formas que encontrámos e considerámos convenientes para o nosso propósito. Vejamos, em primeiro lugar, a perífrase *estar + gerúndio*:

xxx1) [...] querer ser a primeira, é certo que imediatamente atrairia os olhares de quem passa ou se mostra na rua, mas esse gosto tão depressa vem, logo é perdido porque, ao abrir-se a janela da casa em frente e nela aparecendo dama que por ser vizinha é rival, desviam-se os olhares de quem **me estiver contemplando**, ciúme que não suporta, tanto mais que ela é mesquinhamente feia e eu divinamente bela, ela tem a boca grande e a minha é um botão [...]

MC/p. 144 (Séc. XX)

Notemos que, tal como nos exemplos de séculos anteriores, a perífrase de *estar + gerúndio*, no troço acima transcrito, veicula um sentido de permanência num estado, o da contemplação. E não esqueçamos que o próprio acto de contemplar poderá evocar a imagem que também o sentido primitivo de *estar* chama a si, o sentido de “ficar de pé”. Mesmo que esta leitura possa parecer abusiva, cremos que, também, neste e no caso que se segue, *estar* não se encontra totalmente desapegado do seu sentido matricial, não podendo, por isso, afirmar-se que *estar* sofreu total gramaticalização. Se existir um grau de gramaticalização, esse será muito pequeno em comparação com as restantes formas verbais em apreço.

⁶⁸ Não é relevante, para o nosso propósito, a escolha entre um texto do século XX ou um texto do nosso século, o XXI, dado que este último é ainda muito incipiente e qualquer exemplo que se escolhesse não poderia dizer-se verdadeiramente do século XXI, mas, ainda, do século XX. Sabemos, perfeitamente, que a evolução da língua não se faz em períodos tão breves de tempo. Deste modo, mesmo um romance dado à luz em 2004, não poderia, do ponto de vista linguístico, ser considerado um exemplo da língua do século XXI. Esta problemática é, também, premente no que respeita a textos de séculos anteriores. O título do artigo de Célia Maria Moraes de CASTILHO, “Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintácticas duplicadas em textos portugueses do séc. XV” – publicado em Rosa Virgínia Mattos e SILVA (Org.), *Para a história do português brasileiro*, Vol. II (Primeiros estudos), Tomo I, São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2001, p. 57-89 – poderá ser denotador daquilo que afirmamos.

Nos trechos abaixo transcritos, temos a perífrase *ir + gerúndio* que transmite um sentido de movimento veiculado pela semântica do próprio verbo que é reforçado com o gerúndio do verbo principal.

xxxii) [...] são levados para fora numa carroça de rodas baixas puxada a seis cavalos, como só para gente real ou de grande título se usa, o que, se não prova a realeza e a dignidade dos touros, **está mostrando** quanto eles são pesados, digam-no os cavalos, aliás bonitos e luzidamente aparelhados, encabuzados de veludo carmesim lavrado, com as mantas franjadas de prata falsa, assim como as cabeçadas e cobertas de pescoço, e **lá vai o touro crivado de flechas, esburacado de lançadas, arrastando** pelo chão as tripas, os homens em delírio apalpm as mulheres delirantes, e elas esfregam-se por eles sem disfarce [...].

MC/p. 94 (Séc. XX)

xxxiii) Cada branco vale meio preto, agora arranjam-se para conseguir entrar no paraíso, por isso é que, um dia, as praias deste jardim, por acaso à beira-mar plantado, estarão cheias de postulantes a enegrecer os costados, ideia que hoje faria rir, alguns nem à praia irão, deixam-se ficar em casa e untam-se com untos vários, e quando saem não os reconhece o vizinho, Que faz aqui este cabra, essa é a grande dificuldade das irmandades de cor, por enquanto **vão saindo** estas, é o que se pode arranjar [...].

MC/p. 147 (Séc. XX)

xxxiv) Desceram Scarlatti e Bartolomeu de Gusmão ao Terreiro do Paço, aí se separaram, o músico foi inventar músicas pela cidade enquanto não eram horas de começar o ensaio na capela real, o padre recolheu a casa, à sua varanda onde se via o Tejo, na outra margem as terras baixas do Barreiro, as colinas de Almada e do Pragal, por aí fora, até, já invisível, à Cabeça Seca do Bugio, que dia luminoso, quando Deus andou a criar o mundo não disse Fiat, se assim fosse teria ficado o mundo todo por igual, uma palavra e basta, mas **foi andando e fazendo** [...].

MC/p. 159 (Séc. XX)

xxxv) Do outro lado do convento, num rebaixo que dava para a encosta, é que eram as ruínas. Havia paredes altas, abóbadas, recantos que se adivinhava serem de celas, bom lugar para passar a noite ao abrigo do frio e das feras. Blimunda, ainda receosa, entrou no breu profundo das abóbadas, apalpou o caminho com as mãos e os pés, temendo cair em algum buraco. Aos poucos, **os olhos foram-se habituando ao negrume**, depois a claridade difusa do espaço recortou os vãos das frestas, assinalando as paredes.

MC/p. 338 (Séc. XX)

No caso dos excertos que apresentamos, *ir* mantém o seu valor primeiro, o de “deslocamento em direcção a”, implicando movimento físico que é re-

forçado, ainda mais, pelo significado dos verbos *arrastar*, *sair*, *andar* e *fazer*. Não podemos, deste modo, afirmar que *ir* se apresenta gramaticalizado nos exemplos xxxii), xxxiii) e xxxiv). No entanto, se observarmos o trecho xxxv), perceberemos que o uso do verbo *ir* convoca já um sentido gramaticalizado e não um sentido enraizado na etimologia da forma verbal em causa. O contexto ajuda ao esclarecimento desse valor, na medida em que “os olhos”, sujeito da frase em causa, não podem caminhar, deslocar-se sozinhos sem o resto do corpo, por isso é possível, ao autor, usar metaforicamente a perífrase como o faz neste trecho: “Aos poucos, os olhos foram-se habituando ao negrume”. O verbo *ir* perdeu o seu sema “deslocar-se de um lugar para outro” para, no conjunto verbal, expressar um valor de progressão, de crescendo relativamente a um estado.

Olhemos, agora, para o fragmento que se segue onde surge a perífrase *andar* + *gerúndio* e vejamos como *andar* não se apresentará totalmente gramaticalizado.

xxxvi) Já **andam os lavradores lavrando**, vão para o campo mesmo debaixo de chuva, a leiva cresce da terra húmida como saem as crianças lá donde vêm, e, não sabendo gritar como elas, suspira ao sentir-se rasgada pelo ferro, e deita-se de lado, luzidia, oferecendo-se à água que continua a cair, agora muito devagar, quase poalha impalpável, para que não se perca a forma do alqueive, terra encrespada para o concheço da seara.

MC/p. 68 (Séc. XX)

Se pensarmos que para lavrarem a terra os lavradores terão de se movimentar, podendo deslocar-se às voltas no campo, conseguimos vislumbrar, ainda, o sentido matricial de *andar*. Não obstante, podemos também entender este “andar” não como um “movimentar-se, caminhando, dando passos”, mas, com o mesmo sentido que víamos aquando da análise das perífrases com *andar* + *gerúndio* nos textos mais antigos, por exemplo, em ix), onde observámos que as acções implicadas não se desdobravam em dois actos distintos. O mesmo sucede nesta situação: não se trata de “andar e de lavar”, mas de “andar lavrando” ou, poderíamos dizer, de *estar lavrando*. Assim, na perífrase em estudo, o verbo *andar* apresentará um grau de gramaticalização que não é ainda completo, mas que poderá desenvolver-se nessa direcção.

Foquemos, de imediato, os troços que recolhemos, onde surge o complexo verbal com *vir* + *gerúndio*.

xxxvii) Equilibrada a contagem, desinteressa-se Deus dos funerais, por isso em Mafra foi só um anjinho a enterrar, como a tantos outros sucede, mal se dá pelo

acontecimento, mas em Lisboa não podia ser assim, foi outra pompa, saiu o infante da sua câmara, metido no caixãozinho que os conselheiros de Estado levavam, acompanhado de toda a nobreza, e ia também el-rei, mais os irmãos, e se ia el-rei seria por dor de pai, mas principalmente por ser o falecido menino primogénito e herdeiro do trono, são as obrigações do protocolo, **vieram descendo** até ao pátio da capela, todos de chapéu na cabeça, e quando o caixão foi colocado nas andas que o haviam de transportar, descobriu-se el-rei e pai, e, tendo-se descoberto e coberto outra vez, voltou para o paço, são as desumanidades do protocolo.

MC/p. 101 (Séc. XX)

xxxviii) Quase trinta metros de altura será a queda, e dela morrerá, e esta Inês Antónia, por ora tão orgulhosa do favor de que goza o seu homem, tornar-se-á numa viúva triste, ansiosa se lhe cairá agora o filho, pobre. Diz mais Álvaro se mudarão os noviços para duas casas já construídas por cima da cozinha, e, a propósito desta informação, lembrou Baltasar que, estando os rebocos ainda tão húmidos e correndo tão fria a estação, não iriam faltar doenças aos frades, e Álvaro Diogo respondeu que já havia braseiros ardendo noite e dia dentro das celas acabadas, mas que, mesmo assim, a humidade escorria pelas paredes, E as estátuas dos santos, Baltasar, deram muito trabalho a trazer, Nem por isso, o pior foi carregar, depois, com jeito e força, mais a paciência dos bois, **viemos andando**.

MC/p. 322 (Séc. XX)

Em ambos os casos, *vir* ostenta, no conjunto verbal, o seu sentido primeiro, de “movimentar-se em direcção ao sujeito do enunciado”. Em xxxvii), toda a descrição que envolve a acção de “vieram descendo” aponta para esse sentido de *vir*. Recorremos ao mesmo argumento que usámos atrás neste estudo, aquando da análise dos excertos xvi), xvii), xviii) e xix), relativos a textos de fases pretéritas da língua portuguesa, com perífrase verbal com *ir* + *gerúndio*. Neste caso, cremos, também, que no composto verbal em causa o valor essencial é aquele que é intrínseco a *vir* (“movimento em direcção ao sujeito da enunciação”⁶⁹), verbo auxiliar de *descer* e *andar*, os quais envergam a for-

⁶⁹ Não o havíamos referido, ainda, mas parece-nos a propósito a observação de que será, com efeito, relevante, para a distinção dos sentidos de *ir* e de *vir*, a existência de um ponto de referência, de uma perspectiva. Esse ponto de referência, cuja perspectiva é sumamente pertinente, é um sujeito enunciator, ponto fulcral para essa diferenciação, pois só assim é possível perceber verdadeiramente o sentido de *ir* e o sentido de *vir*, na medida em que ambos implicam “movimento de um determinado local para outro”. A disjunção de sentidos é feita, precisamente, partindo desse sujeito enunciator: *ir* implica movimento a partir desse ponto de referência, afastando-se dele, e *vir* envolve movimento para esse ponto de referência, aproximando-se dele. Fazemos este reparo, pelo facto de, mormente, nos excertos que apresentamos para a perífrase com *vir* + *gerúndio*, termos de partir do princípio que existe esse sujeito enunciator que, factual ou ficticiamente, serve, com efeito, de ponto de referência, desenrolando-se a acção em função dele.

ma de *gerúndio*, especificando o modo como se activa esse valor de *vir*: “vieram descendo”; “viemos andando”. O contexto, mais uma vez, serve de argumento para a leitura proposta, dado que alguns dos seus constituintes apontam, efectivamente, para a leitura prima de *vir*: no excerto xxxvii), o verbo *sair* em “saiu o infante da sua câmara”; o verbo *levar* e *ir* em “levavam, acompanhado de toda a nobreza, e ia também el-rei” e o verbo *transportar* em “o caixão foi colocado nas andas que o haviam de transportar” e, no extracto xxxviii), o verbo *trazer* em “E as estátuas dos santos, Baltasar, deram muito trabalho a trazer”. Note-se como neste último caso o verbo *trazer* consolida, ainda mais, o nosso raciocínio relativamente ao que atrás afirmámos acerca de *vir* e de *ir*. Tal como *vir* se poderá parafrasear como “movimento em direcção ao sujeito do enunciado”, também *trazer* se poderá explanar deste modo, em oposição, por exemplo, a *levar* que melhor se coadunará com a paráfrase que apresentámos para o verbo *ir*.

~~~~~

Chegamos ao cabo deste breve estudo ao longo do qual tentámos fazer um percurso através das chamadas perífrases verbais com *gerúndio*. Dentro das possibilidades existentes, escolhemos os verbos *estar*, *ser*, *andar*, *ir* e *vir* por nos terem parecido, de antemão, aqueles que ocorreriam com maior frequência, facto que se confirmou com o desenrolar das nossas leituras e da nossa investigação. Deste modo, atentemos nos aspectos que cremos de importância evidenciar, à guisa de conclusão. No que concerne à perífrase verbal com *estar* + *gerúndio*, importa ressaltar que esta terá, desde muito cedo<sup>70</sup>, adquirido o valor que ainda hoje lhe reconhecemos, que nos parece ser, em grande parte dos casos, um valor de permanência em que a acção descrita é apresentada no seu desenvolvimento, numa determinada extensão de tempo ou no seu decorrer em simultâneo com outra acção<sup>71</sup>. Em nosso entender, o verbo *estar*, na maioria dos contextos, ter-se-á, também precocemente, despegado do seu sentido primitivo de “ficar de pé”, ou seja, muito precocemente se terá gramaticalizado. A perífrase com *ser* + *gerúndio* apresentará, genericamente,

<sup>70</sup> Segundo Alicia YLLERA “[...] la perífrasis [*estar* + *gerundio*] se constituye plenamente en la prosa del XIII, momento en el que surgen o se consolidan sus empleos hoy más frecuentes [...]”. *Vide* ob. cit., p. 47.

<sup>71</sup> *Vide* esquema na p. 14 do nosso estudo.

usos aproximados aos usos de *estar* + *gerúndio*, também desde muito cedo<sup>72</sup>, prolongando-se essa proximidade até aos nossos dias; o que facilmente se comprova se tivermos em consideração os usos sincrónicos que fazemos de *ser* e *estar* nas diversas construções onde estes podem aparecer como auxiliares. Por vezes, porém, parece-nos difícil distinguir qualquer cambiante de sentido nos usos sincrónicos destas duas formas. Aventamos a hipótese de, na perífrase *ser* + *gerúndio*, *ser* não ter sofrido gramaticalização ou pelo menos não a ter sofrido em elevado grau. Isso explicará, em parte, o facto de, pelo que fomos verificando ao longo da nossa pesquisa e até pelos escassos exemplos que conseguimos reunir, o complexo verbal *ser* + *gerúndio* não ter sido muito usado e, por esse motivo, ter sido, desde cedo, destronado pelo composto *estar* + *gerúndio* que abria as portas a um maior leque de sentidos, na medida em que terá sofrido um maior grau de gramaticalização<sup>73</sup>.

No respeitante à perífrase verbal com *andar* + *gerúndio*, em confronto com os compostos *ir* e *vir* + *gerúndio*, parece-nos ser aquela que, depois de ter sofrido gramaticalização<sup>74</sup>, terá sido mais usada e, sincronicamente, o seu uso continua a ser talvez o mais recorrente. Foi-nos permitido verificar, embora, admitimo-lo, a nossa amostra seja pequena, que *andar* terá sido muito usado com verbos de movimento ou em contextos que veiculem essa ideia; lem-

<sup>72</sup> Alicia YLLERA, referindo-se ao verbo *ser*, diz: “En el siglo XIII se dibuja ya el empleo análogo al de *estar* en la lengua moderna como ocurría también en el caso de este auxiliar. Alterna en un gran número de construcciones con *estar*”. Cf. ob. cit., p. 48.

<sup>73</sup> Socorremo-nos, novamente, das palavras de YLLERA: “Seer + gerundio, documentado ya en el *Cid* aunque en minoría frente a *estar*, alcanza un desarrollo relativo en el siglo XIII, apareciendo en las mismas construcciones que *estar* y con idéntico valor. Pero su empleo cae en desuso a finales del siglo XIII o principios del XIV; en este siglo sólo aparecen raros ejemplos en verso, la prosa lo ha abandonado definitivamente”. Tomamos esta última observação para reforçar que na literatura, em prosa ou em verso, quando se pretende um efeito estético diferente e até, atrevemo-nos a afirmá-lo, arcaizante, se recorre ao uso de *ser* em detrimento de *estar*. Vejamos os exemplos que se seguem: “E a outra sacudiu o seu (facho) sobre as duas cidades, e súbito no lugar, onde elas foram, estavam dois montões de ruínas” (A. Herculano); “Todas as terradas que eram no ancoradoiro” (Filinto Elísio); “Fiel ao que prometo, num instante, qual voa o pensamento, aqui de volta *serei*, trazendo à mão as tuas naves” (Porto Alegre); “Tomou um trote e *sendo* sobre a atalaia do Barroso viu que levavam grande dianteira” (A. Garrett); “Muito há que eu devera *ser* cá, não é assim?”; “Pelo seu conto enfim de pérfidas promessas...! amanhã lá *serei* no prazo dado” (F. Castilho); “Ia que nam sabiam o novo amor que só consigo tem respeito, e assi se foram përa Almina por *serem* presentes em seu parto” (J. Ferreira de Vasconcelos), entre outros. Confrontem-se os exemplos apresentados em António de Morais SILVA, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, [Lisboa], Editorial Confluência, 10ª ed., 1949, vol. X, p. 92.

<sup>74</sup> Segundo R. SPAULDING não existem ocorrências verdadeiramente perífrásticas de *andar* + *gerúndio* até ao século XIV. *Apud* Alicia YLLERA, ob. cit., p. 82.

bremos os seguintes exemplos: “andou buscando”; “anda juntando”; “and’el trabalhando”; “andaua~ uoa~do”; “andauo~ pesca~do”; “ande vaguejando”<sup>75</sup>. Pudemos, ainda, perceber que *andar* poderá, em muitos contextos, ser substituído por *estar* em situação perifrástica, sem que isso afecte o sentido fundamental dos enunciados. Substituamos, como prova, nos exemplos acima transcritos, o verbo *andar* pelo verbo *estar*: *esteve buscando*; *está juntando*; *está ele trabalhando*; *estavam voando*; *estavam pescando*; *esteja vagueando*. É possível que, num ou noutra contexto, se verifique uma leve diferença na tonalidade do sentido, por exemplo, no *carácter actualizador* que *estar* possui, na medida em que evoca “o aqui e o agora” que não é possível com *andar*. Este emite uma ideia de arrastamento da acção, a qual pode vir-se desenrolando já desde um passado mais ou menos distante ou prolongar-se até um ponto indeterminado no futuro. No entanto, reforçamo-lo, esses matizes não afectam o sentido de forma essencial. Actualmente, na perífrase com *andar* + *gerúndio*, o verbo *andar* encontra-se altamente gramaticalizado e serão já raros os contextos onde poderemos encontrá-lo, em composto verbal, com o seu sentido efectivo de “deslocar-se”.

Relativamente a *ir* + *gerúndio* diz Menéndez Pidal<sup>76</sup>:

“*Ir* + gerundio está documentado en la baja latinidad y es la perífrasis común a un mayor número de lenguas románicas occidentales. Es la más empleada en los textos primitivos, especialmente en la épica y mester de clerecía. Desde el *Cid* aparece en diversos giros con un valor más general que el de movimiento orientado hacia un lugar, “andar, haber, existir.”

Pudemos aferir, efectivamente, ao longo da pesquisa que viemos fazendo, que existe um maior recurso às perífrases com *ir* + *gerúndio*. Porém, parece-nos que o seu uso será, por vezes, meramente enfático e não aduzirá um valor essencial ao enunciado, dado que, à semelhança de *andar*, ocorre, frequentemente, com verbos de movimento: “forom descendendo”; “foi correndo”; “hia buscando”; “hyr conquerendo”<sup>77</sup>. Vejamos como seria possível substituir a perífrase verbal pela forma simples: *desceram*; *correu*; *buscava*; *conquistar*<sup>78</sup>. Note-se que o sentido que se perde com esta substituição não é o de movimento, mas o de “continuidade”, “duração”, “progressão” que é conferido ao verbo

<sup>75</sup> Vide exemplos inclusos nos excertos da secção II a) do presente estudo.

<sup>76</sup> *Apud* Alicia YLLERA, ob. cit., p. 57.

<sup>77</sup> Vide exemplos inclusos nos excertos da secção II b) deste estudo.

<sup>78</sup> Para um melhor entendimento, integrem-se as expressões no seu contexto original. Cf. secção II b) deste estudo.

principal pelo *gerúndio*, o que prova que, nestes casos, é possível, com efeito, que *ir* surja de forma pleonástica. No entanto, *ir* poderá ocorrer já de forma metafórica, o que indicará um processo de gramaticalização, na medida em que o seu significado próprio está totalmente ausente: “foy crescendo”; “hya envelhecendo”; “vam-s’ acordando”; “hya lendo”; “yam cantando”<sup>79</sup>. No composto *ir* + *gerúndio*, o verbo *ir*, hodiernamente, apresenta-se quase sempre gramaticalizado, à excepção de quando ocorre com verbos de movimento em que adquire um papel redundante do ponto de vista da informação útil a transmitir pelo conjunto.

Quanto ao conjunto verbal *vir* + *gerúndio*, pudemos perceber, inclusivamente, pelos exemplos que recolhemos, que será, por contraste com as perífrases com *andar* e *ir* + *gerúndio*, aquela a que mais raramente se recorrerá, pelo menos quando *vir* mantém na perífrase o seu significado profundo de “deslocamento no espaço físico em direcção a um sujeito enunciador”. Acreditamos que *vir* se terá gramaticalizado muito cedo, pelo facto de, mais do que um “movimento no espaço físico”, o verbo *vir* aduzir à perífrase verbal um sentido de progressão temporal, mais do que física e espacial; observe-se: “ue~dema~da~do” em “aaquel q(ue) o dema~da ou de paga q(ue) aya feyta daquel au(er) q(ue) lhy **ue~ dema~da~do** en iuyzo ou d(e) tempo q(ue) a’ gaada a cousa q(ue) lhy demande~ ou out(ra) cousa semellauil”<sup>80</sup>. Contudo, cremos que, nos nosso dias, o uso de *vir* + *gerúndio* se distribuirá quase equilibradamente pelo sentido associado ao significado de *vir*, enquanto verbo pleno, implicando “deslocamento e aproximação no espaço físico” e pelo sentido metafórico que implica “progressão e aproximação no tempo”.

Havendo caminhado, consideravelmente, por entre as linhas e as entrelinhas de alguns textos do passado, situados entre os séculos XIII e XVI, e passando por uma obra do século XX, deixamos para trás aqueles sentidos e valores que conseguimos retirar dos usos das perífrases *estar, ser, andar, ir* e *vir* + *gerúndio*<sup>81</sup>, numa investigação que consideramos o tubo-de-ensaio de uma pesquisa que merecerá um maior desenvolvimento e maturação, na crença de que seria objecto de um estudo muito desafiante o levantamento e a posterior comparação das *perífrases verbais com gerúndio* com as *perífrases verbais com preposição (a) + infinitivo*.

<sup>79</sup> Vide exemplos incluídos nos excertos da secção II b) deste estudo.

<sup>80</sup> *Idem*.

<sup>81</sup> Através dos exemplos que escolhemos e partindo de toda a reflexão que fomos urdindo ao longo deste estudo, podemos comprovar a lentidão com que ocorrem muitos processos evolutivos e a presença, em determinada fase, de usos sucessivos, isto é, a memória da língua.



AFINAL, QUEM É A MULHER DE VERDADE?  
– UM ESTUDO LEXICAL, ANTES DO MAIS

Maria Emília Barcellos da Silva  
UFRJ/UERJ

A tradição ocidental judaico-cristã instaurou o mito da dependência feminina em relação ao ser masculino com a narrativa da criação da mulher, a partir de uma costela de Adão, fato que erigiu os contornos de uma sociedade estatuída em bases patriarcais, fortalecidas pelo banimento da contestadora Lilith, figura capaz de esculpir um comportamento diferente daquele arbitrado como compatível com o “sexo frágil”, “segundo sexo”, “sexo submisso” e outros que-tais.

A óptica pela qual cada cultura vê as suas mulheres varia em função dos fatores e das condições civilizatórias que suscitam e modelam condutas e atitudes dos seus planejadores e construtores. Em todas as sociedades, em todos os tempos, a humanidade elaborou uma divisão biológica do trabalho muitas vezes ligada, remota ou proximamente, às diferenças originais que orientam primariamente os indivíduos. É indiscutível que a cultura, a um só tempo, molda e limita os seres que a determinam, autorizando o que será pensado e sentido pelos copartícipes grupais. No entanto, mesmo as diferenças físicas e sociais – marcantes e marcadas – são vistas e ponderadas diversamente pelas várias culturas: o que é considerada conduta feminina por uma pode ser havida como masculina por outra: exemplo disso é o fato de, na ocidental, à guisa de proteção, a mulher preceder o homem nos deslocamentos; na oriental e na sociedade silvícola, é ele quem vai à frente, concebendo o seu protecionismo por outros entendimentos; em certas comunidades rurais, especialmente as dos habitantes do chaco paraguaio, o resguardo pós-parto, por exemplo, é prerrogativa do pai da criança, enquanto a mãe não interrompe a sua lida, seja na lavoura seja na casa, além do tempo necessária para dar à luz o seu filho.

A sociedade ocidental rotulou determinadas atitudes como ou masculinas ou femininas, segundo o seguinte quadro de especificações elaborado a partir de depoimentos colhidos em pesquisa realizada durante o segundo semestre de 97 e o primeiro de 98, com cariocas adultos, de ambos os sexos, escolaridade mínima de segundo grau:

| <i>características masculinas</i>                                                                                                            | <i>característica femininas</i>                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| agressividade<br>autoridade<br>decisão<br>vigor<br>razão<br>independência<br>raciocínio analítico<br>profundidade reflexiva<br>discernimento | doçura<br>submissão<br>timidez<br>sensibilidade<br>emoção<br>dependência<br>ilogicidade<br>superficialidade<br>intuição |

Considerada a atualidade da recolha dos dados, observa-se que as atitudes arroladas decorrem de visadas bastante ultrapassadas que tentam explicar o mundo como, de há muito, se convencionou ser ele estabelecido, sem atentar para a falta de ressonância com o que se verifica cotidianamente: são mantidos e, cobrados de uns e de outros – ao sabor da conveniência –, os rótulos que não mais correspondem à realidade dos indivíduos construtores, por igual, da realidade que os acolhe.

Alguns informantes do sexo masculino, de mais de 50 anos, declararam-se saudosos do tempo em que à mulher cabiam três elocuições bastantes e suficientes para justificarem o seu estar-no-mundo:

*“shiit, galinha; cala a boca, criança e sim senhor, meu marido”.*

A experiência e a observação dos fatos reiteram que a Natureza cria seres masculinos e femininos, e os valores culturais recortam a espécie em homens e mulheres, buscando, com isso, administrar, senão minimizar, a ação destas, praticamente, definido-a como “deficientes sociais”.

Cabe aqui fazer a distinção necessária entre “gênero” e “sexo”: “gênero” é um produto social aprendido – daí a dicotomia “homem/ mulher”; “sexo” é o equipamento biológico sexual – daí a dicotomia “macho/ fêmea”. A respeito desses entendimentos, manifestam-se estudiosos de várias áreas do saber, entre eles, Simone de Beauvoir, que declara “nascemos macho e fêmea e tornamos homem e mulher”. Decorre dessa reflexão que, sendo esse um comportamento aprendido, ele pode ser modificado segundo os ditames das circunstâncias: tem-se uma Margareth Thatcher (realizando tarefas até então confiadas a ho-

mens) e tem-se um Barishnikov (maravilhando o mundo com leveza, graça e ritmo sem prejuízo maior do seu compromisso com a masculinidade).

A Educação, não a realizada em prol da repetição pura e simples do consabido, mas a calcada em procedimentos reflexivos e criativos, seria a única estratégia capaz de forjar o penhor dessa igualdade – fora dela só se pode esperar o acirramento da miopia das gentes quando se trata de visualizar e praticar o discurso das identidades e das semelhanças.

Sendo a língua inalienável do nicho social em que ela se desenvolve, pela análise dos usos lingüísticos que dela faz a comunidade que a pratica, chega-se à apreensão das características desse mesmo grupo de falantes. Em que pese aos avanços políticos e científicos registados na história da humanidade, a desigualdade dos papéis masculino e feminino ainda é colhida do aparato lingüístico empregado pelos informantes, como a seguir se descreverá. O *corpus* que sustenta este estudo foi eliciado, especialmente, do léxico carioca, encaixando expressões ocorrentes quer na oralidade espontânea, quer na escrita. Assim sendo, centra-se o trabalho em dois focos principais – o das regras gramaticais e o dos itens lexicais analisados consoante a teoria e a terminologia cunhadas por Pottier.

A onipresença masculina, fortalecida tanto na administração familiar quanto fora dela, é reiterada e consagrada na estrutura gramatical da língua pelo uso do masculino como forma de gênero não-marcado, tomado, pois, como base do sistema: o feminino é, geralmente, descrito como variação morfológica do masculino. A ascensão de mulheres a cargos e funções, antes só confiadas e desempenhadas por homens, de quando em vez sacode estruturas sociais e gramaticais estabelecidas para rotular e expressar as novidades funcionais; vai daí que o léxico se expande na condição de inventário aberto a ser preenchido pelas novidades das práticas humanas – ministro, presidente, senador e, até mesmo, professor adjunto clamam por novas acomodações expressivas para dar conta dos entes que deixam o abrigo – nem sempre cômodo – dos emaranhados do lar para se expor às agruras de estruturar a sua cidadania. Esse percurso traçado do recôndito do lar para o lado externo à vida familiar é bem descrito no excerto da poeta gaúcha Suzana Vargas:

*“não me confino às curvas da cozinha;  
deixei as cascas dos tomates e  
aprendi a me cortar sozinha.”*

Ainda nos limites da Morfossintaxe, é alardeado, entre outras prescrições, que o feminino seja indicado pela desinência {a} em oposição à {zero} do

masculino; por outro lado, quando se faz necessária a concordância nominal, o gênero e o número do nome regram a escolha a ser operada. No entanto, se estão envolvidos nomes masculinos e femininos reza no discurso normativo que os elementos adjetivais sejam empregados no masculino, desconsiderando o número de entes femininos envolvidos na elocução.

Dentre as classes e subclasses gramaticais que corroboram o intento de esmaecer a figura feminina também nas formas de expressão, assomam os pronomes: por ora tratar-se-á especialmente dos indefinidos referentes à pessoa – *ninguém, alguém, outrem*, que não apresentam marca específica de gênero, quando presentes nos jogos de concordância, recebem o tratamento dispensado ao masculino. Por outro lado, quando a forma feminina comparece em estruturas que envolvam indefinidos, ela se refere não ao indefinido mas à pessoa a quem esses pronomes se ligam: “*ninguém é culpado*”// “*e a bruxa perguntou quem é mais bela do que eu?*”. Portanto, quando o gênero gramatical não é determinado nem conhecido, a opção é pela forma masculina, a guindada ao *status* de representante da espécie.

No mesmo rumo de raciocínio, atuam os pronomes pessoais retos, em que o emprego de *eles* recobre *ele + ela*; esse procedimento não se restringe ao português: uma análise comparativa comprovaria ser esse um universal lingüístico, como universal é a assunção da mulher como ser aparentemente destinado à subalternidade na escala das gentes.

Quando os gêneros concorrem numa mesma estrutura e se estiver a operar com adjetivos pospostos, eles são empregados no masculino plural, embora seja tolerada a concordância com o gênero do nome mais próximo, acionando-se, para tanto, a ingerência atrativa.

Relacionam-se e agrupam-se, a seguir, dados colhidos dos inquiridos e que respondem a questões do tipo “*comprove a predominância do masculino a partir de expressões usadas em diferentes graus de formalidade*”:

- |                                                                                                                   |                                                                                                                |                                                                                              |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| I. irmãos<br>reis<br>alunos<br>homem                                                                              | II. a) o homem é mortal<br>b) o homem foi à Lua<br>c) o homem descobriu o rádio<br>d) o homem inventou o rádio | III. o homem de Neanderthal<br>o homem de Java<br>o homem de Pequim<br>o homem do Pacoval    |
| IV. doutor/ doutora<br>ator/ atriz<br>poeta/poetisa<br>ministro/ ministra<br>embaixador/ embaixatriz/ embaixadora | ministro/ ministra<br>cozinheiro/ cozinheira<br>costureiro/ costureira                                         | IV. diplomata<br>monarquista<br>político<br>morador<br>professor adjunto<br>professor doutor |

Em I, ratifica-se o predomínio masculino sobre referências femininas ao se listarem lexias que sintetizam gêneros diferentes, quando se designam membros de uma classe.

Em II a), o termo “homem” equivale à “humanidade”; no entanto, em II b) tal generalidade cede espaço ao específico, ao particular, pelo teor histórico da afirmação. Em II c), a lexia volta a recobrir os dois gêneros, posto que é reconhecida a parceria de uma mulher nesse processo específico de “descobrir”; em II d), também é o verbo, associado ao conhecimento histórico, que faz o termo “homem” investir-se do sentido específico: se, nos enunciados arrolados, fosse substituído o vocábulo “homem” por “mulher” – diferentemente do que acontece – estar-se-ia alijando o ser masculino da descrição, pois a definição “*qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta maior grau de complexidade evolutiva*” predica “homem” no seu aspecto essencial; em consequência disso, para expressar algo básico, o falante vê-se obrigado a operar a lexia “homem”. Em enunciados desse teor, cabe, portanto, ao arcabouço semêmico dos verbos empregados, o alargamento ou a restrição significativa do termo *homem*.

Em III, apesar da óbvia e necessária existência de mulheres entre os indivíduos pré-históricos, não se contemplam expressões paralelas cujo núcleo ostente a palavra “mulher”. Em enunciados que envolvam expressões do tipo

- |                        |                          |
|------------------------|--------------------------|
| a 1) origem do homem   | b 1) origem da mulher    |
| a 2) evolução do homem | b 2) evolução da mulher, |

a informação percorrerá caminhos diversos: certamente, nas elocuições listadas em b 1) e b 2), acabar-se-á chegando à famosa “costela adâmica”, pedra-de-toque do discurso de submissão feminino em relação ao homem-masculino.

Em IV, demonstra-se o uso genérico do masculino verberado na denominação das profissões. Ainda que dispondo dos instrumentos lingüísticos geradores de feminino, certos nomes de profissões mantêm-se na forma masculina mesmo quando se tratar de mulheres – e mais: quando marcados pela flexão de feminino, reforçada pelo acréscimo sufixal ao radical em causa, em pleno processo de derivação; quando derivado, o termo assume traços de desprestígio, como é o caso de “poetisa” que, assim empregado, aponta mais para um capricho do que para um dom. Em cargo altamente prestigiado, como o de “ministro”, a aceitação da forma feminina é conquista recente; ainda assim, as mulheres que ocuparam esse cargo, em nível internacional (Indira Gandhi, Golda Meyr, Margareth Thatcher) são preferentemente referidas no masculino. O caso

de “embaixador” é bastante significativo: a forma “embaixatriz” aponta para uma clara dependência do ser feminino, enquanto “embaixadora” revela a ascensão da mulher, em *status* diverso do até então atribuído à mulher. Em profissões relacionadas a serviços domésticos, a maior frequência é de nomes femininos que, quando reportados na forma masculina, denotam maior prestígio (cozinheira/ cozinheiro; costureiro/ costureira).

Em V, listam-se termos que, ao serem definidos no dicionário, são sempre relacionados a seres masculinos, à guisa de generalização, independente do sexo de quem viabilizar o exercício funcional subjacente ao termo: respectivamente, “*diplomata* – funcionário pertencente ao quadro de serviço diplomático...”; “*monarquia* – Estado sob o governo de um monarca”; “*político* – aquele que trata ou se ocupa da política”; “*morador* – aquele que mora”. Na Constituição brasileira ou na regulamentação da vida universitária, todos os cargos são arrolados no masculino – presidente, senador, deputado, professor adjunto, professor doutor. como já se declarou anteriormente. Por extensão, é oportuno anotar que também a nomenclatura religiosa expressa a supremacia masculina, desde o “*em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*”: são masculinos tanto o Pai, quanto o Filho e o Espírito Santo. Para tormento das almas aflitas, que clamam por igualdade, Deus e o Diabo, passando pela falange de todos os anjos, arcanjos, querubins, zéfiros, serafins, tronos, também são masculinos; cabe apontar que a forma *anja*, em contrapartida, não participa do acervo vocabular sacramentado pelos dicionários da língua portuguesa, *deusa* paga o preço do profano e *diaba* só é empregado para emprego muito(íssimo) informal.

A preferência pelo masculino é inconteste na expressividade dos falantes, ainda que não se possa ignorar que os homens-masculinos foram os que mais produziram coisas para as sociedades. Essa predominância é de tal ordem que os meninos crescem ouvindo termos que os referendam favoravelmente, enquanto as meninas têm de aprender que, em alguns contextos, são homens e que chamar um homem de “mulher(zinha)” é uma das formas mais seguras de ofendê-lo seja qual for a sua inserção nas sendas da masculinidade, especialmente daquelas que concernem à “macheza” e as suas circunstâncias.

Os dicionários – esses prestigiados registros dos usos sociais, as verdadeiras e reverenciadas memórias da sociedade – atestam o tratamento diferenciado com que se qualificam as mulheres: um breve levantamento do que está arrolado na entrada “mulher” revela os preconceitos vigentes na sociedade ao se opor a designação de um ser masculino a um feminino. Tomando por base enunciados do tipo

*homem público // mulher pública*  
 homem honesto // mulher honesta,

depreende-se que os adjetivos ligados ao substantivo “*homem*” não implicam condutas sexuais como acontece quando se elidem ao núcleo “*mulher*”; o caso de “*honesto*” referindo-se à mulher motivou a acepção 4 do verbete no Aurélio: “*casto, puro, virtuoso*”, bem distante de “*íntegro, probo, reto*” com que se qualifica o nome masculino. Para resgatar a honorabilidade feminina, parece suficiente elidi-la a um nome masculino, do tipo “*a mulher de César*”, (“a que tinha de ser e parecer honesta” – não por ela ou por sua escolha, mas pela contigüidade e convivência com o Imperador). Se ligada ao substantivo “*mulher*”, toda a expressão adjetiva carrega-se de traços pejorativos, como se constata em

|                        |                                                                                                |                         |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| mulher à toa           | mulher da zona                                                                                 |                         |
| mulher da comédia      | mulher de amor                                                                                 | <i>mulher do piolho</i> |
| mulher dama            | mulher de má nota                                                                              | mulher fatal            |
| mulher da ponta da rua | mulher do fado                                                                                 | mulher perdida          |
| mulher da rótula       | mulher do mundo                                                                                | mulher pública          |
| mulher da rua          | mulher do pala aberto                                                                          | mulher vadia            |
| mulher da vida         | (à exceção de “mulher do piolho”, todas as lexias ora arroladas são perífrases de “meretriz”). |                         |

Bem mais poderia ser dito sobre a mulher numa sociedade em que o julgamento prévio dos indivíduos começa pelas suas características sexuais. Buscou-se, por ora, demonstrar que, na boca do povo, ao expressar a sua visão-de-mundo, o falante declara que, embora perceba a mulher como membro necessário de uma sociedade, ele a opõe à classe de “ser humano” – essa desigualdade básica foi reiterada não só pelas escolhas léxicas com que são designados os entes femininos, como também pelo instigante câmbio de significados que circunscrevem o estar-no-mundo quando o referente é “mulher”. Das expressões citadas no *Aurélio* nucleadas em torno da palavra “homem”, 100% apresentam semas positivos; das que têm “mulher” por foco, cerca de 92% referem-se à atividade sexual e portam conotações negativas. Enquanto a lexia “*homem*” ou se refere à humanidade no seu todo ou ao ser masculino unicamente, “*mulher*” restringe-se sistematicamente ao ente feminino e, quase sempre, deprecia o ser a que designa, apelando, por isso, não raro, a recursos eufêmicos.

As próprias instituições que estabelecem as condutas desejáveis e esperadas dos pares sociais, as quais, quando banalizadas na fala popular, configuraram a amplitude da diversidade de tratamento dispensado ao homem e à mulher, explicitada pela seguinte regra:

*“um homem com muitas mulheres – poligamia;  
uma mulher com muitos homens – poliandria;  
um homem com uma só mulher – monotonia”.*

A dependência da mulher, estabelecida e cobrada por uma sociedade construída em moldes masculinos, é um aprendizado longo e continuado: desde a infância, os meninos são educados para “serem homens”; as meninas para “serem mocinhas/moças, nunca para “serem mulheres” (o que incorreria numa conotação depreciativa). Nessa conjuntura, tanto se fabrica a feminilidade como a masculinidade, a virilidade, a macheza.

As constatações até aqui propostas não se esgotam nas reflexões de cunho sociológico, antropológico ou mesmo religioso com que se tece este texto até este ponto; tais assertivas podem ser sonorizadas e ritmadas pelas e nas criações da MPB.

Com base num *corpus* estruturado por 12 músicas selecionadas do cancionário nacional, compostas no período entre 1940/ 1980, tituladas com nome de mulher, tal como se expõe no QUADRO 1, dá-se conta das visadas de mundo e dos estatutos organizadores das hierarquias vivenciais e vivenciadas que plenificam a aventura vital.

### QUADRO 1

| <b>CORPUS</b> | n° de lexias | <b>CORPUS</b> | n° de lexias | <b>CORPUS</b>   | n° de lexias |
|---------------|--------------|---------------|--------------|-----------------|--------------|
| 1-Amélia      | 95           | 5-M.Betânia   | 127          | 9-Conceição     | 66           |
| 2-Emília      | 73           | 6-Dindi       | 122          | 10-Maria        | 129          |
| 3-Aurora      | 42           | 7-Helena      | 63           | 11-Tieta*       | 100          |
| 4-Marina      | 84           | 8-Laura       | 89           | 12-Maria-Maria* | 113          |

(\* obras não quantificadas nos quadros 2 e 3).

Para prestar contas ao compromisso lingüístico – em verdade, o tracejador da circunstância que ora se trabalham – distribuíram-se as lexias textuais dos discursos musicais em categorias morfossintáticas, apresentando tais itens,

segundo a frequência absoluta ditada pela relação com a totalidade de cada canção. (Q 2).

**QUADRO 2**

| CLASSES GRAMATICAIS | OCORRÊNCIA Média |
|---------------------|------------------|
| S.CONCRETO          | 23,6             |
| S.ABSTRATO          | 4,2              |
| ADJETIVO            | 3,0              |
| VBO.                | 21,4             |
| ADVÉRBIOS           | 7,7              |
| PR.PESSOAL          | 8,2              |
| PRONOME             | 9,3              |
| CONJUNÇÃO           | 4,8              |
| PREPOSIÇÃO          | 9,7              |
| ARTIGO              | 5,3              |
| INTERJEIÇÃO         | 2,5              |
| EXPLETIVO           | 0,3              |

(Valores absolutos dos itens lexicais distribuídos por classe gramatical e por composição selecionada)

O QUADRO 3 apresenta o *rang* das escolhas morfosintáticas, com os percentuais das médias das frequências absolutas, avaliadas em cada classe considerada.

**QUADRO 3**

| RANG      | Nº 01 | Nº 02 | Nº 03 | Nº 04 | Nº 05 | Nº 06 | Nº 07 | Nº08  | Nº09  | Nº10  | Total |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1-s.conc  | 21,70 | 17,80 | 22,22 | 13,09 | 19,68 | 18,85 | 15,87 | 40,44 | 13,63 | 21,70 | 20,49 |
| 2-verbo   | 17,05 | 24,65 | 8,88  | 23,80 | 19,68 | 22,95 | 25,39 | 8,98  | 31,81 | 17,05 | 20,02 |
| 3-pron    | 12,40 | 6,84  | 0     | 11,90 | 11,81 | 9,83  | 7,93  | 6,47  | 12,12 | 12,40 | 9,17  |
| 4-prep    | 18,60 | 12,32 | 8,88  | 7,14  | 13,38 | 5,73  | 6,34  | 0     | 0     | 18,60 | 9,09  |
| 5-p.pes   | 7,75  | 10,95 | 6,66  | 19,04 | 9,44  | 10,65 | 7,93  | 0     | 7,57  | 7,57  | 8,75  |
| 6-adv     | 6,97  | 12,32 | 4,44  | 10,71 | 8,66  | 9,01  | 9,52  | 2,24  | 13,63 | 6,97  | 8,44  |
| 7-art     | 3,10  | 4,10  | 4,44  | 1,19  | 3,93  | 5,73  | 8,51  | 22,40 | 4,54  | 3,10  | 6,10  |
| 8-conj    | 3,87  | 5,47  | 8,88  | 4,76  | 3,93  | 7,37  | 4,76  | 2,24  | 10,60 | 3,87  | 5,57  |
| 9-interj  | 0,77  | 1,36  | 26,66 | 0     | 0     | 2,45  | 1,58  | 4,49  | 3,03  | 0,77  | 4,11  |
| 10-adj.   | 3,87  | 2,73  | 0     | 0     | 8,66  | 4,09  | 6,34  | 10,11 | 1,15  | 3,87  | 4,08  |
| 11-explet | 0     | 0     | 3,00  | 3,57  | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0     | 0,35  |

(Rang das classes gramaticais distribuídas em percentuais e pelo *corpus* selecionado).

As hipóteses de natureza extralingüística foram suscitadas pela seleção de núcleos preenchidos por nomes marcados pelo feminino.

As composições selecionadas permitiram retratar o imaginário nacional que se sustenta, mais claramente, nas classes média e baixa – e mais veladamente na classe alta – uma concepção de modelo feminino que, surpreendentemente pouco mudou nesse quase meio século de corte temporal proposto.

As criações aqui referidas deram conta da constante disputa entre o desejo e a interdição que não se desfez nem se atenuou quando posta na pena de um Vinicius de Moraes ou de um Chico Buarque, haja vista, respectivamente, as composições **“Minha namorada”** e **“Geni e o Zepelin”**: na primeira, para **“ser a amada”** do poeta, ele exigia o cumprimento de um decálogo comportamental que ia desde o que deveria ser pensado até o modo como a mulher deveria falar para poder ocupar bem mais uma função do que um estado relacional de base afetiva; na segunda, a personagem, **“cujo corpo era dos errantes, dos cegos e dos retirantes e de quem não tinha mais nada”** e, por isso, era discriminada por todos, foi alvo da insistência dos cidadãos modelares que, **“em romaria pela cidade e pelo bispo de olhos vermelhos”**, suplicavam para que Geni satisfizesse os desejos do alienígena; não obstante, cumprida a missão de serenar os ímpetos do guerreiro, volta ela a ser escoraçada pelos moradores por força da mesma conduta com a qual salvara a cidade, conduta essa que transita do moral para o imoral conforme a necessidade dos privilegiados, dos **“donos da verdade”**.

Pelo que está dito nas letras selecionadas, à mulher coube por acordo – com o qual ela mesma, por vezes, pactua – papéis situados, sem maiores discussões, em pólos opostos de uma mesma linha de comportamental: num extremo, instala-se como a mãe provedora, santa (tão mais santa quanto mais distante no tempo e no espaço); avançando o ponto de observação nesse mesmo **continuum**, encontra-se a companheira, a cúmplice, mais raramente a **partner** sexual, depois a transgressora do **consuetudo** – esta numa vizinhança bastante contígua à **“pecadora”**, fonte de todo o mal do homem e, por extensão, da perversão do mundo.

Na voz do que se concebeu como música popular brasileira distribuída por nada menos do que quatro décadas, a figura da mulher é freqüentemente louvada pela doação total de si mesma e pela anulação que faz de todas as suas competências, principalmente, se forem aquelas que capacitam a realização de um indivíduo mentalmente bem dotado: tão mais louvados quanto mais desistirem de tudo em prol do outro, seja ele filho, marido, irmão, chefe ou grupo familiar.

Observando-se o quadro 2, depreende-se

a) a predominância dos substantivos concretos ante as demais subclasses, despontando a relevância emprestada ao campo físico em que a mulher se desloca em detrimento da mínima abstração que a ela possa ser relacionada;

b) a surpreendente cotação mínima dos adjetivos na escolha vocabular, significativamente relacionados a dotes femininos predominantemente físicos (“**morena, linda, igual, sincera**”); comparecem em número inferior aos atribuídos aos homens-personagens e, então, referem-se a estados d’alma (“**tristonho, cansado, desesperado, estranho, ceguinho, juntinho, coitadinho, pobre**”) e a coisas (“**refrigerado, bom, grande, defeito**”); não raro a casa predicativa é ocupada pelo substantivo “**mulher**”, que transita da condição de substantivo para a de adjetivo, qualificando nada mais nada menos do que o indefinido não-marcado “**aquilo**” ou o substantivo “**coisa**”: “**aquilo sim é que era mulher**”/“**você é a coisa mais linda**”;

c) o lugar ocupado pelos predicados verbais, nominais ou verbos-nominais (**rang 2**) em que pese à presença do verbo “ser”. Quando se ligam a sujeitos de núcleo marcado pelo feminino, os predicados, em sua maioria, circunscrevem-se aos limites e às intimidades do lar (**lavar, cozinhar, fazer-me carinho**); quando referendam atitudes intelectivas, as ações complementam-se com objetos cujo núcleo se insere na área do prosaico e do vulgar (“**pensar em luxo e riqueza, não saber o que é consciência, sonhar com que o morro não tem, fazer exigências, achar bonito não ter o que comer**”); as ações indicativas de posse sempre visam a itens da área do consumo, e as que podem apontar ascensão social implicam que esta é sempre obtida pelo concurso direto do homem (“**tudo que você vê você quer/ teria um lindo apartamento com porteiro e elevador, teria madame antes do nome/você não arranjava outro igual**”); os verbos que denotam afeto, sistematicamente, apresentam a mulher como sujeito ativo e, no máximo, é-lhe concedido o espaço da casa sintática reservada aos objetos – na sua maioria “objetos diretos”, o que preconiza uma possível apassivação (“**deixa que eu te adore/ o bem que eu te quero**”);

d) a predominância dos advérbios de tempo e de lugar, e o de negação dissemina-se praticamente em todos os elementos constituintes do *corpus*;

e) a supremacia do emprego de pronomes possessivos, sendo os de primeira pessoa os preponderantes; quando ligados a pronome de primeira pessoa, esta sempre se refere ao homem-personagem;

f) coerentemente ao item e), os pronomes pessoais retos e oblíquos são expressivamente de primeira pessoa, muito embora o título das composições permitisse uma expectativa de ocorrência da segunda pessoa;

g) das conjunções, a mais presente é a aditiva “e”, o que garante a seqüencialidade do discurso poético;

h) o **rang** 4 ocupado pelas preposições, de certa forma, deve-se à alta incidência de frases nominais, principalmente em decorrência da contribuição das composições “Emília” e “Maria Bethânia”, que, reconhecidamente, destorceram a quantificação;

i) a classe dos artigos preencheu fracamente o **rang** 7, apesar de outros estudos, como os do Professor Antônio Geraldo da Cunha (da “Casa de Rui Barbosa”) apontarem o artigo “a” como o item e maior incidência na Língua Portuguesa;

j) as interjeições – aqui consideradas à parte em virtude da natureza marcadamente emocional do **corpus** selecionado – surpreendentemente superaram os substantivos abstratos em quantificação, ainda que se reconheça o peso da contribuição interjectiva ocorrente em “Aurora”;

l) os elementos expletivos foram palidamente representados neste levantamento, ocupando o último **rang** na cotação geral.

Com base nos demonstrativos elaborados e aqui explorados, afirma-se que, apesar dos esforços em prol da igualdade que marcam os nossos dias, a mulher ainda tem uma longa estrada a percorrer para se livrar dos grilhões que lhe foram impostos por milênios de servidão e mitificação de tabus, em especial os referentes ao seu poder decisório e a sua sexualidade. Também se pode cogitar que, quando rompe as fronteiras que lhes são consentidas, a mulher se revela, via de regra, uma pessoa que dificilmente disfarça a sua revolta atávica, tornando-se árida de afeto: distancia-se definitivamente – ou quase – das oportunidades de gozo da sua sensualidade e cerceia vigorosamente o seu erotismo. Tais constatações possibilitam cogitar que a “mulher de verdade” assim o seria por se tornar intangível às carícias de um par, avessa aos devaneios e desprendimentos só justificáveis pelos holocaustos que só o desvelo amoroso compensa e proporciona, na medida em que acena com paraísos impensados. No caso específico do arquétipo “Amélia”, que, de certa forma, instiga esta reflexão sobre o ideário feminino, reitera-se o fato de que ela nunca é presentificada mas só referida no pretérito (“**era, passava, gostava, sabia**”); cabe perguntar se ela não se terá liberado ou libertado em vão, uma vez que pouco se pode esperar de alguém cujo padrão comportamental é marcado pela conformidade; faz-se legítimo pensar que ela apenas deva ter “mudado de dono”.

A “Amélia” da canção é hiperbólica apesar de cotidiana; consegue ser nem rainha nem escrava, e a sua maior virtude inscreve-se num possível ma-

soquismo, cuja exacerbação tem por lema “**achar bonito não ter o que comer**” e conseguir “**alegrar-se**” com a fome que lhe bate à porta; no entanto cabe questionar-se a que tipo de fome Amélia se submete e qual teria sido a carência que a levou a “desertar”: fome de quê? quanto terá ela resistido à carência física tão convenientemente louvada pelo companheiro simplista? qual terá sido a “gota d’água” para que ela se evadisse? quanto teria pesado para a sua saturação o conceito exarado pelo amante no que se refere, por exemplo, ao que seja “**ter consciência?**” Onde estariam traçadas as fronteiras familiares de “Amélia-lembrança”? E mais, onde estaria ela agora, heroína ausente e santificada, já que o tempo presente do amante é preenchido pela “substituta” que se inscreve no grupo das que suprem as suas carências com a exploração desmedida e compulsiva do trabalho do companheiro? Se Amélia é a “mulher de verdade”, por oposição, a sua sucessora é, então, a “mulher de mentira”, mas é esta que está viva e presente, satisfazendo-se no exercício de teúda-emanteúda do lacrimoso parceiro, na medida em que “**tudo que vê (ela) quer**”: se a consagrada “**mulher de verdade**” não preenche as exigências do *ego-hic-et-nunc* com que se estabelece uma ação presente, tem-se de sucumbir ao fato de que o ideal de mulher, para se sustentar, tem de acionar uma inversão no eixo verdade-mentira. E mais: se Amélia confessadamente não “**tinha nenhuma vaidade**” (do latim, *vanitas*, de *vanus*”, “vazio”) era também – e por isso mesmo – um ser incompleto, longe, portanto, da perfeição acalentada pelo discurso masculino.

A radicalização dos papéis femininos expressados pelos dados em tela dá conta da fantasia que relata a luta sem guarida entre o desejo físico e o constrangimento socialmente definido das mulheres que parece se dividirem contraditoriamente ao se realizarem de acordo com os seus próprios desígnios, sem pré-julgamento do que é conveniente ou permitido, sem, por se autodeterminarem, ter de ocupar irreversivelmente ou o nicho do lar ou o reduto do prostíbulo – não se esquecendo que, redoma ou lupanar, esses espaços resultam da mensuração masculina. Em “Tieta”, por exemplo, em que se poderia suspeitar de uma aparente ruptura dos padrões conservadores (uma vez que dela parece advirem as decisões de “**vir com calor, sem pudor, p’ra tirar nosso juízo**”, rompendo-se assim o estatuto preestabelecido pelo qual não cabe à mulher a iniciativa nem da escolha da parceria nem do jogo amoroso), a uma leitura mais atenta, revela-se, em verdade, que a personagem feminina nada mais faz do que atender ao chamado masculino, circunscrevendo-se, desse modo, num dos pólos da linha de desempenho consentido já aludido.

Com base no levantamento lexicográfico, morfossintático e semântico propiciado pelos *data* do *corpus*, pode-se apontar que o contraponto da ação

sistematicamente atribuída à mulher inventada, a partir do ideário coletivo, explicita-se em “Maria-Maria”, posto que a personagem se instaura sem submissão a parâmetros outros que não os concernentes ao ser humano, sem limitações traçadas pelo enquadramento biológico: “Maria-Maria” se define a partir dela mesma, pela força do que propõe, denuncia, sustenta. Os adjetivos a ela atribuídos são funcionais – são substantivos, abstratos em sua totalidade, os que ocupam a casa predicativa: Maria é **“dom, magia, força, som, cor, suor, dose mais forte/mais lenta”**; os verbos nocionais em que ela atua como sujeito visam aos princípios fundamentais da vida: **“merece viver e amar, ri quando deve chorar, agüenta, tem raça, tem gana, mistura dor e alegria”**. Em “Maria-Maria”, louva-se o ente construtor do seu espaço as suas próprias custas, o que conquistou, com seu esforço, o direito de preenchê-lo como bem entender, livre dos estereótipos sociais. “Maria-Maria” atua como o ato inaugural de uma nova visão especular do papel reservado às mulheres na sociedade moderna.

Pelo exposto e comprovado pelos dados coligidos, tanto as amélias quanto as suas contrapartidas obscurecem o verdadeiro ser-mulher e revelam os recônditos dos processos psíquicos que limitam a trajetória das criaturas que, sufocadas pelo desejo e pela ânsia de saciar a sua fome quer física quer anímica, acabam impedidas de contemplar e de partilhar o incomparável espetáculo da Vida.

Bem mais poderia ser dito – reitera-se – sobre a mulher que, quando posta na boca do povo, revela o pensamento de uma cultura, os seus condicionamentos, estereótipos, a moral imposta, a desigualdade dos papéis masculinos e femininos, enfim a duplicidade de valores – social e sexual – com que se escreve e direciona a história das gentes.

Por fim, à guisa de conclusão, declara-se que, apesar dos avanços realizados na arte de conviver, as mulheres, “ensinadas” desde a mais tenra infância, parece estarem fadadas, por mais algumas gerações, a beijar sapos para depois engoli-los transmutados em príncipes (não obrigatoriamente nessa ordem), tal como se pode depreender da quadrinha declamada, sem culpa e com muito dengo, por uma informante da pesquisa, 18 anos, moradora da zona sul do Rio de Janeiro:

*Os homens são uns diabos,  
não mulher que o negue,  
mas todas estão à espera  
de um diabo que as carregue.*

## Referências bibliográficas

- BIDERMAN, M.T.C. A ciência da lexicografia. *Alfa: Revista de Linguística*. São Paulo, v. 28, supl. P.1-26, 1984.
- CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Helena Parente. *Mulheres inventadas*; leitura psicanalítica de textos na voz masculina. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002.
- KOOGAN, Houaiss. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. Rio de Janeiro, Edições Delta, 1997.
- LAKOFF, Robin. Language and woman's place. *Language in Society*, 2(1): 45-80, Apr. 1973.
- PAIVA, Vera. *Evas, Marias, Liliths...*as voltas do feminino. Distrito Federal, Editora Brasiliense, 1990.
- QUINTAS, Fátima. *A mulher e a família no final do século XX*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massangana, 2000.
- SICUTERI, Roberto. *Lilith; a lua negra*. São Paulo, Editora Paz e Terra S/A, 1987.
- VILELA, Mário. *Dicionário do Português básico*. Porto: Edições ASA, 1991.
- YAGUELLO, Marina. *Les mots et les femmes*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, doc. 75, 1992.



# A SAUDADE NA LÍNGUA PORTUGUESA

Nelly Carvalho  
UFPE

## Introdução Histórico-filosófica

São três as realidades básicas da pessoa humana: tempo, distância e companhia, enquanto constitutivos da existência, que abrangem também os elementos estruturais da vida. Não há saudade sem tempo; porquanto os elementos lembrança e desejo, ainda que os sentidos, como um presente, têm que estar sempre referidos ao passado e ao futuro, respectivamente. Lembrar uma pessoa ou uma situação é constituí-la outra vez presente, conviver de novo com ela, atualizar algo já passado; é situar-se num agora em relação a um antes. Por outro lado, desejar retomar a posse de um bem, quer ele seja novo ou já vivido anteriormente, é situar-se numa relação de tempo. Desta vez já não é a um antes, mas sim a um depois. Trata-se de fazer o futuro presente; de possuir por antecipação. Em ambos os movimentos está subjacente o elemento tempo – o que significa, repetimos, que não há saudade atemporal.

O mesmo acontece quanto ao elemento espaço: o elemento distância. Ninguém sente saudade de um bem que possui junto de si. Tem que interpor-se um distanciamento, ainda que seja psicológico. Embora numa transposição imaginativa, a condição de deslocamento do objeto da saudade, supõe a situação de ausência, supõe essa oscilação entre **o aqui e o ali** de que falava Ortega.

A saudade é, pois um sentimento que implica relação de alteridade. Não sempre necessariamente entre duas pessoas; mas em condições tais que sempre uma delas se encontrará carente da companhia de um bem com a outra relacionado.

## 1- O espaço luso-galego da saudade

Se todos os países de origem céltica podem ser considerados espaço privilegiado da saudade, importa analisar, dentro desse espaço, o caso particular

de Portugal e Galiza. Pergunta-se até que ponto é válido continuar a afirmar-se ser a saudade um sentimento peculiar de luso-galegos, traço de união entre ambas as gentes, e marca interior que individualiza, não só dentro da universalidade dos povos, mas, inclusive, dentro da grande família em que estão inseridos. O problema não se põe, evidentemente, em termos de exclusividade do sentimento: em maior ou menor grau, ele é de todos, e muito particularmente das gentes de raiz céltica. Põe-se, sim, em termos de encontrar justificativas para a peculiar incidência e maior manifestação de sentimentos saudosos nesta região do extremo noroeste da Europa.

Insistem os autores em que um dos elementos determinantes da peculiar saudade luso-galega estará na sua condição de povos da **finisterra**.

Dada a sua singular configuração geográfica, é de crer que a fixação céltica se terá dado de modo mais profundo nestas regiões litorâneas. Aquele impulso criador de espaços na direção do ocidente terá ficado como que travado pelo mar. O sonho da Atlântida, que a modo de impulso milenário, empurrou estas gentes para o oceano, teria morrido frente ao infinito inexpugnável. Teria havido ao longo da costa uma fixação étnica forçada, por se terem estes povos encontrado no fim da terra, sem possibilidade de darem vazio ao impulso criador que os atraía até ali. Com a barreira do mar, ficará sepultado o seu destino de nomadismo, mas terá nascido o desejo do impossível, a sede do indefinido, do não realizado e não conhecido. Terá nascido aquele jeito nostálgico de cambiantes indefiníveis a que se chamou: saudade: a saudade vem-nos de termos permanecido durante séculos e séculos em frente ao mar do qual não conhecíamos o outro extremo, e que devia, forçosamente apresentar à imaginação o aspecto de remate do universo. Não é impunemente que se é ou da planura ou duma geografia de extremo.

Tal condição não tem conteúdo apenas topográfico de posição terrestre saliente, de extremo. Revestem-se também as finisterras de sentido humano e étnico por serem as metas onde vão quebrar as migrações dos povos, sítios em que se entranham os arcaicos resíduos das raças autóctones empurradas, e de novos bárbaros protegidos pelo desarrumo do litoral e das linhas orográficas terminais. Este inconformismo perante a impossibilidade da ultrapassagem física pode derivar ou em tristeza e passividade ou em estímulo criador. No caso concreto luso-galego gerou a secular abertura para as emigrações e navegações marítimas. A consciência da finisterra abriu-lhes a porta para a nostalgia, a qual pelo seu caráter de ânsia espacial, transcendeu a melancolia passiva.

Foi ela que forneceu a coragem para superar todas as missões históricas de desenraizamento. A consciência coletiva de acorretamento geográfico agrava essa peculiar forma de tristeza a que podemos chamar: a saudade dos longes.

## **2-Palavras e sentimento**

Cada povo tem as suas palavras com que expressa os próprios sentimentos. Mas estes sentimentos adquirem, até certo ponto, conotações diferentes, consoantes as palavras que a eles se referem. Trata-se, afinal, de uma natural decorrência do conhecer humano. A atividade do pensar está indissociada dos conceitos; e estes, das palavras que os suportam. Um é a forma do outro; alterando-se o elemento formal, altera-se o conteúdo de que é forma.

Daqui decorre um problema clássico: o da real intraduzibilidade das palavras. Do mesmo modo que não existem traduções perfeitamente equivalentes dum idioma para o outro. Não basta conhecerem-se mecanicamente os vocábulos em nível de dicionário. Para que se traslade toda a ressonância de uma língua, tem que haver aquela permeação interior, que não é resultado de aprendizagem, mas de vida.

É um problema amplo que se põe e que abarca questões de sociolingüística. Se uma língua não é um frio sistema de rotulações com correspondência nas outras – o que se poderia esperar de uma simples nomenclatura –, é fácil prever a sua total falência quando se pretende decifrar ou traduzir o mundo ideal ou sentimental de um povo. Pode, quando muito, ver-se mitigado o seu desvirtuamento nos campos da práxis comercial ou da mera informação objetiva; nunca, porém, em se tratando de significar vivências interiores e estados psíquicos originais”.

## **3-Palavra e tradução: Portugal e Galícia**

Saudade não é Soledad não é homesickness, não é morriña nem regret; Saudade é diferente de nostalgia, de Sehnsucht, de Heimweh, de desiderium, de spleen, de mal du pays. A dor romena, a hiraeth dos celtas do País de Gales, a asturiana señardad, ou a enyorança catalã, exprimem estados psíquicos de clara conotação saudosa, mas não são a saudade.

Saudade inclui um pouco de tudo o que os referidos vocábulos sentimentais significam, e algo mais. É uma palavra-síntese, uma condensação de estados de alma. Nela estão implícitos os sentimentos de solidão física e espiritual, o desejo do amor ausente, a ânsia do impossível, o sentimento de ausência da terra, um certo instinto de morte, a melancolia da paisagem e o desejo de Deus. Ela é, ao mesmo tempo, misto antinômico de alegria e dor, força de ensimesmamento e de criatividade, sentimento que atinge o homem na concretude histórica e na radicalidade do ser..

Poderíamos ainda ajuntar um terceiro elemento que, a modo de condicionamento extrínseco, pode concorrer para a exacerbação saudosa: a emigração

Se saudade é insatisfação consciente, o homem busca na terra a possibilidade de reencontrar a plenitude. Busca fundir-se no todo material, ao encontro da radicalidade positiva. Não contempla a paisagem; sente-a panteisticamente como um todo impreciso e conciliador. Fundir-se nessa harmonia física, mais do que experiência estética é, possibilitar o reencontro com o bem perdido e desejado. Daí o sentimento peculiaríssimo da “morriña” – pequena morte –, porventura o sentimento mais genuinamente saudoso entre os galegos.

Pela “morriña” realiza-se uma espécie de “ritual místico”: a alma aspira a morrer na terra e fundir-se nela, para garantir a posse da mesma, no tempo. Tal forma de apego telúrico e inconsciente leva o galego a sentir saudades da sua terra mesmo quando nela vive. É que, em última análise, criou-se entre ambos uma relação que transcende o campo psicológico. Entra-se no metafísico. A terra é a contemplação do homem, a sua ultrapassagem. E porque é impossível a fusão absoluta, agrava-se a experiência da finitude: nasce a saudade.

Quanto à saudade portuguesa, ela decorre sobretudo, de uma vivência espacial diferente: o espaço dinâmico, aberto, criador. Foi sem dúvida, a dimensão autêntica que reforçou esta peculiar forma de sentir. Aquele instinto atávico de nomadismo celta – que no galego se consubstanciou, por transferência, num certo instinto de morte, ou “morriña” –, teve, no português, a sua forma de libertação sobretudo nas grandes viagens marítimas. Foi no mar que Portugal descarregou essa tensão.

Situado entre a última terra mediterrânea e primeira atlântica, Portugal projetou na oceanidade o apelo da terra e da planura a que não teve acesso: compensou com o mar a sua escassez de continente. E este curso histórico, além de individuar Portugal no quadro do mundo moderno, influiu na psique portuguesa num sentido ativista, apurando-lhe as aptidões de adaptação e enriquecendo-as com experiência, exotismo, calor e claridade.

Só é possível, pois, a geração da saudade pelo amor e ausência, quando estes “pais da saudade” forem integrados num espaço criador. É este espaço que, finalmente há a ultrapassagem da mera saudade–solidão em saudade–ausência e desta, finalmente, em saudade–companhia Saudade – companhia que, sendo o último termo deste sentimento fundamental, engloba, em síntese superior, ambas as primeiras. Engloba-as enriquecidas pela dimensão de serviço, epopéia e destino sagrado. Nele o cósmico e o divino estão presentes: o

ente saudoso está sempre acompanhado. A relação do amor ausente transcendentaliza-se e, como tal, encontra um tempo e um espaço novos: “saudade portuguesa é portanto – um sentimento que só se compreende tridimensionalmente, que envolve relações essenciais com o cósmico e o divino.

A saudade – é pois, o sentimento da soledade ontológica do homem. Este estado sentimental só se reflete ou transparece na poesia lírica, que é, por conseguinte, a voz da intimidade humana, a mais direta manifestação do seu ser, a revelação do homem. Saudade e lirismo são, pois, duas etapas de uma mesma coisa: a vivência e a expressão da intimidade do ser humano, da sua soledade ontológica” E mais adiante, ao analisar o pendor de transcendência que nos ajuda a ultrapassar a “soledade” original – “escura soledade que quase não é mais do que um puro latejar de vida individualizada” – o grande pensador galego reafirma a sua tese: “o eco espiritual desta soledade é, já o vimos, o sentimento a que chamamos saudade; e a manifestação deste sentimento é a lírica. A lírica é, pois, a exteriorização – a transcendência – da sociedade ontológica do homem, uma transcendência a que poderíamos chamar de confidencial, posto que é a comunicação da intimidade radical do homem, quase que um falar consigo mesmo”.

Lírica que, sem se situar predominantemente na esfera do sentimento assumido pela mente, mas, antes, na esfera da emocionalização do pensamento, não deixa de ser legitimamente lusíada e, enquanto tal, saudosa. Lirismo e saudade, repetimos, vão juntos como os dois termos da relação significativa – significado.

A terceira maneira de relacionamento com a natureza – e o mais intrinsecamente lusíada – é ao modo celta; ou seja, personificando essa mesma natureza. Não há nem pretensa anulação do eu no complexo cósmico, nem a sobreceria transcendente de quem joga esteticamente com o objeto. Há antes, uma atitude de confiança, de confronto do eu e do tu, de dualismo harmonioso elevado ao nível pessoal.

É a saudade do amor leal, que nasce da ausência do amado enquanto a ele ligado afetivamente. Só quem ama, e é fiel ao amor, é que sente a solidão e tristeza da ausência do outro, com o desejo de reencontrá-lo.

“Mas na minha alma triste e saudosa / a saudade escreve, e eu traslado”. Neste desabafo camoniano, desde o seu desterro de Ceuta está implícito o problema de que nos ocupamos: a relação entre saudade e lirismo.

#### 4- A palavra *Saudade* na poesia

Diz Cecília Meireles sobre a força das palavras:

Ai palavras, ai palavras  
 Que estranha potência a vossa,  
 Todo o sentido da vida  
 principia à vossa porta....  
 Sois de vento, ides no vento  
 No vento que não retorna  
 E, em tão rápida existência,  
 Tudo forma e se transforma!

*Saudade* como palavra tem conteúdo semântico de tristeza e vontade de rever, resumido em uma única palavra que pode ser assim definida: saudade não é lembrança, nem mesmo recordação, saudade é a dor da ausência, maltratando o coração.

Em torno do ano de 1200, quando ainda nem existia Portugal como país, nem a língua portuguesa como tal -era o galego-português- já se cantava nessas terras do norte da Península Ibérica, o cuidado, o desejo e o lento morrer de amor, uma saudade sem vocábulo.

Goethe dizia que *onde há maior lacuna do conceito, palavras surgirão na hora oportuna.*

Camões cantava, no exílio em Ceuta:

Mas na minha alma triste e saudosa  
 A saudade escreve e eu traslado

De etimologia incerta, as formas arcaicas primeiras foram *suidade*, *soedade* e *soidade*, na fase do inicial do português. Teria vindo assim de *soledade*, solidão.

Também foi levantada a hipótese de vir de *salutate*, ou *salutem datis* uma saudação bastante usada nas despedidas das cartas romanas. Até a influência de *sauíde* já foi aventada.

A dificuldade de explicar a mudança fonética fez João Ribeiro opinar que *saudade* tem origem no árabe *saudá*, profunda tristeza. A outra hipótese (meio fantasiosa) é ter derivado de *Ceudda*, forma bérbere de dizer *Ceuta*, fortaleza distante onde os soldados passavam longo tempo ausentes da terra natal.

O que fica, na verdade, é que com esta palavra, marca-se um estado de espírito que outras línguas não exprimem com precisão, sentimento muito próprio dos que usam o português como língua materna.

Assim, agrava-se a consciência de finitude da vida e nasce a saudade.

Amor e ausência são os pais da saudade, diz um poeta antigo.

Temos saudades até de nós mesmos, das faces que perdemos nos vários espelhos que refletiram nossa imagem. Novamente, em cena, Cecília Meireles:

Eu não tinha esse rosto assim magro, assim calmo, assim triste, nem o lábio amargo! Eu não tinha estas mãos tão sem força , tão paradas e frias e tristes, eu não tinha esse coração que não se mostra/,Eu não dei por esta mudança tão simples, tão certa , tão fácil / Em que espelho ficou perdida a minha face?

Às vezes, temos saudade e não sabemos nem de quê , como dizem os versos:

Eu hoje estou com saudade não sei ao certo de quê . de um dia de claridade, de um carinho de verdade , de ouvir a voz de você/ Eu sinto uma falta louca de um sonho bom que morreu, da alegria que foi pouca.do sorriso de uma boca, cujos beijos não são meus E a nostalgia me invade... de um olhar que não se vê... pois não há maior saudade que essa estranha ansiedade não sei ao certo de quê.

Fernando Pessoa tomou-a como mote constante, sentimento emblemático de seu povo: “*Saudades, só portugueses/ Conseguem senti-las bem/ Porque têm essa palavra/Para dizer que as têm*”. Porém, não são apenas os portugueses e sim todos aqueles que usam a língua portuguesa, que com o termo exprimem o sofrido sentimento.

E ainda existem a misteriosa saudade do presente , do tempo que se vive, que se adivinha passageiro, que se pressente findar: *Tenho sonhos cruéis, n'alma doente, Sinto um vago receio prematuro, Vou a medo n'aresta do futuro, embebido em saudades do presente (Camilo Pessanha)*

A vida vai tecendo laços e tudo que tece são pedaços do vir-a-ser que se transforma em ser. Assim, a saudade aportou no Brasil com a colonização e, sendo o Recife um dos primeiros, senão o primeiro porto a ser tocado na rota, ela aqui aportou e fez sua morada em nosso Pernambuco.

Mas vem da voz longínqua de um fluminense, Casimiro de Abreu, o primeiro canto brasileiro , que quando crianças, levou-nos todos a tomar consciência da dorida saudade da infância:

Ai que saudades que tenho da aurora da minha vida! Da minha infância querida que os anos não trazem mais!

Entre os poetas pernambucanos, o tema da saudade é dominante, ora representado pela *cotovia* em Bandeira, que retoma as saudades de Casimiro, saudade da terra natal e da perdida alegria da infância:

Alo cotovia onde voaste, por onde andaste, que tantas saudades me deixaste?  
 Andei onde deu o vento, onde foi meu pensamento, em sítios que nunca viste, de um país que não existe  
 Voltei te trouxe alegria...  
 E esqueceste Pernambuco, distraída? Voei ao Recife, no cais pousei da rua da Aurora. Aurora da minha vida que os anos não trazem mais  
*Os anos não, nem os dias .....Voei ao Recife e dos longes das distâncias, do mais remoto dos teus dias de criança te trouxe a perdida esperança, trouxe a extinta alegria.*

Ora é representada pela *noite de São João*, junto com os entes queridos que estão *dormindo profundamente*

Quando ontem adormeci  
 Na noite de São João  
 Havia alegria e rumor  
 Estrondo de bombas  
 Luzes de Bengala  
 Vozes  
 Cantigas e risos  
 Ao pé das fogueiras acesas

.....  
 Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo  
 Minha avó  
 Meu avô  
 Totônio Rodrigues  
 Tomásia  
 Rosa  
 Onde estão todos eles?  
 Estão todos dormindo  
 Estão todos deitados  
 Dormindo  
 Profundamente

Olegário Mariano, ligando a *saudade* ao *amor* na encruzilhada do *destino*, diz que *ela veio ao mundo para ser boa e dar o seu sangue a quem a queira*.

Outros dizem ser *parte de nós que alguém leva, parte de alguém que nos fica*.

E as saudades da casa em que moramos e que vemos ser derrubada em nome do progresso? E dos bairros que se uniformizam e que se transformam em lápides mortuárias das vivendas que ali existiam, cemitério de sonhos e jardins, dos espaços das brincadeiras infantis?

Só um poeta é capaz de nos consolar, neste canteiro de demolições de casas e memórias:

Vão derrubar esta casa. Mas meu quarto vai ficar, não como forma imperfeita  
Neste mundo de aparências: Vai ficar na eternidade, com seus livros com seus quadros, Intacto, suspenso no ar!

Os poetas populares, também, a seu modo, transportam a saudade para seus versos.

Luis Gonzaga avisava que a saudade é boa *quando a gente lembra só por lembrar, porém se vive a sonhar com alguém que se deseja rever, saudade aí é ruim*, e eu digo isso por mim . É também ,paradoxalmente, um dos temas recorrentes no Carnaval, nas letras do frevo canção e de bloco, *-a dor de uma saudade vive sempre no meu coração Versos lembram que é tão grande a saudade que até parece verdade que o tempo ainda pode voltar*. Grande ilusão!

## 5- Conclusão

Para comemorar todas as saudades que sentimos, sentiremos e carregamos conosco, pela vida afora seja já longa ou breve ainda, um cancionero inteiro não basta. As saudades que carregamos transbordam do coração.

Como diz o paraibano Ernani Sátiro:

Ó que saudades que tenho  
Da minha rua da Aurora  
Do rio naquela rua  
Da aurora naquele rio  
Daquele rio na aurora

Que as águas não trazem mais  
Oh que saudades que tenho  
De meus sonhos bem branquinhos  
Lavando as águas barrentas.  
Das águas levando os sonhos  
Que as águas não trazem mais  
Saudades são mil saudades  
Do rio que corre agora  
Pra outros que não o vêem  
Ó que saudades, já quantas  
Dos meus sonhos bem sonhados  
Bem pouco realizados  
Ó que saudades que tenho  
Da rua da minha aurora!

### Bibliografia

- ANTUNES, Alfredo. *Saudade e Profetismo em Fernando Pessoa*. Braga Ed. da Faculdade de Filosofia, 1983.
- BANDEIRA, Manuel. *Estrela da Vida Inteira*. Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1974.
- COUTINHO, Edilberto. (org.) *Presença Poética do Recife*. Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio. Recife: FUNDARPE, 1983.
- FERREIRA, David Mourão-Ferreira. *Portugal, a Terra e o Homem*. Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- OLIVEIRA, Clenir Bellezi. *Arte Literária/Portugal-Brasil*. São Paulo, Moderna, 1999.

## CÂMARA E CÂMERA

Ricardo Cavaliere  
(UFF, LLP, ABF)

Fato ordinário nas línguas modernas, a dupla forma lexical das palavras de significação externa atrai a atenção dos lexicólogos empenhados nos estudos diacrônicos. Sabe-se que as variantes contemporâneas de um vocábulo português devem-se ordinariamente a fatos restritos ao plano fonético, como ocorre nos casos em que coexistem formas com *b* ou *v* – *assobio*, *assovio* –, decorrentes de degeneração da consoante oclusiva, e nos pares de alternância vocálica em sílaba átona – *dezasseis*, *dezesseis* –, em que atuaram forças assimilatórias no curso prosódico da palavra. Situações há, entretanto, em que a coexistência de formas análogas se deve ao duplo ingresso de certos termos no léxico do português, não raro de fontes distintas e em épocas diferentes. Este o caso de *corredor* – lugar de passagem – e *corredouro*, em que o primeiro advém do italiano antigo *corridore* (CUNHA, 1994), já registrado na segunda edição do dicionário de Moraes Silva, e o segundo encontra registro no século XII (cf. VITERBO, 1965) como derivado de *cŭrrĕre*. Nas duplas divergentes em que figuram uma forma erudita e outra hereditária, há via de regra grande distinção semântica na língua contemporânea, como em *artelho* e *artigo*, *plano* e *chão* etc. No caso de *câmara* e *câmera*, a duplinha a que nos dedicaremos nesse breve estudo, o enquadramento das variantes não parece explicar-se facilmente, dado que o uso dessas formas configura-se hoje indistinto em alguns casos e, em outros, compulsoriamente distinto, em face de sua polissemia.

Ouve-se, por exemplo, atualmente que os deputados pouco compareceram (como sói acontecer) às sessões da *Câmara*, fato registrado pelas *câmeras* dos fotógrafos jornalistas. A convivência dos dois termos paronímicos nos textos contemporâneos dá ensejo a uma suposta distinção de sentido, como se constituíssem dois vocábulos diferentes, o primeiro designador de “aposento” ou “recinto” a que se restringe, em face de suas peculiaridades, o acesso das pessoas – *câmara nupcial*, *câmara mortuária*, *câmara-ardente* etc. –, sentido que metonimicamente se estende aos conselhos e colegiados de cunho representativo – *câmara comercial*, *câmara de deputados*, *câmara cível* etc.

Aparentemente, o significado atual de *câmara* implica necessariamente a noção de espaço fisicamente delimitado, a que se implementa a idéia de reclusão ou privacidade de uso. Nesse aspecto, o termo é usado no jargão médico para designação comum a várias cavidades e espaços do corpo, bem como à cavidade ou espaço intercelular (cf. HOUAISS, 2001; FERREIRA, 2000). A expressão *câmara de sangue*, que vem perdendo presença no jargão médico contemporâneo, mas ainda se registra nos léxicos do português, do espanhol e do italiano conduz à idéia de “diarréia sanguinolenta”, decerto resultante de raciocínio metafórico. Nessa linha, Moraes Silva oferece o registro de “evacuação do ventre” ou “excremento humano” (SILVA, 1813), o que reforça ser um valor semântico expressivo pelo menos até o final dos setecentos em português. No florentino, a par de outros dialetos itálicos, registra-se a expressão *andare a chamera*, como nesse passo de Zucchero Bencivenni: “l’acieto à questa natura, che s’elli truova lo stomaco pieno sî fa bene andare a chamera, e s’elli il truova voto sî ristringnie” (CONSIGLIO, 2006). Observe-se, por expressivo, o dígrafo helênico, que denuncia na grafia a origem da palavra. Por sinal, a dialetologia diacrônica italiana oferece profícua variação ortográfica: *camara, camera, cammera, cammara, chamera, kammora* etc., conforme nos informa o precioso e utilíssimo *Tesoro della lingua italiana delle origini*, que hoje pode ser consultado de qualquer lugar do planeta pela Internet.

Note-se, em especial, que a metonímia em casos como *câmara de comércio* e *câmara de vereadores* – que desloca a designação do continente para o conteúdo, ou mais apropriadamente para o grupo de pessoas que por dever de ofício reúne-se na *câmara* – pode assumir matiz distinto em que se passa a designar o todo pela parte. Esse o caso de *câmara (câmera) fotográfica* e *câmara (câmera) cinematográfica*, conceito de qualquer dispositivo constituído de uma espécie de caixa ou compartimento fechado, ou quase fechado, com uma abertura pela qual raios luminosos são captados no intuito de gravar uma imagem em uma película química.

Por seu turno, *câmera* não goza de espectro semântico tão amplo, já que seu uso contemporâneo limita-se à designação do citado dispositivo fotográfico ou cinematográfico, com natural extensão para o indivíduo que manipula profissionalmente esse artefato, caso em que concorre com *câmara* em flagrante predileção. Decerto que algumas expressões isoladas como *música de câmara* concorrem com a correspondente escrita com *a*, as quais se explicam pelo já referido reingresso de certos termos no léxico do português mediante empréstimos de línguas modernas. Como judiciosamente afirma Antenor Nascentes (NASCENTES, 1966), em *música de câmara* havemos de reconhecer

influência do italiano *camera*, que na língua de Dante detém um especial relevo semântico para designar a sala de conselho para fins musicais. A presença do italiano é, por sinal, flagrante no vocabulário da música clássica em todas as línguas ocidentais. Essa via também nos legou o derivado *camerista*, italianismo que designa o músico especialista em *música de câmara*, e *camerata*, pequeno grupo instrumental. Via de regra, porém, não encontramos hoje no português brasileiro, ao menos da linguagem geral, a forma com *e* no sentido de aposento ou recinto, à exceção das expressões isoladas já aqui comentadas.

Uma curiosidade inicial diz respeito a essa notável preferência por *câmera* para a designação de dispositivo fotográfico. A rigor, o fato revela que, não obstante coexistam no léxico do português, os dois termos que ora estudamos mantêm uma relação de disputa pela preferência do falante em cada uma das acepções possíveis, de tal sorte que a natural reincidência e solidificação do uso de uma delas acaba por suprimir o emprego da outra. As conseqüências da concorrência lexical são fartamente exemplificadas no português, como nos pares *mais-chus*, *depressa-asinha* e tantos outros, em que o falante simplesmente optou por uma das formas semanticamente equivalentes, levando a uma progressiva elisão da outra.

No caso da progressiva preferência de *câmera* por *câmera*, especificamente na acepção de artefato de fotografia, ao menos no português do Brasil, saliente-se, creio haver influência do inglês, que como veremos adiante, só registra o nome primitivo com *e*, e especificamente nessa acepção. O fato, decerto, se deve à intensa movimentação mercantil dos tempos modernos, aliada ao fato de os citados artefatos serem fabricados em países estrangeiros, que preferem denominá-los na forma inglesa, já que é o inglês inegavelmente a língua franca da indústria e do comércio. Com isso, popularizou-se a vinculação de *câmera* ao sentido específico de dispositivo fotográfico ou cinematográfico.

Na voz dos etimologistas do latim, soa pacífica a origem de *camĕra,ae* no grego *καμάρᾱ*. Ensina-nos Émile Boisacq que o termo expressa usualmente no grego os significados de “quarto em abóbada”, “teto arqueado”, “teto da cama” e “teto de carruagem” (BOISACQ, 1923). Em todos os casos, predomina a idéia de forma abobadada. Em latim literário, por sinal, reina pacificamente esta forma com *ĕ*, cujo sentido inicialmente limitar-se-ia à referida noção de abóbada. Segundo Corominas, a acepção romance de “quarto” ou “alcova”, que, como vimos, já tem antecedentes no grego, encontra-se em Santo Agostinho e Casiodoro (COROMINAS, 1954).

O termo, decerto, ingressou na língua de Cícero pelo fluxo dos helenismos incorporados ao léxico latino com mediação etrusca. Segundo Ernesto Farias

(FARIAS, 1970) esta influência do etrusco constitui a única explicação plausível para a variação de grafias de palavras gregas em latim, em que ora se transcrevem com *p* palavras originalmente escritas com  $\beta$ , ora com *b* termos originalmente escritos com  $\pi$ , dentre outras mudanças. Isso porque o etrusco não tinha as sonoras *b*, *d* e *g*, fato que impunha aos termos helênicos com tais consoantes grande variação de grafia ao ingressarem no latim: gr. *kubernān*, lat. *gubernare*; gr. *pyrrós*, lat. *burrus*; gr. *amorga*, lat. *amurca* (FARIAS, 1970: 22).

Somente após a derrocada da ocupação etrusca entre os séculos V e IV a.C., puderam os romanos manter contato direto com as cidades gregas já fundadas na Península Itálica. A partir desse momento, a influência helênica no latim intensificou-se exponencialmente, facilitando o ingresso de empréstimos que se iam adaptando com grande facilidade ao sistema fonético latino. A alteração fonética do gr. *καμάρα* para o latim *camera* parece seguir uma regra geral de dissimilação que atinge a vogal de sílaba átona interna. Assim, a par de *kamára*>*camera*, registram-se outros casos análogos de dissimilação: gr. *Taras*, *Tárantos*, lat. *Tarentum*; gr. *kóthornos*, lat. *coturnus* (cf. FARIAS, 1970:24).

De qualquer modo, probabilíssima a hipótese de que o ingresso de *καμάρα* se tenha efetuado com a preservação da vogal baixa interna, ainda que por curto período. Para que se admita a regra de mudança acima referida, há de acatar-se necessariamente uma forma anterior ainda com *a* em latim, de tal sorte que se possa normalmente enquadrar a mudança de *ã* para *ě* dentro da regularidade que atingia a vogal baixa em sílabas abertas. A solução sofre pequeno revés se observarmos que, em sílaba interior aberta, o *ã* normalmente passa a *ě* e depois a *ĩ*, como em *\*perfacio*>*\*perfercio*>*perficio* e *abago*>*abego*>*abigo* (cf. FARIAS, 1970:182). No caso de *caměra*, pois, o *ã* precedente a *r*, proveniente ou não de rotacismo, passa a *ě*, como aconteceu com *\*transdade*>*\*tradare*>*tradere*. Cumpre ainda notar que, para avaliar essa hipótese de alteração fonética por dissimilação, haveremos igual e necessariamente de admitir um prévio deslocamento sistólico que transformou o termo helênico em um paroxítono latino.

Uma outra questão atinente à presença de *caměra* e *camăra* em latim diz respeito ao emprego das palavras nas variáveis de uso, tanto em língua oral quanto em língua escrita. Observe-se que a forma *camăra* é atribuída pacificamente ao latim vulgar, fato de que não se duvida aqui, sem que se fundamente com clareza, entretanto, o motivo de essa variante com *ă* haver-se fortalecido nos usos populares, em dissonância com a forma com *ě*, que se consolidou em língua escrita. Em princípio, o fato reforça a tese de que, não obstante por

breve período, a vogal baixa interna do étimo grego se manteve em latim antes de dissimilar para ě. Daí, teriam seguido curso paralelo a primitiva forma *camăra* e a alterada forma *caměra*, sendo que a essa última se conferia maior prestígio em registro literário.

O *Appendix Probi*, como sabemos, registra a correção *caměra non cammăra*, clara evidência de maior prestígio da forma com ě em *sermo litterarius*. Registrem-se, contudo, testemunhos de ambas as formas em alguns textos escritos, conforme nos informa o erudito lexicógrafo Guill. Freund (FREUND, 1860:399), fato que nos parece comprovar a existência de uma forma primitiva no léxico latino com a vogal baixa interna. Nessa linha, revela-se elucidativa a lição de Juan Corominas, para quem a forma *caměra* é a normal em latim escrito, mas *camăra* não só aparece como vulgarisco como também em textos de autores hispânicos como Sêneca (cf. COROMINAS, 1954).

Saliente-se, por sinal, que os registros dessa forma não são tão raros em textos de temário popular, como o *Itinerario terrae sanctae*, de Admnanus: “Ecclesiae interior domus sine tecto, et sine camara, ad coelum sub aere nudo patet” (CANGE, 1937:38). Diga-se, ademais, que durante o largo período anterior ao século I a.C., quando floresce em magnitude a literatura latina, não se podia falar em diferenças lexicais expressivas entre o *sermo urbanus* e o *sermo litterarius*. Na verdade, não se há de esquecer de que a fonte do vocabulário prestigiado em norma culta escrita sempre foi o vocabulário popular sedimentado pelo uso exemplar ao longo dos séculos (cf. MAURER JR., 1962). A coexistência de variantes diastráticas do latim oral em cultos religiosos e nas peças teatrais, sobretudo, favorecia o surgimento de formas lexicais em concorrência, fato que pode explicar a mudança gradual de *camăra* para *caměra* sem que o termo original se tenha elidido totalmente.

Em sua edição do *Appendix*, Serafim da Silva Neto (SILVA NETO, 1946:231) ocupa-se singularmente da nasal geminada<sup>1</sup> na forma vulgar – a seu juízo, uma pronúncia expressiva, similar a outros casos como *\*brutto>bruto*; *\*burriccu>burrico*; *camello>camelo* etc. – sem que trace ao menos uma linha para a questão da vogal átona interna. De qualquer forma, a presença da correção *caměra non cammăra* no *Appendix* deixa supor que os gramáticos latinos acreditavam ser a forma com ě uma corrupção secundária da forma com ě, criada pelo falante como resultado de um processo de assimilação

<sup>1</sup> Sobre a evolução *-mm>mb* (fr. *chambre*, cat. *cambra*), leia-se o substancioso texto *Camara non cammara* (App. Pr. 84): *la geminada latina -mm- em euskera*, de Maria Jesús Pantoja (PANTOJA, 2000).

vocálica. Essa hipótese, assim, compete com a anteriormente referida – de que *camăra* tenha precedido a *caměra* – como explicações cabíveis para a presença das duas variantes no léxico do latim. Não se elimine de todo, também, a improvável pronúncia *camăra* por hipercorreção, ou mais possivelmente por cultismo, numa tentativa de recuperar o étimo grego: “quod est graecos imitari” (FORCELLINI, 1940).

Será justamente essa presença dual que justificará a disseminação heteróloga de palavras hereditárias nas diversas línguas modernas que receberam o étimo latino, aqui com o radical em *ě* ali com o radical em *ă*. Na primeira linhagem, registra-se o fluxo para o Norte, em que o *ě* prevalece no fr. *chambre*, cat. *cambra*, no al. *Kammer*, no ing. *camera*, nesse último tão somente com o sentido de máquina de fotografar e filmar. No tocante especificamente ao francês, evidencia-se que a forma *chambre* deriva do lat. *caměra* (cf. LEBRUN & TOISOUL, 1937), fato que reforça a tese de que ambas as formas *caměra* e *camăra* coexistiam nas vertentes diatópicas do latim vulgar, já que *chambre* é termo hereditário. Saliente-se, por sinal, que não se pode descartar o deslocamento de ambas as formas para o francês antigo, a julgar pelos derivados *caméral* e *camériste* em face de *camarade* (cf. LITTRÉ, 1956).

No tocante às vertentes do latim que se expandiram para o Oeste, especificamente às que estão nas fontes dos dialetos sulistas do italiano, e a que se deslocou para a Península Ibérica, dando origem ao espanhol e ao português, não obstante haja registro de ambas as formas, a considerada vulgar (esp. *cámara*, port. *câmara*) parece constituir a fonte das palavras hereditárias. No italiano moderno decerto predomina *camera*, mas nos dialetos da Córsega e da Sicília o registro ordinário é de *camara* (cf. COROMINAS, 1954). Dessarte, a variante com *e* nessas línguas pode inicialmente ter-se inscrito no espaço que normalmente ocupam em linguagem culta os eruditismos, com posterior expansão para a língua corrente. No espanhol, por exemplo, a maioria dos termos que compõem a família etimológica deriva do radical em *ă*: *camarada* (o que dorme na mesma *cámara*), *camaranchón* (local da casa onde se guardam coisa velhas), *camarera* (criada) e *camarero* (chefe da *camara* do rei), *camarín* alem de outras. A presença do derivado *camerino*, segundo Corominas, se deve à influência do italiano (COROMINAS, 1954).

Não sem motivo, pois, o *Diccionario de la lengua española*, da Real Academia (REA, 1984), destaca a forma *cámara* como principal, atribuindo-lhe todos os sentidos conhecidos e vinculando-a ao étimo latino *camăra*. Do ponto de vista semântico, entretanto, revela-se surpreendente que no primoroso dicionário o principal significado seja o de “sala ou cômodo principal de uma

casa”, a despeito de sua conhecida origem como “cômodo de repouso ou de reclusão”. De qualquer forma, verifica-se que a primitiva noção de “cômodo em forma arqueada ou abobadada” perdeu-se no tempo.

Finalmente, no tocante à presença da duplinha em português, há de concluir-se que a disputa pela preferência do falante vem de longa data, de que resultou uma progressiva reserva de significação para cada palavra no decurso do tempo. A rigor, registram-se ambas em textos portugueses desde o século XIV, com sensível prevalência da forma com *a* (cf. MACHADO, 1952; SILVA, 1813), que desde logo ficou com o privilégio de designar o “cômodo de dormir”. Por curiosidade, refira-se à expressão *câmara cerrada* que significava a “quantia incerta que o marido promete a mulher de arras, ou talvez todo o necessario para o adorno da camara da mulher, sentido de acordo com a lei de 9 de fev de 1643” (SILVA, 1813). Esse viés semântico é um legado da liturgia matrimonial romana, a julgar pelo registro de *camāra* como “dotalitium uxoris” no *Glossário* de du Cange (CANGE, 1937).

O vocabulário de Bluteau ratifica a presença das duas formas em português, estabilizada por longo período. Por sinal, Bluteau já pondera com uma distinção semântica bem delineada dos usos de que ambos os termos gozam em português, conferindo a câmara o sentido particular de “a casa, em que se dorme”. Já no sentido de ente administrativo ou repartição pública, o clérigo londrino aponta o uso indistinto de *câmara* ou *câmera*: “As casas, & o Tribunal, em que o Presidente, Vereadores, &c. se ajuntão para tratar dos negócios concernentes ao bem publico de hua cidade (...) De Jacinto Freire retira Bluteau o seguinte passo: “Pedio vinte mil, Pardaos à Camera de Goa (BLUTEAU, 1712: 69).

A evolução semântica dos termos em português revela-nos uma progressiva predileção pela forma com *a*, que se encontra hoje com todos os sentidos de maneira geral. O dicionário de Aurélio Buarque de Holanda (FERREIRA, 1970) confere 16 acepções para *câmara*, que vão desde o sentido de “compartimento ou aposento de uma casa e, em especial, o quarto de dormir” até “pessoa que opera a câmara de cinema ou televisão”, o que revela a grande área semântica de uso da forma proveniente do latim vulgar. Diga-se o mesmo do precioso léxico de Antônio Houaiss, não obstante seja esse menos detalhado em expressões ou lexias em que consta nossa palavrinha.

Ambos os léxicos brasileiros, entretanto, falham no tocante à descrição de usos ao atestarem a forma *câmera*, no português contemporâneo, como mera variante de *câmara*, sem que se distingam as rigorosas restrições que a forma com *e* hoje sofre na área semântica da terminologia administrativa ou jurídica.

Com efeito, no português do Brasil, não se admitem hoje expressões como “Câmara dos Deputados”, ou “Câmara Cível, Câmara Criminal” – no sentido de “órgão dos tribunais” –, já que o uso normativo impõe a forma com *a* como exclusiva. O dicionário de Houaiss, em verdade, adverte que *câmera* “é de emprego corrente especialmente nas acepções de ‘dispositivo ou aparelho óptico’ em cine, foto e tv” (HOUAISS, 2001), o que efetivamente ocorre. Por sinal, mesmo o recente *Dicionário de usos*, de Francisco da Silva Borba (BORBA, 2002) que pretende cumprir papel mais acurado nessa área específica dos usos lingüísticos, deixa a desejar quanto à exata descrição semântica das duas formas lexicais.

Enfim, a já referida preferência de *câmera* na acepção de máquina fotográfica, máquina de filmar etc., a que já aqui nos referimos como provável reingresso por empréstimo do inglês, constitui exemplo preciso desse processo de fluxos e refluxos que a intensa troca lexical vem impondo às línguas contemporâneas. A hipótese se fortalece se observarmos que o mesmo fato é sintomático no alemão, em que, a par do vocábulo hereditário *Kammer*, registra-se hoje a forma *Kamera*, emprestada ao ing. *camera*, para designar especificamente a máquina de fotografar ou filmar (cf. HOEPNER, 2001:893).

## Bibliografia

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino*. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.
- BOISACQ, Émile. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. 2ª ed. Heidelberg, Paris, Carl Winter's, Librairie C. Klincksieck, 1923.
- BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo, Ática, 2002.
- CANGE, Domino du. *Glossarium mediae et infimae latinatis*. Paris, Librairie de Sciences et des RTS, TOMO II, 1937.
- CONSIGLIO NATIONALE DELLE RICERCHE. *Tesoro della Lingua Italiana delle Origini*. Disponível em <<http://tlio.ovi.cnr.it>>. Consultado em 24 de maio de 2006.
- COROMINAS, Juan. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, v.1 1954.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- FARIA, Ernesto. *Fonética histórica do latim*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1970.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1970.
- FORCELLINI, Aegidio. *Lexicon totius latinarum*. Patavii, 1940.
- FREUND, Guill. *Grand Dictionnaire de la langue latine*. Paris, Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et Cie., Traduit en français par N. Theil, 1860.
- HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. versão 1.0. Instituto Antônio Houaiss, Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2001.
- LEBRUN, L. & TOISOUL, J. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. 10 ed. Paris, Librairie Fernand Nathan, 1937.
- LITTRÉ, Émile. *Dictionnaire de la langue française*. Paris: Jean-Jacques Pauvert Editeur, 1956.
- MACHADO, J. Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa, Editorial Confluência, tomo1, 1952.
- MAURER Jr., Theodoro Henrique. *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1962.
- MAURO, Tullio. *Grande dizionario italiano dell'uso*. Torino, UTET, 1999.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1966.
- PANTOJA, Maria Jesús. Camara non cammara (app.pr.84): la geminada latina –mm- en eukera. In: GARCÍA-HERNÁNDEZ, Benjamín. *Latín Vulgar y Tardío: Homenaje a Veikko Väänänen (1905-1997)*. Madrid, Ediciones Clásicas, 2000, p. 157.
- PIDAL, Ramón Menendez. *Léxico hispánico primitivo (siglos VIII al XII)*. Madrid: Fundación Menendez Pidal, Real Academia Española, redactado por Rafael Lapesa e Constantino García, 2003.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 20 ed. Madrid, Real Academia Española, tomo I, 1984.
- SILVA NETO, Serafim da. *Fontes do latim vulgar: o appendix probi*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa, Typographia de Lacérdina, 1813.



## ASPECTOS LEXICAIS DO PORTUGUÊS DO BRASIL NO SÉCULO XIX

Castelar de Carvalho\*  
UFRJ, ABF, ILP

### 1 – Panorama histórico-cultural

Para o Brasil, o século XIX começa verdadeiramente em 1808, com a chegada de Dom João VI e da Corte portuguesa, hábil retirada estratégica do Príncipe-Regente, em virtude da impossibilidade de enfrentar as tropas napoleônicas que invadiram a Península Ibérica. Com essa manobra política, D. João resguardou-se da humilhação de cair prisioneiro dos franceses e, ao mesmo tempo, preservou o Império Colonial português, que passou a ser governado a partir do Brasil.

A transferência da família real e do aparato administrativo da metrópole para o Rio de Janeiro trouxe profundas modificações ao estatuto de Colônia em que se encontrava o Brasil, elevado, a partir de 1815, à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves, decisão histórica que veio a se revelar o primeiro passo para a nossa posterior emancipação política, alcançada em 1822.

Aqui chegando, D. João promoveu, de imediato, a abertura dos portos ao comércio internacional, medida que provocou não só repercussões econômicas, mas também culturais, pois permitiu a entrada de um bem cultural importantíssimo: o livro, cuja importação e impressão eram proibidas durante todo o período colonial. Foi nessa época que surgiu o primeiro jornal brasileiro, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que circulou até 1822. Como assinala Boris Fausto (2006:125),

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo administrativo da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período.

---

\* CASTELAR DE CARVALHO é professor adjunto (aposentado) de língua portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de livros e ensaios, membro da Academia Brasileira de Filologia e do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português.

Durante toda a sua permanência no Brasil, até 1821, D. João, aclamado rei em 1818 (após a morte de sua mãe, a rainha D. Maria I), lançou os fundamentos do que seria, após a Independência, o Estado nacional brasileiro, criando inúmeras instituições administrativas, científicas e culturais, dentre as quais merecem citação: as Escolas de Medicina e Cirurgia (Bahia e Rio de Janeiro), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Academia Militar e a de Marinha, a Imprensa Régia, o Museu Nacional, a Biblioteca Real, embrião da futura Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes, o Jardim Botânico, a Escola de Comércio. Importantes órgãos da administração e da justiça também foram criados, como o Desembargo do Paço, o Conselho de Estado, o Banco do Brasil e o Real Erário, mais tarde Ministério da Fazenda.

O monarca português incentivou também a criação de manufaturas nos setores de tecido e de metalurgia, atividades antes proibidas na Colônia. Em 1816, a chegada da célebre Missão Artística francesa, integrada por importantes artistas plásticos e arquitetos, trouxe extraordinário impulso a esse setor cultural e constituiu o núcleo de instituições hoje consagradas, como o Museu e a Escola Nacional de Belas Artes. Destaque-se nessa Missão o nome de Jean Baptiste Debret, autor do livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, precioso testemunho sociocultural e iconográfico do nosso país nas primeiras décadas do século XIX.

Mas a principal conseqüência histórica da presença da Corte portuguesa no Rio de Janeiro foi a preservação da unidade política e territorial do Brasil, que escapou assim da fragmentação sofrida pelas ex-colônias da América espanhola. A importância histórica, política e cultural de D. João VI para o Brasil tem sido reconhecida e reavaliada nos últimos anos, pois, como afirma Hélio Vianna (1975:367),

D. João, Príncipe-Regente e Rei de Portugal, Brasil e Algarves, por ter propiciado e presidido a mais profunda transformação ocorrida em nossa História, a passagem da fase colonial para a independente, dela é magna figura, sem dúvida.

A maior parte das instituições implantadas por D. João VI foi preservada e ampliada durante o Primeiro e o Segundo Reinados. Em 1824, sob D. Pedro I, que proclamou a nossa Independência, outorgou-se a primeira Constituição do Brasil. Em 1827, foram criadas as Faculdades de Direito de Olinda e São Paulo, que passaram a formar a elite intelectual brasileira, fato que, sem dúvida, veio a repercutir na língua literária, contribuindo para aproximá-la da língua falada no Brasil pelos nossos escritores. Em 1828, organizaram-se os Conse-

lhos Gerais das Províncias e o Supremo Tribunal de Justiça, hoje Supremo Tribunal Federal. O conturbado e curto reinado de Pedro I (1822-1831) foi marcado por movimentos de contestação à autoridade central, mas o Brasil deles saiu incólume, preservando sua integridade política e territorial.

Durante o longo e profícuo reinado de D. Pedro II (1840-1889), pacificou-se o país, consolidou-se a unidade política nacional e aperfeiçoou-se a estrutura jurídica e administrativa do Estado. Importantes instituições culturais, criadas ainda no período da Regência Una de Araújo Lima (Marquês de Olinda), foram estimuladas ou ampliadas, como o Imperial Colégio de Pedro II (1837), “padrão de ensino humanístico para todo o país”, no dizer de Sílvio Elia (2003:148), o Arquivo Público (1837, hoje Arquivo Nacional) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), que foi, até o final do século XIX, a nossa mais importante instituição científica e literária, cujas sessões eram presididas, muitas vezes, pelo próprio Imperador.

Homem sábio e incentivador das ciências e das artes, Pedro II criou ou ampliou a Academia de Música, a Ópera Nacional, o Imperial Observatório, o Museu Histórico Nacional, a Biblioteca Nacional, a Academia Imperial de Belas-Artes, a Escola Politécnica. Essas importantes instituições, todas de caráter permanente, contribuíram para o incentivo da educação e da cultura entre nós, constituindo inestimável legado da Monarquia à República, implantada em 1889. Sob o regime republicano, já no final do século XIX, em 1897, foi fundada a Academia Brasileira de Letras, cujo presidente perpétuo é Machado de Assis, o grande romancista do Segundo Reinado.

É no século XIX que se acentuam as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, em que pese à alegada relusitanização do idioma após a chegada da Corte portuguesa em 1808. Apesar de as primeiras gramáticas de português publicadas entre nós valorizarem a vernaculidade, ressaltando a existência de um fundo lingüístico comum entre as duas modalidades da língua portuguesa, essas diferenças, sobretudo as prosódicas, lexicais e sintáticas (estas, em parte), suscitarão debates e polêmicas em torno da célebre questão da impropriamente chamada “língua brasileira”. Neste trabalho, vamos nos ater às características gerais que distinguem o léxico do português do Brasil empregado na língua literária pelos nossos principais escritores, a partir do Romantismo.

## **2 – A contribuição renovadora do Romantismo**

Domingos José Gonçalves de Magalhães é considerado o introdutor do Romantismo no Brasil, em 1836, com seu livro *Suspiros poéticos e saudades*. Maga-

lhães, Araújo Porto Alegre e outros lançaram a revista *Niterói*, na qual propunham uma renovação estética de cunho nacionalista para a literatura brasileira.

Nosso Romantismo coincidiu com o período pós-Independência, em que havia um forte sentimento de auto-afirmação nacionalista (uma das marcas dessa escola) e de lusofobia. Além disso, nossa formação étnica, histórica, nosso meio ambiente, nossa inclinação ao sentimentalismo e à sensibilidade, tudo contribuiu para que o Romantismo se adaptasse tão bem entre nós, tornando-se um movimento bastante popular, pois com ele identificaram-se profundamente, desde cedo, o gosto e a alma brasileira. Para nós, o Romantismo significou, sobretudo, a independência literária, propiciou o surgimento de várias gerações de homens de letras com o pensamento voltado para o Brasil e, no plano da linguagem, permitiu uma adequação maior entre a língua escrita e a língua falada.

No campo da poesia, destaca-se o nome do poeta maranhense Gonçalves Dias (1823-1864), autor da célebre *Canção do exílio*. Considerado o consolidador da escola romântica no Brasil, sua obra poética, a par do lirismo amoroso, caracteriza-se pelo nacionalismo, o culto da natureza e o indianismo, sendo ele autor de um dicionário da língua tupi.

Em carta a Pedro Nunes Leal, escrita em 1857, Gonçalves Dias (1959:826) reconhece a importância do estudo dos escritores lusitanos (“Que se estudem muito e muito os clássicos”), mas, coerente com a linha nacionalista do Romantismo, não se esquece de valorizar o português do Brasil: “A minha opinião é que, ainda sem o querer, havemos de modificar altamente o português”. E mais adiante, enfático: “E que, enfim, o que é brasileiro é brasileiro, e que *cuia* virá a ser tão clássico como *porcelana*, ainda que a não achem tão bonita”. A propósito, atente-se para a apossíclise “que a não achem”, colocação pronominal clássica, à lusitana, contrária à índole prosódico-sintática do português do Brasil, que nesses casos prefere a próclise: “que não a achem”. Trata-se de colocação freqüente nos nossos escritores do século XIX, sinal de que as ousadias lingüísticas do Romantismo tinham seus limites. Sinal também de que a tese da chamada “língua brasileira” nunca passou de um grande equívoco.

No campo da prosa romântica, destaca-se o nome do romancista cearense José de Alencar (1829-1877). Considerado o patriarca da literatura brasileira, seus romances fizeram extraordinário sucesso, originalmente em folhetins e depois sob a forma de livro. Além de abranger os grandes temas do Romantismo brasileiro, sua obra revela-se inovadora, incorporando termos indígenas e regionalistas, a par de uma sintaxe mais próxima do português falado no Brasil.

Na questão da linguagem, José de Alencar se destaca pelo esforço desenvolvido em prol da libertação dos rígidos cânones gramaticais lusitanos, batendo-

se pela defesa de um estilo brasileiro, mas dentro dos limites do sistema lingüístico português e não de uma suposta “língua brasileira”, absurdo que nunca lhe passou pela cabeça. Aliás, tanto no pós-escrito de *Diva* e de *Iracema*, quanto no prefácio de *Sonhos d'ouro*, a posição de Alencar revela-se bastante equilibrada, como lembra Gladstone Chaves de Melo (1972:23):

Em tais escritos, é bem de notar que nem uma vez falou em “língua brasileira”: sempre se refere à “língua portuguesa”. Fala, sim, em “dialeto brasileiro”, e em “abrasileiramento” da língua portuguesa. Reagiu, e quase sempre com assaz de razão, contra o purismo exagerado, contra a caturrice gramatical, contra a superstição do classicismo.

Por exemplo, antecipando um ponto de vista atual da ciência lingüística a respeito da colocação dos pronomes oblíquos à brasileira, justifica-se Alencar, no prefácio de *Senhora*, tratando a questão como um problema de estilística fônica e não propriamente de gramática, por se basear antes no ritmo e na harmonia da frase que na rigidez canônica: “A regra a respeito da colocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza e elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento”.

No período que se segue ao Romantismo, iniciado em 1881, com a publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (1839-1908), livro que inaugura o Realismo entre nós, nota-se uma certa tendência para uma retomada do purismo lingüístico, para uma volta aos modelos clássicos da língua, sobretudo nos poetas parnasianos. Machado de Assis, que estreou durante o Romantismo, mas se firmou como o nosso maior escritor a partir do Realismo, mantém, contudo, uma posição bastante equilibrada no que diz respeito à questão da língua, como era, aliás, do seu feitio. Buscando o equilíbrio entre puristas e renovadores, Machado (1997:809, v. 3) pondera, no ensaio “Instinto de nacionalidade”, escrito em 1873: “Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum”. Mas a senda de liberdade criativa, aberta pelo Romantismo, estava consolidada, e seus postulados nacionalistas e libertários encontrarão ressonância nas propostas renovadoras do Modernismo de 1922.

### 3 – A língua literária no século XIX

A espinha dorsal de uma língua é o seu sistema morfosintático. Nesse sentido, as diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil praticamente

inexistem ou são mínimas. Nossas diferenças em relação à modalidade lingüística empregada pelos portugueses residem, sobretudo, nos planos do vocabulário cultural e da fonética ou, mais propriamente, no da prosódia (ritmo de fala mais rápido e tendência para a síncope das vogais pré-tônicas em Portugal). O plano da sintaxe, principalmente a de regência e a de colocação, também apresenta algumas diferenças específicas, mas a verdade é que o sistema lingüístico é o mesmo. Conclui-se, portanto, que os nossos escritores escreveram suas obras em língua portuguesa com estilo brasileiro. É esse estilo, que consagra o princípio da diversidade na unidade, que buscaremos apontar, em seu aspecto lexical, nas obras dos nossos principais escritores do século XIX, nas quais se destacam os chamados brasileirismos de origem indígena e africana.

**Tupinismos** – Foram largamente empregados pelos escritores românticos adeptos da corrente indianista, com destaque para Gonçalves Dias e José de Alencar. Gladstone Chaves de Melo (1981:43), em livro clássico, cuja primeira edição é de 1946, estima em cerca de 10.000 os vocábulos indígenas, a maioria de origem tupi, incorporados ao português do Brasil. Mais recentemente, Gladstone (1990:112) reduz esse número, “incluindo-se os topônimos”, para algo em torno de 4.500 tupinismos.

Os tupinismos encontram-se principalmente nos campos semânticos da flora (*abacaxi, carnaúba*), fauna (*araponga, capivara*), nos topônimos (*Abaeté, Guanabara*), antropônimos (*Araci, Ubirajara*), usos (*arapuca*), costumes (*moqueca*), crenças (*caipora*), doenças (*catapora*) e objetos de uso geral (*jacá*). Nos poemas épico-indianistas de Gonçalves Dias, a exemplificação já começa pelos próprios títulos: *Os Timbiras, I Juca-Pirama* (“Aquele que há de ser morto”), *O canto do piaga*.

Em *Os Timbiras*, encontram-se, dentre outros, os seguintes termos: *piaga* (pajé, feiticeiro; termo dos índios do Caribe, adaptado por Gonçalves Dias), *tupã* (raio, trovão, por extensão, deus), *cauim* (bebida à base de mandioca e milho), *pocema* (grito de guerra dos indígenas), *muçurana* (corda com que se amarrava o prisioneiro), *boré* (flauta de bambu). No *Canto do piaga*, aparecem: *anhangá* (demônio, gênio do mal), *manitô* (penates, espírito tutelar entre os índios da América do Norte; Gonçalves Dias, consciente da universalidade da corrente indianista entre os românticos, não se limitava aos nossos tupinismos), *maracá* (chocalho), *taba* (aldeia), *embira* (fibra de certas árvores, usada para tecer cordas), *cipó* (planta trepadeira), *coati* ou *quati* (mamífero carnívoro). Em *I-Juca-Pirama*, temos: *canitar* (penacho, cocar), *enduape* (fraldão de penas usado pelos guerreiros), *iverapeme* (também chamada de *tacape* ou *tangapema* = espécie de clava), *tapuias* (os antigos tupis). Trata-se de um

pequeno exemplário, que pode ser ampliado mediante consulta ao “Dicionário da língua tupi”, do próprio Gonçalves Dias (1959:843). Recomendamos, também, o *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, de A. G. Cunha (São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1978).

Em José de Alencar, os tupinismos são mais numerosos que em Gonçalves Dias e vêm acompanhados de notas explicativas. Algumas são minuciosas, revelando certa erudição etimológica resultante do trato com a língua dos índios. Nos romances indianistas de Alencar (*O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*), os termos indígenas desempenham importante papel estilístico, pois imprimem cor local aos episódios narrados, prestando-se a ousadas imagens poéticas e criando a verossimilhança estética própria do ideário romântico. O romance *Iracema*, aliás, é considerado um verdadeiro poema em prosa.

Os termos encontrados são designativos de plantas, animais, objetos, tribos, nomes próprios, etc. De *O guarani*, selecionamos: *Peri* (junco silvestre), *Ceci* (magoar, doer), *ticum* ou *tucum* (palmeira), *urutau* (coruja), *pitima* (tabaco), *inúbia* (trombeta de guerra), *tangapema* (tacape), *irara* (gato selvagem), *bororé*, *uirari*, *curare* (venenos), *guanumbi* (beija-flor), *sapucaia*, *pequiá* (árvores muito altas). De *Ubirajara*, extraímos, além do próprio título do romance, nomes próprios, como *Araci*, *Pojucã*, *Jandira*, *Juçara*; nomes da fauna e da flora: *nandu* ou *nhandu* (ema), *guaxinim* (pequeno mamífero), *manati* (peixe-boi), *jabuti* (réptil), *airi* (espécie de palmeira); objetos: *igaçaba* (pote de barro); costumes: *pocema* (grito de guerra); fenômenos naturais: *pororoca* (estrondo), dentre outros.

De *Iracema*, o mais popular romance indianista de Alencar, destacam-se os nomes próprios: *Araquém*, pai de *Iracema*, *Caubi*, seu irmão, *Moacir*, filho de *Iracema* e *Martim*. O nome da protagonista, forjado por Alencar, tem sua formação explicada no capítulo II, em forma de “etimologia poética”: “*Iracema* [de *ira* “mel” e *ceme* “lábios”], a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da *graúna* [ave de canto mavioso]. O favo da *jati* [espécie de abelha] não era doce como seu sorriso”. Encontram-se também topônimos (*Ceará* “canto da jandaia”), objetos (*camucim* “pote”), nomes da flora (*andiroba* “árvore que dá um azeite amargo”), da fauna (*sucuri* “serpente”), de acidentes geográficos (*Ibiapaba*, serra entre o Ceará e o Piauí), de rios (*Jaguaribe*), de costumes (*moquém* “assado na labareda”), de tribos (*Tupinambás*). São termos freqüentes em *Iracema*, todos meticulosamente explicados por Alencar, que criou com o nome da personagem um anagrama de América. Nesse sentido, o nome *Iracema* pode ser entendido também como um símbolo do indígena americano.

Castro Alves (1847-1871), o poeta dos escravos, emprega também alguns poucos tupinismos, designativos, em geral, da natureza brasileira: *boré* (flauta de bambu, em “Jesuítas”), *juriti* (ave, em “A cruz da estrada”), *jaguar* (onça pintada, em “Saudação a Palmares”), *ouricuri* (palmeira, em “Virgem dos últimos amores”). No poema “A morte de Tapir”, Olavo Bilac (1865-1918), principal representante do nosso Parnasianismo, emprega diversos tupinismos: *enduape* (fraldão de penas), *urucu* (fruto vermelho), *aiucara* (colar), *uapi* (tambor), *acanguape* (cocar), dentre outros. Também no soneto intitulado “A Gonçalves Dias”, homenagem ao poeta maranhense, Bilac faz uso expressivo de termos como *tacape* (clava), *maracás* (chocalhos), *inúbia* (trombeta de guerra), *canitar* (penacho).

**Africanismos** – Substrato lingüístico transmitido pelo dialeto semicrioulo falado pelos nossos escravos, os africanismos têm pouca representatividade na língua literária, apesar de no século XIX já estarem, em sua maioria, incorporados à nossa língua corrente. Podem ser encontrados nas obras dos escritores do período, mas se trata de um uso episódico, e não deliberado e sistemático, como aconteceu com os tupinismos. Provavelmente porque os românticos, em sua busca da identidade nacional, tinham em mente apenas a valorização do elemento étnico brasileiro por excelência, que era, segundo eles, o índio. Mais tarde, já no século XX, é que os africanismos serão valorizados estilisticamente nos poemas de Jorge de Lima e Guilherme de Almeida, por exemplo. Coelho Neto também usou em suas obras inúmeros termos de origem africana. A partir da 2ª geração modernista (1930), já são mais frequentes os africanismos, como é possível constatar, por exemplo, nos romances de Jorge Amado.

Jacques Raimundo (1933) e Renato Mendonça (1935) fizeram estudos pioneiros a respeito do assunto, relacionando cerca de três centenas de vocábulos. Já para Gladstone Chaves de Melo (1990:110), esse número não passa de aproximadamente 250 africanismos, integrados e adaptados ao nosso léxico. De qualquer forma, um número bastante pequeno se comparado com os tupinismos. Mais recentemente (2001), a professora baiana Yeda Pessoa de Castro publicou pesquisa muito bem fundamentada, intitulada *Falares africanos na Bahia* (v. bibliografia). Apesar do título, os termos arrolados, em sua maioria, não se limitam à terra natal da autora, pois, na verdade, são de uso corrente em outras regiões do Brasil.

Encontramos africanismos esporádicos em alguns autores. Por exemplo, em Castro Alves, o substantivo *senzala*, no poema *A canção do africano*. No romance regionalista *O sertanejo*, José de Alencar emprega a palavra *samba*,

no cap. XV da 2ª parte. O termo *mucama* aparece no cap. XXI de *Ressurreição*, de Machado de Assis. Neste mesmo autor, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, cap. LXVIII, encontram-se dois exemplos representativos: o “defunto autor” Brás Cubas usa o termo *moleque* para se referir a um ex-escravo seu, o Prudêncio. Este, por sua vez, emprega o termo *quitanda*. Observe, a propósito, como Machado recorre a um desvio gramatical de sintaxe, comum no português coloquial do Brasil, para poder reproduzir com fidelidade a fala espontânea do personagem: “Ainda hoje *deixei ele* [e não *deixei-o*] na *quitanda*, enquanto eu ia lá embaixo *na* [e não *à*] cidade”. O parnasiano Raimundo Correia (1860-1911) deu a um dos seus mais famosos poemas o título de *Banzo* (Nostalgia).

No cap. VI de *Brás Cubas*, Machado põe um africanismo na boca da personagem: “Ora, defuntos! respondeu Virgília com um *muxoxo* (gesto de enfado)”. Em *Quincas Borba*, cap. LXVIII, diz o narrador que “Maria Benedita estava nos seus *calundus* (de mau humor)”. Cumpre mencionar que muitas dessas palavras africanas, uma vez incorporadas ao nosso idioma, “vestiram-se à portuguesa morfológicamente”, como lembra Gladstone Chaves de Melo (1981:88). É o caso, dentre outros, do verbo *cochilar*, que aparece conjugado na tradução que Machado de Assis fez para o poema *The raven* (O corvo), de Edgar Allan Poe: “Mas como eu, precisando de descanso, / Já *cochilava*...”.

Os africanismos lexicais distribuem-se por diversos campos semânticos, representativos das múltiplas atividades desempenhadas pelos negros escravos, que tiveram um contato mais íntimo e mais duradouro com os senhores brancos do que os índios. Desse longo contato resultou a profunda influência africana na cultura brasileira em geral, assunto magistralmente estudado por Gilberto Freyre no livro clássico *Casa-grande & senzala*. Termos de uso corrente entre nós podem servir de exemplo, como: *acarajé, angu, babá, bangüê, bunda, caçamba, cachaça, cachimbo, caçula, candomblé, camundongo, dendê, dengue, exu, fubá, Iemanjá, lundu, macumba, mandinga, marimondo, moleque, muxoxo, orixá, Oxum, quilombo, quitanda, quitute, samba, senzala, tanga, umbanda, vatapá, Xangô, xingar, zumbi*. Alguns podem ser encontrados nas obras da literatura brasileira do século XIX, mas não fazem parte de um ideário estético, conforme ressalvamos acima.

**Arcaísmos** – A tendência dos românticos para a evasão no tempo e no espaço levou-os, por motivação estilística, a empregar diversos arcaísmos, como se vê, por exemplo, no poema *Sextilhas de Frei Antão*, em que Gonçalves

Dias apresenta um repertório de termos arcaicos de diferentes fases da língua. Alguns exemplos: *agiolhar-se* (ajoelhar-se), *i* (aí), *arruído* (ruído), *assi* (assim), *aspeito* (aspecto), *bem quista* (benvinda), *comemoração* (comemoração), *entonces* (então), *giolho* (joelho), *moimento* (monumento), *pera* (para), *praticar* (conversar), *rememrança* (lembrança), *soidão* (solidão), *sembrar* (semelhar), *valeroso* (valoroso).

Ainda de Gonçalves Dias, no poema *Dies irae*, temos: “Deus *ofeso* (ofendido)/Tira os olhos do mundo, e o mundo há sido”. Extraímos do *I-Juca-Pirama* os seguintes exemplos: “Aos golpes do *imigo* (inimigo)/Meu último amigo,/Sem lar, sem abrigo,/Caiu junto a *mi* (mim)”; “Não vil, não *ignavo* (preguiçoso),/Mas forte, mas bravo”; “No centro da taba se estende um terreiro,/Onde *ora* (agora) se aduna o concílio guerreiro”; “São *rudos* (rudes), severos, sedentos de glória”; “Não era *nado* (nascido) o sol quando partiste.”; “Entanto as mulheres com *leda* (alegre) *trigança* (pressa)...”. No poema *Tabira*, encontra-se o advérbio *mal* (no sentido de “gravemente”) modificando o adjetivo verbal *feridos*: “Hão-de os teus, acossados nas matas,/Malferidos, sangrentos, *ignavos* (fracos)...”. Aliás, Machado de Assis também recorreu a esse adjetivo composto, de sabor arcaico, no célebre soneto *A Carolina*: “Que eu, se tenho nos olhos *malferidos*/Pensamentos de vida formulados,/São pensamentos idos e vividos.”.

O advérbio arcaico *asinha* (depressa) aparece em *Queixumes*, também de Gonçalves Dias: “Não te fosses de mim tão *asinha*”. O mais expressivo emprego desse advérbio pelos românticos ocorre no comovente poema *Cântico do calvário*, de Fagundes Varela (1841-1875): “Escada de Jacó serão teus raios/Por onde *asinha* subirá minh’alma”. O verbo *arrear*, no sentido de “enfeitar”, foi empregado por Castro Alves no poema *Lúcia*: “Na formosa estação da primavera/Quando o mato se *arreja* mais festivo...”.

No simbolista Cruz e Sousa (1861-1898), no poema *Litania dos pobres*, encontra-se *aspeitos* (aspectos), termo usual em Camões: “Que trazeis magos *aspeitos*/e o vosso bando é de eleitos”. Alberto de Oliveira (1857-1937), parnasiano, também recorre a esse arcaísmo em um poema com título em latim (*Per tenebras* “Pelas trevas”): “Noite, à beira do mar. O vulto e *aspeito*/Do mar bem não se via.”.

**Neologismos** – No capítulo dos neologismos, destacam-se os poetas simbolistas. Visando a aproximar a poesia da música, um dos traços marcantes dessa escola, criam vocábulos que nem sempre obedecem às regras gramaticais ou à lógica semântica, uma vez que a preocupação primeira é traduzir

estados emotivos ou criar palavras impregnadas de sonoridade. É o caso, por exemplo, de Cruz e Sousa, em cujos poemas o léxico virtual é constituído de criações curiosas, formadas por substantivos abstratos: *crepusculamento*, *neblinamento*, *remotividade*, *silamento*, *tantalismo*, *triumfamentos*; adjetivos: dolências *beethovínicas*, garganta *bourbônica*, mar *espumaroso*, pureza *hostial*, céu *lirial*, meneios *panτέρicos*, visões *volúpicas*, ocasos *purpurais*; verbos: *liriar*, *melancolizar*, *nirvanizar*, *notambular*, *tentaculizar*, *violinar*; advérbios: *pulverulentamente*, *soluçantemente*, *torcicolosamente*. Como se vê, Cruz e Sousa antecipa o emprego de um recurso estilístico que seria explorado mais tarde por Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa, isto é, o da criação vocabular expressiva.

**Coloquialismos** – Como não podia deixar de ser, o léxico vernáculo da língua comum constitui a base expressional da nossa língua literária, mas a fala popular, ou como se diz atualmente, a oralidade, com suas inovações e seu colorido, encontra espaço em autores do período, conferindo ao texto um tom espontâneo e expressivo. Embora a maior parte dos exemplos aqui citados faça parte do discurso dos personagens e não do narrador, eles são válidos porque documentam no texto literário um aspecto da língua oral em uso no português brasileiro do século XIX.

*Memórias de um sargento de milícias* (1853), de Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), um romance realista em pleno Romantismo, registra termos e expressões de uso corrente “no tempo do Rei”, ou seja, no período em que D. João VI esteve entre nós. Muitos dos exemplos a seguir permaneciam em vigor na época da publicação do romance: *alhada* (situação difícil), *arrenegar* (amaldiçoar), *carola* (beato), *capadório* (malandro), *escabriado* (desconfiado), *ganchos* (ganhos avulsos), *lambada* (pancada), *lambeta* (adulador, mexeriqueiro), *malquetrefe* (homem vil), *moafa* (bebedeira), *patuscada* (festa), *quebranto* (mau-olhado), *sarilho* (confusão), *súcia* (gente ordinária), *valdevinos* (vadio), *xilindró* (cadeia). Expressões e ditados populares também são freqüentes: *bater com a língua nos dentes* (cometer uma indiscrição), *botar panos quentes* (encobrir erros), *chorar na cama que é lugar quente* (arrepender-se de um erro), *com a boca na botija* (ser pego em flagrante), *casa de pasto* (restaurante, pensão), *mau-olhado* (inveja), *papa-missas* (indivíduo beato), *trepá-moleque* (penteado feminino), *ver estrelas* (sentir dor), *ver-se em calças pardas* (ver-se em apuros).

No romance *O cortiço* (1890), o escritor maranhense Aluísio Azevedo (1857-1913), ao reproduzir a fala espontânea dos moradores da estalagem,

oferece diversos exemplos da linguagem popular, alguns reveladores da tendência à animalização dos personagens, própria do Naturalismo: *baiacu da praia, bestas no coito, galinha podre, grande besta, gente danada para parir, pedaço d'asno, perua choca, praga de piolhos, pareciam ratas, que vá para o diabo que a carregue!, sua vaca*, dentre outros. Às vezes, o discurso narrativo toma liberdades extremas, resvalando para a linguagem chula, como se lê no cap. XXI: “Exclamava uma delas, com o pequeno seguro entre as pernas a encher-lhe a *bunda* de chineladas”. Ou nesta outra, do cap. VIII: “– Sai daí, *safado!* Toca lá, no que quer que seja, que te arranco a pele do *rabo!*”. Nesse mesmo capítulo, o autor emprega, em seu próprio discurso, um coloquialismo: “Ele tinha “*paixa*” [regressivo de *paixão*] pela Rita”. A forte sensualidade animal presente no livro aparece em passagens como esta, do cap. XV, que descreve o ápice da relação sexual de Jerônimo e Rita: “E com um arranco de *besta-fera* caíram ambos prostrados, arquejando.”.

Em *Quincas Borba*, cap. L, Machado de Assis usa um termo coloquial para se referir a um personagem enfadonho: “O Siqueira é um *cacete*, mas paciência”. Neste mesmo romance, cap. CLXXIX, um dos personagens refere-se à loucura de Rubião empregando um coloquialismo irônico: “– Como vai o *gira* (o louco)? – O *gira* vai bem”. A propósito, é oportuno mencionar o estudo clássico de Mattoso Câmara Jr. (*Ensaio machadianos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979) a respeito dos termos “cão” e “cachorro” em *Quincas Borba*. Mattoso chama a atenção para o valor erudito do primeiro e o coloquial do segundo e mostra como Machado explora estilisticamente essa dicotomia lexical.

Outra fonte importante para o estudo da linguagem coloquial-popular empregada no Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX, são as peças do teatro de revista. Do livro *Arthur Azevedo: a palavra e o riso* (Rio de Janeiro: UFRJ/Perspectiva, 1988), de Antônio Martins de Araújo, extraímos os seguintes exemplos: *bilontra* (malandro), *bestunto* (cabeça), *canoa* (batida policial), *chínfrim* (ordinário), *mina* (mulher de malandro), *morcegada* (guardas-noturnos), *tribofe* (pessoa fracassada). Abundam também as frases feitas: *comer arara* (deixar-se enganar), *da pá virada* (indivíduo turbulento), *arranjar/fazer gancho* (arranjar-se na vida), *dar cabo do canastro* (assasinar alguém), *dar com a língua nos dentes* (cometer uma indiscrição). O linguajar caipira também aparece caricaturado na fala dos personagens de Arthur Azevedo (1855-1908): “O janjão foi recrutado/Para a Guarda Nacioná;/Onte eu vi *ele* fardado:/Parecia um *generá*”.

**Latinismos** – Embora a estética subjetiva do Romantismo rejeitasse o objetivismo da cultura clássica, o latim não deixou de exercer irresistível fascínio sobre os escritores do período, que empregaram em suas obras vocábulos eruditos de base latina incorporados ao português, a partir dos séculos XV e XVI (Renascimento). Às vezes, os latinismos são reproduzidos no original. Trata-se de termos ou expressões empregados com finalidade estilística de realce, de nobilitação do texto ou de prática da intertextualidade.

Em Gonçalves Dias, por exemplo, encontram-se, dentre outros: *gáudio* (alegria), *antiste* (sacerdote), *acerbo* (áspero), *álacre* (alegre), *álgido* (frio), *ignoto* (desconhecido), *estulto* (insensato), *miserando* (deplorável), *nefando* (execrável), *pulcro* (belo), *pávido* (medroso), *se aduna* (se reúne), *vesano* (insensato), *vate* (poeta). Alguns são compostos: *alvinitente*, *flamívomo*, *ignívomo*, *sitibundo*. Em *Iracema*, de José de Alencar, aparecem grupos nominais alatinados, formados com substantivos ou adjetivos eruditos do tipo: *copiosas libações* (ingestão abundante de bebida), *ádito* agreste (lugar rústico), mão *lesta* (mão ligeira), *umbria* das serras (lado sombrio das serras), *vetusta* floresta (floresta muito antiga), *crebros* soluços (soluços frequentes), *rúbido* olhar (olhar ardente), *ósculo* ardente (beijo ardente), *tépido* ninho (ninho acolhedor), *recôndito* sítio (lugar oculto), coração *pressago* (que tem premonição).

Em Fagundes Varela, no *Cântico do calvário*, lê-se: “Não mais! a areia tem corrido, e o livro/De minha *infanda* (medonha) história está completo”. Em Castro Alves, encontram-se: *túmidos* (inchados), *cerúleos* (azuis), *pávido* (medroso), *vetusta* (muito velha), *plangentes* (chorosos), *hibernal* (frio), *plaga* (praia, região). No poema *O nadador*, diz o poeta baiano: “O nadador intrépido/Vos toca as tetas *cérulas*...”. No *Navio negreiro*, encontramos *musa* [helenismo latinizado] *libérrima* e *lúgubre coorte*. Conhecido poema de Castro Alves tem seu título em latim: *Sub tegmine fagi* (Sob a sombra da faia).

Os parnasianos, que tinham como princípio estético o culto da Antiguidade Clássica, empregam latinismos adaptados ao vernáculo ou no original, como se vê nos títulos dos poemas de Olavo Bilac: *Via Lactea* (Via Láctea), *Abyssus* (Abismo), *Sahara Vitae* (Vidas no Saara), *Inania Verba* (Palavras inúteis), *Mater* (Mãe), *Vanitas* (Vaidade), *In extremis* (Nos extremos), *Requiescat* (Descanse), *Vulnerant omnes, ultima neecat* (Todas ferem, a derradeira mata). Em *Delenda Carthago* (Cartago deve ser destruída), Bilac recorre a diversos latinismos, designativos de termos bélicos: *pugna* (luta), machadilha *bipennata* (de dois gumes), *armipotente* (poderosa nas armas), *bucina* (trombeta militar), *eneatores* (tocadores de trombeta), férrea *squammata* (malha de ferro),

*gládio* (espada), *pilum* (dardo). Mesmo em um poema de cunho indianista, como *A morte de Tapir*, não faltam termos alatinados: *plúmbeo* sono, *crebro* murmúrio, árvore *anosa*, *púrpuras* [helenismo latinizado] ondeantes.

Raimundo Correia, outro parnasiano, também emprega latinismos nos títulos de seus poemas: *Coerulei oculi* (Olhos azuis). Em *Plenilúnio*, descreve a lua cheia usando adjetivos de base erudita: disco *argênteo*, *fúlgida* névoa, *feral* lume, *noctâmbula* aparição. As flores são *lunárias*, o perfume é *letal*, o poeta é *cogitabundo*.

Cruz e Sousa, representante máximo do nosso Simbolismo, cultivava um vocabulário erudito, muito ao gosto dessa escola, na qual os latinismos ocupam lugar de destaque, como se constata nos grupos nominais extraídos de seus poemas. Note-se a preferência pelos adjetivos proparoxítonos ligados à área sensorial, à música ou à religiosidade, traços marcantes da estética simbolista: beijo *níveo*, clarões *álacres*, consciências *nefandas*, fantasmas *noctívagos*, *frígidos* sarcasmos, *lácteos* rios, *lânguido* abandono, *mádidas* frescuras, óleos *cândidos*, *prelúdios* místicos, *rorida* camélia, *rútilas* fanfarras, risadas *van-dálicas*, *tábido* pecado, torturas *miserandas*, *trêmulos* violinos, torres *formidandas*. Substantivos ligados à religiosidade também são usados: *âmbulas* sagradas (vasos sagrados), *Foederis arca* (Arca da aliança), *Litania* [ladainha] *dos pobres*, *Regina coeli* (Rainha do céu). Do poema *Lua*, selecionamos: *clâmides* (manto; helenismo latinizado), finíssimas *dalmáticas* (túnicas), *flórido* noivado, *lânguidos* clarões, névoas *frígidas*, *prónubas* (de noiva) alvuras, *siderais abóbadas cerúleas*, tristeza *mórbida*. Na poesia de Cruz e Sousa, colhem-se latinismos quase que ao acaso.

Alphonsus de Guimaraens (1870-1921), também simbolista, não satisfeito em empregar termos latinos nos seus poemas, inclusive nos títulos e nas epígrafes, latinizou o próprio nome de batismo, Afonso Henriques da Costa Guimarães. Em seu famoso poema *A catedral*, encontram-se expressões do tipo: catedral *ebúrnea*, *hialino* orvalho, *lúgubres* resposos, formadas com adjetivos eruditos de base latina. Em seus poemas, são comuns sintagmas nominais semelhantes: *áureo* palácio, luar *noctívago*, lírio *albente*, peito *miserando*, pássaro *canoro*. A poesia de Alphonsus, impregnada de religiosidade, apresenta diversas expressões do vocabulário litúrgico, como, por exemplo, *immaculata* (ímaculada), *magnificat* (enaltece), *responsorium* (resposório), *requiescat in pace* (descanse em paz).

O nosso Machado de Assis também cultivou seus latinismos no original, embora mais discretamente, conforme o seu feitio, por meio de citações ou dos títulos de capítulos de seus romances e contos. No seu caso, a motivação é

geralmente a prática da intertextualidade, estilema muito freqüente em suas obras. Por exemplo, em *Helena*, cap. XV, cita um verso da Bucólica III, 93, do poeta Virgílio: *Latet anguis in herba* (A serpente se esconde no arbusto). No conto “Teoria do medalhão” (*Papéis avulsos*), o pai, aconselhando o filho a usar citações latinas para tornar um discurso vazio mais “pomposo”, sai-se com este lugar-comum: *Si vis pacem, para bellum* (Se queres a paz, prepara-te para a guerra). Outras vezes, Machado cita o *Eclesiastes*, livro do Antigo Testamento, uma de suas leituras preferidas: *Nihil sub sole novum* ([Não há] nada de novo sob o sol; cap. 1, vers. 9), como se vê na crônica “Salteadores da Tessália”, em *Páginas recolhidas*. No *Brás Cubas*, o título do cap. LXXXIX é *In extremis* (Nos extremos). No célebre conto “O alienista” (*Papéis avulsos*), um dos capítulos intitula-se *Plus ultra* (Mais além). Em Quincas Borba, cap. CXI, cita a célebre frase de Júlio César: “*Alea jacta est*” (A sorte está lançada).

**Estrangeirismos** – Os empréstimos a línguas estrangeiras aparecem em várias obras publicadas no século XIX. Refletem as influências socioculturais sofridas pelo português do Brasil, sobretudo aquelas recebidas da França, os chamados galicismos, usados uns na grafia original, outros já adaptados ao nosso sistema ortográfico. Lembremos que foi na França que surgiram ou que dela se irradiaram as escolas literárias dominantes nesse século. Apesar de combatidos pelos puristas, muitos desses galicismos, de uso geral, acabaram por se incorporar à língua corrente, perdendo os falantes, com o tempo, a consciência de sua origem francesa. Alguns exemplos que podem ser encontrados nas obras dos escritores do período: *abajur*, *atelier*, *bibelô*, *bijou* (jóia), *buquê*, *chique*, *cocote* (meretriz), *coquete* (mulher vaidosa), *coupé* (carruagem), *croquete*, *detalhe*, *dossiê*, *elite*, *escroque* (vigariista), *nouveau-riche* (novo-rico), *pince-nez* (óculos), *peignoir* (vestuário feminino), *reclame* (anúncio publicitário), *restaurant*, *robe* (roupão), *toalete*, *tricô*, *vaudeville* (comédia ligeira), *vitrine*.

A literatura francesa exerceu uma influência muito forte sobre os nossos escritores. Em alguns romances de Machado de Assis, os títulos dos capítulos são escritos em francês, língua que ele dominava, a ponto de nela escrever poemas e cartas. Veja-se, por exemplo, o cap. VI de *Brás Cubas*: “Chimène, qui l’eût dit? Rodrigue, qui l’eût cru?” (Chimène, quem o teria dito? Rodrigue, quem o teria acreditado?; trecho de *El Cid*, de Corneille). Vê-se que Machado gostava de citar os autores franceses no original, estabelecendo com eles intertextualidade, mas adaptando-os às suas conveniências narrativas, como se pode

verificar no cap. VIII do livro acima citado: “La maison est à moi, c’est à vous d’en sortir” (A casa é minha, você é que deve abandoná-la), frase de Tartufe, personagem da peça homônima, de Molière. Em crônica de 7-3-1889, Machado (1997:517, v. 3) trata com humor a questão dos galicismos, apresentando alguns exemplos com o respectivo “sucedâneo” em português.

**Regionalismos** – A corrente regionalista é outra faceta importante do nacionalismo literário do Romantismo brasileiro. Acrescente-se a isto a tendência dessa escola para a evasão no tempo e no espaço, além da preocupação em exaltar a vida rural e as virtudes do homem do campo. José de Alencar, com o romance *O gaúcho* (1870), foi o primeiro a servir-se estilisticamente da linguagem regional. Aqui, transcreveremos exemplos do romance *Inocência*, de Alfredo d’Escragolle Taunay (1843-1899), obra publicada em 1872, em plena vigência, portanto, do Romantismo, mas que apresenta traços fortemente realistas, em virtude de o seu autor ter vivido no sul de Mato Grosso durante o período em que participou, como oficial do Exército brasileiro, da Guerra do Paraguai.

O linguajar sertanejo caracteriza estilisticamente o ambiente físico e humano da região sul-matogrossense, aparecendo, às vezes, sob a forma de arcaísmos ou de termos deformados foneticamente. Alguns exemplos: *anarquia* (desmoralização), *anarquizar* (desmoralizar), *anicetos* (insetos), *ansim* (assim), *arruído* (barulho), *cangueiros* (pessoas inúteis), *caroável* (acostumado), *carreira* (trabalho), *casa de andar* (sobrado), *coco* (dinheiro), *data* (porção, certa quantidade), *doce* (açúcar, rapadura), *enfernizado* (com raiva), *entonces* (então), *estômbago* (estômago), *físico* (médico), *fundões* (lugares distantes), *gimbo* (quantia), *imundície* (grande quantidade), *lavrados* (jóias), *luxarias* (coisas supérfluas), *manducar* (comer), *mapiar* (tagarelar), *mofina* (sovina ou covarde), *percisão* (necessidade), *permissa* (promessa), *pinóia* (homem fraco), *pirilas* (pílulas), *rejume* (regime), *rufião* (namorador), *sabença* (conhecimento, sabedoria), *socavões* (lugares retirados), *sustância* (alimentação), *tutu* (pessoa influente), *trens* (objetos em geral), *talento* (importância, força física), *tento* (cuidado, juízo), *trabucar* (trabalhar), *vosmecê*, *mecê*, *vassuncê*, *voçê* (pronomes de tratamento).

**Léxico e estilo de época** – Além dos itens lexicais específicos arrolados ao longo deste trabalho, é possível identificar um vocabulário próprio, caracterizador de cada movimento literário existente no século XIX, pois as escolas e os poetas têm as suas preferências lexicais, que os identificam esti-

listicamente. Desse modo, parece-nos pertinente falar de um vocabulário “romântico”, digamos assim, ou “parnasiano” ou “simbolista”, conforme se verifica no breve levantamento abaixo apresentado. É importante notar a formação vernácula da maioria dos termos relacionados, reproduzidos aqui exatamente como aparecem nos textos pesquisados.

**Vocabulário romântico** – Aproxima-se da língua comum, apresenta um certo tom coloquial e reflete a subjetividade própria da escola. Distribui-se pelos campos semânticos dos sentimentos e sensações, da idealização da mulher amada, da natureza. Substantivos: *alma, amor, ânsia, anjo, beijo, berço, bosque, campa, crepúsculo, crime, cruz, compaixão, céu, coração, dor, Deus, delírio, desejo, donzela, êxtase, escuridão, floresta, febre, fibra, flor, insônia, ilusão, infância, lábios, laranjais, lua, luar, mãe, medo, morte, mancebo, manhã, noite, nuvem, olhos, orvalho, prazer, pranto, primores, pátria, peito, palmeira, primavera, riso, rola, sonho, sabiá, sangue, saudade, sepultura, sepulcro, sol, sombra, segredo, seio, tristeza, tarde, várzea, virgem, vida, volúpia*. Adjetivos: *ardente, audaz, alegre, bravo, ditoso, etéreo, escuro, forte, fraco, louco, lânguido, pálida, proscrito, sagrado, sombrio, solitário, triste, verde, venturoso*. Verbos: *amar, ansiar, brilhar, beijar, dormir, fitar, lutar, morrer, querer, viver*.

**Vocabulário parnasiano** – É mais erudito, ligado à mitologia e às artes plásticas. Devido à identificação da escola com a literatura clássica, registra-se a presença de vocábulos de origem grega ou latina. Alguns helenismos: *Anacreonte, Afrodite, argonautas, arcádio, Corinto, eco, Febo, heleno, Homero, Iônio, misantropo, musa, ninfa, Olimpo, pélagos, sátiro, Téocrito, Teos, zodíaco*. Latinismos (além daqueles já citados): *Baco, canora, divas, Ceres, fauno, ignota, límpida, Marte, mácula, moribundo, nívea, Netuno, pávido, plagas, serpe, tenebras, Vênus, vetusto, verba, vórtice, via, vesano*. No campo das artes plásticas, são freqüentes termos como: *alabastro, cinzel, estatuário, esmero, estátua, flores, gesso, lavrado, mimos, mármore, relevos, taça, templo, vasos*.

**Vocabulário simbolista** – Ligado à música, à captação de matizes e à religiosidade. Há preferência por vocábulos exóticos, por um léxico espiritualizado, tendendo ao misticismo ou transcendentalismo. Substantivos (alguns são abstratos no plural): *açucenas, arcanjo, ângelus, bandolins, brancura, bruma, cítara, claustro, cantos, catedral, desejos, distâncias, diluências,*

*eflúvio, epístola, Evangelho, fosforescências, formas, harpa, imortalidades, incenso, lua, lírio, luar, latescências, liturgia, longes, mirra, majestades, naves, neblinas, neves, plangências, quebranto, sonata, sacro, surdina, salmos, sacrário, solução, serenidades, solenidades, sonhos, sol, triunfamentos, violão, vozes.* Adjetivos: *arcangélico, alvo, azulado, augustas, branco, bíblica, búdica, hialino, castos, cristalinas, cândido, celestial, diluídas, errantes, ebúrneo, finas, fúlgidas, fluidas, funambulescos, gótico, letárgico, lívidas, leves, lirial, lácteo, místicos, níveo, neblinantes, nivasas, pulcro, purpúreo, sonora, sidéreo, sacro, tépidas, turvo, tantálicos, transfigurado, vaporosas, vagos, virgens.* Verbos: *alvarar, notambular, ondular, oscilar, tremer, transfigurar* (verbo-chave no Simbolismo). Advérbios: *amargamente, remotamente, noturnamente, pulverulentamente, soluçadamente, torcicolosamente* (os três últimos são neológicos).

#### 4 – Conclusão

O século XIX foi extremamente importante e decisivo para o Brasil, em muitos aspectos. Politicamente, preservamos nossa unidade e afirmamos nossa Independência como nação. Culturalmente, criamos uma literatura autônoma, genuinamente brasileira como expressão e afirmação estética dos nossos valores nacionais. Lingüisticamente, incorporamos e reelaboramos termos e maneiras de dizer que servem de expressão aos sentimentos e às aspirações do nosso povo, em sua diversidade étnica e cultural. A partir do século XIX, consolida-se o português do Brasil, nos diversos planos da língua. No caso do léxico, o levantamento aqui apresentado, embora sumário, oferece uma idéia geral do acervo empregado pelos nossos escritores dos Oitocentos, em seus variados aspectos, quer lingüísticos, quer estilísticos, e reafirma a existência de um idioma comum ao Brasil e a Portugal, vale dizer, língua portuguesa com estilo brasileiro. Oxalá este modesto artigo sirva de ponto de partida para a elaboração de futuros dicionários das escolas literárias e dos autores que pontificaram no Brasil ao longo do fecundíssimo século XIX.

#### 5 – Bibliografia

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

- ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2003.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo, EDUSP, 2006.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da língua portuguesa* (v. 5). São Paulo, Ática, 1988.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Alencar e a "língua brasileira"*. 3ª ed. Brasília, Conselho Federal de Educação, 1972.
- \_\_\_\_\_. "O português do Brasil". In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura/Fundação Rio Arte, 1990.
- MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- PINTO, Edith Pimentel (org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos* (v. 1). Rio Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP, 1978.
- RAIMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Renascença Ed., 1933.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Presença; Brasília: INL, 1976.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo, Melhoramentos/EDUSP, 1975.

### **Literatura brasileira:**

- ALENCAR, José de. *Obras de ficção* (16 vol.). 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.
- ALVES, Castro. *Obra completa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Aguilar, 1976.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Brasília, Ed. UnB, 1963.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 26ª ed. São Paulo, Martins, 1974.
- BILAC, Olavo. *Obra reunida*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1996.
- CORREIA, Raimundo. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1961.
- CRUZ E SOUSA, João da. *Obra completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1995.
- DIAS, Gonçalves. *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1959.
- GUIMARAENS, Alphonsus de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997.

MACHADO DE ASSIS. *Obra completa* (3 vol.). Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1997.

OLIVEIRA, Alberto de. *Poesia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1969.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Inocência*. 28ª ed. São Paulo, Melhoramentos, s/d.

VARELA, Fagundes. *Poesia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1961.

## RESENHA CRÍTICA

Mariza Mencalha de Souza  
UFRJ

SILVA, Amós Coêlho da & MONTAGNER, Aírto Ceolin. *Dicionário latino-português*. Apresentação de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ingráfica Editorial, 2006.

(Contatos: (21) 2270-7478/Fax 3105-8224)

Há muito tempo, os latinistas vínhamos sentindo a falta de um dicionário latino-português. Isso se explica porque os dicionários em língua vernácula estão esgotados, e os estrangeiros, além de caros, são difíceis de serem encontrados e exigem, sobretudo dos iniciantes em latim, o conhecimento e domínio de uma outra língua que nem sempre eles têm.

Quem é da área sabe que os dois últimos dicionários de latim publicados no Brasil datam da década de noventa. Um de autoria do filólogo e latinista F. R. dos Santos Saraiva, e o outro do célebre latinista Ernesto Faria, homenageado recentemente num colóquio organizado pelas Universidades Federal do Rio de Janeiro e Federal Fluminense. O do professor Ernesto Faria, lançado pela Fundação de Assistência ao Estudante, órgão do MEC, nunca mais foi reeditado, e o do professor Saraiva, da Garnier, está esgotado há mais de dez anos.

Essas edições, quando disponíveis, são vendidas como raridade pelos livreiros, tornando-se, desse modo, difícil adquiri-las, devido ao preço elevado que passam a ter, principalmente se bem conservadas. As edições mais antigas, tanto dos autores estrangeiros quanto dos nacionais, são encontradas, só com muita sorte, escondidas em um cantinho das prateleiras empoeiradas de um sebo e por preço nem sempre acessível ao estudante de Letras.

Conscientes dessas dificuldades e pensando nos docentes e alunos de latim, Amós Coêlho da Silva e Aírto Ceolin Montagner, doutores em língua e literatura latinas, professores da Universidade do Estado Rio de Janeiro, tiveram a louvável iniciativa de trazer a público o *Dicionário latino-português*. A obra resgata os estudos clássicos e revaloriza os diacrônicos, hoje praticamente abandonados em nossas Faculdades de Letras e, entretanto, tão importantes para a compreensão do funcionamento sincrônico de nossa língua.

O dicionário, destinado aos alunos de latim específico e dos ciclos básicos do curso de Letras, poderá também ser útil aos especialistas em língua e literatura latinas e a todos aqueles que manifestarem interesse em ter um primeiro contato com a cultura clássica romana ou sentirem necessidade de consultar algum termo ou expressão, por força do curso que fazem, caso em que se enquadram os estudantes de Direito, que poderão então exclamar: quem nos livrará dos gregos e romanos!

O dicionário, cuidadosamente elaborado, apresenta diversos aspectos positivos: é didático, inovador, de rica e confiável bibliografia e de preço acessível.

Por que didático? Porque busca ensinar, usando recursos visuais que facilitam a aprendizagem, tais como o destaque dos verbetes em negrito, a separação dos prefixos e radicais nas palavras da mesma família ou cognatas: *de-populatio*, *de-populator*, *de-populor*. O mesmo critério é aplicado em relação aos verbos compostos, nos quais prevérbios e radicais são separados, *de-cerno*, *de-duco*, *de-tego*, etc, de forma didática, para facilitar o aprendizado do aluno. O didatismo está presente também na apresentação dos substantivos e adjetivos, cuja aprendizagem é igualmente facilitada pela decomposição de seus constituintes imediatos, como se observa em *corni-ger*, *corni-pes*, *frugi-fer*, *de-populatio* e em outros nomes. A reunião das preposições e prefixos num único verbete (*ab* e *de*), assinalando sua dupla função, leva o aluno a obter já na primeira consulta duas informações.

O caráter inovador da obra é outro ponto a ser destacado. Está centrado, sobretudo, na lista de sinônimos de diversos verbetes, inseridos entre colchetes, numa ampla relação de campos semânticos, não encontrada em nenhum de nossos dicionários. Serve de exemplo, a par de outros, o termo *immanis*, para o qual os autores catalogam como sinônimos *magnus*, *ingens*, *immensus*, *grandis*, *amplus*, *magnificus*, *vastus*. É uma iniciativa inteligente, uma vez que amplia o léxico dos professores e alunos de língua e literatura latinas, ao oferecer-lhes a oportunidade de conhecer e aprender em latim novos significados para as palavras que estão consultando.

Igualmente inovadora e original é a substituição do *j* ramista pelo *i* consonantal, visto que resgata o uso de uma letra que já existia no alfabeto latino. Em vez de *jaceo* e *jam*, encontram-se, portanto, *iaceo* e *iam*. O *j* ramista, registrado nos dicionários anteriores ao dos professores Amós e Aírto, é criação do gramático francês Pierre Ramée (Petrus Ramus), tendo sido introduzido na escrita do latim somente no período renascentista.

A bibliografia, selecionada com cuidado, inclui obras clássicas, como o *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, de Ernout & Meillet, o

*Novíssimo dicionário latino-português*, de Francisco Saraiva, dentre outras, não menos importantes, inclusive o *Dicionário escolar latino-português*, do professor Ernesto Faria, já mencionado.

Nota-se também uma preocupação com o registro sistemático dos sinais diacríticos, isto é, com a indicação das vogais longas e breves: *dē-pōpŭlātio*, *dē-pōpŭlātor*, *dē-pōpŭlōr*.

Há ainda uma série de termos, não só do latim clássico, mas também do latim medieval e do cristão, o que veio enriquecer o livro. Do medieval, servem de exemplos *caritas* ou *charitas*, *Elias* ou *Helias*, *purpuratus*. Do cristão, citam-se *ecclesia*, *ecclesiasticus*, *episcopus*, *carnalis*.

Os termos jurídicos são iluminados com tradução e explicação, constituindo, por esse motivo, também uma fonte de consulta para os alunos de Direito. *Alibi* (p. 435), *habeas corpus* (p. 439), *uti possidetis* (p. 445) incluem-se nessa relação, dentre outros exemplos.

Os verbos foram ordenados do *infectum* para o *perfectum* (*amo*, *as*, *are*, *avi*, *atum*), assemelhando-se, nesse particular, ao critério adotado pelo professor Ernesto Faria.

As célebres expressões, frases e provérbios latinos, extraídos todos de autores consagrados, vêm acompanhados da pronúncia tradicional, de sua significação e de outras informações valiosas esclarecendo o contexto e as obras em que foram empregados. Ex.: *ecce homo* (p. 438), *in vino veritas* (p. 440), *morituri te salutant* (p. 442), *pulvis et umbra sumus* e *ridendo castigat mores* (p. 444). São, portanto, dados relevantes e enriquecedores.

Ressalte-se ainda a feliz idéia que tiveram os autores ao incluir, nas páginas 6 e 446-463, algumas noções básicas da gramática latina, tais como o quadro da declinação dos substantivos, os radicais de *perfectum* e as formas regulares, irregulares e defectivas do verbo latino. A iniciativa é boa porque pode auxiliar tanto os alunos de curiosidade insaciável, quanto os autodidatas e aqueles que desejam apenas dirimir uma dúvida ou testar seu conhecimento em um dos pontos de gramática relacionados na obra. Desse modo, o dicionário tem dupla finalidade, servindo de manual de consulta sobre o significado dos verbetes latinos e de minigramática, na qual foram priorizadas as duas partes básicas do ensino e aprendizagem do latim: a declinação e a conjugação.

Tudo foi feito, como afirmam os autores, “com amor ao latim e à cultura clássica”. E isso é tudo, porque já dizia Virgílio que “*Omnia uincit Amor*”. É desse amor e do trabalho, acrescentaríamos, citando ainda o autor das *Geórgicas*, “*labor omnia uicit improbus*”, que nasceu o dicionário dos professores Amós e Airto, cuja fortuna crítica se antecipa promissora. Parabéns aos autores.



## COLABORADORES DESTA NÚMERO

ANTÔNIO GOMES DA COSTA. Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e Presidente do Real Gabinete Português de Leitura.

BARBARA SPAGGIARI. Professora catedrática de Filologia Românica. Formada em letras e línguas na Universidade de Florença, onde começa por estudar lingüística geral nos anos 70, passa ao domínio da filologia sob o magistério de Gianfranco Contini. A predileção para as literaturas ibéricas se manifesta já no assunto das suas duas teses, uma sobre a *Poesia religiosa anonima catalana o occitanica* (1977), outra sobre a *Clepsidra* de Camilo Pessanha (1982). Com Maurizio Perugi escreveu *Fundamentos da Crítica Textual: história, metodologia e exercícios* (Editora Lucerna, 2004).

CARLA ABREU VAZ. É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses e Ingleses, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.

CASTELAR DE CARVALHO. Professor Doutor em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor dos livros *Para Compreender Saussure, Ensaios Gracilianos e Noel Rosa, Língua e Estilo* (com o Prof. Antonio Martins de Araujo). Membro da ABF.

EVANILDO BECHARA. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Titular aposentado dos cursos de graduação e pós-graduação dos Institutos de Letras da UERJ e UFF. Vice-Presidente da Academia Brasileira de Filologia. Membro da Academia Brasileira de Letras. Entre outros trabalhos de filologia e lingüística, escreveu *Moderna Gramática Portuguesa* (37ed., Lucerna, 1999), *Lições de Português pela Análise Sintática* (18ed., Lucerna, 2006), *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* (Lucerna, 2001) e *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* (17ed., Ática, 2005).

HORÁCIO ROLIM DE FREITAS. Livre-docente pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Professor Adjunto da UERJ (aposentado). Membro da Academia Brasileira de Filologia. Entre outros trabalhos de filologia e lingüística, escreveu *Princípios de Morfologia* (4ed., Oficina do Autor, 1997).

JOHN ROBERT SCHMITZ. Trabalha no Brasil desde 1970. Foi professor do Departamento de Lingüística da PUCSP (1971-1987), UNESP/Assis (1987-1988) e no momento é professor titular aposentado do Departamento de Lingüística Aplicada (1988-2003). Fez a graduação em letras na Universidade da Cidade de Nova York (Brooklyn College), o mestrado na área de lingüística aplicada na Columbia University (Teachers College) e o doutoramento na PUCSP. Tem publicações nos campos de tradução, lexicologia, descrição de línguas e ensino de língua estrangeira em revistas nacionais e internacionais.

LUIZ M.M. DE BARROS. Doutor em Lingüística pela UFRJ. Professor Adjunto de Lingüística da Universidade Federal Fluminense.

MARIA EMÍLIA BARCELLOS DA SILVA. Bacharel e licenciada em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e em Língua e Literatura Latinas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Língua Portuguesa e Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Magistério em graduação e pós-graduação de instituições nacionais e estrangeiras, onde trabalha a Língua Portuguesa em diferentes matizes e abordagens. Publicou recentemente os livros *Redação em Concursos, O Parágrafo* e um manual de *Elaboração de Monografias*; tem sido co-autora de variado material didático com que apóia os cursos de atualização que ministra em diversos estados brasileiros.

MARIZA MENCALHA DE SOUZA. Mestre em Língua e Literatura Latinas pela UFRJ.

NELLY CARVALHO. Professor Adjunto de Língua Portuguesa da UFPE, Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFPE e autora de vários livros e trabalhos na sua especialidade.

RICARDO CAVALIERE. Professor Adjunto de Língua Portuguesa da UFF. Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de estudos de sua especialidade. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

ROSALVO DO VALLE. Professor Emérito pela Universidade Federal Fluminense. Aposentado como Titular de Língua Latina da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.

TEREZINHA BITTENCOURT. Doutora em Lingüística pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto de Lingüística da Universidade Federal Fluminense. Membro da Academia Brasileira de Filologia.



LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

*Confluência*

ASSINATURA

Os nossos leitores poderão receber em suas residências a revista, ao preço de R\$ 25,00, correspondente ao número 27 e 28 (duplo) do 1.º e 2.º semestres de 2004, ou de R\$ 30,00, para a assinatura anual dos números 29 e 30 (duplo) do 1.º e 2.º semestres de 2005, mais a despesa de porte, caso utilizem os serviços dos correios.

Estes preços são válidos para os números anteriores, com exceção do 1 ao 5, que estão esgotados.

Para os pedidos do exterior o preço de cada número será de US\$ 10.00 (dez dólares americanos) e de US\$ 20.00 (vinte dólares americanos) para a anuidade, mais as despesas de remessa.

Os interessados deverão enviar o seu pedido com os dados solicitados na ficha abaixo, e remetê-lo, acompanhado do comprovante de depósito para:

*Confluência* – Instituto de Língua Portuguesa  
Rua Senador Dantas, 118 – 2.º andar – Centro  
CEP 20031-201 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil  
Tel.: (21) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (21) 2533-3044  
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – www.liceuliterario.org.br

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS  
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA  
REVISTA CONFLUÊNCIA

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Desejo receber: *Confluência* 27 e 28  *Confluência* 29 e 30

Data \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Os depósitos deverão ser feitos em qualquer agência do Banco Itaú em favor de: Liceu Literário Português – Banco Itaú – Agência São José – 0310, conta corrente nº 42171-4 – Rio de Janeiro – RJ.

